



SOBRE A REVISTA

Lua Nova tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das Ciências Humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no *Data Índice*, na América Latina no *Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*, nos *International Political Science Abstracts* e na *Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*. A versão eletrônica da revista está disponível na Scielo e no portal da Capes.

LUA NOVA

revista de cultura e política

2010 | Nº 81

ISSN 0102-6445

A QUESTÃO NACIONAL

cebrac

Editor

Elide Rugai Bastos (Unicamp)

Comitê de redação

Adrián Gurza Lavalle (USP)

Elide Rugai Bastos (Unicamp)

Gildo Marçal Brandão (USP) †

Conselho editorial

Adrián Gurza Lavalle (USP)

Alvaro de Vita (USP)

Amélia Cohn (USP)

Brasílio Sallum Jr. (USP)

Celi Regina Pinto (UFRGS)

Celina Souza (UFBA)

Cicero Araújo (USP)

Elide Rugai Bastos (Unicamp)

Elisa Reis (UFRJ)

Gabriel Cohn (USP)

Gildo Marçal Brandão (USP) †

Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos)

Horácio Gonzalez (Universidad de Buenos Aires)

John Dunn (University of Cambridge)

José Augusto Lindgren Alves

(Ministério das Relações Exteriores)

Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp)

Marco Aurélio Garcia (Unicamp)

Marcos Costa Lima (UFPE)

Michel Dobry (Université Paris I-Sorbonne)

Miguel Chaia (PUC-SP)

Nadia Urbinati (Columbia University)

Newton Bignotto (UFMG)

Paulo Eduardo Elias (USP)

Philip Oxhorn (McGill University)

Philippe Schmitter (European University, Florence)

Renato Lessa (IUPERJ)

Sebastião C. Velasco e Cruz (Unicamp)

Sergio Costa (Freie Universität Berlin)

Tullo Vigevani (Unesp)

Victor Manuel Durand Ponte

(Universidad Nacional Autónoma de México)

William C. Smith (University of Miami)

Preparação e revisão de texto

Dalila Silva

Dimitri Pinheiro

Íris Morais Araújo

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Signorini Produção Gráfica

Secretaria e assinaturas

Aline Menezes, auxiliar da Revista

Marleida T. Borges, secretária

Fones: 3569.9237, 3871.2966 – r. 20

e-mail: luanova@cedec.org.br

Comentários aos artigos?

Fale com o Editor:

e-mail: luanova@cedec.org.br

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de Ciências Humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.

Diretoria

Sebastião C. Velasco e Cruz, diretor presidente

Gildo Marçal Brandão, diretor vice-presidente †

Maria Inês Barreto, diretora secretária

Reginaldo Moraes, diretor tesoureiro

Conselho Deliberativo do Cedec

Amélia Cohn, Aylene Bousquat, Brasília

Sallum Jr., Cicero Araújo, Elide Rugai

Bastos, Gabriel Cohn, Gildo Marçal

Brandão †, Leôncio Martins Rodrigues

Netto, Luiz Eduardo Wanderley, Maria

Inês Barreto, Miguel Chaia, Paulo

Eduardo Elias, Reginaldo Moraes,

Sebastião C. Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

APRESENTAÇÃO

O tema do seminário promovido em São Paulo por um dos projetos do Cedec – “Linhagens do pensamento político-social brasileiro” – serve de mote para este número de *Lua Nova*. Trata-se do debate sobre “A questão nacional no pensamento político-social brasileiro” aqui representado pelo dossiê assinado por Bernardo Ricupero e Patrício Tierno, organizadores daquele encontro realizado em setembro de 2010.

A reflexão sobre a questão nacional envolve discutir o problema da construção do Estado e da formação da nação, temas que se imbricam de diversos modos. Como lembram os organizadores, tal relação não é evidente, nem desprovida de tensões e, ao ser enfocada pela perspectiva do pensamento político-social brasileiro, carrega as dificuldades relacionadas com a própria experiência intelectual do país. Os três trabalhos selecionados para o dossiê – de Elías Palti, de Alexandro Dantas Trindade e de Gabriela Nunes Ferreira, Maria Fernanda Lombardi Fernandes e Rossana Rocha Reis – mostram as possibilidades de abordar as ideias em suas expressões mais diversas, seja pelo contexto de origem, como pelo campo de aplicação particular, em diferentes situações e momentos históricos.

Os outros quatro artigos não compõem o dossiê, mas o completam levantando questões correlatas. “A construção política do Estado”, de Luiz Carlos Bresser-Pereira, e “O papel democrático da sociedade civil em questão”, de Rousiley C. M. Maia, abordam diretamente o primeiro elemento do binômio, mostrando como é equivocado pensar os componentes separadamente. Porém, a direção dos dois autores é diferenciada. Bresser-Pereira mostra que em nosso tempo o Estado democrático é governado e transformado pela política, por isso é o instrumento de ação coletiva da nação e da sociedade civil. Maia desafia algumas interpreta-

ções que afirmam o papel democrático da sociedade civil. Trata-se de polêmica interessante que propositadamente abrimos sem ter sido essa a intenção dos autores.

O texto “O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani”, de Antonio Brasil Jr., parte da análise de um aspecto importante da construção da nação, ao comparar as interpretações de dois analistas fundamentais da sociedade latino-americana. Nesse processo, o autor repõe a questão metodológica da abordagem do pensamento político social brasileiro acenada pelos organizadores do dossiê e mostra como a experiência intelectual dos sociólogos estudados está profundamente referenciada ao contexto de cada país. Ou seja, tempo e espaço são partes intrínsecas das ideias. Nesse debate inserem-se as indagações de Thiry-Cherques sobre os problemas da pesquisa, com o artigo “À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação”.

Agradeço a Bernardo Ricupero e Patrício Tierno não só pela organização do dossiê mas, também, pela presteza com que o fizeram.

O EDITOR

Apoio:



Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério
da Educação

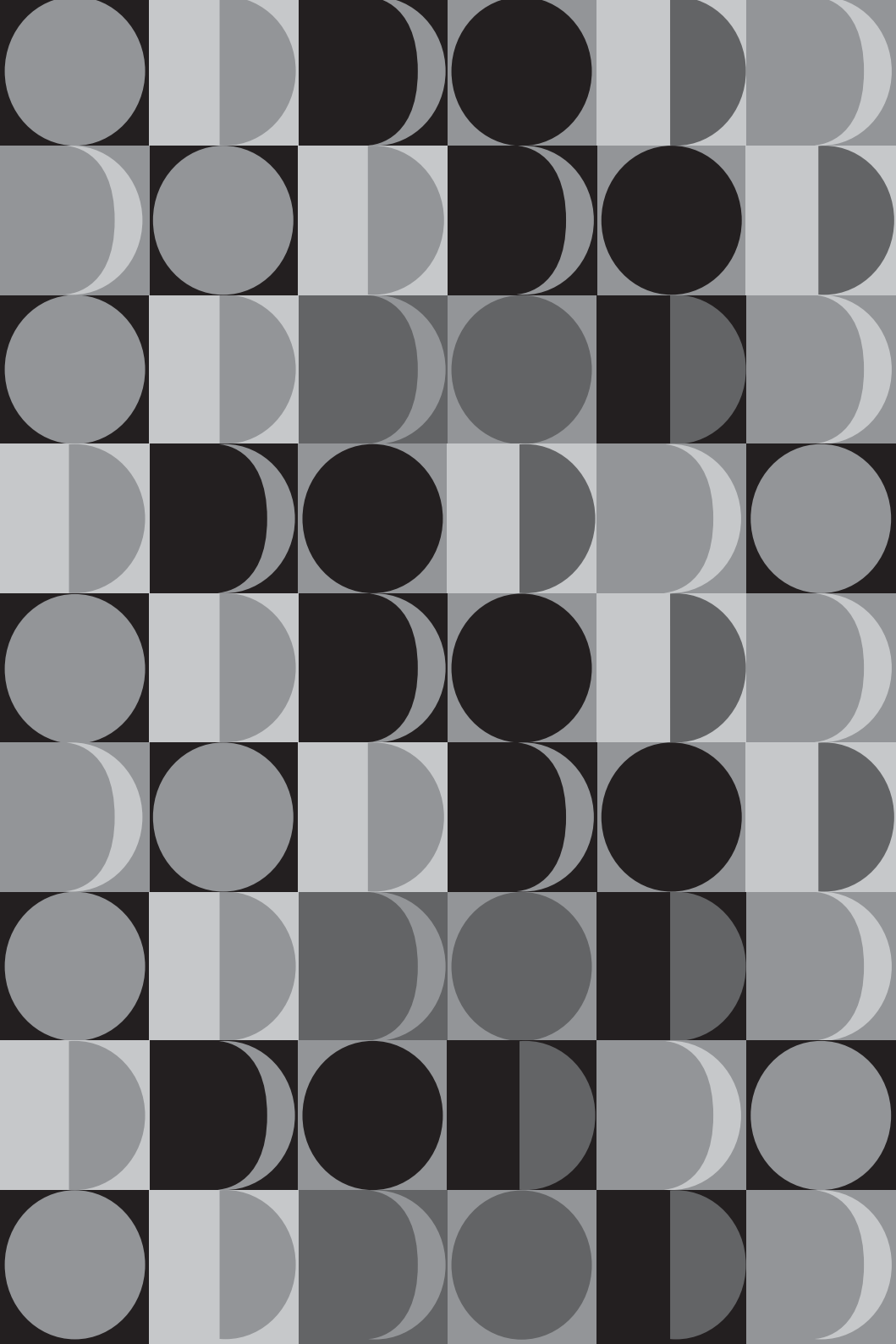
SUMÁRIO

A QUESTÃO NACIONAL

- 11** INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ
Bernardo Ricupero e Patrício Tierno
- 17** ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO
NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA
Elías Palti
- 47** O “DESCOBRIMENTO” NO PENSAMENTO
CINEMATOGRAFICO BRASILEIRO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS
QUANTO À IDENTIDADE NACIONAL
Alexandro Dantas Trindade
- 75** “O BRASIL EM 1889”: UM PAÍS PARA CONSUMO EXTERNO
Gabriela Nunes Ferreira, Maria Fernanda Lombardi Fernandes
e Rossana Rocha Reis

ARTIGOS

- 117** A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO
Luiz Carlos Bresser-Pereira
- 147** O PAPEL DEMOCRÁTICO DA SOCIEDADE CIVIL EM QUESTÃO
Rousiley C. M. Maia
- 175** O IMIGRANTE E SEUS IRMÃOS: AS PESQUISAS EMPÍRICAS
DE FLORESTAN FERNANDES E GINO GERMANI
Antonio Brasil Jr.
- 215** À MODA DE FOUCAULT: UM EXAME DAS ESTRATÉGIAS
ARQUEOLÓGICA E GENEALÓGICA DE INVESTIGAÇÃO
Hermano Roberto Thiry-Cherques
- 251** RESUMOS/ABSTRACTS



DOSSIÊ

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ

Bernardo Ricupero

Patrício Tierno

O número da *Lua Nova* que o leitor tem em mãos traz um dossiê sobre diferentes significados que a questão nacional assumiu no Brasil e na América Latina. É o resultado do seminário “A questão nacional no pensamento político-social brasileiro”, realizado em setembro na USP por iniciativa do projeto temático “Linhagens do pensamento político-social brasileiro” do Cedec.

Escolhemos este tema para orientar o primeiro seminário internacional do projeto temático devido à importância que a “questão nacional” assumiu ao longo da história do Brasil e de países em situação similar à nossa. Além do mais, até em razão da abrangência da problemática sugerida, nos pareceu que seria estimulante realizar uma reflexão que tratasse de variadas acepções envolvidas com a questão nacional, boa parte das quais o pensamento político-social brasileiro sentiu a necessidade de enfrentar.

Para começar, tratar da questão nacional implica também lidar com o problema da construção do Estado e da formação da nação. Embora esses dois temas estejam relacionados, tal relação não é evidente, tampouco desprovida

de tensões. Abordar, por sua vez, a questão nacional pela perspectiva do pensamento político-social brasileiro indica toda uma série de dificuldades relacionada com a própria experiência intelectual do país.

Melhor: foram justamente as tensões e dificuldades sugeridas pela questão nacional que nos convenceram que valia a pena refletir sobre ela. Até porque tal esforço pode indicar como intelectuais de um país que partiu de uma situação colonial procuraram, em diferentes momentos, pensar uma situação alternativa: a da constituição de um Estado nacional.

12 Nesse sentido, é preciso apreender como a organização do Estado implica também a busca de uma legitimidade que se relaciona com a referência à nação. Ou seja, apesar das diferenças analíticas entre Estado e nação, os dois fenômenos se aproximam: não é mero acaso que quase todos os nacionalismos procuram estabelecer alguma forma de organização estatal. Não se pode esquecer também que a construção do Estado e a formação da nação não são processos que se completam num momento preciso; ao contrário, assumem diferentes significados ao longo da história. Particularmente interessante é explorar os significados que Estado e nação assumem em um país como o Brasil, que parte de um passado colonial.

Nosso caso não é, além do mais, único: os outros países da América Latina também tiveram passado colonial. Seus processos de construção do Estado e de formação da nação, assim como suas correntes de pensamento que os orientam, guardam significativas semelhanças com o nosso. Tal movimento, múltiplo e singular, pode ser melhor revelado tanto em sua dimensão histórica como em seus aspectos propriamente intelectuais com o recurso à comparação.

A mútua imbricação de história e pensamento, e sua estruturação crítica em torno das questões conexas do Estado e a nação, foram abordadas inúmeras vezes, entre as quais

merece destacar o estudo preliminar de Tulio Halperín Donghi, *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Nessa introdução, o historiador argentino, ao apresentar uma série de textos clássicos produzidos por intelectuais do período que ficou conhecido como organização nacional, observou que a singularidade do processo de construção da Argentina corresponde, antes de mais nada, à formulação de um projeto intelectual que se mostrou capaz de fornecer uma interpretação do país e de torná-la hegemônica, em termos discursivos e práticos, em relação às diferentes alternativas que disputaram a condução política da Argentina desde 1852. A partir dessa data e até o final do período analisado, verificou-se, segundo o historiador, a constituição de um Estado cuja consolidação, por certo não isenta de contradições, muito devia a certas ideias e concepções elaboradas na sociedade.

De modo análogo, é possível ressaltar a centralidade das formas de pensar e de como foram utilizadas socialmente para o estudo do processo de formação nacional se levarmos em conta não apenas períodos específicos, mas sobretudo as perspectivas teórico-metodológicas que, a partir de formulações como as das “linhagens”, assumem um ponto de vista mais amplo a respeito do próprio Brasil. Na possibilidade de articular visão de conjunto e processo histórico, ideias e realidade, encontram-se, pois, as chaves de compreensão daquelas formas de pensamento que surgem e se consolidam, nascem e se prolongam, em linhas de continuidade e ruptura, ao longo da existência e da reflexão que animam uma dada coletividade.

Algo disso se encontra, acreditamos, na inspiração do seminário de setembro, o que pode ser exemplificado pelos três trabalhos selecionados para este dossiê. Os artigos são especialmente indicativos de um esforço para captar os modos do pensamento em suas expressões mais diversas, seja tanto pelo contexto de origem (Brasil, Argentina ou, mais amplamente, a América hispânica), como pelo campo

de aplicação particular (filosofia e história, arte e cinema, e pensamento político-social). Tratam, além do mais, de diferentes situações e momentos históricos.

O artigo de Elías Palti, “Entre a natureza e o artifício: a concepção da nação nos tempos da independência”, destaca como princípio metodológico a historicidade dos conceitos. A partir dessa premissa, o texto aprofunda-se na discussão das categorias de soberania e governo, ao buscar suas fontes teológicas, de raiz medieval, escolástica e aristotélica. A ideia de nação não emergiu do nada: foi produto do processo histórico que levou à independência. Também já existiam elementos de nacionalidade prévios, despertados pelo vazio de poder de 1808. Tais são os argumentos mais fortes defendidos pelo autor. Tem especial peso – se levamos em consideração o tipo de interpretação de Reinhart Koselleck – o absolutismo borbônico do século XVIII, ao acentuar a dissociação entre a esfera política, justificada a partir de seu caráter convencional, e a esfera social, com suas relações de hierarquia e subordinação “naturais”, pois gerou as condições para a emergência dos conceitos que, no início do século seguinte, acabariam solavancando as bases mesmas da ordem colonial.

14

Gabriela Nunes Ferreira, Maria Fernanda Lombardi Fernandes e Rossana Rocha Reis analisam, por sua vez, em “O Brasil em 1889”: um país para consumo externo”, artigos de uma obra, *Le Brésil*, preparada especialmente para a exposição universal de Paris de 1889. Ironicamente, os textos que os monarquistas Eduardo Prado, Barão de Rio Branco e André Rebouças produziram procuravam sugerir uma certa imagem para a nação criada pela monarquia no mesmo ano da proclamação da República. De forma bastante sugestiva, as autoras indicam que o Brasil imaginado seria além de um produto “para consumo externo”, país monárquico e civilizado próximo da Europa, também um produto “para consumo interno”, ao defender a monarquia diante da ameaça representada pela república.

Apesar das significativas diferenças entre os três escritores há um ponto central no qual se assemelham: a identificação com o Império. Mais importante, é indicado que a aproximação entre Rio Branco, Prado e Rebouças se dá mais do que simplesmente devido à defesa da monarquia, mas em razão da crença que algo como uma nação brasileira deveria ser principalmente o resultado da ação da Coroa.

Finalmente, o artigo de Alexandro Dantas Trindade, “O ‘descobrimento’ no pensamento cinematográfico brasileiro: diálogos possíveis quanto à identidade nacional”, contrapõe os filmes de Humberto Mauro, *O descobrimento do Brasil* (1937), e de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso meu francês* (1970). O texto explora e reconstitui, dessa forma, a narrativa fílmica da conquista e da colonização a partir de certos tópicos comuns, porém objeto de interpretações diferenciadas: a relação entre colonizador e colonizado, as figuras arquetípicas do europeu e do índio, a contraposição entre a experiência pacífica e civilizadora da conquista e a inerente conflitualidade simbolizada no canibalismo selvagem. Em outras palavras, trata da situação limite e excepcional que supõe o descobrimento e o estabelecimento dos primeiros contatos entre dois mundos e dois universos culturais que até então se desconheciam.

15

Graças a esse interessante exame, o autor pode, em uma abordagem que indiretamente nos remete à problemática do princípio e da gênese compartilhada, sugerir como se dá a reinvenção permanente da nação nos diferentes campos da cultura. Reconstrói, com esse percurso, as imagens que conformam uma identidade nacional em seu próprio e inacabado progresso, enquanto “representações” contrapostas de uma consciência que busca ser uma, mas que se sabe plural, complexa e vivaz.

Considerados em conjunto, os três artigos indicam a multiplicidade de significados que a questão nacional assumiu no Brasil e na América Latina. Desde antes do fim da

ordem colonial, a própria maneira de entender o Estado e a nação tem se transformado incessantemente, ao ponto que, por vezes, parecem irreconhecíveis. Em outras palavras, política, cultura e sociedade têm sido palco constante de disputas a respeito da questão nacional. Nesses embates, diferentes projetos intelectuais têm se esgrimido sobre a maneira como se deve entender o Estado e a nação.

Nessa referência, nos aproximamos, mais uma vez, da formulação de Gildo Marçal Brandão a respeito das linhas intelectuais que interpretaram e procuraram orientar a experiência brasileira. Não por acaso, Gildo foi o principal inspirador do seminário e do projeto temático que estão na origem dos artigos aqui reunidos. Que este dossiê sirva, assim, também para lembrarmos Gildo.

Bernardo Ricupero

é professor de Ciência Política da USP.

16

Patrício Tierno

é professor de Ciência Política da USP.

ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA*

Elías Palti

Ao longo do século XIX afirma-se no ocidente a ideia de que as nações constituem entidades naturais, comunidades que preexistem à sua instituição formal e dão sustento objetivo às formações estatais. Sem elas não se poderia explicar como estas foram separadas historicamente entre si e qual era o princípio diretor que ordenava seu desenvolvimento por baixo da série mais ou menos fortuita de acontecimentos que lhe deram sua expressão política concreta. Este padrão historiográfico proveu também a base sobre a qual se fundou a historiografia nacional dos diversos países da América Latina e serviu para explicar as revoluções de independência. Trata-se, de fato, de uma visão ainda hoje profundamente arraigada. As palavras de Alejandro Rey de Castro Arena num trabalho recente servem de ilustração:

O transplante integral para o Peru da religião, instituições e cultura hispânica acabou por modelar

* Tradução de Fernando Antônio Pinheiro Filho.

personalidades nacionais, com uma consciência própria que foi amadurecendo ao longo de quase três séculos do vice-reinado. [...] Sem esse elemento de tão fundas raízes no solo nacional não teriam atuado as influências externas da ideologia e da imitação, nem as exigências econômicas, nem a obra criadora e genial dos caudilhos militares. Por conseguinte, ao invés de dar tanta ênfase às causas externas, devemos considerar mais atentamente as causas internas, basicamente o nacionalismo consciente que começava a manifestar-se (Arena, 2008, p. 23).

Esta ênfase no despertar de uma consciência nacional permite ao autor transpassar a superfície dos acidentes históricos manifestos e penetrar nas causas mais profundas que operavam por baixo deles. Daí sua conclusão:

18 De acordo com nossa interpretação, se não tivesse havido a invasão francesa ou se, ao ser restaurado em seu trono, Fernando VII tivesse mantido o programa constitucional, os hispano-americanos cedo ou tarde teriam encontrado a oportunidade para emancipar-se. [...] O autogoverno pode explicar-se pela necessidade de preencher o vazio de poder que se produziu a partir da crise política peninsular. Não obstante, essa circunstância não é suficiente para explicar a independência proclamada no curso da década, já que esta corresponde a algo mais profundo que a mera conjuntura político-militar da Espanha. Responde mais à existência entre os americanos de um sentimento patriótico e de uma consciência nacional desenvolvida ao longo de três séculos de história colonial (Arena, 2008, pp. 140-141).

Nessa perspectiva, a vacância real produzida em 1808 só servira de ocasião para este ser nacional expressar-se e

reclamar o direito de autogoverno que lhe pertencia naturalmente. Este aparece assim como o verdadeiro Sujeito dessa história, no sentido etimológico do termo (*sub-jectum*: aquilo que permanece por sob as mudanças de forma que se lhe impõem). Certamente, esse ser nacional muda historicamente, mas essas mudanças são algo que ocorre a um sujeito cuja identidade se encontra, em consequência, pressuposta. Como substrato último da predicação histórica, as diversas etapas que atravessa indicariam outras tantas fases de sua constituição como tal.

Este ponto de vista, como sabemos, para além de sua impregnação social, resulta hoje insustentável entre os especialistas. A articulação de uma identidade nacional, como se vê, foi o desemboque final de um longo processo histórico que de nenhum modo já estava prefigurado no ponto de partida. E isso terá consequências historiográficas decisivas, já que abre à interrogação aquilo que nesse padrão explicativo aparece como pressuposto impensado e impensável, dado que constitui sua premissa. Somente a partir do momento em que a nação deixa de aparecer como um princípio explicativo suficiente para converter-se ela mesma em algo que deve, por sua vez, ser explicado, surge a pergunta, cuja resposta está longe de ser óbvia, a respeito de como pôde surgir a ideia de que os territórios americanos eram nações, e que poderiam, portanto, reclamar direitos soberanos e autogovernar-se.

Com efeito, isso não é tão simples de explicar como pode parecer retrospectivamente. Nos marcos do pensamento pré-moderno a ideia da existência de uma comunidade política independente do que constituía o centro articulador de que emanava – a autoridade soberana –, implicava algo não só herético, mas simplesmente absurdo, inconcebível. Como dizia Francisco Suárez: “não pode haver em verdade um corpo sem cabeça, a não ser mutilado e monstruoso” (1971, pp. 8-9). Esta premissa aparecia

como uma verdade autoevidente, dado que, segundo se pensava, sem relações de mando e obediência não podia existir nenhuma comunidade política. Como demonstra a relação entre pais e filhos, isto era algo que estava inscrito na própria natureza; que escapava, portanto, à vontade dos sujeitos. A emergência de um ideal de independência, assim, mais que um processo de autoconsciência de um ser preexistente, marcou uma virada fundamental nas concepções de sociedade e de política próprias do Antigo Regime. A pergunta que se coloca, pois, é como se produziu essa virada político-conceitual. O certo é que, privados do suposto da presença de um substrato preexistente de nacionalidade, o apelo ao velho tópico da chegada de ideias ilustradas “estrangeiras”, provenientes da França, tampouco chega a explicar algo. A simples leitura de livros importados não poderia tornar uma determinada entidade perceptível como objeto da realidade se esta já não tomava parte de alguma maneira do universo do inteligível dentro dessa mesma realidade. Enfim, aquilo com que nos defronta a quebra das visões nacionalistas – de forte marca teleológica – parece a princípio um paradoxo, ou seja, nos impõe a necessidade de reconstruir aquele conjunto de deslocamentos político-conceituais operados no interior dos imaginários tradicionais que, até princípios do século XIX, proveram as condições de possibilidade para a eventual concepção de uma ideia, não obstante, completamente alheia a esses mesmos imaginários: a ideia de uma soberania vaga, etérea, desencarnada, uma soberania sem um soberano, que habita todos os lugares sem radicar-se em nenhum lugar em particular. Em suma, trata-se de reconstruir as condições que tornaram então possível a emergência do postulado, prenhe de consequências, de que uma vez derrubada a monarquia a soberania reverteria para o povo.

Deve-se dizer, no entanto, que as críticas “revisionistas” abrem as portas para esse universo novo de interroga-

ções apenas ao preço de declará-las insolúveis de antemão. Uma conclusão que, entretanto, não podem tampouco aceitar; e, em seu esforço para quebrar essa impossibilidade, acabam diluindo o sentido profundo de sua própria crítica. Isto se liga estreitamente a seu postulado “forte” de que o conceito de nação não estava ainda disponível nesses anos. Assim formulado, ele levaria a ver as revoluções de independência menos como o resultado contingente de uma série de desenvolvimentos históricos precisos – como efetivamente o foi – do que como o produto fortuito de circunstâncias aleatórias e, em última instância, incompreensíveis historicamente. Sem dúvida, alguma ideia de nação estava então operando; do contrário, a vacância real não teria as consequências que teve. Pretender explicar tais acontecimentos com base num conceito de nação que, na realidade, só na segunda metade do século XIX tomaria forma – isto é, a ideia de nação como fundada numa identidade subjacente – é, definitivamente, puro anacronismo; a negação da existência de *qualquer* ideia de nação (como se aquela mencionada anteriormente fosse a única possível e verdadeira) também o é. Cabe então retraduzir a pergunta antes assinalada do seguinte modo: que ideias de nação e autodeterminação puderam desenvolver-se nesse contexto político-intelectual sem as quais não se poderia produzir o tipo de ruptura política que então se produziu?

Esta interrogação, como assinalamos, só aparece como tal na medida em que se desloca o suposto da existência de algo como uma consciência nacional situada na base do processo de independência destinado cedo ou tarde a manifestar-se. Descartada esta solução inviável, a perspectiva revisionista hoje padrão tende a responder a partir de dois postulados.

Em primeiro lugar, privar de todo efeito explicativo o velho tópico da influência das ideias importadas da Fran-

ça leva a enfatizar, em troca, a persistência de imaginários tradicionais que concebiam a sociedade como um emaranhado de corpos hierarquicamente dispostos e articulados por vínculos contratuais pessoais. A ideia de pacto social a que se apelou em princípios do século XIX não se associava ainda a um horizonte ilustrado moderno de pensamento, mas remetia a um conceito de matriz neoescolástica forjado na Espanha nos séculos XVI e XVII. Este ponto, como dissemos, é fundamental, posto que aponta para tratar de descobrir, para além das possíveis “influências”, quais eram as condições locais de recepção dessas ideias “importadas”, quais as matrizes conceituais a partir das quais vão ser lidas e assimiladas.

22 O segundo postulado associa-se estreitamente ao anterior. O que o vazio de poder suscitado pelas abdições de Baiona faz emergir não é a nação moderna mas um emaranhado corporativo do Antigo Regime. Os que retomarão sua soberania serão os corpos territoriais tradicionais, os *povos*. Não parece demais enfatizar aqui a importância decisiva desse postulado para quebrar os supostos teleológicos próprios das visões nacionalistas clássicas. Ambos os postulados combinados explicam como se produziu a ruptura política. Não obstante, como assinalamos, o efeito explicativo se logra aqui só ao preço de diluir a problemática anteriormente assinalada.

Com efeito, se, segundo se afirma, com o postulado de que, caída a monarquia, a soberania reverteria para o povo, os revolucionários de 1810 só retomaram um velho princípio tradicional, de matriz neoescolástica, a questão a elucidar se reduziria simplesmente a como delimitar esse sujeito da soberania, esse “povo” a que tal postulado faz referência. Resulta completamente óbvio que aqueles não poderiam ter se referido ao povo “argentino” ou ao povo “boliviano” etc. Enfim, se o núcleo da crítica revisionista se reduzisse a precisar isto, deve-se dizer que se trata de

algo mais próximo do banal. Tratar de rastrear a que se referiam os atores da época quando falavam de “nação”, “pátria”, “povo” etc. não parece, nesse sentido, de grande relevância. Essa elucidação não chegaria ainda a responder a uma pergunta prévia (a que está verdadeiramente em questão), de como surge a ideia de autogoverno da comunidade para além de como esta eventualmente se delimitará em cada caso.

Por fim, a discussão sobre tratar-se da soberania dos *povos* ou do *povo* não pode reduzir-se à questão de como delimitar o sujeito portador da soberania. Um sentido mais próximo da verdadeira problemática que essa discussão coloca é o que indica uma diferença mais profunda, de ordem conceitual, entre ambas as definições: a primeira delas remeteria a uma concepção do Antigo Regime, isto é, revelaria a inexistência de uma concepção abstrata moderna de nação. Esse ponto, como dissemos, é chave, mas assim formulado ainda não escapa do terreno do quase óbvio. Claro está que uma ideia abstrata, moderna de nação – seja qual for a definição que dela se dê, já que, como mostra a história do século XIX, na realidade existem muitas ideias diferentes e mesmo contraditórias de nação, tanto individualistas como organicistas – não estava ainda presente nos tempos da independência. Mas, assim colocado, não se poderia mais entender como esta se produziu. A crítica revisionista deve, de fato, supor também que esse sujeito que produziu a quebra do sistema monárquico esteve sempre ali, esperando a ocasião de manifestar-se; mudaria apenas qual seria esse sujeito, mas o modelo interpretativo não se alteraria no essencial.

Os povos viriam agora simplesmente ocupar o lugar desse substrato natural de sociabilidade ocupado antes pela nação. E esta, por sua vez, se veria convertida numa espécie de andaime artificial, isto é, moderno, convencional, e, portanto, o único propriamente *histórico*; o único, enfim, cuja

conformação haverá de produzir-se no curso desse mesmo processo histórico. Os povos, em troca, existiram desde sempre, aguardando a oportunidade para emergir no terreno político. Ainda que tenham também uma origem histórica, esta, assim como a das nações para os nacionalistas, mergulha no fundo dos tempos. Enfim, os povos emergirão agora como os Sujeitos das narrativas históricas.

Nessa perspectiva, em última instância a temporalidade dos processos históricos perde importância substantiva. O suposto implícito é que, se a vacância real tivesse se produzido um século ou dois antes, a independência também poderia ter-se antecipado. Assim colocada, portanto, a crítica revisionista não diferiria tanto do nacionalismo anterior. De fato, ela implica uma teleologia inversa à anterior, mas de natureza não muito distinta. Mudaria apenas o ponto a partir do qual se realizam as projeções retrospectivas que, por inversão, tornam possível o efeito explicativo: a plataforma para isso já não serão os Estados nacionais consolidados de fins do século XIX e sim a crise política que antecede imediatamente a independência. A fragmentação política e territorial não seria resultado contingente de uma série de vicissitudes históricas – na qual as longas guerras e o fato de que a independência terminara produzindo-se num clima internacional hostil, dominado pela Restauração, não foram em absoluto indiferentes –, mas um desenlace fatal e inevitável do vazio de poder deixado pela queda da monarquia.

Em definitivo, o efeito explicativo da crise de independência só é possível, novamente, na medida em que colocamos por baixo dos acontecimentos históricos um sujeito que estes podem predicar – a isso que permanece sob as mudanças de modo que estas se lhe impõem –, o que leva necessariamente a diluir a mudança histórica sob um manto de continuidades trans-históricas supostamente mais profundas. Como os autores mais consequentes com essa

perspectiva soem explicitar, a ideia de que os povos do Antigo Regime então reassumiram sua soberania liga-se naturalmente à ideia de que a independência tampouco marcaria, na verdade, qualquer mudança crucial. Para além das alterações de ordem política então ocorridas, essa trama corporativa, essa sociedade do Antigo Regime se manteria, no essencial, inalterada (para muitos, inclusive, permaneceria assim até o presente)¹.

Trata-se, enfim, de abrir à interrogação esse mesmo pressuposto, historicizar o que aparece ali como uma espécie de substrato último de natureza por baixo das circunstâncias históricas, as quais só lhe serviriam de ocasião para manifestar-se. Como veremos no que segue, a ideia de que os *povos* sejam os depositários primitivos e naturais da soberania, embora recorrente em certa tradição republicana de autogoverno arraigada no mundo hispânico, só surge, tanto na península como nas colônias, ao longo do século XVIII, no contexto da luta contra os avanços do absolutismo dos Bourbons. E isto supôs uma recomposição fundamental dos modos tradicionais de conceber as sociedades e o poder político, que, novamente, embora de modo algum antecipe a crise da ordem monárquica,

25

¹ Esta postura impregna o conjunto da historiografia latino-americanista. Foi desenvolvida com particular ênfase pela chamada “escola culturalista”, cuja figura mais reconhecida é Richard Morse. Segundo este afirmava, as ideias ilustradas modernas só puderam ser assimiladas no mundo ibérico na medida em que “foram reelaboradas em termos aceitáveis” para a tradição neoescolástica de pensamento herdada. Estas se caracterizariam assim por seu radical ecletismo, conformariam “um mosaico ideológico, antes de um sistema” (Morse, 1989, pp. 112, 107). Mais recentemente, esta mesma postura foi adotada pela escola espanhola de estudos jurídicos, cujo principal representante é Bartolomé Clavero. Carlos Garriga, membro destacado da mesma, argumentou mais persuasivamente que, no mundo hispânico, um conceito jurídico propriamente moderno (ou “contemporâneo”, como prefere, por vezes, chamá-lo) não surgiria até meados do século XX. Para ele, a constituição gaditana, como todas as constituições que se seguiram na América espanhola, seria ainda, na realidade, uma constituição do Antigo Regime. Ver a esse respeito Garriga e Lorente (2007).

a tornou – de maneira algo tortuosa e em vários sentidos paradoxal – eventualmente possível. A reconstrução histórica de como surge esta ideia dos povos como os depositários originais e naturais da soberania contém uma chave fundamental para compreender como se produziu o paradoxo antes mencionado, isto é, de que modo os próprios imaginários tradicionais se torceram para dar lugar a uma ideia que quebrava sua própria lógica de articulação.

Processos ideológicos e “história de efeitos”

Começando com o primeiro dos postulados da crítica revisionista a respeito da persistência dos imaginários tradicionais, num texto já clássico, *Tradición política española e ideologia revolucionaria de Mayo* (1961), Tulio Halperín Donghi já assinalava que as ideias contratualistas neoescolásticas eram, na realidade, no século XVIII, uma tradição grandemente esquecida. Elas foram de alguma forma “reinventadas” no contexto da crise do sistema monárquico, cobrando no transcurso sentidos já muito diversos do original. O apelo a uma ideia de “imaginário tradicional” como um todo homogêneo e unificado leva, em última instância, a perder de vista a série de transformações de ordem conceitual que precederam a ruptura política com a coroa e que, como dissemos, se de nenhum modo a antecipam, abriam o terreno para que esta pudesse eventualmente produzir-se.

Como comprova Halperín Donghi no livro mencionado, há décadas era um lugar comum nos estudos hispânicos o postulado de que as ideias contratualistas evocadas durante a crise aberta pela vacância real produzida em 1808, tanto na península como nas colônias, não eram verdadeiramente de origem ilustrada, mas mergulhavam suas raízes numa longa tradição hispânica de pensamento político. O primeiro ponto de referência que se costumava citar nessa tradição era o padre dominicano, inspirador da chamada

Escola de Salamanca, Francisco de Vitoria (1483-1546). É ele também o primeiro dos autores a que Halperín Donghi dedica o referido estudo, ainda que nem tanto para destacar a originalidade de seus aportes e mais para mostrar até que ponto seus pontos de vista eram (ou se tornariam) representativos de um clima de época.

Em todo caso, o postulado de que o poder havia sido conferido ao monarca pelo povo não era realmente novidade, e, definitivamente, de conotações nada revolucionárias. Sua vagueza, por outro lado, seria a chave para sua rápida difusão, a ponto de ser adotada por pensadores muito diferentes entre si. Este consenso que rapidamente se estabelece em torno da ideia do pacto, assinala Halperín Donghi, se efetivaria não tanto pela frouxidão com que se abria a um leque muito amplo de respostas possíveis à série de interrogações que colocava, mas principalmente pela vocação comum da época de deixá-las sem resposta.

O postulado de que a soberania havia sido transferida para o monarca a partir de um pacto originário com o povo tinha, com efeito, já implícito um primeiro questionamento: como havia surgido, por sua vez, esse povo que havia de transferir-lhe a soberania? Isso daria lugar ao surgimento da ideia da existência de um segundo pacto. O *pactum subjectionis* havia sido precedido por um *pactum societatis* por meio do qual esse povo se constituiu como tal. Assim, a invocação desse segundo pacto resolvia a questão apenas ao preço de abrir interrogações ainda mais sérias do que as que vinha resolver: este segundo pacto podia ser revogado? Em que circunstâncias? Qual seria a situação resultante? etc. Em definitivo, o que este fazia surgir era a ideia, definitivamente herética, da possível existência de um estado de natureza pré-social.

Se a abordagem dessas questões pôde ser evitada foi porque a vigência do ideal medieval de uma monarquia cristã universal (“a república de todo o orbe”, segundo se

a definia), encarnada na figura de Carlos V, as fazia irrelevantes para todo efeito prático. Só a crise desse ideal faria voltar o olhar para elas. Ainda assim, seria completamente descabido ver ali a origem das ideias revolucionárias. Os que pretenderam fazê-lo tiveram que omitir uma série de dados fundamentais. Em primeiro lugar, que a ideia do pacto não tinha por objeto destacar a gênese voluntarista do poder. O povo não era mais que o agente transmissor de uma soberania que emanava, em última instância, de Deus. E se esse pacto originário impunha ao monarca certos limites no exercício de seu poder não era em função do respeito que devia à vontade de seus súditos tornada manifesta em seu ato de transferência, mas pelos fins que estariam assim aderidos a sua investitura. Nesse contexto de pensamento, nenhuma vontade dos membros de uma comunidade política podia ser a fonte de sua legitimidade como tal, a não ser unicamente na medida em que estivesse em harmonia com princípios universais de justiça. Estes não eram uma criação humana, algo que uma decisão subjetiva poderia desviar ou modificar apenas por sua vontade (nenhuma votação poderia tornar justo algo que por sua própria natureza era injusto). Eles foram estabelecidos por Deus e estariam gravados no plano mesmo da Criação.

Derivam daí duas consequências fundamentais. Em primeiro lugar, para esses autores esse estado de natureza prévio (que a ideia do pacto trazia implícito) não era verdadeiramente de um estado pré-social, no sentido de que não vigorava ainda nenhuma lei que contivesse a liberdade originária dos indivíduos (como posteriormente se interpretaria), mas aquele em que vigia unicamente a lei natural. Era sim um estado pré-social no sentido mais limitado: de que os homens, vivendo em comunhão imediata com seu Criador, não se tinham dividido ainda em sociedades e nações. Aqui encontramos a segunda consequência antes

referida. O estabelecimento dessas seria indissociável da instauração de relações de mando e obediência, enfim, *não haveria comunidade política sem um poder a partir do qual esta se desdobrasse*.

O que foi assinalado explica as dificuldades para pensar um *pactum societatis* desprendido do *pactum subjectionis* e porque aquele permaneceria como um postulado que nunca chegará a explicitar-se. Em todo caso, o ponto crítico e que logo apareceria como tal enraíza-se em outro deles: o pacto de sujeição. Este implicava o suposto da diversidade de regimes políticos possíveis (suposto implícito numa tradição de pensamento que remetia a Aristóteles e a ainda antes dele). Confrontada com a dissolução da unidade do Cristianismo e com o surgimento de monarquias nacionais (muito menos adequadas como encarnação do reino de Deus na Terra), uma segunda geração de pensadores neoescolásticos – cuja figura fundamental é o jesuíta antes mencionado, Francisco Suárez (1548-1617) – consideraria tal problemática iniludível.

29

A doutrina política de Suárez não abandonaria seu fundamento transcendente. Os princípios a partir dos quais o soberano forma sua legitimidade seguem obedecendo a um mandato sobrenatural. A política e a moral são para ele indissociáveis. Ainda assim, se a vontade dos sujeitos está sempre subordinada a fins cuja definição não lhes corresponde, esses fins serão entendidos cada vez mais em termos profanos (a felicidade dos cidadãos). A reflexão filosófica colocará então em seu centro a razão de Estado, mas seria errôneo ver por isso em Suárez um precursor daquelas ideias que porão fim à monarquia. Pelo contrário, a ênfase acentuada na dimensão profana da política orientava-se justamente no sentido de reforçar a necessária submissão ao poder. A progressiva perda de seus fundamentos transcendentais permitirá às monarquias voltar-se sobre si para encontrar em seu interior as bases sobre as quais sustentar

seu funcionamento secular. De modo correlato, as normas que fundariam a convivência social perderiam seu caráter autoevidente, escapando assim do âmbito doxológico (o da opinião comum).

Com efeito, se os princípios de justiça natural eram objetivos e não dependiam da vontade dos sujeitos, eram também, por isso mesmo, publicamente acessíveis, ao menos para todos aqueles cujas faculdades de discernimento não se encontravam ofuscadas pelas trevas das paixões egoístas. Isto mudaria drasticamente com a afirmação da monarquia barroca. Entre o monarca e seus súditos já não haveria medida comum; apenas ao primeiro estariam reservadas aquelas faculdades de discernimento próprias à função que ele encarna.

30 A difusão no século seguinte das doutrinas ilustradas só aprofundaria essa via de deterioração do racionalismo político que acompanhou o trânsito dos impérios medievais de aspirações universalistas à monarquia barroca. As ideias de Juan de Solórzano y Pereira (1575-1655) ilustram esse fenômeno. A monarquia absoluta já não seria concebida como uma emanção natural do sistema de hierarquias e subordinações presentes na própria sociedade e que têm seu ponto de partida originário no vínculo familiar. O poder político instala-se num âmbito de realidade de uma ordem completamente distinta. O rei é o senhor natural de seu reino, mas já não é simplesmente o pai comum. A esfera que agora lhe pertence com exclusividade encontra-se na base da comunidade sobre a qual governa, mas ao mesmo tempo é transcendente a ela.

A chegada no século XVIII dos Bourbons na Espanha e a difusão das ideias ilustradas estará marcada, assim, por uma nova consciência (ausente nos neoescolásticos) graças à fragilidade da ordem internacional, e, em particular, da precariedade da situação do império hispânico. Nesse contexto é que se produz uma virada historicista no pensamento.

Diferentes autores, entre os quais se destacará Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-1811), vão agora mergulhar no passado espanhol tratando de rastrear nele velhas tradições de liberdade. Nesse sentido, a crítica ao despotismo adotará um tom conservador. O que se buscava era restaurar a constituição tradicional hispânica.

Não obstante, a esses mesmos autores não escaparia até que ponto essa constituição tradicional que invocavam tratava-se, na realidade, de uma invenção moderna (Koselleck, 2007, p. 17). O arcaísmo ostensivo desse pensamento ocultava mal tudo o que tinha de novo. O certo é que no curso dessa laboriosa busca da constituição ancestral castelhana seriam delineados os contornos de um novo objeto de estudo, que até então era simplesmente impensável. Ainda quando os estudos do período se inscreviam na velha tradição dos modelos do príncipe, o centro da reflexão já não se colocaria no monarca e sim na nação espanhola.

O modo como se produziu essa torção conceitual lembra certa dialética paradoxal observada por Reinhart Koselleck em sua tese de doutoramento, *Crítica y crisis* (terminada em 1954 e publicada em 1959). “O absolutismo”, disse Koselleck, “condiciona a gênese da Ilustração. A Ilustração condiciona a gênese da Revolução. Entre esses dois princípios se move, grosso modo, o presente trabalho”². Esta formulação sintetiza uma perspectiva cuja complexidade, não obstante, não chega a expressar. Em todo caso, o ponto é que o próprio pensamento absolutista, ao acentuar a brecha entre a esfera do político – pondo em relevo sua natureza convencional – e a esfera do social – os sistemas de hierarquias e subordinações espontâneas pre-

² O líder liberal nas cortes de Cádiz, Agustín Argüelles, indicaria agudamente a Jovellanos que seu modelo constitucional estava, na realidade, calcado no britânico. Ver a esse respeito Argüelles (1970, p. 121).

sentes na sociedade –, no seu afã de afirmar seus próprios fundamentos abriria o campo para a emergência de um conceito que minaria as premissas em que se sustentava. Faria finalmente possível a concepção da existência de uma comunidade política organizada com independência daquilo que até então era o centro articulador de que necessariamente emanava: a autoridade real. O *pactum subjectionis* e o *pactum societatis* poderão assim despregar-se um do outro, ganhando autonomia como objetos próprios de reflexão.

32

Todavia, isto não significa que os problemas colocados por este último pacto puderam por fim resolver-se, e sim o contrário: será então que eles aparecem verdadeiramente como tais. O pensamento da emancipação já não poderá evitar confrontá-los. Mas isto será uma derivação imprevista, algo que se produz como resultado da mesma irrupção revolucionária, mas que não constituía seu ponto de partida. Em sua origem, o discurso revolucionário partirá da própria premissa assentada pelo pensamento absolutista, retomará a dicotomia consagrada por este entre a nação (natural) e o poder político (artificial) para invocar a primeira (a qual, enquanto entidade natural, preexistiria ao poder real e, portanto, subsistiria também à sua derrubada) e impugnar em seu nome o segundo (cujo regime e estrutura, na medida em que constituem uma construção convencionalmente estabelecida, poderiam, em consequência, eventualmente modificar-se por uma vontade contrária). Não obstante, esta dicotomia não poderia sustentar-se por muito tempo. Tão logo se declara, a revolução se verá confrontada com o paradoxo de ter que construir um novo Estado, fundado em um novo tipo de legitimidade, e, ao mesmo tempo, também aquela entidade que deveria fazê-lo (a nação soberana). Ambas tarefas, por outro lado, já não haviam de se confundir uma com a outra.

O certo é que, uma vez transportado para as colônias, o historicismo do século XVIII revelaria novas arestas problemáticas. Aqui a busca de liberdades passadas locais supostamente subsistentes a “três séculos de opressão” colonial obrigava a uma série de operações históricas demasiado e obviamente arbitrárias. É então que a Revolução se converterá ela mesma em um mito de origem, uma nova aurora de liberdade. O afã de ruptura violenta com o passado impedirá, assim, de ver até que ponto esse mesmo afã havia sido preparado por um amplo desenvolvimento conceitual prévio, que faria concebível um conceito até então simplesmente absurdo de se imaginar (e sem o qual a independência também teria sido impensável): a ideia de uma soberania desprendida da autoridade soberana. De todo modo, estes desenvolvimentos prévios ainda não explicam nem fazem prever a forma em que se articulariam para dar lugar a um discurso revolucionário cuja lógica lhes resultaria por completo estranha e cuja conformação haveria de minar as próprias premissas que tornaram possíveis esses desenvolvimentos.

Em suma, se o discurso revolucionário supôs a secularização de motivos escatológicos, implicou ao mesmo tempo a ressignificação drástica dos mesmos para servir a propósitos e responder a situações já completamente alheias ao imaginário em que foram concebidos. Este será, pois, o ponto de chegada de um itinerário sinuoso, em que as recorrências superficiais de ideias ocultam reversões drásticas de sentido resultantes menos das inovações semânticas nas quais elas operam que do modo como, em cada caso, essas ideias se verão articuladas para dar lugar a novas constelações ideológicas. No decurso dessas reconfigurações sucessivas serão abertos horizontes impensáveis no ponto de partida. Longe de responder a alguma lógica de desenvolvimento linear, elas suportarão uma reversão permanente sobre si para minar aqueles mesmos pressupostos que haviam posto em

movimento esta série de transformações. E isto nos leva ao segundo dos postulados revisionistas assinalados no começo deste trabalho.

A nação entre o reino e a graça

A ideia de que os corpos e, em particular, os corpos territoriais do Antigo Regime (os povos) constituem uma espécie de substrato natural de sociabilidade, oposta à armação institucional convencional do Estado, não pode ser aceita literalmente. Na verdade, esta oposição não se encontra ainda presente como tal na Espanha dos séculos XVI e XVII. Como assinalamos anteriormente, trata-se de um desenvolvimento que só se deu ao longo do século XVIII no contexto da luta contra os avanços do absolutismo dos Bourbons. E antes de sua chegada, uma série de reformulações políticas fundamentais teve de produzir-se.

34 A compreensão dessas reformulações supõe, assim, a superação da visão do Antigo Regime como uma totalidade homogênea e uniforme ao longo de três séculos. Em sua imagem soem mesclar-se, de fato, ideias e realidades que correspondem a épocas diversas entre si. Nesse decorrer, o próprio conceito de poder político mudaria.

Nas monarquias medievais de vassalagem feudal, o soberano era concebido simplesmente como o cume dentro de uma rede de subordinações espontâneas espalhadas no próprio corpo social e cujo ponto de partida original era a autoridade paterna. A autoridade monárquica fundava-se num conjunto de pactos pessoais de vassalagem. O *solium* colocava o rei numa posição mais elevada em relação a barões, marqueses e castelhanos – que mantinham, de fato, plenos poderes dentro de seus domínios (alguns deles mais extensos que os do próprio monarca) –, mas sua autoridade não era de natureza muito distinta da deles.

Isto muda fundamentalmente ao longo dos séculos XIII e XIV com a afirmação progressiva das monarquias,

acompanhada, por sua vez, da difusão de cortes e parlamentos. Este trânsito da monarquia de vassalos feudal para uma monarquia corporativa estamental foi estudado de forma comparativa por Otto Hintze (1962). Nesta última, a autoridade real passará a ser concebida como um poder arbitral numa normatividade plural resultante da proliferação de fontes de direitos. De cada corpo emanava sua própria legislação, sendo que o monarca tinha a missão de compatibilizá-las mutuamente e assim preservar uma ordem natural (que se condensava na ideia de *justiça*). Ele se inscrevia dentro dessa mesma ordem que lhe cabia ao mesmo tempo conservar. Situava-se assim numa posição ambígua, simultaneamente interior e exterior, ou, mais precisamente, intersticial, colocado no vértice que articula as distintas ordens entre si.

Isto muda drasticamente, por sua vez, no curso do século XVII. A monarquia cada vez mais aparecerá como a condição de possibilidade da comunidade, mas, enquanto tal, não mais tomará parte dessa mesma ordem. O príncipe se colocará numa situação de transcendência com relação à sociedade que lhe cabe governar. E só assim poderia exercer sua missão de preservar a ordem natural, o que supõe um regime de exercício do poder já muito diverso. A soberania não aparece agora como uma emanção espontânea da sociedade, e sim como uma instância que obedece a uma lógica específica. E só então pode surgir o conceito de soberania, sem o qual (ainda que pareça óbvio convém esclarecer) tampouco poderia haver surgido o conceito de soberania nacional.

Com efeito, este não existia antes; de fato, só aparece nas línguas românicas. O termo usado em latim era *imperium* ou *majestas*, que definia o atributo próprio do monarca e fazia referência à falta de limites externos ao seu poder. Os antigos impérios tinham, de fato, vocação universalista; seu domínio, em teoria, compreendia o conjunto da cristandade.

É com a dissolução da unidade da cristandade e o surgimento das monarquias nacionais que surge a noção de soberania, alterando então radicalmente seu significado em relação ao antigo *imperium*. Agora já não indicará a ausência de limites externos ao poder do monarca, mas de limites internos. Ou seja, a inexistência dentro do próprio reino de qualquer autoridade colocada acima da sua. Claro está que por essa via seria impossível chegar à ideia de uma soberania nacional. No entanto, esta reformulação logo descobriria arestas insuspeitas.

36 Quanto mais os reis chegaram a se identificar com Deus, e quanto mais apareceram como uma entidade transcendente com relação às sociedades sobre as quais exerciam seu poder, mais estas mesmas sociedades apareceram como tendo uma existência independente da soberania. Isso se deu, não obstante, na medida em que ambos apareceram encarnando, respectivamente, dois princípios diferentes entre si: o princípio da justiça e o princípio da administração. No entanto, em sua origem, esta oposição não era em absoluto tão categórica. O processo que leva a ela será bastante mais complexo e tortuoso.

No século XVIII começaria a se afirmar a ideia de que o estabelecimento de um regime de governo era um ato convencional, diferentemente dos organismos sociais, que têm suas raízes em laços naturais. Nesse contexto, a velha teoria aristotélica das formas de governo (a *Política* de Aristóteles havia sido recuperada no século XIII e desde então seria amplamente citada) obteve uma nova relevância. Como sabemos, tal teoria postula a existência de diferentes formas possíveis de governos (três básicas, e suas derivações). Não obstante, esta teoria coexistiu durante séculos com a ideia da monarquia como a única espécie natural de autoridade. Em última instância, o surgimento do conceito de nação como uma entidade autônoma e soberana, que, como tal, possui a faculdade de estabelecer

e, eventualmente, modificar à vontade a forma de governo, foi o resultado de uma virada que se produziu no seio dos vocábulos tradicionais. Mas isto apenas foi possível a partir de uma inflexão neles produzida pela introdução do conceito absolutista.

Nesse contexto, não haveria contradição alguma entre os postulados aparentemente opostos – o de que existem distintas formas de governo e o de que a monarquia era o único tipo natural de autoridade –, já que a soberania e o governo representariam agora duas realidades distintas que se instalariam em planos muito diferentes. A soberania, como a autoridade paterna, seria, na realidade, parte da ordem natural. O povo e o soberano encontravam-se numa união mística em virtude de seu pacto. Somente através dessa união mística a pluralidade de sujeitos se converteria numa *persona singularis*, isto é, constituiria uma comunidade política. Só ela, enfim, encarnava o princípio da *justiça*. É a essa união mística que se designará então com o nome de Estado. Não obstante, é certo que a identificação progressiva entre o Rei e Deus suscitaria um problema ou, mais precisamente, reativaria uma questão originalmente teológica referente aos modos de administração da graça, isto é, como Deus inscreve e faz valer seus desejos no mundo, como o governa a partir de seu interior. E é aqui que se abre o espaço para estabelecer uma distinção crucial entre soberania (Estado) e governo, entre o princípio de justiça e o administrativo.

Consequentemente, a absolutização da autoridade real separaria radicalmente o domínio do Ser daquele do poder e sua práxis; o domínio das causas primeiras daquele das causas segundas. Quando os primeiros insurgentes gritavam: “Viva o rei, morra o mau governo”, sabiam, de fato, muito bem o que diziam: ambos (o rei e o governo) eram entidades radicalmente diversas que obedeciam a lógicas diferentes. O governo tinha, certamente, a missão de rea-

lizar a justiça, mas sua produção era uma questão técnica, cujos fundamentos, portanto, não se encontravam na natureza e sim no artifício. Supunha, para tanto, um exercício de discernimento, demandava um saber de ordem prática. Esse tipo de saber, diferentemente dos princípios eternos de justiça, não estava disponível para todos. Apenas os *experts* tinham acesso a ele.

Dessa maneira, a ideia do caráter convencional dos modos de exercício do poder (o governo do mundo) proporcionava uma nova base para a ideia tradicional do *arcano* (que era o que explicava, em última instância, por que alguns governam e outros são governados). Ainda que não se tenha despojado inteiramente de suas antigas conotações místicas – embora os princípios eternos de justiça fossem perfeitamente transparentes e disponíveis para todos, só o rei era capaz de penetrar na mente divina e aceder ao plano secreto da Criação, posto que essa faculdade era inerente à sua própria investidura –, agora se lhe acrescentaria uma base racional que funcionaria como seu complemento fundamental. Como vimos, nos marcos do pressuposto da naturalidade dos princípios eternos de justiça (próprio ainda do pensamento neoescolástico), e apesar de seus esforços em contrário, não havia modo de erradicar completamente a ideia da legitimidade do *tiranicídio*. A acusação lançada pelo frade capuchino Joaquín de Finestrada contra os comuneiros novo-granadinos rebelados em 1781 sob o grito de “Viva o rei e morra o mau governo” ilustra como havia mudado então os conceitos a respeito dos fundamentos da soberania:

Quem melhor que o Rei e seus ministros poderá ter ciência segura dos gastos ordinários do patrimônio real? Que conhecimento acompanha o vassalo sobre os segredos do gabinete? Da predileção grandiosa com que honrosamente se avanteja nossa Nação diante das estrangeiras? Das

necessárias e abundantes provisões que devem encher os armazéns de preparativos de guerra? Das rendas que entram no Real Erário? (Finestrada, 2001, p. 210).

Aqui se reproduz, no plano do secreto, o mesmo dualismo entre soberania e governo. Este se desdobra em duas instâncias. A obrigação de tributar, que é de direito natural, torna-se então um princípio puramente formal. A este formalismo da soberania opõe-se a materialidade da determinação de seu conteúdo que é já assunto exclusivo do governo:

A determinação das leis natural e divina é regalia própria do Rei para a redução de seus direitos a cotas determinadas. O cargo e a obrigação de natureza e religião que têm os vassallos de alimentar nosso Monarca é confuso, é vago, não tem quantidade determinada. Nem a natureza nem a religião assinalam o montante da contribuição [...]. A providência da contribuição determinada imposta sobre os bens dos súditos, que são sua matéria, é efeito da lei humana, ensina São Tomás, e por isso está reservada a nosso Príncipe, por meio de seu sábio Governo (Finestrada, 2001, pp. 210-211).

39

Como vemos, longe de ser contraditória com a monarquia católica, a Ilustração serviu para afirmar o caráter esotérico do exercício do poder. O ponto, não obstante, é que a divisão entre soberania e governo abriria também o campo para a política como algo diferente da ética. As consequências disso logo se revelariam dramáticas, e também inesperadas.

Nesse contexto, a soberania não podia ser colocada em questão sem demolir os alicerces sobre os quais se fundava a própria comunidade. Mas o governo, a exemplo de qualquer arranjo convencional, aceitaria diferentes formas

de exercício possíveis. A teoria aristotélica das formas de governo revelava-se aqui sumamente funcional, ainda que apenas na medida em que a distinção radical entre a soberania e o governo se mantivesse em pé: diferentes formas possíveis de governo seriam, assim, perfeitamente compatíveis com a unidade e a singularidade da monarquia. Não obstante, como diferentes autores logo descobriram, uma vez produzida a distinção entre o corpo místico do rei (sua soberania) e seu órgão corporal (seu governo), ambos não podiam permanecer separados sem enfraquecer os alicerces sobre o qual descansava o regime monárquico. O texto recentemente citado, *El vasallo instruido* (1789), escrito por Finestrada por ocasião de sua visita pastoral realizada com o objetivo de pacificar o reino de Nova Granada ante a rebelião do comuneiros, nos oferece também um bom exemplo disso.

40 Como assinala ali, ao questionar as decisões dos funcionários coloniais, os rebeldes não questionariam sua autoridade como indivíduos, pessoas privadas, e sim como pessoas públicas. Dado que sua autoridade provinha apenas do Rei, que foi o soberano quem lha havia transmitido e era a fonte última da qual emanava, todo questionamento aos funcionários era, em última instância, um questionamento ao próprio corpo do monarca. Estabelecer uma distinção radical entre a soberania e o governo implicava, para ele, uma monstruosidade. Supunha, de um lado, a criação de um rei manco, uma soberania sem meio de ser exercida, e, por outro lado, um governo sem autoridade, a que ninguém tem, portanto, a obrigação de obedecer. Segundo afirma:

Conservar a vida do Rei deixando seus Ministros sem alimentos é conceder à Pessoa Real só uma sombra vã de seu nome real. Separar o Príncipe do mando nas monarquias é constituir o Governo como um monstro sem cabeça, isto é, como se a potestade dos

Ministros não fosse real, suas ordens não emanassem e proviessem imediatamente da autoridade pública [...]. Se o Governo manda independentemente da Pessoa Real, já não há obrigação de respeitá-lo, obedecê-lo nem venerá-lo, dado que julgam os mesmos vassalos com independência do Rei e em tal caso os Ministros são pessoas privadas, não representam o caráter do Rei e deixam de ser vivas imagens suas. Nessa suposição não se obedece ao Rei nem ao Governo; cada um vive segundo a abundância de seu coração, ficando em liberdade para reunir-se e enquadrilhar-se (Finestrada, 2001, pp. 188-189).

Para Finestrada, a lição deixada pelo levante comuneiro é que, caso se desejasse evitar a anarquia, era necessário fechar a fissura entre a soberania e o governo. Mas desse modo não se faria mais que reativar o problema da delegação. A distinção entre soberania e governo havia aberto o campo para uma administração da delegação dentro da qual se inscreveria também todo intento subsequente de fusão.

Com efeito, o que foi dito não faz mais que precisar o fato de que a cisão entre soberania e governo não era algo que pudesse simplesmente reverter-se, devolver-se a seu ponto de origem sem antes produzir uma operação sobre esse conceito. Mas deste modo apenas se trasladaria o dualismo entre natureza e artifício para outro plano sem por isso eliminá-lo. Assim, estava claro que o carisma não era transmissível. O desdobramento entre soberania e governo haveria assim de se desmembrar necessariamente na dupla natureza do funcionário enquanto simultaneamente pessoa privada e pessoa pública. A pergunta colocada era como seria possível que a soberania se encarnasse no funcionário real, que este se tornasse vicário do Rei, seu representante (isto é, que o soberano se fizesse presente nele e por ele) no mundo secular; enfim, como poderia participar da essência

sobre-humana do monarca mantendo ao mesmo tempo, necessariamente, sua natureza mundana.

O certo é que, não fosse assim, não haveria já motivo para o súdito não desobedecer as decisões dos funcionários que considere perniciosas. Dada a natureza convencional de seu tipo de saber, este seria também sempre contestável. O ponto, não obstante, é que, caso fosse possível, uma vez produzida a fusão entre soberania e governo ela seria sumamente problemática, posto que só a límpida preservação desta distinção permitia conciliar o postulado da existência da pluralidade de formas de governo com o suposto da unidade, singularidade e naturalidade do poder real. Enfim, em seu esforço mesmo por reunir soberania e governo, o próprio discurso absolutista aplainaria o caminho para um desenlace inesperado, como os insurgentes logo tornariam manifesto.

42 Não obstante, para que isto fosse possível, os insurgentes teriam antes que produzir uma operação sobre esse discurso quebrando a lógica que estava em sua base: deveriam antes transladar a soberania e colocá-la agora sobre o mesmo plano convencional em que se encontrava o governo. Como a postulava a antiga doutrina aristotélica, a monarquia então se converteria em apenas uma das distintas formas possíveis de governo (uma das três formas básicas). Apenas então o princípio da justiça e o princípio administrativo haveriam de delimitar-se claramente em relação ao outro. A soberania, como princípio místico, encarnação da justiça divina, agora pertencerá exclusivamente à única entidade “natural” existente: a nação. Desse modo, até finais do século XVIII diferentes autores poderão proclamar publicamente uma ideia que apenas meio século antes teria sido simplesmente impensável para os contemporâneos. Ou seja, torna-se então imaginável, para eles, a oposição entre, por um lado, uma sociedade natural que existe com independência da investidura real e, por outro, esta última, a

qual encarnaria um tipo de autoridade puramente convencional. Como afirmava Martínez Marina:

A autoridade paterna e o governo patriarcal, o primeiro sem dúvida e único que num espaço de muitos séculos existiu entre os homens, não tem semelhança nem conexão com a autoridade política, nem com a monarquia absoluta, nem com alguma das formas legítimas de governo adotadas pelas nações em diferentes idades e tempos [...]. A autoridade paterna em primeira instância provém da natureza, precede toda convenção, é independente de todo pacto, invariável, incomunicável, imprescritível: circunstâncias que de nenhum modo convêm nem são aplicadas à autoridade política, nem mesmo à monarquia absoluta. Este gênero de governo introduziu o tempo, a necessidade e o livre consentimento dos homens: é variável em suas formas e sujeito a mil vicissitudes (Marina, 1988, pp. 92-93).

43

Podemos agora entender por que a vacância real pôde trazer as consequências que trouxe: *a soberania era já um lugar vacante mesmo antes de produzida a vacância real*. Se a transformação radical do regime político existente não era por isso algo inevitável, havia entrado no universo do concebível.

Vemos aqui um vínculo que liga a Ilustração com a revolução. Já não se trata do velho tópico acerca da “influência” (ou não) das ideias ilustradas (uma discussão, como se demonstrou reiteradamente, decididamente banal). Tampouco o que se busca é achar seus “precursores” (como vimos, não há nada mais distante disso que Joaquín de Finestrada). Enfim, tampouco se refere ao fato óbvio de que os avanços do centralismo dos Bourbons gerariam demandas e descontentamentos que, em meio à crise, se fariam manifestos. Trata-se antes de analisar

como, no intento mesmo de afirmar seu poder sobre bases mais sólidas, o Absolutismo e a lógica dualista que impõe terminariam assentando as premissas político-conceituais que, eventualmente, levariam à sua queda. Mais além (ou mais aquém) da persistência da trama corporativa, o fato de que o poder político não se concebera como parte dessa mesma ordem, se colocando numa posição de radical transcendência em relação à sociedade sobre a qual exercia seu império – o que lhe permitia reclamar para si o papel exclusivo de encarnação da Justiça (condição de possibilidade da comunidade como tal) –, teria consequências decisivas e alteraria de modo crucial o exercício da prática política. Percorrendo um processo complexo e tortuoso, isto permitiria também a emergência de um tipo novo de ficção, que já não podia se inscrever sob a lógica própria ao imaginário do Antigo Regime e serviria de plataforma para seu deslocamento. Finalmente, introduz uma inflexão política sem a qual tampouco teria sido imaginável a ideia de uma comunidade política independentemente do que era concebido até então como o centro articulador de que ela emanava; e que, conseqüentemente, faria possível um postulado também impensável anteriormente: que, uma vez derrubado o monarca, a soberania reverte para o povo, mais além – ou mais aquém – de como este haveria logo de delimitar-se.

A revolução não estava destinada fatalmente a produzir-se, mas esse “corpo sem cabeça”, “mutilado e monstruoso”, de que falava Suárez, havia sido parido.

Elías Palti

é professor da UBA e pesquisador do Conicet.

Referências bibliográficas

ARENA, A.R.C. 2008. *El pensamiento político y la formación de la nacionalidad peruana, 1780-1820*. Lima: UNMSM.

- ARGÜELLES, A. 1970. *La reforma constitucional de Cádiz*. Madrid: Iter.
- FINESTRAD, J. 2001. *El vasallo instruído en el estado del Nuevo Reino de Granada y en sus respectivas obligaciones*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- GARRIGA, C.; LORENTE, M. 2007. *Cádiz, 1812: la constitución jurisdiccional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- HALPERÍN DONGHI, T. 1961. *Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo*. Buenos Aires: Eudeba.
- HINTZE, O. 1962. *Staat und Verfassung*. Gotinga: Vandernhoeck y Ruprecht.
- KOSELLECK, R. 2007. *Crítica y crisis: sobre la patogénesis del mundo burgués*. Madrid: Trotta.
- MARINA, F. M. 1988. *Discurso sobre el origen de la monarquía y sobre la naturaleza del gobierno español*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.
- MORSE, R. 1989. "Claims of political tradition". In: *New world soundings culture and ideology in the Americas*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- SUÁREZ, F. 1971. *De legibus*. Madrid: CSIC.

O “DESCOBRIMENTO” NO PENSAMENTO CINEMATOGRAFICO BRASILEIRO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS QUANTO À IDENTIDADE NACIONAL

Alexandro Dantas Trindade

Uma das singularidades da história do Brasil é, como enfatiza Octavio Ianni em um de seus textos-síntese, o fato de o país se pensar de forma contínua e periódica, e particularmente de forma sistemática “no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas” (Ianni, 2004, p. 41). Nestes momentos, a sociedade nacional, ou alguns de seus setores mais atingidos pelas rupturas, analisam o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro, e produzem em profusão explicações, interpretações ou teses que se multiplicam, se sucedem e polemizam entre si. A cada tentativa de desvendamento dessa sociedade, ocorrem novas tentativas de reinventar a nação. É sobretudo no âmbito da cultura, que “não é inocente”, que muitas vezes recoloca-se o debate sobre a questão nacional. “A nação é real e imaginária”, oferece-se como uma longa narrativa feita a muitas vozes “harmônicas e dissonantes, dialogando e polemizando, em diferentes entonações”; daí a impressão de o Brasil ser um país “em busca de uma fisionomia” (Ianni, 2004, pp. 176, 188).

Ao explorarmos um aspecto desta longa narrativa, relacionado às representações do Brasil elaboradas no âmbito da produção cinematográfica, procuramos delinear os contornos de uma produção imagética que ambicionou fixar uma representação sobre o que consideramos altamente emblemático na narrativa nacional: o “descobrimento” do Brasil. Com a agravante de que a imagem fotográfica, e sobretudo o cinema – ao incorporar também o movimento – têm o poder de conferir aos seus objetos a celebração de “realismo” (Xavier, 2005). Assim, o debate em torno da “impressão de realidade” reaparece constantemente na trajetória do discurso cinematográfico.

Certos filmes, tais como o de Humberto Mauro, *O descobrimento do Brasil* (1937), e o de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso meu francês* (1970), parecem-nos paradigmáticos desse esforço de (re)interpretação do imaginário sobre as raízes do Brasil.

48 Num texto que é referência obrigatória para os que se propõem a não apenas analisar a experiência do cinema no Brasil, mas igualmente refletir sobre as representações do “nacional” nas telas, o crítico Paulo Emílio Salles Gomes (1996)¹ procurou inventariar os impasses de um cinema genuinamente nacional, inscrevendo-o numa trajetória errática e oscilante entre surtos de efervescência e identificação entre obra e público, num horizonte quase sempre imposto pela indústria cinematográfica estrangeira,

¹ Paulo Emílio Salles Gomes aparece, ao lado de Decio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza, Antonio Candido, dentre outros, como integrante de uma geração de intelectuais notabilizada por ter criado, em 1939, o “Grupo Clima”. Esse conjunto de jovens com diferentes formações acadêmicas, mas todos egressos da Universidade de São Paulo, propunha-se a realizar uma modalidade comum: a crítica aplicada ao teatro, ao cinema, à literatura e às artes plásticas. Como críticos “puros”, buscaram renovar a tradição ensaística brasileira, ancorada no que lhes parecia ser a ambiguidade entre a literatura e a carreira política (Pontes, 1998). Como veremos, Paulo Emílio é o crítico de cinema que estabelecerá a ponte entre Humberto Mauro e seu legado cinematográfico, e o movimento do Cinema Novo.

suas próprias representações e sua estética “artificial”. Com efeito, *Cinema, trajetória no subdesenvolvimento*, escrito em meados da década de 1970, se insere liminarmente entre a reflexão sobre o cinema brasileiro e a atuação no âmbito do movimento por um cinema novo e independente, vivido, naquele contexto, sob o impacto do clima repressivo imposto pela ditadura militar pós-1964. Paulo Emílio, assim como outros intelectuais e críticos do período, via-se ansioso por um cinema que pudesse expressar legitimamente o país num período marcado pelos debates apaixonados que, desde os anos 1950, articulavam a crítica cinematográfica “consagrada” à nova geração de cineastas responsáveis pelo Cinema Novo de 1960 (Bueno, 2000, p. 20).

Para Paulo Emílio, diferentemente dos cinemas norte-americano, japonês e europeu, que nunca foram subdesenvolvidos, e também das experiências de países colonizados e subdesenvolvidos que antepunham, com sucesso ou não, uma “cultura própria” como barreira aos “produtos da indústria cultural do Ocidente” (como nos casos do cinema indiano, islâmico e egípcio, por exemplo), a situação cinematográfica brasileira não possuiria um “terreno de cultura diverso do ocidental onde [pudesse] deitar raízes”. Como prolongamento do Ocidente, não haveria entre o “nós” e o “outro”, ou entre “ocupados” e “ocupantes”, “colonizados” e “colonizadores”, uma relação de ruptura, mas de identificação. Com efeito, na passagem que se tornou célebre, Paulo Emílio afirma que

não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro. O filme brasileiro participa do mecanismo e o altera através de nossa incompetência criativa em copiar. O fenômeno cinematográfico no Brasil testemunha e delinea muita vicissitude nacional (Gomes, 1996, p. 90).

Algumas dessas vicissitudes nacionais estariam expressas nos acontecimentos históricos pelos quais passamos – Independência, República, Revolução de 30 – sem que os “ocupados” tivessem vez nestas que seriam as “querelas de ocupantes”. Perpassa o ensaio de Paulo Emílio, escrito num contexto de reescrita da história por parte de setores progressistas da classe média desiludidos com a marcha da modernização conservadora do pós-1964, o esforço em se criar uma nova imagem de Brasil que correspondesse a um processo de “descolonização”. Explica-se assim seu esforço, que com certeza não era isolado, no empreendimento de se “inventar uma tradição” de “descobridores” do Brasil a partir do cinema, e, sobretudo, uma tradição crítica e alternativa em relação aos modelos de representação submetidos a um olhar estrangeiro e colonizado.

Humberto Mauro como precursor do Cinema Novo?

50 Na voga do que Marcelo Ridenti (2000) identificou como a experiência do “romantismo revolucionário”², a década de 1960 foi inaugurada ao som e à luz do Cinema Novo. Os integrantes do movimento (Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim

² Sobre o “romantismo revolucionário”, Ridenti o entende como um conjunto de ideias, atitudes, escritos literários, ideais estéticos etc., que primavam por uma utópica vontade de transformação, mas sobretudo com os olhos voltados para o passado. Movia-o a “idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista. Como o indígena exaltado no romance *Quarup*, de Antonio Callado (1967), ou a comunidade negra celebrada no filme *Ganga Zumba*, de Carlos Diegues (1963), na peça *Arena canta Zumbi*, de Boal e Guarnieri (1965), entre outros tantos exemplos” (Ridenti, 2000, p. 24). O romantismo revolucionário guarda semelhanças com o conservadorismo, sobretudo na sua crítica ao capitalismo e à racionalização e ao desencantamento do mundo. No entanto, à diferença de sua matriz reacionária europeia, a utopia que o alimenta não é um mero retorno ao passado ou à manutenção do *status quo*, mas uma forma específica de crítica à modernidade, rumo a um socialismo não conciliador com o *desenvolvimento das forças produtivas*. O texto de Ridenti se apoia nas considerações de Löwy e Sayre (1995), dentre outros. Sobre o Romantismo e o pensamento conservador, ver Mannheim (1986).

Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni, dentre outros) entenderam seus trabalhos como protagonistas da busca de uma identidade “autêntica do cinema e do homem brasileiro”. No bojo da defesa de certos princípios técnicos e estéticos, tais como a “produção independente de baixo custo” e a eleição do “homem simples do povo brasileiro” como tema, o Cinema Novo coadunava-se também com uma espécie de “nacionalismo de esquerda” que propunha o resgate das “autênticas raízes brasileiras”. Nesse sentido, implicava no “paradoxo de buscar no passado (as raízes populares nacionais) as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, no limite, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (Ridenti, 2000, p. 51). Como bem observou o cineasta Cacá Diegues, em entrevista à pesquisadora Zuleika Bueno em junho de 1999,

a minha geração, é uma geração que eu acho que foi a última safra de uma série de “redescobridores” do Brasil, não é? Eu acho que o Brasil começa a se conhecer na virada do século, sobretudo com o Romantismo, não só na literatura como até na historiografia também e aquele desejo de uma identidade, de se conhecer, de saber quem é [...] de reinventar [...]. Então, você tem os monstros dessa tendência que é Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, que na minha vida foi fundamental [...] e eu acho que a minha geração, do Cinema Novo, do tropicalismo, essas coisas que foram feitas por pessoas da minha geração, na música ou na própria literatura é a última representação desse esforço secular [...] de tentar redescobrir o Brasil (Diegues *apud* Bueno, 2000, p. 45).

51

Se a busca do povo brasileiro perpassava distintas manifestações culturais e linguagens estéticas, a busca de um cinema original era parte integrante deste retorno às

raízes. Daí o fato de Paulo Emílio Salles Gomes, em *Humberto Mauro, Cataguases, Cinarte* (1974) – o livro que praticamente institui a discussão sobre cinema no Brasil –, ter criado também o “mito de origem” para o cinema brasileiro (Schwarzman, 2004, p. 67). Humberto Mauro surgia, assim, como o primeiro cineasta “autêntico”, expressão autônoma e original da nossa realidade.

O argumento lançado pelos intelectuais cinemanovistas reforça a imagem das raízes rurais de Humberto Mauro, um cineasta solitário que produz artesanalmente seus filmes nos anos 1920 na sua cidade natal, Cataguases (MG), e, nos anos 1930, no Rio de Janeiro, em torno dos membros da Revista *Cinearte* (Schwarzman, 2004, p. 67).

Contudo, na chave analítica concebida por Paulo Emílio (1974) – em torno da ideia de ciclos nos quais o cinema nacional, desde 1908, descreveria uma trajetória errática entre autonomia e heteronomia –, a produção fílmica de Humberto Mauro é selecionada: despreza-se a influência de Roquette-Pinto e a colaboração de Mauro para o Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince). Tais influências e colaborações são entendidas como “forma de respeito pedante pela cultura oficial” (Gomes, 1974, p. 451). Ao invés disso, o crítico estabelece uma leitura teleológica, na medida em que o legítimo cineasta só despontaria uma vez superada sua participação junto aos órgãos da ditadura Vargas (e ao cinema educativo em particular). Com efeito, afirma Paulo Emílio,

quando esta última [fase] for superada é que Humberto Mauro chegará à sua tardia e luminosa maturidade. Tudo nos leva a crer que o traço principal da plenitude alcançada será a volta ao tempo de *O tesouro perdido* e não me parece provável que o aprofundamento da pesquisa venha perturbar o círculo harmonioso que vislumbro (Gomes, 1974, p. 451).

O argumento de Paulo Emílio, oriundo do clima intelectual vivido por parcelas da classe média progressista das décadas de 1960 e 1970, enquanto tal, era extremamente sensível a qualquer proximidade entre o tipo de “realismo” que se queria buscar com o Cinema Novo e aquele concebido no final dos anos 1930, no limiar do Estado Novo, e do qual Humberto Mauro participou como cineasta a serviço do Ince.

Uma análise interpretativa d’*O descobrimento do Brasil*

Relativizando a leitura de Paulo Emílio, Sheila Schvarzman (2004) analisa o conjunto da produção fílmica de Humberto Mauro dando especial atenção à fase do cineasta junto ao Ince, vivenciada entre 1937 e 1964, e na qual produziu cerca de 357 documentários.

Ao longo de sua existência – 1936 a 1966 –, o Ince realizou filmes sobre educação física, cidades históricas, personagens da história nacional e eventos oficiais do governo, embora a maior parte de sua produção enfatizasse a divulgação de pesquisas científicas. De acordo com Fernão Ramos,

53

a narrativa documentária serve como ilustração para temas preparados por cientistas no campo biológico ou das ciências exatas. Existe nestes documentários um certo deslumbramento, um certo orgulho, com as novas perspectivas que as conquistas da ciência abrem ao saber humano, como forma de aplicação da racionalidade para analisar e classificar (Ramos [1999] *apud* Moncaio, s/d).

A história deste instituto, fundado em 1936 e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde na gestão de Gustavo Capanema, confunde-se com a trajetória de Edgard Roquette-Pinto, o principal mentor intelectual da instituição. Roquette-Pinto teve, segundo Schvarzman (2007), impor-

tante atuação no desenvolvimento do cinema brasileiro desde os anos 1910, pensando-o enquanto “meio de comunicação no desenvolvimento e transformação da sociedade”. Ao conceber tal expressão desta forma, Roquette-Pinto acabava por rechaçar seu estatuto artístico e ficcional em nome da crença em seu poder pedagógico (Schwarzman, 2007, pp. 1-2). No cinema assim concebido, de inspiração positivista e de forte viés autoritário, afirma-se o papel da ciência e da cultura como instrumentos forjadores da nação. O cinema permitiria, portanto, a difusão do conhecimento, num caminho de mão única, em que os detentores do saber determinariam os saberes necessários aos incultos. Segundo Roquette-Pinto:

54

Há, no país [...] mais de 7.000.000 de jovens, cuja cultura só mesmo no cinema e no rádio encontra algum amparo. Não me esqueço da imprensa. João Ribeiro repete que os jornais, no Brasil, desempenham muitas vezes a função dos livros. Mas o rádio e o cinema vão aonde não vai o jornal: vão aos que não sabem ler...

Juntem-se, agora, aos jovens os adultos. Ter-se-á a visão da grande massa que precisa cada vez mais do cinema (Roquette-Pinto [1933] *apud* Schwarzman, 2007, p. 6).

Essas ideias não eram nada distantes daquilo que o mandatário do país sinalizava como sendo a tarefa demiúrgica do Estado na construção de uma nação homogênea. Aqui também o cinema cumpriria um papel estratégico:

[O Cinema] aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. [...] Os sertanejos verão as metrópoles, onde se elabora o nosso progresso, e os cidadãos os campos e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir. [...] Faz-se, também, mister,

para nos unirmos cada vez mais, que nos conheçamos profundamente [...].

O Cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola (Vargas [1934] *apud* Schwarzman, 2004, p. 135)³.

O descobrimento do Brasil é o primeiro longa-metragem do Ince e sua verdadeira carta de intenções. A concepção de cinema como revelador do real, e não como atividade artística ou ficcional, aparece na minúcia de investigação histórica e no tratamento dado aos documentos. A menção à “colaboração intelectual e verificação histórica” de Roquette-Pinto e Affonso Taunay, diretor do Museu Paulista, logo nos créditos, inscreve indiretamente o filme numa tradição historiográfica cujo núcleo compunha-se também de Francisco Adolpho de Varnhagen, João Capistrano de Abreu e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, fundado em 1838) (Morettin, 2000). Embora o filme tome como tema o descobrimento à luz da *Carta de Pero Vaz de Caminha*⁴, esta não é mencionada nos créditos. E é justamente sua não indicação antecipada que produz um efeito mais acentuado de realismo, uma vez que o filme incorpora a própria feitura do documento, diegeti-

55

³ Este discurso de Getúlio Vargas foi proferido na manifestação promovida pelos cinegrafistas, em 25 de junho de 1934.

⁴ Outros documentos também são referências para o filme, como a *Carta ao piloto anônimo* e a *Carta do Mestre João*, assim como *O descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu, de 1902. Aliás, Roquette-Pinto, parceiro de Mauro na realização do filme, foi aluno de Capistrano no Colégio Aquino, e considerava-se ainda discípulo do historiador (Schwarzman, 2004, p. 153).

camente, como parte do roteiro (figuras 1 e 2). A câmera, reconstituindo fielmente a escrita de Caminha, torna o gesto, e seu produto, caução da verdade restituída.

Esta tentativa deliberada de conferir veracidade, por sua vez, é uma das características da trajetória cinematográfica de Humberto Mauro, cuja perspectiva fotográfica constitui um “padrão estético” recorrente. Segundo Moncaio (s/d):

O cuidado extremo e a simplicidade ao enquadrar são características fortes de seus filmes [...] e o trabalho com a iluminação é também outra característica que se sobressai [...] vistos os limites técnicos impostos pela produção conhecidamente “artesanal”.

56



Figuras 1 e 2 – Cenas no interior da nau em *O descobrimento do Brasil*, nas quais se revela a intenção do diretor em acompanhar, silenciosamente, a feitura da Carta de Pero Vaz de Caminha.

Humberto Mauro coloca-se, desta forma, na posição de um repórter cinematográfico dentro da nau capitânia, ao lado de Cabral, Caminha, frei Henrique de Coimbra, marujos, soldados e degredados presentes na grande aventura marítima. Outro artifício usado para reforçar a imagem de documento histórico, no filme, é o recurso anacrônico às legendas e aos intertítulos, elementos característicos do cinema mudo (Schwarzman, 2004). Em conjunto com o uso

restrito de diálogos, a fotografia sombreada e a iluminação noturna, a sugestão é de monumentalidade do registro para a posteridade⁵.

A relação do filme com o imaginário pictórico é outro aspecto importante a ser destacado. Se já na segunda metade do século XIX o tema do descobrimento, delimitado pela historiografia, passa a ser também objeto da arte acadêmica, ao final do século, com as proximidades do 4º Centenário do Descobrimento, os grandes panoramas⁶ e livros didáticos servem à educação cívica das massas, assim como o cinema passaria a servir na década de 1930 (Morettin, 2000, p. 153). Por exemplo, o quadro de Victor Meirelles, *A primeira missa no Brasil*, de 1861, quando tomou a forma de panorama de grandes dimensões, em 1888, já era quase cinematográfico: a imprensa afirmava que “ofere[cia] ao visitante a sensação igual à que poderia ter observado o fato verdadeiro” (Morettin, 2000, p. 154).

No filme, podemos ver uma sequência (figura 3) que remonta ao quadro de Oscar Pereira da Silva, *Desembarque de Cabral em Porto Seguro em 1500* (figura 4), e, por fim, uma das referências mais marcantes d’*O descobrimento*: a cena da primeira missa (figuras 5 e 6). Não se trata de uma cena simplesmente inspirada no quadro de Victor Meirelles, mas sua mais fiel reprodução cinematográfica.

57

⁵ Ao lado destes elementos, de naturezas imagéticas, a música de Heitor Villa-Lobos é igualmente parte integrante do esforço de dotar o filme de uma narrativa épica. Contudo, a análise dos elementos sonoros do filme não será aqui desenvolvida. Para maiores referências, ver Schwarzman (2004) e Morettin (2000).

⁶ Os panoramas são pinturas de grandes dimensões surgidas no final do século XIX. Eles visavam divulgar obras já consagradas a um público maciço. O panorama da *Primeira missa*, por exemplo, tinha 115 metros de comprimento por 15 de altura e 36,6 de diâmetro. O espectador ficava no centro, observando a pintura cilíndrica e contemplando-a a 360º graus. Para tanto, construíam-se enormes rotundas e cobravam-se ingresso ao público (Morettin, 2000, p. 153).



Figuras 3 e 4 – Cena que aproxima *O descobrimento do Brasil* das grandes referências pictóricas que, desde meados do século XIX, estabeleceram as bases do imaginário sobre o descobrimento. À direita, *Desembarque de Cabral em Porto Seguro em 1500*, de Oscar Pereira da Silva (circa 1900).



Figuras 5 e 6 – Do enquadramento à luminosidade, Humberto Mauro recria com precisão o quadro de Victor Meirelles, *A primeira missa no Brasil*, de 1861 (à direita).

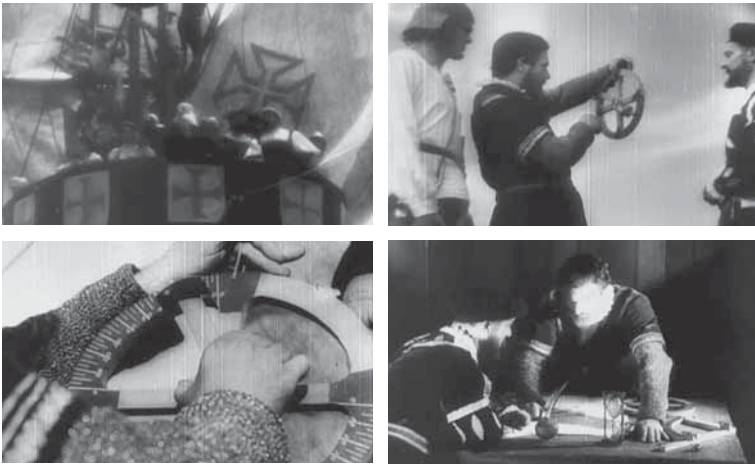
As imagens do colonizador

Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. [...] Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril, descemos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar; tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17°, e ter por conseguinte a altura do polo antártico em 17°, segundo é manifesto na esfera (*A carta de mestre João Farias*, p. 1).

O trecho acima é de um documento que, embora não mencionado n' *O descobrimento do Brasil*, está presente na construção da imagem extremamente positiva com que retrata a aventura marítima portuguesa. Esta imagem é o resultado de um conjunto de elementos que, através da câmera do diretor, são enaltecidos ao longo do filme: a técnica e a ciência; a religião cristã e a salvação dos índios; o clima de cordialidade dos primeiros contatos; a aclimatabilidade do português.

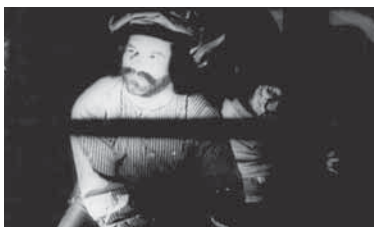
Voltando à mensagem que o trecho traduz, podemos ver no filme imagens que se propõem a revelar o espírito civilizador e disciplinado do colonizador. Uma das primeiras cenas, filmada em contraplongée, retrata a ação dos marinheiros na caravela, ela própria um personagem (figura 7). Os instrumentos náuticos são apontados em primeiro plano, igualmente como personagens (figuras 8 e 9), ao lado dos comandantes, cujo conhecimento lhes credenciam ao controle da empreitada (figura 10).

59



Figuras 7, 8, 9 e 10 – Ao alto, à esquerda, a imagem da caravela com seus marinheiros; a câmera passeia pela nau, focando em primeiro plano o astrolábio, cartas de navegação e outros instrumentos náuticos. Abaixo, à direita, os comandantes reunidos.

As noções de ordem, hierarquia e harmonia social, por sua vez, enquadram os vários segmentos sociais presentes: os marujos, despersonalizados, que se movimentam verticalmente nas velas e no convés (figura 11); os soldados (figura 12) e os degredados (figura 13), que ficam no resguardo e só entram em cena no momento do desembarque; os comandantes (figura 14), que surgem em cenas tomadas de contraplongée, como a ressaltar sua importância.



60

Figuras 11, 12, 13 e 14 – Ao alto, à esquerda, os marujos no sobe-desce das cordas da caravela. Ao lado, os soldados guarnecidos e à espera. Abaixo, à esquerda, um condenado ao degredo e ao lado, os comandantes, tomados de baixo para cima, impondo-se como os construtores de um novo mundo.

O empreendimento marítimo português não é fruto apenas da ciência, mas sobretudo da fé. As cenas em primeiro plano das ordens monásticas, registradas de frente para a câmera, realçam o caráter missionário e evangelizador. Na cena da missa Pascoal (figura 15), todos estão presentes e enquadrados como numa foto de família, mantendo contudo suas respectivas posições. Na figura 16, vemos a caravela, tomada em *contraplongée*, com as figuras de

Pedro Álvares, demais comandantes e religiosos ocupando o centro da cena; os marujos abaixo, no piso, e acima, nas cordas. Atrás de todos eles, a insígnia de Portugal/Ordem de Cristo.



Figuras 15 e 16 – Cenas da missa Pascoal no interior da caravela. Na figura à direita, frei Henrique abençoa os tripulantes e, numa das poucas sequências faladas do filme, pronuncia as seguintes palavras: “E a nós, soldados de cristo, e a vós, soldados d’El Rei, que história irás ficar no futuro? Como construtores da glória, da Igreja e de Portugal!”.

As imagens dos primeiros contatos

Presentes na narrativa fílmica de Humberto Mauro, os índios não são necessariamente protagonistas, mas uma massa indistinta de indivíduos sobre os quais pesa a ação do colonizador. Segundo Schvarzman (2004), pontuam no filme desde o imaginário Oitocentista romântico e idealizado do bom selvagem, como a postura positivista que pregava – desde Miguel Lemos e Teixeira Mendes ao Marechal Cândido Rondon e às Expedições de Fronteira realizadas pelo Ministério da Agricultura – uma política pacificadora e pedagógica, com possibilidade de assimilação paulatina do índio à sociedade nacional. Contudo, predominam cenas que sugerem a infantilização dos nativos, como na sequência do primeiro contato no interior da caravela, na qual são alvo da curiosidade da tripulação. Segundo a autora, essa associação entre primitivismo e infância que o filme reforça traz à baila um conjunto de discursos e representações, coetâneas aos anos 1930, com relação ao índio, caracterizando-o, portanto, como

uma entidade contraditória em que se depositavam diferentes elaborações: selvagem e âncora da nação, exemplar vivo da teoria da evolução, caução da ancestralidade americana e brasileira, ser desprotegido entre o mundo civilizado, que temia em persistir índio apesar das seduções e melhorias do progresso [...]. O índio é antes de tudo um ser sobre o qual se projetam os sonhos e medos, terrores e esperanças brancas [...]. Por isso, é fundamental caracterizá-lo como criança, destituindo-o de sua própria identidade que, afinal, nenhum desses discursos revelam (Schwarzman, 2004, p. 174).

A imagem infantilizada do índio surge como contraponto à benevolência estatal e religiosa. Nas figuras 17 a 19, Cabral pede silêncio à tripulação em respeito ao sono dos nativos, manda apagar as tochas e em seguida os recobre de lençóis e travesseiros, tudo isso sob as bênçãos de frei Henrique de Coimbra⁷.

62

⁷ Um aspecto importante nesta narrativa a respeito dos índios refere-se à obra de Gilberto Freyre nos anos 1930. Com efeito, em *Casa-grande & senzala* podemos ler a seguinte passagem: “não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que com *bandos de crianças grandes*; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas” (Freyre, 1992, p. 90, grifos nossos). Certamente a obra de Freyre teve ressonâncias ao longo da década de 1930, e, no que diz respeito a *O descobrimento do Brasil*, também é possível identificarmos passagens nas quais as imagens do português e do índio reforçam algumas das teses freyreanas, dentre as quais ressalta-se a da incompatibilidade do indígena para o clima tropical; tese que permitiria, em contraponto, justificar a colonização portuguesa. A “plasticidade” do português, ao lado da melhor aclimatabilidade do negro, permitiriam a concretização da conquista do novo território, despojando seus antigos ocupantes. A interpretação feita por Schwarzman (2004) não explora as influências freyreanas no debate intelectual dos anos 1930. Contudo, dadas as limitações deste artigo, não temos como aprofundar tais argumentos, os quais serão tema de nossas pesquisas futuras.



Figuras 17, 18 e 19 – Na figura à esquerda, Cabral, ao centro, pede silêncio à tripulação, que observa ainda curiosa, os índios deitados, em primeiro plano. Na figura ao centro, a luminosidade incide diretamente sobre os índios, já apagadas a maioria das velas do convés. Na figura à direita, frei Henrique os abençoa.

A partir da análise de Sheila Schvarzman (2004), podemos perceber três grandes conjuntos narrativos n’ *O descobrimento*: a viagem, com as cenas do interior da nau, nas quais a imagem enaltecida do colonizador predomina; o contato, com os dois índios trazidos à embarcação e tornados objeto de curiosidade da tripulação; e a conquista. Este último bloco é marcado pela ideia da “conquista pacífica da terra e pela adesão de seus habitantes ao novo ideário dos homens das caravelas” (Schvarzman, 2004, p. 179).

Com efeito, uma das primeiras cenas após o desembarque de parte da tripulação é o aperto de mãos entre o branco e o índio, cena que é tomada em primeiro plano e na qual se presencia o primeiro esforço “pedagógico” do colonizador: este dobra pacientemente o dedo polegar do índio, ensinando-lhe a maneira correta de cumprimento (figura 20). Outro aspecto que chama a atenção – e sobre o qual a *Carta de Caminha* é omissa – é quanto à relação do índio com o meio ambiente: estes coçam-se constantemente, incomodados pelos insetos, ao passo que os portugueses parecem imunes a tudo, insetos, calor, umidade (Schvarzman, 2004, p. 159). Assim, após as primeiras ações “civilizadoras” dos portugueses, e da representação de sua perfeita aclimatibilidade aos trópicos, alguns maru-

jos se misturam em meio aos índios, numa cena que imita uma roda de capoeira (figura 21). Em meio aos preparativos para a primeira missa, com o corte de um imenso jequitibá para a construção da cruz, os portugueses dão início às primeiras “conversões” (figura 22).



Figuras 20, 21 e 22 – À esquerda, o primeiro aperto de mãos entre colonizador e colonizado; ao centro, três marujos portugueses dançam em meio aos índios; à direita, as primeiras conversões feitas por frei Henrique, que tem uma das mãos pousadas sobre a cabeça de um índio e a outra apontando para o estandarte da Ordem de Cristo.

64

À guisa de conclusão, podemos perceber em que medida essas sequências reforçam, através da imagem de cordialidade e harmonia, a justificativa para a colonização lusitana nos trópicos: em contraponto à “inadaptação” do indígena, a presença portuguesa, afirma Schwarzman,

desapropria os índios daquilo que seria seu por direito: a terra e tudo que dela pode ser aproveitado. Como vivem no estado de natureza, sem explorá-la, não fazem juz aos seus benefícios. São apenas habitantes de fato, mas não de direito. *Na imagem, o papel do estrangeiro aparece, portanto, invertido* (2004, p. 162, grifos nossos).

A inversão antropofágica de *Como era gostoso meu francês*

As representações contidas em *Como era gostoso meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos, nos servem como contraponto à narrativa do descobrimento de Humberto Mauro. Se

n' *O descobrimento* pode-se notar o tom enaltecido do colonizador português, sua adaptabilidade aos trópicos e, num aspecto mais amplo, o caráter pacífico da conquista, no filme de 1970 as alusões ao tropicalismo e à antropofagia, dentre outros aspectos, entram como elementos fundantes de uma nova leitura, eminentemente crítica, tanto do século XVI como do presente.

Humberto Mauro participa do filme de Nelson Pereira redigindo os diálogos em tupi, língua aprendida por ele nos anos em que esteve vinculado ao Ince, na produção de documentários para o órgão. Percebe-se igualmente que tal participação só teria sido possível em função da já mencionada leitura que os intelectuais cinemanovistas fizeram do legado de Humberto Mauro e sua contribuição para um cinema “descolonizado”. Contudo, as semelhanças terminam aqui.

O que *Como era gostoso meu francês* mobiliza, dentro do imaginário do descobrimento, é o nativo, e particularmente os rituais de canibalismo. Desde o início vinculado à visão do Novo Mundo, a figura do canibal frequentava a galeria dos seres fantásticos, monstros que não se adequavam à ideia do bom selvagem (Nagib, 2006). Em “Dos canibais”, Montaigne é o primeiro a associar ambas as representações, valorando positivamente o canibalismo enquanto crítica à sociedade de seu tempo, num exercício de “retórica negativa” que enaltecia justamente (e idealisticamente) as ausências das sociedades indígenas.

Oswald de Andrade, em 1928, ao publicar seu “Manifesto Antropofágico”, recupera o ensaio de Montaigne e propõe a devoração cultural do estrangeiro, das técnicas dos países desenvolvidos e sua reelaboração autônoma pelo subdesenvolvimento. Igualmente proclama o índio como portador da identidade nacional, com seu primitivismo livre da repressão da civilização europeia.

Como vimos, tais ideias eram caras ao movimento do Cinema Novo, igualmente preocupado em restaurar a

autenticidade do “homem brasileiro” por meio de um cinema que o representasse. Se os ecos dessa utopia antropofágica já estavam presentes no ideário cinemanovista do início dos anos 1960, como na “estética da fome” proposta por Glauber Rocha e traduzida em imagens em *Deus e o diabo na terra do sol*, de 1964, neste mesmo ano o golpe militar interrompia o ciclo de filmes que se punham a pensar criticamente a sociedade brasileira.

66 O refluxo de produções nacionais se intensifica com o Ato Institucional nº 5, de 1968, inaugurando a fase mais repressiva do regime militar. *Terra em transe* (1967) de Glauber Rocha, já expunha imageticamente o esgotamento do ciclo voluntarista das esquerdas e, segundo alguns intérpretes, representaria o início de outro, o do tropicalismo no cinema (Ridenti, 2000, p. 271). Nesse sentido, a superação da “estética da fome” pela “devoração antropofágica” foi percebida por alguns cineastas do período como uma “reinauguração” do Cinema Novo, sobretudo a partir dos filmes de Joaquim Pedro de Andrade, *Macunaíma* (1969), e de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso meu francês* (Vianny, 1999, p. 202).

Subproduto do clima cultural das décadas de 1950 e 1960, o tropicalismo, embora crítico do romantismo racionalista e realista nacional-popular, pertencia igualmente à cultura política romântica da época, como afirma Ridenti (2000, p. 269). Segundo Roberto Schwarz (*apud* Ridenti, 2000, p. 273), tal movimento pode ser lido a partir da

submissão de anacronismos [...], grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil. A reserva de imagens e emoções próprias ao país patriarcal, rural e urbano é exposta à forma ou técnica mais avançada ou na moda mundial [...] É nesta diferença interna que está o brilho peculiar, a marca de registro da imagem

tropicalista. [...] Sobre o fundo ambíguo da modernização, é incerta a linha entre sensibilidade e oportunismo, entre crítica e integração.

Outra ideia cara ao movimento, segundo Carlos Nelson Coutinho, era a de um “país caótico, contraditório, onde a razão meramente formal não daria conta dessas contradições” (*apud* Ridenti, 2000, p. 271). O filme de Nelson Pereira buscou traduzir em imagens o ideário de um país, desde suas origens, caótico, fragmentado e, principalmente, conflituoso.

Como era gostoso meu francês ambienta-se no século XVI; narra as aventuras de um francês, Jean, sob o comando de Villegagnon, comandante da expedição “França Antártica”, no Rio de Janeiro. Ao fugir dos trabalhos forçados e da austeridade de Villegagnon, Jean é capturado inicialmente pelos tupiniquins, aliados dos portugueses, passando a lutar entre eles. No entanto, é em seguida aprisionado pelos tupinambás, aliados dos franceses e inimigos dos tupiniquins e portugueses. Os tupinambás não reconhecem a nacionalidade francesa de Jean, e o tratam como português, aprisionando-o com intenção de matá-lo e devorá-lo em seus rituais. Para isso lhe presenteiam com a índia Seboipepe, que se incumbe de “aculturar” o francês. Jean acaba assimilando a cultura nativa e aceitando seu trágico destino.

A própria complexidade do enredo ficcional, embora tomado de empréstimo à narrativa de Hans Staden, já desconstrói a imagem do Brasil como paraíso edênico. Além disso, a estrutura narrativa desconcertante do filme reforça a marcha violenta e contraditória da colonização.

Um importante recurso de estranhamento é a própria língua utilizada no filme. Falam-se predominantemente tupi e francês; o português só aparece na primeira sequência.

O filme tem início com uma paródia aos cinejornais oficiais da época da ditadura: uma voz em *off* reproduz uma

carta de Villegagnon a Calvino, de 1557, reproduzida em Jean de Léry. Contudo, as imagens desmentem a narração (figuras 23 a 28):

68

Últimas notícias da França Antártica enviadas pelo Almirante Villegagnon: o país é deserto e inculto; não há casas, nem teto, nem quaisquer acomodações de campanha; ao contrário, há muita gente arisca e selvagem sem nenhuma cortesia nem humanidade, muito diferente de nós em seus costumes e instrução. Sem religião nem conhecimento da honestidade e da virtude, do justo ou do injusto; verdadeiros animais com figuras de homens. Mas há principalmente a vizinhança dos portugueses que não tendo conseguido conservar a sua possessão, não podem admitir que nela estejamos, e nos dedicam ódio mortal. É preciso portanto ter paciência, firmeza e caráter. É preciso exercitar meus homens num trabalho contínuo, e Deus não tardará em proteger tais esforços e dedicação. Por isso, nos transportamos para uma ilha situada a duas léguas da terra firme, e aí nos estabelecemos de modo que, impossibilitados de fugir, fiquem os nossos homens no caminho do dever. E como as mulheres só vêm acompanhadas de seus maridos, a oportunidade de pecar contra a castidade se acha afastada. Mas acontece que 26 mercenários, incitados por sua cupidez carnal, contra mim conspiraram. Evitamos a realização de seus intentos, mandando ao seu encontro cinco criados armados, o que os atemorizou ao ponto de se tornar fácil desarmar e prender quatro dos principais chefes, fugindo outros, a se esconderem depois de abandonarem as armas. No dia seguinte, libertamos um deles de suas correntes, a fim de que pudesse melhor defender sua causa. Mas ao ver-se livre, deitou-se a correr, e jogou-se ao mar, afogando-se.



Figuras 23 a 28 – A carta narrada acima, em *off*, é acompanhada de imagens que a desmentem. Na figura abaixo, à esquerda, as índias despem-se dos trajes, numa imagem que lembra os movimentos feministas de 1968; nas figuras abaixo, ao centro e à direita, Jean, o protagonista do filme, é jogado do alto do penhasco, após receber a extrema unção, desmentindo a narrativa oficial que reportava seu suicídio. Jean, contudo, não se afoga, e ao encontrar terra firme, é aprisionado pelos tupiniquins e, posteriormente, pelos tupinambás.

69

O processo de identificação com o índio antropófago aparece já no título, formulado em primeira pessoa, sob a perspectiva da índia tupinambá Seboipepe. No entanto, tal identificação não é automática. Utilizam-se recursos de estranhamento e distanciamento, típicos dos cinemas autor-reflexivos dos anos 1960 (Nagib, 2004, p. 103). Os efeitos de montagem não permitem identificar o narrador. Mas nem por isso deixa de emitir uma opinião sobre seu tema. Ao contrário, tal montagem tem por objetivo produzir o ponto de vista crítico do filme, que desacredita, pelas imagens, o testemunho dos viajantes europeus (e também dos documentários oficiais da época).

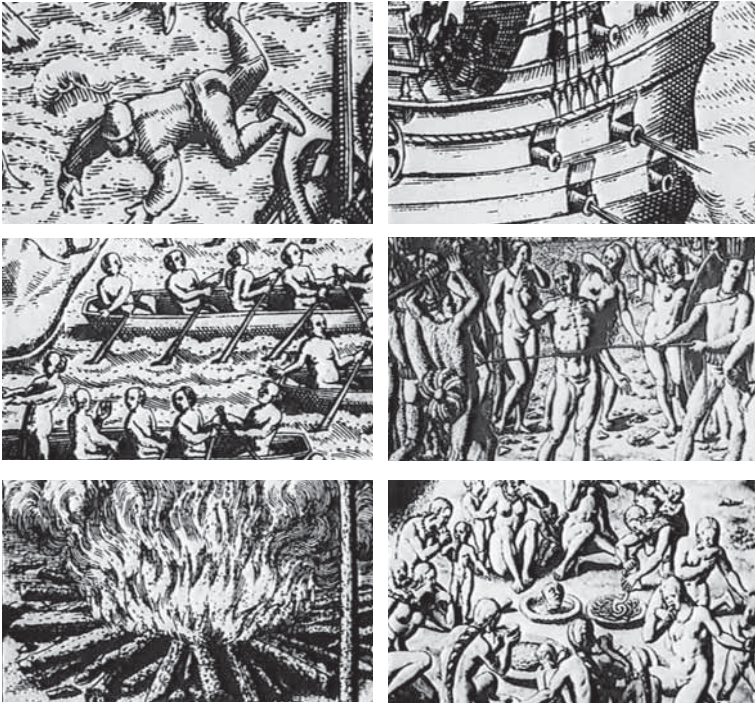
A liberdade sexual, tema que permeia o filme, remete a alegorias contemporâneas (figura 26). As índias que se livram das camisas impostas pelos franceses remetem ao

gesto libertário das jovens parisienses que queimaram seus sutiãs em 1968 (Nagib, 2004, p. 107).

Diversas gravuras retiradas dos livros de Hans Staden (*Warhaftige Historia vnd beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacketen, Grimmigen Menschfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen*, ou *Duas viagens ao Brasil*, de 1557), André Thévet (*Les singularitez de la France Antarctique*, de 1558) e Jean de Léry (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de 1578), intertítulos de diversos autores, músicas diegéticas e extradiegéticas compõem um cenário multifacetado. O tom que predomina é o do conflito, seja entre os colonizadores (figuras 29 a 31), seja entre nativos (figuras 32 a 34).

70 À guisa de conclusão, podemos perceber, em duas sequências emblemáticas do filme, uma inversão do lugar da “barbárie”. Numa primeira, Jean, já aprisionado pelos Tupinambás, suplica, na tentativa de salvar sua pele, a interferência de um mercador francês – e, portanto, aliado desta etnia e inimigo dos portugueses. Como os tupinambás ignoravam o fato de Jean ser francês, pois fora capturado ao lado dos portugueses e seria sacrificado como tal, a oportunidade de se aproximar do mercador francês, que negociava madeira e pimenta em troca de bugigangas com a tribo, e tinha acesso privilegiado a Cunhambebe, poderia significar sua absolvição. Contudo, o mercador recusa ajudar Jean, posto este último representar um alto valor, no sentido moral, para os índios, e muito pouco, no sentido econômico, para o mercador. O que seria mais “bárbaro”, afinal: uma sociedade que aceita e confia em seu sistema antropofágico, ou um indivíduo que quebra o código ético de sua própria sociedade, sacrificando uma vítima inocente à provável morte pela possibilidade de ganho material? (Young, 1998, p. 9).

Jean teria outra oportunidade de suplicar a ajuda do mercador, quando descobre, por acaso, várias moedas de



Figuras 29 a 34 – Após as cenas de abertura, os créditos iniciais do filme são apresentados de forma intercalada a imagens retiradas de livros de viajantes, notadamente o de Hans Staden. Nelas, vemos conflitos, perseguições e morte em mar e terra entre colonizadores e colonizados.

ouro enterradas nas redondezas. Decide então, motivado pelo desejo de vingança de Cunhambebe contra os tupiniquins, negociar sua vida em troca de barris de pólvora. Consegue seu intento e, ao fazê-lo, o filme evidencia o aspecto sinistro da colonização: afinal, os índios agora guerreavam-se entre si em condições altamente desiguais e, no caso, desvantajosas para os tupiniquins, que só usavam flechas e arpões, contra os canhões tupinambás fornecidos pelos franceses (figuras 35 a 38).



Figuras 35 a 38 – No alto, à esquerda, Jean, já incorporado à tribo, ensina aos tupinambás como utilizar a pólvora, que é usada na guerra contra os tupiniquins (alto à direita e abaixo, à esquerda) e, após o sacrifício de Jean, em festa ritual, Cunhambebe, munido de canhões, comemora a vitória sobre seus inimigos.

72

Alexandro Dantas Trindade

é professor adjunto da UFPR.

Ficha técnica

O descobrimento do Brasil

Ficção, longa-metragem, 35 mm, p&b, sonoro, Rio de Janeiro, 1937.

Produção: Instituto do Cacau da Bahia; direção: Humberto Mauro; assistente de direção: Bandeira Duarte; argumento: Humberto Mauro, baseado na *Carta de Pero Vaz de Caminha*; roteiro: Humberto Mauro; diálogos: Bandeira Duarte; fotografia: Manoel Ribeiro, Alberto Botelho, Alberto Campiglia e Humberto Mauro; cenografia: Bernardino José de Souza e Arnaldo Rosenmayer; música: Villa-Lobos.

Elenco: Álvaro Costa (Cabral), Manoel Rocha (Caminha), Alfredo Silva (frei Henrique de Coimbra), De Los Ros (Duarte Pacheco), Armando Durval (Nicolau Coelho), Reginaldo Calmon (índio Aracati), João de Deus, João Silva.

Como era gostoso o meu francês

Ficção, longa-metragem, 35 mm, cor, 83 min, Rio de Janeiro, 1970-1972. Produção: Luiz Carlos Barreto, Nelson Pereira dos Santos, César Thedim e K. M. Eckstein; direção: Nelson Pereira dos Santos; assistente de direção: Luiz Carlos Lacerda de Freitas; argumento e roteiro: Nelson Pereira dos Santos; diálogos em Tupi: Humberto Mauro; pesquisa etnográfica: Luiz Carlos Ripper e Ronaldo Nunes; cenografia: Régis Monteiro; música: Guilherme Magalhães Vaz e Zé Rodrix.

Elenco: Arduíno Colassanti (Jean, o francês), Ana Maria Magalhães (Seboipepe), Eduardo Imbassahy Filho (Cunhambebe), Manfredo Colassanti (mercador francês), Ana Maria Miranda, Gabriel Arcanjo, José Kleber, Gabriel Araújo, Luiz Carlos Lacerda de Freitas, Janira Santiago, João Amaro Batista, José Soares, Helio Fernando, Ital Natur, Maria de Souza Lima, Wilson Manlio, Ana Batista.

Referências bibliográficas

- BUENO, Z. P. 2000. *Bye bye Brasil: a trajetória cinematográfica de Carlos Diegues (1960-1979)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas: IFCH-Unicamp.
- FABRIS, M. 1994. *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neorrealista?* São Paulo: Edusp.
- FREYRE, G. 2005. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global.
- GOMES, P. E. S. 1974. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1996. *Cinema, trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra.
- IANNI, O. 2004. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc; São Paulo: Anpocs.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. 1995. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- MANNHEIM, K. 1986. "O pensamento conservador". In: MARTINS, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec.
- MEYER, M. 2001. "Um eterno retorno: as descobertas do Brasil". In: *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- MORETTIN, E. V. 2000. "Produção e formas de circulação do tema do descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme *Descobrimiento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro". *Revista Brasileira de História*, vol. 20, nº 39, pp. 135-165.
- NAGIB, L. 2006. *A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo: Cosac Naify.
- PONTES, H. 1998. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- RIDENTI, M. 2000. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- SCHVARZMAN, S. 2004. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp.
- VIANY, A. 1999. *O processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- XAVIER, I. 2005. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra.

Outros materiais

- MONCAIO, A. s/d. “Humberto Mauro e a construção estética da imagem nos filmes do período do INCE”. Disponível em <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/nmauroamoncaio.htm>>. Acesso em 1 dez. 2008.
- MOTA, R. 2006. “Cinema e pensamento brasileiro”. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, dossiê especial “Cultura e pensamento”, vol. II “Dinâmicas culturais”. Disponível em <www.epic.com.br>. Acesso em 1. jun. 2008.
- A carta de mestre João Farias*. Disponível em <<http://www.culturatura.com.br/dochist/Carta%20de%20Mestre%20Jo%C3%A3o%20Faras.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2008.
- SCHVARZMAN, S. 2007. “Salvando o cinema do cinema: Edgard Roquette-Pinto e o cinema educativo”. *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos: Intercom. Disponível em <<http://www.adevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R0933-1.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2008.
- YOUNG, T. R. 1998. “Antropophagy, tropicalismo and *Como era gostoso meu francês*”. *Anais da Latin American Studies Association*. Chicago: Latin American Studies Association. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Young.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2008.

“O BRASIL EM 1889”: UM PAÍS PARA CONSUMO EXTERNO

Gabriela Nunes Ferreira

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Rossana Rocha Reis

O ano de 1889 marcou o centenário da Revolução Francesa e, dentro das comemorações, idealizou-se uma nova Exposição Universal em Paris. No Brasil, as referências à Revolução Francesa eram muitas, principalmente entre os republicanos que lutavam pelo fim do regime monárquico. Para o regime brasileiro, 1889 era um ano incômodo: as referências externas e internas à revolução traziam o fantasma das derrubadas das cortes e famílias reais europeias, com as quais os dirigentes brasileiros possuíam laços de sangue. Para a única monarquia dos trópicos, o ano dedicado à “mãe das revoluções” perturbava ainda mais um ambiente que não era tranquilo.

A abolição, no ano anterior, exacerbou algumas questões que já se colocavam anteriormente ao país: a ideia da inexistência de um povo brasileiro, a necessidade de mão de obra e as soluções imigrantistas, a reorganização econômica do país. Com o fim da escravidão, o problema da mão de obra se coloca de maneira mais clara: quem, agora que não haveria mais escravos, poderia suprir os braços que faltariam? A questão da falta de braços não era apenas

numérica, mas também qualitativa; dizia respeito à própria formação do povo brasileiro. Daí a imigração ser pensada não somente como uma solução para o problema do fornecimento de braços, mas também dentro da perspectiva de branqueamento da população, de acordo com a lógica das teorias raciais do século XIX.

Ao lado dessa questão, colocava-se também a necessidade de se atraírem capitais para financiar a modernização do país. Na década de 1880, houve crescimento dos investimentos externos diretos e de empréstimos ao país. O governo monárquico buscava, nesse momento, financiar o seu *déficit* orçamentário, bem como consolidar a conversibilidade em ouro do padrão monetário nacional¹. Junto com as necessidades internas, havia um ambiente externo favorável, com abundância de capitais a serem atraídos.

76 Em meio a essa conjuntura, a Monarquia sofria ataques cada vez maiores. A questão federativa estava na ordem do dia, entre outros temas relativos às reformas políticas. Incapaz de empreender as transformações, o regime fragilizava-se e via suas bases sociais erodirem – para o que também contribuiu o fim da escravidão.

Le Brésil en 1889 pode ser visto, dentro deste contexto, não apenas como uma obra para consumo externo, produzida por um grupo fiel à Monarquia – e subsidiado por ela – para mostrar ao mundo um novo Brasil, próximo da Europa, monárquico e civilizado, mas também como um produto para consumo interno, como uma defesa da monarquia, que, aliás, repercutiu significativamente nos jornais brasileiros. A ironia do título do livro é que, quando pensamos no Brasil em 1889, surge uma associação imediata com o

¹ Entre 1888 e 1889, sob o comando do Visconde de Ouro Preto, uma série de projetos de reforma do sistema monetário nacional estava sendo debatida com vistas a ampliar a oferta de moeda. Esta ampliação era uma resposta à elevação da demanda por moeda decorrente da transição laborial. Ver a esse respeito Gremaud (1997).

advento da República. No entanto, este Brasil era monárquico; um Brasil para ser mostrado na França republicana, na Exposição Universal. Este *Brasil*, bem como a Exposição, apagou suas luzes junto com a Monarquia, em novembro do mesmo ano.

Em *Le Brésil en 1889*, o Brasil é um produto a ser vendido para um público difuso que frequentava as Exposições Universais: grandes eventos que funcionavam como vitrine do mundo, por um lado, e como síntese do progresso e da integração do mundo capitalista, por outro. Escrito por alguns dos mais ilustrados membros da elite monarquista nos estertores do regime, a coletânea foi organizada por Santa-Anna Nery, com contribuições de, entre outros, Eduardo Prado, Barão de Rio Branco, André Rebouças, Amaro Cavalcanti. O objetivo central era apresentar os progressos empreendidos ao longo do curto período em que éramos um Estado nacional e ressaltar o papel da Monarquia – notadamente do Segundo Reinado, e da pessoa do imperador d. Pedro II – nesse processo. Assim como *Le Brésil*, organizado por Lévasseur², o livro ficava exposto e era comercializado no pavilhão brasileiro da Exposição Universal de Paris de 1889. Em função da natureza da obra, muitos dos artigos escritos para *Le Brésil en 1889* eram bastante descritivos. No entanto, alguns autores, como André Rebouças, Rio Branco e Eduardo Prado, deixam transparecer em seus textos suas respectivas interpretações do Brasil.

Em que pesem as diferenças existentes entre os três autores, todos partilhavam uma percepção da Exposição

² *Le Brésil* não será objeto de nossa análise neste texto. O livro é a ampliação do verbete de mesmo nome escrito por Lévasseur para a *Grande Encyclopédie Française*, que contou também com a colaboração de muitos dos autores que escrevem em *Le Brésil en 1889*. Alguns textos, como o de Rio Branco, são embriões de livros posteriores (caso de *A história do Brasil*), ou muito parecidos com os que se encontram no outro livro (caso de Eduardo Prado). Uma edição brasileira foi publicada em 2000, agregando ao livro um outro, organizado por Rio Branco, sobre “as vistas do Brasil”, coleção de fotos e gravuras sobre os centros urbanos brasileiros.

como um espaço privilegiado para garantir ao Brasil seu lugar de direito entre os povos civilizados, e viam a si mesmos como os responsáveis pela execução desta tarefa. Constroem nos seus textos uma concepção de Brasil como potência do futuro, terra de oportunidades, ao mesmo tempo imersa na América e diferenciada desta pelas suas ligações com a Europa e com a civilização. O novo continente representava o potencial de geração de riquezas, não apenas pela realização da “vocação agrícola”, mas também (como toda a participação do país na Exposição buscava destacar), pelo potencial de desenvolvimento urbano e industrial. Por outro lado, enfatizavam a inserção do Brasil na história europeia; a continuidade, seja pela manutenção do regime monárquico, do qual eram grandes entusiastas, seja pela colonização e pela imigração dos europeus, elemento definidor da formação (presente e futura) do povo e da cultura do Brasil.

78 A identidade brasileira que emerge desses textos é, paradoxalmente, uma identidade europeia. A escravidão é apresentada como uma contingência da formação econômica (já no passado e em vias de ser “corrigida” pela imigração massiva de europeus). O republicanismo é apresentado como um “problema” dos nossos vizinhos não tão civilizados. Talvez por isso tenha sido tão difícil para nossos autores se antecipar e se adaptar aos eventos de novembro de 1889. Rebouças acompanha a família imperial ao exílio, onde mais tarde se suicida; Eduardo Prado procura combater a “ditadura republicana” e também encontra precocemente a morte por febre amarela. Apenas Rio Branco vai não apenas seguir na vida pública a serviço do Estado, como tornar-se um dos personagens centrais da Primeira República no Brasil.

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira, trataremos do significado das Exposições Universais (em especial a de 1889), incluindo um histórico da participação

brasileira nesses eventos ao longo do Império. Na segunda parte apresentaremos os três artigos que nos interessam mais particularmente em *Le Brésil en 1889*: o “Esboço da história do Brasil”, de Rio Branco; “A imigração”, de Eduardo Prado; e “Zonas agrícolas”, de André Rebouças. Procuraremos discutir os pontos de aproximação e de divergências dos três autores e identificar, em suas contribuições para o livro, alguns eixos da discussão sobre identidade brasileira no final do século XIX, que continuarão a ser importantes para compreender as ações políticas da República que se instala.

As Exposições Universais e a participação do Brasil em 1889

As Exposições Universais são eventos que começam a ser organizados a partir de 1851, em Londres. Segundo Heloísa Barbuy, as exposições universais

constituíam-se na mais condensada representação material do projeto capitalista de mundo. Reuniam, num mesmo espaço, representações das regiões em expansão (países europeus e Estados Unidos emergentes), das regiões sob pleno domínio colonial e das regiões distantes (do ponto de vista imperialista), promissoras fontes de matérias-primas, como a América Latina. Uma verdadeira representação do mundo, tal como concebido pela filosofia dominante (1996, p. 211).

Eram uma vitrine para o mundo. Nelas eram propagadas descobertas científicas e reforçados estereótipos (por exemplo, de países exóticos e tropicais), com a exposição de plantas e animais. A ideia que presidia as exposições era a de um mundo único, interligado pelo comércio e pela ciência. O desenvolvimento capitalista parecia então ilimitado; o século do progresso levava à crença numa evolução expo-

nencial da humanidade, ao mesmo tempo em que até os mais afastados rincões do mundo agora se abriam à comunicação com a vanguarda europeia da civilização.

As exposições tinham um objetivo declarado de fomentar o comércio internacional, bem como projetar os países – notadamente os europeus e os Estados Unidos – como hegemônicos no campo internacional. Ao mesmo tempo, eram espaços nos quais se poderia desenvolver a educação das massas e onde os valores do novo mundo capitalista poderiam ser disseminados. Em suma,

as exposições funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos” e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. No papel de arautos da ordem burguesa, tiveram o caráter pedagógico de “efeito demonstração” das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho, do tempo útil, das possibilidades redentoras da técnica (Pesavento, 1997, p. 14).

80

Esses eventos eram responsáveis pela circulação de mercadorias e ideias do novo mundo que se abria sob a liderança europeia, secundada pelos Estados Unidos, cada vez mais importantes no cenário mundial. Mais ainda, as exposições eram fundamentais como espaços de divulgação e defesa dos Estados nacionais, que se faziam representar nos pavilhões construídos com verbas oficiais aliadas ao capital privado. Durante meses os pavilhões mostravam a pessoas do mundo todo uma síntese do que se produzia, pensava e vivia nos países ali representados³. Num mundo que ainda

³ Os pavilhões eram espaços físicos onde se buscava representar o país. Não cabe aqui a discussão sobre o caráter da representação, mas é importante chamar a atenção para o aspecto “fabricado”, “construído” da imagem dos países. Só como exemplo, o pavilhão do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia, de 1876, era de inspiração mourisca, algo totalmente apartado da realidade arquitetônica nacional.

não conhecia os meios de comunicação de massa, as exposições tinham uma importância imensa na divulgação das novas técnicas, ideias e instrumentos do mundo moderno, tornando-se, assim, “um veículo de comunicação de massa *avant la lettre*” (Barbuy, 1993, p. 301).

A primeira exposição universal ocorreu em Londres, em 1851. A partir daí, foram mais quinze até o final do século. A participação do Brasil nesses eventos, e o considerável investimento necessário para organizar uma representação em cada uma dessas ocasiões, foram objeto de intenso debate no país. Ao que tudo indica, o imperador d. Pedro II, particularmente atraído pelas novas tecnologias, e sensível à questão da imagem do país no mundo, era um dos grandes entusiastas da ideia, mas nem sempre conseguiu apoio político para financiar a participação brasileira. A despeito das dificuldades, a presença brasileira nas exposições foi se tornando cada vez mais ampla ao longo do século XIX, apoiada em grande medida por interesses privados.

Durante a Monarquia, o Brasil participou das exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris). Em todas as ocasiões buscava-se, evidentemente, projetar uma imagem positiva do Brasil, que atraísse capital, mão de obra e prestígio para o país. A participação na exposição envolvia a montagem de um pavilhão no qual se expunham as riquezas do país, e também a elaboração de material bibliográfico, com informações as mais variadas, que iam da geologia à produção artística nacional.

Em 1867, o comitê responsável pela participação do Brasil na Exposição de Paris organizou um pequeno volume de 130 páginas no qual descrevia as riquezas naturais, a economia e as instituições políticas do país. No volume *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*, destaca-se a ação civilizadora do Estado em relação aos índios e se reconhece a preocupação internacional com a questão da escravidão; no entanto, de acordo com o relatório:

Os escravos são tratados com humanidade e geralmente bem instalados e alimentados. Na maior parte das *plantations*, é-lhes permitido cultivar porções de terra por sua própria conta, e dispor do produto com toda liberdade. O trabalho é atualmente moderado e usualmente estende-se apenas pelo período diurno; as noites são dedicadas ao repouso, à prática das religiões, à diversão para todos. Esta instituição foi imposta no Brasil por força de circunstâncias particulares que datam dos primeiros anos do descobrimento. As questões de que depende sua total supressão ocupam a mais séria atenção do Governo; o sentimento a esse respeito foi recentemente manifestado na resposta endereçada à *French Abolition Society* (1867, p. 31).

82

Para a Exposição de Viena, a mesma publicação foi atualizada e incrementada; chegou a 300 páginas, mas manteve a mesma estrutura, destacando a Lei do Ventre Livre e a “inevitabilidade do fim da escravidão”. De acordo com os editores de *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*,

para tornar o Império do Brasil bem conhecido no exterior, e também para fornecer aos imigrantes as informações necessárias, um cuidado especial foi tomado no sentido de dizer a verdade, somente a verdade.

Em 1876 era a vez da Filadélfia. A *Centennial*, como ficou conhecida a exposição, festejava os cem anos da independência norte-americana e servia como palco para a introdução do país na galeria dos mais importantes do planeta. A América fazia sua entrada triunfal e celebrava o progresso da civilização nas terras do Novo Mundo. A celebração da nacionalidade norte-americana era a tônica da Exposição; a *Centennial*

atuou como um poderoso elemento de reafirmação de uma identidade coletiva nacional, articulando um conjunto de ideias, crenças, valores e mitos num todo articulado, socialmente desejável e intelectualmente compreensível (Pesavento, 1994, p. 157).

A exposição foi aberta em maio de 1876, com a presença do presidente Grant e do imperador d. Pedro II. Sua ênfase era na exibição de novas máquinas, que maravilhavam a audiência e mostravam a superioridade dos Estados Unidos também nesse setor. Não se tratava mais apenas do “celeiro do mundo”, com a sua potencialidade agrícola, mas também de um país voltado ao progresso. Obras foram escritas especialmente para o evento, contando a história norte-americana e os feitos de cem anos da jovem nação. Nessa história, estava presente também, além dos temas de ordem econômica e política, a questão da população, com um viés fortemente racista, exaltando a supremacia branca na construção da nação civilizada.

Para o Brasil, a participação em 1876 foi vista como mais um momento de apresentação para o mundo e, nesse caso, a partir do continente americano. Assim como os Estados Unidos, o Brasil havia sido colônia europeia, mas trazia, justamente por isso, o laço de continuidade com a civilização. Os Estados Unidos eram já uma potência, e o Brasil começava a criar a imagem de um país promissor; tal possibilidade era aumentada pela presença de um monarca e de uma monarquia que conferiam ao país a estabilidade ausente em outros países da América hispânica. A participação no evento foi cercada de entusiasmo, notadamente por parte do imperador que, com sua “curiosidade intelectual”, despertou atenção e simpatias generalizadas (Pesavento, 1994). Mesmo assim, o Brasil mostrou, a despeito de seus esforços, que continuava um país bastante defasado em relação aos europeus civilizados e aos Estados Unidos, e ainda marcado

pela existência da escravidão. O “exotismo” continuou sendo a maior marca do país, até porque

o Brasil empenhou-se em levar uma amostragem a mais completa possível das potencialidades do país. O que ressaltava, contudo, eram as potencialidades de suas riquezas naturais: café, madeira, minérios, plantas exóticas (Pesavento, 1994, p. 163).

O relatório produzido dois anos depois, por uma comissão que avaliava a participação do Brasil, chamava a atenção para os limites alcançados com a política de se apresentar o país apenas no seu aspecto “exótico e tropical”, e para a necessidade de adotar um outro caminho, enfatizando o progresso associado à modernização, à indústria e ao trabalho: “o relatório enfatizava que não era possível continuar a nação iludida com as suas potencialidades naturais” (Pesavento, 1994, p. 164).

84

Em 1889, Paris voltava a ser palco de uma Exposição Universal. A coincidência de datas levou a França a organizar uma exposição que também era a celebração do triunfo da Revolução Francesa, “criação” do próprio país, e da civilização universal. Entre outras maravilhas doadas ao mundo, a França era a responsável pela consolidação do regime republicano e pela divulgação da ideia dos Direitos do Homem. Se os Estados Unidos eram o país mais promissor em termos de desenvolvimento, se a Inglaterra ainda era a referência em termos industriais, a França ocupava a posição de centro irradiador dos valores fundamentais da civilização. Em meio a crises internas (a derrota para a Alemanha era recente, bem como as perdas territoriais e financeiras resultantes), a Exposição foi uma maneira de resgatar o patriotismo francês e buscar a reafirmação da França entre as principais potências mundiais.

Pelo lado brasileiro, a participação na exposição francesa acarretava ao menos um problema: a ênfase no caráter republicano da festa incomodava o Império assolado por crises e por um crescente movimento republicano que ameaçava o regime. Não foi outro o motivo de tantos títulos na confirmação da participação brasileira, que acabou sendo ratificada em cima da hora. Assim como outras monarquias, o Brasil absteve-se de participar das comemorações do centenário da Revolução; esteve presente apenas à exposição e, mesmo assim, de modo não oficial. Não foi o governo brasileiro que organizou o pavilhão, mas sim o *Syndicat du Comité Franco-Brésilien*, grupo privado formado por homens da elite brasileira e parceiros franceses, sob as bênçãos (e financiamento) da monarquia brasileira.

Uma das poucas monarquias a participar da Exposição “republicana”, o Brasil mudara em relação a 1876. As recomendações do relatório referente à exposição da Filadélfia surtiram efeito. Em busca de capitais e braços e no afã de criar uma imagem positiva e civilizada do país, o Brasil tenta agora mitigar a ênfase no exotismo do país, procurando chamar a atenção para a produção de manufaturas, a produção cultural, o crescimento urbano e de infraestrutura – embora sem deixar de lado o apelo às belezas e riquezas naturais do país. Se o esforço foi feito, a recepção, entretanto, não foi das melhores:

Assim, os dois andares superiores denotavam já um quadro industrial e “civilizado”, pelo qual passaram quase sem comentar os cronistas que escreveram sobre o Brasil. Fosse porque nossos produtos não fizessem frente em qualidade e em quantidade aos similares europeus ou porque tal quadro não correspondesse ao que se esperava do Brasil, são muito poucos os registros a respeito. Enquanto sobre os produtos brutos, agrícolas ou extrativos podem-se ler exclamações e entusiasmos, silêncio quase total para a

exibição manufatureira e para os produtos mais refinados (Barbuy, 1996, p. 223).

Para alguns críticos, a mudança de estratégia do Brasil foi responsável pela perda do interesse do público no país, em comparação com outros países americanos. Assim, de acordo com Cizeron:

Clichês clássicos tornam-se figuras impostas aos países por ocasião das Exposições universais, e se apresentam como uma condição necessária para a adesão dos públicos. As primeiras aparições são, assim, coroadas de franco sucesso porque o Brasil corresponde às expectativas. Mas as seguintes recebem uma acolhida mais mitigada; às vitrines positivistas e modernas de 1889-1914 faltam as bizarrices tão procuradas. Os visitantes ficam indiferentes. Passam ao lado do país sem observá-lo ou olhando-o por cima, principalmente diante do México, que erigiu um templo asteca bem no meio do espaço americano. Uma verdadeira atração (2009, p. 141).

86

A “natureza” continuou a ser o foco da atenção dos franceses⁴, que pareciam particularmente fascinados pela presença de uma enorme vitória-régia no pavilhão do Brasil. No entanto, ainda que pese a perda de apelo popular, a mudança na estratégia brasileira parece ter sido conscientemente desenhada para apoiar a reivindicação de um “lugar entre os países civilizados no mundo”. Buscava-se escapar, em alguma medida, da pecha do exotismo, embora continuasse a ser destacado o imenso potencial

⁴ Heloísa Barbuy, entretanto, considera que a recepção entre os franceses foi positiva. A despeito de críticas à produção cultural e artística e da ênfase na questão da pujança natural, os cronistas franceses, em sua maioria, enfatizaram o potencial do Brasil e chamaram a atenção para a necessidade de a França enviar capitais e braços à jovem nação. Ver a esse respeito Barbuy (1996).

de riqueza do território brasileiro na busca por investidores e trabalhadores; como assegura Santa-Anna Nery aos candidatos à emigração, vir para o país “é a prosperidade garantida, pois o que falta no Brasil não é a terra, são os braços” (1889, p. XV).

Em 1889, o investimento na participação brasileira foi muito mais amplo do que anteriormente. Essa afirmação pode ser medida de várias maneiras: pelos recursos envolvidos, pelo espaço ocupado pelo Brasil, e também pelo material bibliográfico publicado pelo próprio país. Em parte, essa mudança reflete o lugar de Paris no imaginário da elite brasileira. Como observa Maria Ines Turazzi: “Com a Inglaterra o Brasil estabelecia tratados de comércio, cláusulas de isenção de tarifas, contratos para a construção de estradas de ferro, importação de mercadoria e maquinismos. Mas é o brilho da França que ilumina e atrai os espíritos letrados do país, sobretudo na Corte” (1995, p. 94).

Não obstante, uma outra exposição já havia sido organizada em Paris em 1867, sem receber, no entanto, a mesma atenção. Vários são os motivos que podem ser apontados: por um lado, vivia-se em plena Guerra do Paraguai, e a manutenção da escravidão ainda era um peso difícil de administrar; por outro, a necessidade de capitais e braços não era tão sentida como nestes finais da década de 1880: a questão da imigração, por exemplo, era muito mais uma questão privada do que estatal. As iniciativas ainda eram restritas aos particulares, não fazendo parte da agenda da Monarquia a chamada “grande imigração”, sendo as iniciativas oficiais ainda voltadas aos projetos de colonização de pequenos núcleos no sul do país. Mas a questão central na mudança parece ter sido mesmo a recente abolição da escravidão. Desde as primeiras exposições, diante do que era percebido como o “fim iminente” da escravidão, o Brasil já vinha investindo na atração de imigrantes europeus, mas ainda de maneira limitada. O objetivo era,

desde então, recrutar mão de obra, e também alterar a composição étnica da população do país: o branqueamento era considerado importante para o sucesso da nação. No entanto, a existência da escravidão era sinônimo de atraso, de falta de civilização, o que criava obstáculos para o ingresso do país no rol dos civilizados e para a própria imigração branca em larga escala. Agora, com a escravidão chegando ao fim, o *status* do país mudava, como pode ser depreendido do orgulho com o qual Santa-Anna Nery apresenta a abolição como a grande conquista da civilização no Brasil nos últimos anos.

Le Brésil en 1889

88

Santa-Anna Nery, paraense radicado em Paris, e um dos grandes responsáveis pela intensa participação do Brasil na exposição de 1889, já tinha experiência acumulada como propagandista do Brasil no exterior: publicou livros sobre a Amazônia, sobre a imigração italiana e sobre economia brasileira. Em 1889, foi o autor de um *Guide de l'immigrant au Brésil*, e organizou o volume *Le Brésil en 1889*, obra de 25 capítulos e mais de seiscentas páginas sobre temas variados como “população, território, eleitorado”, “comércio e navegação”, “imprensa”, “arte”, “finanças”, “trabalho servil e trabalho livre”, “imigração” etc. O Barão do Rio Branco contribuiu para o volume com seu “Esboço da história do Brasil”, enquanto André Rebouças escreve sobre as zonas agrícolas, e Eduardo Prado sobre imigração. Com perspectivas políticas divergentes em vários aspectos, os autores tinham um objetivo em comum: o desejo de veicular uma imagem de Brasil que fosse positiva lá fora, que pudesse atrair braços e capital, bem como o respeito dos países europeus. Enfim, tornar o Brasil um interlocutor preferencial do mundo civilizado na América do Sul. Este não representa simplesmente o projeto do Império ou da República, mas sim de uma elite dirigente e intelectual que transitou nos dois regimes

e que, acreditamos, poderia ser exemplificada de maneira mais acabada pelo Barão de Rio Branco.

Nosso objetivo, a partir de agora, é analisar alguns dos textos presentes no volume *Le Brésil en 1889*, buscando compreender que imagem de Brasil seus autores buscaram construir e em que medida há um projeto comum de país por parte desses representantes da elite monárquica ao final do regime.

Rio Branco: “Esquisse de l’histoire du Brésil”

1889 é um ano marcante na história do Brasil, e também um divisor de águas na biografia do Barão de Rio Branco. Apesar de pertencer a uma família importante da política brasileira, apenas a muito custo Rio Branco havia conseguido uma posição de cônsul do Brasil em Liverpool, que estava muito aquém das suas ambições políticas, e à qual ele se referia muitas vezes como um “exílio”. Durante os anos em que esteve lotado em Liverpool (1876-1891), o Barão estabeleceu residência em Paris. Em 1889, participou de *Le Brésil en 1889*, com um capítulo sobre a História do Brasil (“Esboço da história do Brasil”), que, segundo ele, foi escrito em apenas quinze dias, já que a maior parte da pesquisa e sistematização de informações já havia sido feita para escrever o capítulo sobre a História do Brasil no verbete “Le Brésil” para a *Encyclopédie Française*, em colaboração com o francês Lévasseur. Ainda nesse ano, o Barão escreveu a biografia de d. Pedro II, publicada na Inglaterra, e organizou um livro de imagens do Brasil para a Exposição de 1889 (*L’Album des vues du Brésil*)⁵.

Já nessa época o Barão parecia bastante consciente da importância do conhecimento sobre o Brasil nas relações

⁵ O Barão de Rio Branco, a despeito da colaboração no livro e da participação no Sindicato Franco-Brasileiro, não foi o responsável por dar forma à participação do Brasil na Exposição Universal, embora seja essa a recordação de seu filho, Raul (Rio Branco, 1942).

exteriores do país, e da necessidade de “aval europeu” às informações sobre o país. Nas obras acima citadas, em pelo menos duas delas, o verbete na *Encyclopédie* e a biografia de d. Pedro II, Rio Branco age deliberadamente para omitir sua participação como autor, e garantir a “paternidade europeia” das interpretações sobre o Brasil. De acordo com carta enviada ao Barão de Ramiz, em 25 de abril de 1889:

Lévasseur queria que o artigo História figurasse apenas como meu, mas achei mais conveniente para a nossa terra que o nome dele também aí aparecesse. A importância que dou a este trabalho está em aparecer, com a autoridade do nome de Lévasseur e em obra que será consultada por todos os redatores de futuras Enciclopédias, e que terá lugar em todas as bibliotecas do mundo (1957, p. 50).

90 Posteriormente, no entanto, com a omissão total de seu nome, ele se queixa em carta para o Barão de Ourém: “Era aí que eu desejava ter meu nome, porque essa é a minha especialidade e de bom grado eu abandonaria tudo o mais ao Lévasseur” (*apud* Damante, 1961, p. 5).

Ainda sobre o artigo “Le Brésil”, em carta ao imperador, que parecia particularmente interessado nos rumos do trabalho de Rio Branco, ele afirma:

Tive pois, como Brasileiro, grande contentamento em poder concorrer para esse resultado, vendo afinal, em livro estrangeiro, uma notícia sobre o Brasil que, sem palavras inúteis, encerra grande cópia de informações, muitas inéditas, e que dará exata e lisonjeira ideia dos nossos progressos e da nossa civilização; notícia apresentada sob os auspícios de um nome europeu, como o de M. Lévasseur, reunindo, portanto, para os estrangeiros, as condições de imparcialidade que são para desejar em trabalhos desta ordem (1957, p. 63).

No capítulo sobre a história do Brasil que aparece no livro de Santa-Anna Nery, no entanto, a paternidade do texto é claramente estabelecida, e sua “exatidão” é enaltecida pelos seus contemporâneos, dentre os quais destaca-se o próprio imperador d. Pedro II. A repercussão de seus textos sobre a história do Brasil, em grande medida em função dos elogios que recebeu em resenhas publicadas nos jornais brasileiros por figuras públicas importantes como Capistrano de Abreu e Rui Barbosa, ajudam a tornar conhecida a figura de Rio Branco, antes que seu papel na negociação das fronteiras do Brasil o tornasse célebre. O “Esboço da história do Brasil” vai ser reeditado em separado logo após a edição de 1889, e mais duas vezes depois disso. *Le Brésil* de Lévasseur, por sua vez, vai ter duas edições (em separado da *Encyclopédie*) ainda em 1889, sobretudo em razão da presença do Brasil na Exposição de 1889.

A história do Brasil de Rio Branco é, sobretudo no início, uma sucessão de batalhas navais entre potências europeias. Na primeira parte do livro, “O período colonial: 1500-1800”, a formação do território do Brasil parece ser o elemento central da narrativa de Rio Branco. Com grande riqueza de detalhes, ele descreve as lutas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, com alguma participação das nações indígenas. As grandes figuras históricas desse período são conquistadores, militares, e em um segundo momento, os paulistas, que “avançaram muito longe no interior das terras, à procura de ouro e realizando caça aos índios, reduzidos à escravidão para provisionar as plantações da costa” (1889, p. 52). Os jesuítas são também mencionados, como tendo desempenhado um papel importante no processo de “civilização” dos indígenas. A julgar pela história contada por Rio Branco, em 1624 já existiam o Brasil e os brasileiros e pela primeira vez um navio europeu é tratado como invasor:

Uma segunda expedição, sob as ordens do almirante Loncq e do coronel Waedenburch, foi enviada *contra* o Brasil. De 16 de fevereiro a 2 de março de 1630, ela apoderou-se de Olinda e de Recife. Os *brasileiros*, comandados pelo general Mathias de Albuquerque, começaram então uma luta contra os *invasores* que durou 24 anos. Vários chefes brasileiros, nascidos no país, dentre os quais Luis Barbalho, Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias adquiriram uma justa fama nessa guerra (1889, p. 45, grifos nossos).

92 Sobre o povoamento, o Barão de Rio Branco é mais econômico nos comentários. Ainda que forneça para diferentes períodos da história uma estimativa numérica da composição étnica do país (porcentagem de brancos, “índios civilizados” e “escravos africanos”), não entra em detalhes sobre a formação do povo brasileiro. Tal aspecto é destacado pela resenha de Capistrano de Abreu, que reclama essa como a “única lacuna” do *Esboço*. Em relação à formação da população, a maior parte dos seus comentários nessa parte do livro diz respeito às batalhas entre colonos e jesuítas envolvendo os indígenas. Há também uma referência ao quilombo dos Palmares, na qual Rio Branco afirma que:

No momento da invasão holandesa, alguns escravos negros de Pernambuco haviam abandonado seus senhores e se estabelecido nas florestas de Palmares (Alagoas). Seu número chegou a vários milhares e eles lograram manter sua independência por mais de sessenta anos, repelindo os ataques dos holandeses, depois os dos brasileiros-portugueses. Eles só foram inteiramente subjugados em 1697, após uma guerra de muitos anos, por um pequeno exército vindo de São Paulo, conduzido por Domingos Jorge Velho. No momento da derrota final, os principais chefes negros se jogaram de um rochedo, preferindo a morte à escravidão (1889, p.63).

É interessante notar que, quer seja em relação aos brancos, aos escravos ou aos indígenas, os poucos comentários que o autor faz a respeito da população destacam as qualidades guerreiras e a coragem daqueles que formaram a nação brasileira. Sobre aspectos culturais, pouco diz, além da referência ao trabalho civilizador dos jesuítas, importante para garantir o caráter cristão da nação em formação. Destaca também o início da diferenciação e da rivalidade entre portugueses e brasileiros no início do século XVIII, referindo-se brevemente ao movimento da Inconfidência Mineira e sua relação com as ideias republicanas francesas e norte-americanas.

A história do Brasil independente começa para Rio Branco com a chegada da família real portuguesa em 1808⁶. Dentro de sua perspectiva, é como se nesse momento o “Brasil para fora” estivesse delimitado e os brasileiros fossem um grupo claramente distinguível dos portugueses, de modo que, a partir de então, a história do Brasil passasse a se desenvolver prioritariamente “para dentro”, através da construção de vias de comunicação, de instituições políticas, do estabelecimento da indústria e das artes. Os grandes homens dessa fase da história não são mais conquistadores e militares, mas políticos e empreendedores. A abertura dos portos do Brasil a outros países é interpretada por ele como o sinal mais evidente da independência do país. Ao procurar diminuir a autonomia política do Brasil e enfraquecer a

93

⁶ Rio Branco aproxima-se da interpretação de Varnhagen, por exemplo, ao enfatizar a continuidade como marca da história brasileira. Segundo essa interpretação, os três séculos de colonização foram séculos de “construção da nacionalidade” a partir das diversidades étnicas e regionais, com a presença de uma administração que as unificaria. Há uma valorização da herança portuguesa, já que esta foi responsável por legar ao Brasil um território “civilizado”. A independência seria uma consequência natural, apressada pela vinda da Corte e pelo envolvimento pessoal da família real. Sem o herdeiro, as “partes” não ficariam juntas: há uma ênfase no papel da monarquia como agente que evitou o caudilhismo e a barbárie e na superioridade da raça branca, o que leva a uma história que obscurece movimentos populares e revoltas, e coloca nos grandes homens o protagonismo (Costa, 2005).

integração entre suas partes, a política adotada pelas Cortes de Lisboa em relação ao Brasil, contrária à política “brasileira” anteriormente seguida pelo rei, é a causa da proclamação da independência do Brasil por d. Pedro em 7 de setembro de 1822.

A relação tensa entre Brasil e Portugal também será a maior responsável, dentro do raciocínio de Rio Branco, pela oposição que em pouco tempo se organizará contra d. Pedro I. De um lado, a turbulência política do Primeiro Reinado é atribuída à própria inexperiência das forças políticas da jovem nação:

Faziam-se no Brasil os primeiros ensaios do sistema representativo, e se o imperador era jovem, inexperiente e impetuoso, podemos dizer também que os partidos e a imprensa careciam ainda de educação política (1889, p. 167).

94

De outro lado, o autor aponta a rivalidade entre portugueses e brasileiros como a fonte mais forte de conflitos e instabilidade política naquele período.

Ao fim, “cansado desta oposição” e preocupado em garantir o trono de Portugal para sua filha contra as pretensões de seu irmão Miguel, d. Pedro I, “cujo maior defeito era ter nascido em Portugal”, abdica do trono em benefício de seu filho d. Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade, e deixa o Brasil com destino a Portugal. Nos anos seguintes, o Brasil será governado sucessivamente por regentes, até a maioria antecipada de d. Pedro II. No entanto, a relação com Portugal segue sendo definidora das mudanças políticas no país. A morte de d. Pedro I, aos 36 anos, em Portugal, é apontada como o estopim para a rearticulação dos partidos brasileiros entre conservadores e liberais, que segundo sua análise vai ser o eixo articulador da política no país: “Desde 1836, toda a história política do Brasil resume-

-se à luta entre dois grandes partidos constitucionais, o conservador e o liberal” (1889, p. 171).

Rio Branco faz poucas citações ao longo do texto, e quando as faz busca apoio externo para sua própria visão política, crítica do federalismo e favorável à manutenção da unidade. A defesa da integração territorial e política, por sua vez, é o ponto que fornece unidade à história do Brasil antes e depois da independência. Mais ainda, tal defesa é vista como a grande tarefa dos atores políticos do século XIX. Dentro dessa perspectiva, defende a atuação do Brasil na “pacificação dos conflitos no Prata” e destaca a importância dos conflitos sobre a navegação do rio Amazonas. Manutenção da integridade territorial e luta contra o federalismo aparecem profundamente inter-relacionadas na história do Brasil segundo Rio Branco, e formam também a base de sua visão da política. Assim, as demandas federalistas dos “Exaltados”, durante a Regência, são retratadas como ameaças à unidade do país; se tivessem vingado, teriam se tornado “a causa de lutas semelhantes às que atravancaram o progresso de vários estados hispano-americanos” (1889, p. 171). Assumindo plenamente a perspectiva dos “Saquaremas”, Rio Branco saúda a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840, destinada a pôr fim “às invasões das Assembleias (Provinciais) sobre as atribuições do Poder Central ou sobre a autonomia municipal”. A antecipação da maioria de d. Pedro é também elogiada, por estar de acordo com a opinião da grande maioria da nação “frente ao insucesso dos governos eletivos em manter a ordem pública e a união das províncias” (1889, p. 172). O ano de 1850 representa uma inflexão na história do país, pelo fim do tráfico negreiro e pelo início de um período de calma interna, com o fim das guerras civis; o período da Conciliação, inaugurado com o ministério Paraná em 1852, marca o começo dos “grandes progressos vividos pelo Brasil.”

Nessa parte do texto, como no início da narrativa, Rio Branco pouco diz sobre o povo brasileiro. Detém-se sobre o movimento em prol da abolição da escravidão, e as várias etapas cumpridas pelo governo imperial em direção a esse objetivo. Destaca José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Ferreira de Menezes como grandes defensores da abolição, e afirma que esta era uma grande preocupação de d. Pedro II, assim como de uma boa parte dos homens políticos brasileiros,

sobretudo após a luta sangrenta de que os Estados Unidos foram palco [...]. Era para o Brasil uma questão difícil, já que todo o trabalho estava nas mãos dos escravos, que compunham então um quinto da população total do Império (1889, p. 127).

96

Com a abolição da escravidão, a imigração passa a ser uma das grandes questões políticas do Brasil. Mas se o movimento abolicionista ganha espaço ao final do texto, o mesmo não acontece com o movimento republicano: sintomaticamente, o partido e o movimento republicanos não aparecem na narrativa feita por Rio Branco da história política do país.

O último parágrafo do *Esboço* sintetiza a visão de um país pronto, no que se refere a suas instituições políticas; uma monarquia constitucional centralizada caminhando para o futuro, para a modernização, e aberta aos imigrantes sob a autoridade esclarecida e benevolente de d. Pedro II:

Nos últimos quarenta anos, o Brasil, pacificado no seu interior, tem feito grandes esforços, sob a direção de d. Pedro II, para expandir a instrução, para elevar o nível de ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento

de linhas de navegação, e por meio de favores concedidos aos imigrantes. Os resultados obtidos após o fechamento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, exceto nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso foi mais firme e mais rápida (1889, p. 132).

Não por acaso, a proclamação da República, poucos dias após o fim da Exposição de 1889, surpreendeu e decepcionou profundamente o Barão, que, antes de se tornar uma das figuras políticas mais importantes do novo regime, cogitou abandonar a vida pública. No entanto, sua interpretação dos eventos de 15 de novembro de 1889, que pode ser encontrada em cartas que trocou com diversos interlocutores, até mesmo com d. Pedro II, revelam coerência com o padrão de interpretação encontrado no *Esboço*: era ainda o ressentimento que os brasileiros nutriam pelos portugueses que contribuiu para a aproximação com as ideias “americanas”.

A América, na história do Brasil do Barão de Rio Branco, é, de início, um território aberto à conquista dos valentes europeus; e, num segundo momento, já pacificado, destino de europeus laboriosos, aos quais caberia povoá-lo. Poucas referências, quase sempre negativas, são feitas às Repúblicas sul-americanas (como também fica claro nesse último parágrafo), assim como pouca ênfase é dada ao lugar de negros e índios como parte do povo brasileiro. Os primeiros quase sempre são mencionados em relação ao seu papel na agricultura, e os índios como uma contribuição valiosa ao povo brasileiro, “desde que civilizados”. Os europeus são os maiores protagonistas da história do Brasil e é a rivalidade entre brasileiros e portugueses que explica os grandes momentos da história política do país. O texto de Rio Branco de certo modo revela ambiguidade entre a afirmação de uma identidade nacional brasileira, e a identificação do autor com a Europa como civilização. O país retratado por ele forma-se

como parte dessa civilização, o que o singulariza em relação aos países vizinhos. Quando se tornar ministro das Relações Exteriores, sua preocupação com a manutenção da integridade territorial e unidade da nação continuará a ser importante; já sua interpretação do lugar do Brasil entre América e Europa vai se modificando, sobretudo à medida que a República se consolida, e a nostalgia monárquica se torna mais distante. Ao mesmo tempo, Portugal perde importância e os Estados Unidos começam a se destacar no sistema internacional. De qualquer maneira, o *Esboço* é um material importante para compreender a formação do pensamento daquele que vai definir por muitos anos os rumos da política externa brasileira.

Eduardo Prado: “Immigration”

98

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, monarquista convicto, filho de uma família paulista aristocrática, Eduardo Prado manteve-se fiel à Monarquia até o fim da vida. Logo no início da República, teceu críticas ácidas ao novo regime no seu *Fastos da ditadura militar no Brasil* (1890). Seu livro mais conhecido, *A ilusão americana*, foi proibido pelo governo republicano. Jornalista, dedicou-se à crítica literária, travando amizade com nomes como Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Em *Le Brésil en 1889* escreveu dois textos: um sobre imigração e outro sobre arte (“Immigration” e “L’Art”). Apesar da importância do texto sobre arte para a análise do conjunto da obra, no escopo deste trabalho apenas “Immigration” será objeto de análise.

“Escrever a história do Brasil é escrever a história da imigração no território desse país”, afirma Eduardo Prado no início de seu artigo. E é justamente esta a proposta do autor aqui: contar a história do país através de seu povoamento. Para ele, essa é uma história protagonizada por europeus e seus descendentes, segundo ele a grande maioria da população de 14 milhões de habitantes do Brasil. De fato, Prado

vai ainda mais longe e afirma que a própria existência da “nação brasileira é a melhor prova das condições favoráveis que essas raças (do velho mundo) encontraram para seu desenvolvimento no passado e sua expansão no futuro” (1889, p. 473). Não que essa história tenha sido fácil: nos primeiros séculos de colonização, a Europa não gerava muitos emigrantes; além disso, Portugal defendia o Brasil dos estrangeiros, de modo que o país “só se povoava lentamente, pelos colonos portugueses, que logo trouxeram negros da África transformados em escravos” (1889, p. 473). As invasões estrangeiras como a holandesa, por sua vez, deixaram poucos habitantes de origem europeia. Coube aos colonos do Sul, os “paulistas”, avançarem para o interior. Os índios foram dizimados, enquanto os negros escravos quase não se reproduziam. A entrada de europeus permaneceu em níveis muito baixos até a abertura dos portos brasileiros ao comércio com outros países, depois da vinda da família real portuguesa ao país.

99

Prado critica os primeiros colonos portugueses, por sua resistência em irem para as fazendas e sua obstinação em permanecerem nas cidades da costa, como pequenos comerciantes ou “pequenos parasitas do governo”, sem acrescentar ao Brasil “energia moral” ou renovação das forças produtivas. Ao mesmo tempo, no entanto, atribui esse comportamento aos efeitos da existência da escravidão, que desestimula o trabalho do homem livre.

O Brasil, de certa forma, representa a possibilidade de superação de problemas da Europa. Sobre a experiência da colonização de Friburgo, no Rio de Janeiro, ainda durante o Brasil colônia, afirma Eduardo Prado:

pela primeira vez os portugueses e os representantes de um povo do Norte da Europa irão se encontrar em um outro hemisfério sem ter que disputar uma conquista através das armas (1889, p. 481).

Dessa experiência ele conclui entusiasticamente que “a antiga colônia se tornou a herança comum dos deserdados das velhas sociedades atravancadas da Europa” (1889, p. 481), possibilitando assim o surgimento de brasileiros de olhos azuis, cabelos louros e sobrenomes alemães.

No Brasil independente, o governo tomou medidas de incentivo à imigração. Várias colônias de alemães foram fundadas, sobretudo no sul do país. Mesmo não sendo todas bem-sucedidas, Prado lhes atribui um efeito positivo sobre o crescimento da nação, e sobretudo uma “influência moral e civilizadora” benéfica ao país.

Eduardo Prado louva também o papel dos grandes fazendeiros visionários que arcaram com os altos custos de promover a imigração de europeus para trabalhar na cultura de café. De início, personagens como o senador Vergueiro promoveram a convivência de trabalhadores imigrantes e de escravos, situação que se tornou insustentável e que, segundo ele, foi o fundamento da decisão de abolir a escravidão. A vinda de imigrantes levou não apenas à reabilitação do trabalho, como também ao fim pacífico da escravidão, situação oposta à dos Estados Unidos, onde “quanto mais o homem de cor se aproxima do homem branco, mais ele encontra antipatia e repulsão” (1889, pp. 489-490). Em uma espécie de “teoria da democracia racial” *avant la lettre*, o autor afirma que a tolerância no Brasil é mais ampla do que as próprias leis, enquanto nos Estados Unidos a liberalidade das leis não consegue fazer frente ao acirramento dos ânimos. Por essa razão, o fim da escravidão nos Estados Unidos teria conduzido à guerra, ao passo que o Brasil seguiria outro caminho: “A raça branca deve retomar a preponderância numérica, pelo contingente trazido pela imigração europeia, e simultaneamente esta favorecerá a reabilitação do escravo” (1889, p. 490). A prosperidade de uns e a emancipação dos outros, diz ele, são interdependentes. Como evidência

de seu raciocínio, Prado argumenta que os estrangeiros estavam entre os principais defensores da abolição no Brasil e que os mascates italianos influenciaram os negros nas plantações a manter um relacionamento pacífico com seus senhores. Prado considera que, em São Paulo, o fim da escravidão foi selado com a vinda dos primeiros imigrantes europeus ainda antes de 1888, e atribui a dois médicos norte-americanos a responsabilidade pelo único crime cometido durante a luta abolicionista no Estado: o assassinato de um funcionário partidário da abolição.

O autor refere-se ainda aos desentendimentos entre empregadores e imigrantes em torno dos termos dos seus contratos, e critica a ação dos cônsules da Alemanha, Portugal e Suíça, como agravadora dos desentendimentos. De acordo com uma investigação do governo brasileiro, citada pelo autor, as causas dos conflitos estavam, em primeiro lugar, no “pouco zelo e discernimento” dos agentes encarregados do recrutamento, que não se preocupavam com a idade, profissão, saúde e moral dos colonos e, em segundo lugar, em uma legislação falha e na má administração da justiça. Teriam sido essas as razões que levaram alguns países europeus a proibir a emigração para o Brasil. Os colonos não tinham uma ideia clara do país para onde estavam vindo; mas, aos poucos, de acordo com ele, os problemas foram sendo resolvidos. Para amparar sua tese, cita números e informações retirados do estudo de Lévasseur e concentra sua análise na imigração para a região sul. Embora não considere impossível a adaptação do europeu ao norte do país, acredita que o dinheiro do governo seria melhor gasto ajudando a imigração para lugares onde ela teria mais chance de dar certo, ou seja, o sul do país. Eduardo Prado resume no trecho abaixo suas considerações sobre o papel do Estado na economia e a relação entre as regiões do Brasil:

A missão do governo é ajudar o desenvolvimento natural da expansão econômica; toda criação artificial é necessariamente estéril e nociva. O norte do Brasil deve receber, por enquanto, toda a ajuda do governo sob a forma de redução de impostos, de extensão de suas estradas de ferro, de melhoramento de seus portos, de aperfeiçoamento de seu equipamento industrial e econômico, de que a população atual, relativamente mais densa que alhures, gozará imediatamente, e que a imigração natural do sul porá em marcha com um real proveito (1889, p. 506).

102

Prado conclui com uma exortação à emigração dos franceses para o Brasil, que é tímida em comparação à de italianos e alemães, para isso exaltando o ambiente de tolerância religiosa, as condições para a prosperidade e a receptividade dos brasileiros. Como não poderia deixar de ser, suas últimas palavras são um elogio ao sistema político brasileiro. Os estrangeiros que chegarem ao Brasil encontrarão uma nação amiga e policiada,

eles gozarão de uma plena segurança e de uma completa independência, terão enfim apoio e proteção sob a égide de um governo e de instituições que deram ao país, durante um período de quarenta e dois anos, uma era ininterrupta de paz e prosperidade (1889, p. 507).

Chama a atenção, na exposição de Eduardo Prado, a ausência de conflitos: entre escravos e homens livres, imigrantes e donos de terras, negros e brancos. A história contada por ele é a de um país pacífico, tolerante, com um povo em formação, composto em grande parte por filhos da Europa e prestes a se completar com a chegada de grandes contingentes de imigrantes de raça branca.

André Rebouças: “Les zones agricoles”

Os 25 capítulos de *Le Brésil en 1889* são bastante heterogêneos do ponto de vista formal, contendo desde textos muito pontuais e curtos, com menos de dez páginas, até contribuições de maior fôlego, com mais de oitenta páginas. Neste último caso estão dois artigos: o esboço da história do Brasil, do Barão do Rio Branco, e um detalhado trabalho sobre as zonas agrícolas brasileiras, assinado por André Rebouças. Embora se apresente como uma descrição das diferentes regiões agrícolas do país, de norte a sul, o texto é fortemente normativo, refletindo bem o momento da trajetória de André Rebouças em que o texto foi produzido: após participar do movimento abolicionista, dedicava-se agora especialmente à causa da imigração. Mas não qualquer imigração, e sim um certo tipo de imigração, associado a uma reforma profunda da estrutura agrária brasileira (Carvalho, 1998; Trindade, 2004).

Ao longo do texto, Rebouças procura demonstrar seu conhecimento técnico e sua experiência acumulada como engenheiro de obras públicas nas décadas anteriores, citando vários artigos e projetos de engenharia – dele e do já falecido irmão, Antonio Rebouças.

Na sua exposição, Rebouças divide o território brasileiro em dez grandes zonas agrícolas: a amazônica (contendo as províncias do Pará e do Amazonas); a do Parnaíba (Maranhão e Piauí); do Ceará; do Paraíba do Norte (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); do São Francisco (Sergipe e Bahia); do Paraíba do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo); do Paraná (Paraná e Santa Catarina); do Uruguai (Rio Grande do Sul); a auroferrífera (Minas Gerais) e finalmente a Zona Central (Goiás e Mato Grosso). Cuidadosamente, ele descreve cada uma das dez zonas agrícolas abordando alguns itens principais: a qualidade da terra, os principais produtos naturais encontrados, a agricultura da região, as principais vias de comunicação,

como rios e estradas de ferro, os principais produtos de exportação e as características da imigração para as diferentes províncias.

O retrato pintado por Rebouças é de um país pacífico e hospitaleiro, de terras férteis, pródigo em produtos e riquezas naturais, aberto aos imigrantes e à indústria estrangeiros. Ao longo de sua exposição, abertamente ou nas entrelinhas, o engenheiro vai defendendo o que considera ser o melhor caminho para o progresso do país e para a formação da nação. Suas principais bandeiras tornam-se mais claras à medida que o texto avança: a diversificação da produção e a divisão das terras em pequenas propriedades, atraindo a figura do “imigrante-proprietário”. Assim, para cada zona agrícola, o autor não se atém ao principal produto natural encontrado na região, ou ao mais importante produto agrícola então explorado: gasta muitas páginas descrevendo, em cada região, produtos agrícolas e industriais que, se ainda não são produzidos, poderiam sê-lo no “Novo Brasil” (termo usado por ele).

104

A ideia do imigrante-proprietário aparece associada à da diversificação da produção. As tentativas anteriores de incentivo à imigração, diz ele, falharam devido à escravidão que ainda vigia no Brasil. O modelo de imigração a ser incentivado no Novo Brasil deveria, justamente, afastar-se diametralmente do regime de trabalho deposto, o que só poderia ocorrer através da figura do imigrante-proprietário. O imigrante, diz ele, deveria ganhar a propriedade direta da terra, e não ficar à mercê das ordens de proprietários “por vezes egoístas”. Nesse ponto, fica clara a diferença entre as perspectivas de Rebouças e de Eduardo Prado em relação à imigração. Em seu capítulo sobre imigração, de fato, Prado louvava as iniciativas de grandes proprietários que desde antes da abolição já empregavam colonos europeus, “mais um ato de filantropia e patriotismo do que um negócio”, e passava longe da ideia de

imigrantes-proprietários ou de qualquer modificação na estrutura agrária.

Ao tratar da imigração para as diversas províncias do país, Rebouças projeta sua imagem de Brasil futuro, parecendo, por vezes, um tanto distante da realidade. Sobre o imigrante que se dirigiria em breve a Pernambuco, por exemplo, diz Rebouças:

O imigrante-proprietário cultivará a baunilha com sua mulher e seus filhos; criará abelhas e bicho-da-seda; cultivará abacaxis e os belos frutos do Brasil; exercerá, enfim, uma multiplicidade de pequenas indústrias com produtos naturais, tão abundantes nas florestas do país (1889, p. 135).

Ao contrário do que se pensava, o calor nessa zona agrícola “não atinge jamais os níveis conhecidos na Lombardia, em Nápoles, na Espanha e em todo o Mediterrâneo” (1889, p. 235). Aqui, mais uma vez, Rebouças se afasta de Eduardo Prado ao salientar a viabilidade da imigração estrangeira para as províncias do Norte do Brasil (Norte entendido em sentido amplo, abrangendo o Nordeste), desde que acompanhada pelo regime de pequena propriedade: “Repetimos mais uma vez: a imigração nas províncias do norte do Brasil alcançará pleno sucesso se colocarmos os imigrantes nas belas montanhas e se lhes dermos a propriedade imediata da terra” (1889, p. 243).

O império tomaria para si a tarefa de tornar o Brasil, de norte a sul, um país onde os imigrantes europeus se sentissem perfeitamente acolhidos, encontrando aqui um prolongamento de seu país de origem. Assim, por exemplo, no Rio Grande do Sul, a tradicional indústria de carne-seca estava nos seus estertores, sendo o charque “um resto de barbárie ligado à escravidão”. Os imigrantes chegados deveriam se dedicar à produção de trigo e de vinho, mais dignos de países civilizados:

Nós esperamos poder anunciar, em três ou quatro anos, aos imigrantes das belas raças mediterrâneas, que o Brasil é um país de pão e de vinho, e que eles estarão aqui tão confortáveis quanto na França ou na Itália (1889, p. 265).

Na Bahia, para impulsionar a produção de tabaco feita em pequenas propriedades, Rebouças sugeria o estabelecimento de fazendas-modelo, dirigidas por agrônomos franceses, que ensinariam aos produtores a melhor maneira de produzir o tabaco de qualidade, exigido pelo mercado francês. Rebouças saudava também a iniciativa de uma companhia inglesa que comprara uma grande quantidade de terras no Paraná para lá estabelecer pequenos proprietários escoceses, ingleses e irlandeses, “que lá poderão esquecer os martírios do terrível landlordismo” (1889, p. 260). O “landlordismo” era, de fato, o grande mal a ser combatido na estrutura social do Novo Brasil. Na concepção de Rebouças, não só os imigrantes, mas também trabalhadores brasileiros deveriam se beneficiar do regime de pequena propriedade; embora não explore muito o tema nesse texto, ele o tangencia, e observa a propósito do movimento de imigração para o Espírito Santo: “Ao lado dos imigrantes, estabelecem-se sempre famílias brasileiras para aproveitar as vantagens da pequena propriedade” (1889, p. 247).

Em São Paulo, onde a imigração já atingia o número de 10 mil italianos por mês, os imigrantes – que em um primeiro momento trabalhavam como assalariados ou meeiros – logo poderiam, com o lucro de uma colheita, comprar pequenos lotes de terras nas colônias do governo central ou provincial.

Depois de passar por cada uma das zonas agrícolas, Rebouças aborda ainda um tema conhecido por ele, o dos portos de comércio. O Brasil, diz o engenheiro, com sua enorme costa marítima e seus grandes rios, é dotado de portos excelentes, que poderão ser ainda multiplicados

nos próximos anos, concentrando as trocas comerciais de toda a América do Sul: “Os portos do Brasil são de fato os portos de toda a América do Sul, desde os Andes até o oceano” (1889, p. 293).

Ao final do texto, Rebouças retoma o tema da imigração, colocando lado a lado o Brasil e os Estados Unidos como centros de atração de imigrantes e de capital: “O capital segue o homem e o homem segue o capital”. Assim como os Estados Unidos, o Brasil possuía uma grande força de assimilação, de modo que “alguns dias após sua chegada, o imigrante será já um brasileiro” (1889, p. 295). Da mesma forma que os imigrantes europeus nos Estados Unidos haviam se tornado verdadeiros *Yankees*, no Brasil eles se tornariam verdadeiramente brasileiros, e com isso só ganhariam quanto ao nível de civilização: “Outro dia, um [imigrante] alemão, chegado de Berlim, nos dizia: ‘eu confesso que achei os meus antigos compatriotas muito bárbaros’” (1889, p. 295). De fato, o Brasil – e mais ainda o Novo Brasil, em vias de ser construído – chegaria, em vários aspectos, a ser superior à Europa. Por isso os imigrantes se tornariam, com orgulho, brasileiros, e tendo experimentado “nossas instituições e nossos hábitos tão bons, tão simples, tão tranquilos”, jamais pensariam em “se jogar novamente no terrível turbilhão europeu de baionetas, de canhões [...] e ver de perto os horripilantes contrastes da miséria e da opulência” (1889, p. 296). Em suma, o povo brasileiro se tornaria sem igual no mundo, uma vez assimilados os “melhores elementos étnicos da Europa” a essa grande e promissora nação.

Rebouças termina o texto, como os outros colaboradores do *Le Brésil en 1889*, louvando a figura de d. Pedro II:

Nós fomos criados, durante quarenta e oito anos, por um imperador sábio e bom, que aboliu a pena de morte, a tortura, as penas bárbaras e a escravidão [...]. A orientação humanitária e altruísta da nação brasileira deve-se a ele e

a sua filha, célebre por sua coragem, seu heroísmo e seu devotamento (1889, p. 297).

Como já mencionado acima, o tom normativo do texto de Rebouças reflete bem o momento vivido por ele: entusiasmado com o fim da escravidão, apostava no aprofundamento das reformas sociais no Brasil, sob a égide do imperador, de quem se tornara bastante próximo⁷. O Brasil estava, na sua concepção, trilhando o caminho certo em direção ao progresso e à formação da nação brasileira – e a Exposição de 1889 era uma boa oportunidade para mostrar isso ao mundo. Nos meses que antecederam à proclamação da República, dedicava-se à preparação de um censo rural, passo importante para a divisão e venda de lotes de terras a imigrantes e brasileiros pobres. Não podia imaginar que, antes do final do ano de 1889, embarcaria em um navio com a família real a caminho do exílio. Da Europa, continuaria sua atividade como publicista, tecendo duras críticas à “república militar e escravocrata” e à “escravidão branca”, e exaltando a monarquia destituída (Carvalho, 1998, cap. 6). Depois da morte de d. Pedro, finalmente convencido da irreversibilidade da república no Brasil, partiu para Luanda, na África, para trabalhar na construção de uma estrada de ferro, e de lá para a Ilha da Madeira, onde se suicidou em 1898.

* * *

⁷ Sobre o período imediatamente posterior à abolição, diz Maria Alice Rezende de Carvalho: “Para Rebouças, contudo, a questão da emancipação do trabalho estava apenas se iniciando. A substância da sua luta pela ‘democracia rural brasileira’ consistia na promoção da iniciativa e da liberdade individuais pela extinção do monopólio da terra – esse, o tema constante dos seus encontros com d. Pedro II no período compreendido entre a abolição da escravidão e a queda da monarquia, em ‘passeios higiênicos’ diários, ao final da tarde, na estação ferroviária de Petrópolis” (1998, p. 223).

O esforço realizado pelo Comitê Franco-Brasileiro na montagem do Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de 1889, bem como na confecção do material bibliográfico destinado ao evento, demonstra a preocupação do grupo e do governo brasileiro com a imagem do país. Essa era fundamental para atrair ao país mão de obra e capital. Mas, ao lado do objetivo mais imediato, havia um objetivo maior, de mostrar o Brasil como uma nação com direito a participar do “concerto das nações civilizadas”. Na introdução de *Le Brésil en 1889*, Santa-Anna Nery dá o tom da obra e explicita esse objetivo ao afirmar a posição do Brasil na Exposição:

O Brasil veio a Paris não para se impor, mas para fazer a velha Europa constatar que ele não é indigno, pelos progressos que realizou, de entrar mais profundamente ainda no concerto econômico dos grandes Estados [...] O Brasil não quis apresentar-se em Paris, no momento do centenário da Revolução Francesa, sem trazer uma prova evidente de seu respeito verdadeiro pelos Direitos do Homem e de seus progressos na liberdade [...] Em 1889, ele vem mostrando sua bandeira verde e ouro de onde desapareceu a mancha negra da escravidão. Ele traz uma Bastilha destruída, e a libertação de mais de um milhão de homens. Ele traz uma Revolução feita ontem, e que não derramou senão lágrimas de reconhecimento (1889, pp. X-XI).

Se a Revolução Francesa é “incômoda” por um lado (o republicano)⁸, o que levou o Brasil a não participar oficialmente das comemorações, por outro é tomada como refe-

⁸ Nunca é demais lembrar que a Revolução Francesa é referência básica dos republicanos mais radicais no Brasil. Muitos dos comícios republicanos que terminavam invariavelmente em confusão eram embalados pela assistência cantando *A Marselhesa*.

rência em termos da construção dos direitos do homem; é assim que os autores – na pena de Santa-Anna Nery – vão tomá-la, para situar o Brasil no mundo civilizado.

A despeito das discrepâncias entre os textos analisados, há pontos de convergência entre os vários artigos. Um deles é a centralidade da Europa no ideal de civilização que os perpassa⁹. Na aproximação com a Europa, a monarquia e o governo parlamentar estão em primeiro plano: na comunhão de instituições reside o laço que une o Brasil e o Velho Mundo. Nesse quesito, o país apresenta uma vantagem em relação aos Estados Unidos, que, como o restante da América, abraça a república e o presidencialismo. Mas é em relação à América hispânica que a diferença é reforçada: em várias passagens os diferentes autores fazem questão de mostrar como o caudilhismo e as lutas fratricidas que assolam nossos vizinhos não atingem o Brasil.

110 A defesa do regime monárquico no Brasil é outro ponto forte de contato entre os autores. A presença da monarquia e, em especial, de d. Pedro II, é vista como o próprio cimento da nacionalidade: o imperador encarna o povo brasileiro, sua unidade e seu vínculo com a civilização europeia. É essa a tônica de todo o livro, que aparece na interpretação histórica de Rio Branco assim como nas análises sobre imigração e zonas agrícolas de Eduardo Prado e Rebouças: em todos a figura do imperador emerge tanto como ator central da manutenção da unidade e da paz, quanto como agente da transformação e do progresso do país.

O tema da formação do povo brasileiro, impulsionada pela abolição da escravidão e pela imigração estrangeira, é crucial nos textos reunidos em *Le Brésil en 1889*. O povo, ou melhor, a ausência do povo é central nos vários artigos. Na história contada por Rio Branco, é ele o grande ausente.

⁹ No caso de André Rebouças, os Estados Unidos aparecem também como modelo para pensar uma sociedade de pequenos proprietários.

Nos artigos de Rebouças e de Eduardo Prado, o povo ainda está em formação, à beira de um salto quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Mais uma vez, percebe-se a centralidade da Coroa nesse processo.

É em relação ao futuro que aparecem as maiores divergências entre os autores. Na introdução de Santa-Anna Nery, por exemplo, a abolição da escravidão, por si só, surge como solução para os três séculos de cativo e exploração. O autor nos faz acreditar que, desde 1888, os problemas não mais existiam e que os negros, de uma hora para outra, foram elevados à categoria de cidadãos:

O Brasil conta hoje ao menos quatorze milhões de habitantes, e mais nenhum escravo! A própria palavra escravidão desapareceu de nosso país, foi riscada de nossas leis. Só restam cidadãos livres, submetidos aos mesmos deveres e gozando dos mesmos direitos (1889, p. XV).

111

Da mesma forma, a narrativa de Eduardo Prado referente à imigração exclui qualquer necessidade de reforma mais profunda da sociedade brasileira. Por outro lado, é conhecida a postura de André Rebouças, da necessidade de aprofundamento das reformas após a abolição, em direção à verdadeira emancipação do trabalho. Em seu texto sobre as zonas agrícolas, fica clara a defesa de um modelo de imigração que não poderia ser desvinculado de uma reforma profunda na estrutura agrária do país, com o parcelamento da propriedade rural – o que se poderia chamar de “democracia rural”. Para Rebouças, caberia à monarquia continuar e aprofundar as reformas, já que a figura do imperador era central para vencer as resistências da elite agrária brasileira¹⁰.

¹⁰ Nesse ponto, Rebouças se aproximava do seu grupo da geração 1870, os novos liberais, que defendiam a realização de reformas sociais (especialmente a emancipação da escravatura) sob a égide do Imperador. Ver a esse respeito Alonso (2002).

Le Brésil en 1889 foi uma obra produzida para fora. No entanto, como já afirmamos anteriormente, foi também feita para dentro. O esforço empreendido pelos autores está em consonância com o momento vivido pela monarquia no país, em meio a uma crise que ganhava corpo com o crescimento do movimento republicano. Peça de propaganda do Brasil no exterior, o livro era também uma afirmação da importância e da força da Coroa na condução do país rumo à tão almejada civilização. Às importantes diferenças verificadas entre os autores – por exemplo, entre Eduardo Prado e André Rebouças – sobrepunham-se esses objetivos maiores.

Gabriela Nunes Ferreira

é professora do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp.

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

é professora do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp.

112

Rossana Rocha Reis

é professora do Departamento de Ciência Política da USP.

Referências bibliográficas

- ALONSO, A. 2002. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- BARBUY, H. 1993. Resenha de SCHROEDER-GUDEHUS, B.; RASMUSSEM, A. *Le fastes du progrès: le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992. *Anais do Museu Paulista*, vol. 1, nº 1, pp. 297-304.
- _____. 1996. “O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, nº 1, pp. 211-261.
- CARVALHO, M. A. R. 1998. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/Unicamp.
- CIZERON, D. 2009. *Les représentations du Brésil lors des expositions universelles*. Paris: Ed. L'Harmattan.
- Comissão Brasileira na Exposição Universal de Paris. 1867. *The Empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*. Rio de Janeiro: Laemmert.
- Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena. 1873. *The Empire of Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873*. Rio de Janeiro: Laemmert.

- COSTA, W. P. A. 2005. "Independência na historiografia brasileira". In: JANCÓS, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- DAMANTE, H. 1964. "O Barão de Rio Branco". In: PARANHOS, J. M. S. *A história do Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- FOOT HARDMAN, F. 1988. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GREMAUD, A. P. 1997. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. Tese de doutorado em Economia. São Paulo: FEA/USP.
- PARANHOS, J. M. S. 1958. *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco.
- PESAVENTO, S. J. 1997. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1994. "Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876". *Anais do Museu Paulista*, vol. 2, nº 1, jan./dez., pp. 151-168.
- RIO BRANCO, M. 1957. *Correspondência entre d. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RIO BRANCO, R. 1942. *Reminiscências do Barão de Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- SANTA-ANNA NERY, F. J. (dir). 1889. *Le Brésil en 1889*. Paris: Ch. Delagrave/Syndicat du Comité Franco-Brésilien.
- TRINDADE, A. D. 2004. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Tese de doutorado em Sociologia. Campinas: IFCH-Unicamp.
- TURAZZI, M. I. 1995. *Poses e trejeito: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funart/Rocco.

Outros materiais

- HEIZER, A. 2009. "Ciência para todos: a exposição de Paris de 1889 em revista". *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, ano VI, vol. 6, nº 3, jul/ago/set. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em 05/09/2010.

ARTIGOS

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO*

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Nas sociedades antigas, o Estado era o instrumento de dominação de uma oligarquia; na sociedade liberal do século XIX, ainda era um instrumento de dominação de uma grande classe burguesa; já nas sociedades democráticas, apesar de não se poder descartar o conceito de classe dominante, o Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação e da sociedade civil. Nos dois últimos casos, o Estado é o resultado ou de uma construção política ou de uma construção através da política. Além de construir sua nação e sua sociedade civil, os cidadãos, através destas, constroem também seu Estado e seu Estado-nação. Trata-se de uma construção lenta e difícil, muitas vezes contraditória, mas que sempre procura ser racional – o que justifica o conceito de Estado de Hegel como consubstanciação da razão humana –; daquela razão que cada sociedade foi capaz de historicamente expressar em termos institucionais. O Estado é a instituição soberana – é o poder que não reconhece poder acima dele – garantida pela ordem

* Agradeço os comentários de Kurt von Mettenheim e Renato Janine Ribeiro.

jurídica e pela organização social. Conjuntamente com a sociedade e o território, ele forma o Estado-nação, a saber, o poder político-territorial soberano. O Estado foi sempre a instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas ou modernas, mas enquanto nas primeiras era apenas um instrumento de poder de oligarquias militares e religiosas, nas sociedades modernas ou capitalistas que se tornaram democráticas e que continuaram a se democratizar, o Estado é o instrumento através do qual a sociedade politicamente organizada busca realizar seus objetivos comuns no plano político. É através dele que sociedades nacionais, cada vez maiores e mais complexas, regulam e coordenam sua ação econômica e social.

118

O Estado democrático do nosso tempo é governado e transformado pela política. Neste trabalho, depois de definir com mais clareza o Estado moderno e distingui-lo do Estado-nação, meu objetivo é discutir como a sociedade politicamente organizada na forma de sociedade civil ou de nação se relaciona com o Estado e com o problema correlato da possível “autonomia relativa” do próprio Estado, ou, preferivelmente, a autonomia relativa da política na construção social do Estado. Os membros da sociedade politicamente organizada sob a forma de sociedade civil ou de nação exercem a política para aceder ao poder político e exercê-lo. Nesse processo, os grupos sociais vivem a permanente contradição de procurarem afirmar seus interesses corporativos e de buscar objetivos comuns de forma cooperativa. Tanto no caso da nação quanto da sociedade civil, sua ação política depende da relação de forças nelas existente e está sujeita a restrições econômicas, mas estas não são deterministas: sempre existe espaço para a autonomia da política.

Neste artigo, discutirei o problema clássico da relação entre a sociedade e o Estado. Em trabalho imediatamente anterior a este (Bresser-Pereira, 2010), discuti a relação da nação, da sociedade civil, do desenvolvimento econômico,

do Estado e do Estado-nação¹ com a revolução capitalista. Distinguindo o Estado antigo do moderno, procurei definir os conceitos acima referidos e mostrar como eles são parte integrante do grande processo de transformação histórica que é, para cada sociedade, a revolução capitalista. Já neste trabalho, procurarei discutir como a sociedade, através da política, constrói seu Estado. Não existe uma autonomia relativa do Estado em relação às classes sociais, mas existe uma autonomia relativa da política em relação a elas ou às restrições econômicas inerentes às sociedades capitalistas.

Coalizões de classe e questão da anterioridade

Na relação entre sociedade e Estado e, particularmente, entre a nação e o Estado-nação, um problema fundamental é o da anterioridade. Em princípio é a nação que constitui o Estado-nação já que, dentro deste, o Estado é o seu instrumento por excelência de ação coletiva. Entretanto, esse problema não pode ser resolvido dessa forma simples, porque a relação entre sociedade e Estado é eminentemente dialética, e porque, historicamente, ainda que aceitemos esse caráter dialético, talvez seja mais realista afirmar que o Estado-nação precedeu a nação. O Estado social surge do Estado absoluto na Europa, e, portanto, da coalizão política entre o Monarca e sua administração patrimonialista e a burguesia nascente. Nesse momento, na medida em que a burguesia, através de sua aliança política com o Monarca, busca um mercado interno amplo e seguro que viabilizará a industrialização, e, na medida em que o resto da sociedade tem ainda muito pouco poder, ela quase se confunde com a nação (como também, para Marx, ainda em meados do século XIX, ela quase se confundia com a sociedade civil). Entretanto, estas duas for-

119

¹ Distingo Estado-nação do Estado porque este é a *instituição* soberana enquanto que aquele é a *unidade político-territorial* soberana constituída por uma nação, um Estado e um território.

mas de sociedade – nação e sociedade civil – deixam grande parte da população de fora e, principalmente por isso, controlam pouco poder político quando comparado com o poder bélico e administrativo do Monarca ou do Soberano, ou, em outras palavras, quando comparado com o poder do Estado. Em um primeiro momento, portanto, o poder do Estado é mais concentrado e organizado do que o da sociedade civil ou da nação. Na medida, porém, em que ocorre a democratização ou o desenvolvimento político, a sociedade civil amplia-se e democratiza-se internamente e seu poder passa a aumentar em relação ao do Estado, que, a partir de então, deixa de ser mero instrumento da oligarquia, ou mesmo da burguesia, para ser o instrumento de ação coletiva da sociedade.

120

O problema da anterioridade é particular na América Latina, onde os países se tornaram independentes no momento em que Espanha e Portugal, duas potências decadentes, foram derrotadas por Napoleão, e este, em seguida, foi derrotado pela Inglaterra. Assim, na sua transformação de colônias em Estados-nação, as nações embrionárias da região tiveram o decisivo apoio inglês, que custou caro para elas em termos de subordinação econômica e cultural à própria Inglaterra e, mais amplamente, aos países ricos. Ainda que a independência tenha dado origem a uma nação em cada um desses países, estas estavam apenas se constituindo. Já o Estado, por sua vez, estava formalmente constituído, e pôde, assim, ter um papel maior, primeiro, na integração de toda a sociedade no próprio Estado e na garantia da sua unidade e integridade territorial, e, em um segundo momento, na construção da própria nação. Será só com o passar do tempo, já no século XX, que a nação ou a sociedade civil, fortalecidas, alcançarão preponderância em sua relação com o Estado.

Entre sociedade e Estado temos uma relação entre dois poderes: o poder informal da nação ou da sociedade civil e o poder formal do Estado. Do ponto de vista histórico, esta

relação começa com um poder elevado do Estado – aquele que pertencia ao rei e à sua administração aristocrática e burocrática –, mas, na medida em que o Estado deixa de ser absoluto para ser liberal, e, em seguida, deixa de ser principalmente liberal para ser democrático, ou, em outras palavras, na medida em que a nação e a sociedade civil se tornam mais democráticas e mais coesas, o poder vai gradualmente passando para ela, até que, hoje, para as sociedades ricas e mesmo para algumas de renda média como o Brasil, podemos afirmar que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação. Tanto nos países latino-americanos quanto nos países europeus, o Estado, na sua fase de transição absolutista, é o instrumento de uma aristocracia, ou, mais precisamente, de uma oligarquia. Mas, já nesse momento, a burguesia nacional começa a ter poder, e, assim, a partir desta, começa a se constituir a nação. Em relação ao Brasil, Guerreiro Ramos (1957, p. 24) já assinalava essa mudança:

O Estado pode preceder a sociedade, exercendo enquanto essa não se forma, o papel de sujeito do acontecer histórico, como aconteceu no Brasil. Em nosso país, o Estado foi uma espécie de artefato sociológico, montado sobre o nosso território, para coonestar e tornar possível o exercício do poder pela antiga classe dominante [...]. Hoje, já existe no Brasil uma sociedade, e esse fato inédito funda historicamente a nação brasileira.

Nesta análise da relação entre a sociedade e o Estado, não devemos pensar nas duas formas de sociedade politicamente organizada (a nação e a sociedade civil) em termos de ação de cidadãos individuais, mas em termos de grupos de interesses e de classes sociais. Os cidadãos não vivem isolados, eles são parte de subsistemas sociais, que são orientados por interesses. Colocado o problema dessa forma, podemos pensar a sociedade civil ou a nação em termos de pactos polí-

ticos ou de coalizões de classes. A legitimidade do Estado, ou seja, o apoio com que ele conta na nação ou na sociedade civil não pode ser logrado em uma sociedade civil ou em uma nação abstratas. Uma sociedade está sempre dividida em classes sociais, grupos étnicos, grupos nacionais, gêneros feminino e masculino, grupos de opção sexual. Ainda que todas essas divisões sejam politicamente relevantes, as classes sociais continuam a ter um papel maior. Por isso, na relação entre sociedade e Estado, é preciso pensar em termos de grandes coalizões de classe ou em pactos políticos, ou, na terminologia de Gramsci, em termos de “blocos históricos”. Detectar na sociedade as coalizões de classe ou os pactos políticos é uma operação intelectual que implica simplificações. Entretanto, quando a realizamos com êxito, esta operação ou *démarche* mostra como é falsa a tese de que as classes sociais perderam sentido nas sociedades modernas. Por outro lado, a utilização do conceito de coalizão de classes é um reconhecimento necessário de que o conceito de classe dominante não é suficiente para explicar os processos políticos históricos. No capitalismo tecnoburocrático ou dos profissionais, em que vivemos desde o início do século XX, nenhuma classe social tem capacidade de, sozinha, monopolizar o poder e garantir a legitimidade do sistema político. Por outro lado, elas estão longe de serem monolíticas. Na classe capitalista, por exemplo, temos a divisão histórica entre capitalistas mercantis e capitalistas industriais; ou a divisão sempre forte entre empresas do setor real e empresas financeiras; ou ainda entre capitalistas empresários e rentistas. Quando falamos em capitalismo de produção em massa ou fordista (início do século XX até os anos 1970), devemos reconhecer que por trás dele existiu uma ampla coalizão política, como também podemos identificar uma coalizão muito mais restrita nos Trinta Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008)².

² Discuti esta questão em Bresser-Pereira (2010).

Uma coalizão de classes geralmente partilha uma estratégia nacional ou um projeto. Na discussão da revolução nacional e capitalista nos países que se atrasaram em relação aos que hoje são países ricos, o *catching up* – o alcance gradual dos padrões de vida dos países mais avançados – depende da existência de uma “estratégia nacional de desenvolvimento”. Entendo essas estratégias como um conjunto de leis, políticas públicas, de acordos e entendimentos tácitos, através dos quais uma nação cria estímulos para os investimentos, ao mesmo tempo em que garante aos trabalhadores e aos empregados a participação nos frutos do desenvolvimento econômico. São elas não simplesmente a garantia da propriedade e dos contratos, mas as instituições fundamentais para o desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira, 2009a). Na mesma linha de pensamento, Sylvia Walby (2009, p. 75) vê nos *projetos* uma forma essencial através da qual a sociedade se relaciona com o Estado. Ela também vê o processo político como resultado da ação coletiva através do qual a sociedade civil realiza sua vontade política. Nas suas palavras,

123

projetos são processos dentro da sociedade civil que criam novos significados e objetivos sociais e estão enraizados na ação coletiva, enquanto se baseiam em um amplo conjunto de recursos retóricos e materiais.

Autonomia relativa do Estado?

A partir dos conceitos anteriormente discutidos, torna-se mais fácil compreender a relação entre a sociedade e o Estado; esta pode ser expressa em duas teses. Primeiro, o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade politicamente organizada; é através dele que a sociedade realiza seus objetivos políticos. Assim, a nação e a sociedade civil são os agentes, constituem a variável independente, enquanto que o Estado é o instrumento. Segundo, a ação

social através da qual a nação ou a sociedade civil reforma permanentemente o Estado é a política; é através desta permanente reforma e da permanente discussão das normas e dos valores que cidadãos e cidadãos mudam a sociedade e promovem o progresso. Não cabe, portanto, se falar em “autonomia relativa do Estado”, ou, em outras palavras, não se pode atribuir autonomia relativa à burocracia eleita e à não eleita. Os oficiais eleitos e os não eleitos detêm uma posição estratégica no aparelho do Estado, mas jamais logram autonomia em relação ao restante da sociedade. Podemos, entretanto, falar na autonomia relativa da política – uma autonomia não em relação às duas formas de sociedade politicamente organizada (como seria a autonomia relativa do Estado), mas em relação, de um lado, às restrições econômicas e políticas, e, de outro, ao poder da classe dominante.

124

Em meados do século XIX, Marx e Engels afirmaram que o Estado seria o “comitê executivo da burguesia”. Não seria essa ideia conflitante com minha afirmação anterior de que o Estado é o instrumento de ação coletiva por excelência da nação ou da sociedade civil? Não há contradição se pensarmos em termos históricos. No tempo do Estado antigo, não havia separação entre o Estado e a sociedade, e não se podia falar em uma “classe dominante” que o controlaria; na verdade, o Estado era ocupado por uma oligarquia (militar e proprietária de terras) que recebia esse nome exatamente porque era um pequeno grupo dentro da sociedade. Fora dela havia escravos, servos, e alguns súditos – nada parecido com cidadãos. E não havia distinção entre a esfera pública e a esfera privada: o oligarca via o patrimônio do Estado como seu patrimônio. No quadro do mundo antigo, o caso grego e o de República Romana são excepcionais. O Estado absoluto, que ainda era ocupado ou dominado por uma oligarquia, foi uma transição do Estado antigo para o moderno. Na primeira forma plenamente capitalista de Estado, a liberal – a forma que Marx conheceu e criticou –,

o poder da burguesia ainda era partilhado com a oligarquia aristocrática, mas ainda sim já era muito grande. Por isso, era razoável que se afirmasse a subordinação do Estado a essa classe. Já no Estado democrático dos nossos dias, a burguesia continua sendo a classe social dominante, na medida em que o Estado continua obrigado a garantir uma taxa de lucro razoável para as empresas para que estas continuem a investir, mas agora a classe capitalista compartilha poder e privilégio com a nova classe profissional. Além disso, no quadro de um Estado não mais apenas liberal, mas também social, a classe trabalhadora detém um poder político substancialmente maior do que o que possuía nos tempos do Estado liberal.

Todos os países realizaram suas revoluções capitalistas no quadro de regimes autoritários. Isto é verdade para os países que inicialmente formaram seu Estado-nação e se industrializaram (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Estados Unidos); é igualmente verdade em relação aos países hoje desenvolvidos que se industrializaram tardiamente, e que, nos casos-limite, recorreram a formas de fascismo (Alemanha, Itália, Japão); aplica-se também aos países que, já no século XX, no quadro do comunismo ou, mais precisamente, do estatismo, se industrializaram, como é o caso da Rússia e da China; e é igualmente válido para os países da América Latina e da Ásia que adotaram estratégias nacional-desenvolvimentistas para recuperar-se do atraso. O fato de a revolução capitalista nos países retardatários ter ocorrido no quadro de regimes autoritários não é surpreendente, já que também nos países que se industrializaram originalmente isto se verificou. Eles iniciaram sua revolução nacional no quadro do absolutismo e a terminaram no quadro do Estado liberal – uma forma de Estado que ainda não era democrática porque não garantia o sufrágio universal. O único país que conheço que realizou sua revolução capitalista e industrial no quadro da democracia foi a Índia.

Houve, entretanto, uma diferença. Nos países capitalistas que realizaram de forma atrasada sua revolução industrial houve um aumento da intervenção estatal na economia, e esse fato foi entendido como uma manifestação da relativa autonomia do Estado ou dos oficiais públicos. Além disso, se imaginou que esse “bonapartismo” constituísse uma característica permanente da relação entre a sociedade e o Estado³. Trata-se de um equívoco: sabemos hoje que o aumento da intervenção do Estado na economia dos países que realizaram suas revoluções capitalistas foi um fenômeno transitório – foi uma maneira através da qual cada sociedade logrou realizar a acumulação primitiva ou promover a poupança forçada visando o desencadeamento do desenvolvimento capitalista.

126

Entre os marxistas, a tese da “autonomia relativa do Estado” teve origem no conceito de bonapartismo que Marx desenvolveu no *Dezoito brumário de Luís Bonaparte*. Entretanto, seu objetivo era salientar o aumento do poder da política e do aparelho do Estado (ou seja, dos oficiais públicos eleitos ou dos não eleitos) nas situações excepcionais de ausência de uma classe social hegemônica ou de um acordo de classes. Nesses momentos, haveria autonomia relativa dos oficiais públicos que administram o aparelho do Estado. Eles poderiam governar independentemente da sociedade civil ou da nação, ou poderiam arbitrar soberanamente os conflitos sociais, como, mais tarde, uma visão corporativa do capitalismo supôs. Os autores dessa tese confundem Estado

³ Barrington Moore (1966) foi talvez o mais notável representante dessa visão. Em seu livro *Social origins of dictatorship and democracy*, escrito nos anos 1960, pouco depois da derrota do fascismo e do nazismo, quando o comunismo estalinista dominava uma parte relevante do mundo, ele propôs que a transição para a modernidade poderia acontecer não apenas através do modelo liberal burguês, mas também através de duas outras formas autoritárias permanentes. Na verdade, mesmo a transição liberal-burguesa foi inicialmente autoritária (Estado absoluto) e parcialmente autoritária (Estado liberal). Só no século XX, com o sufrágio universal, os países que realizaram revoluções liberal-burguesas se tornaram democráticos.

com aparelho do Estado, e veem na ocupação deste último pela burocracia a indicação da autonomia relativa daquele. O governo do Estado pode e deve procurar arbitrar os conflitos de classe; governar é, afinal, tomar decisões. Mas essa arbitragem não é neutra – ela reflete a relação de poder entre as classes – e está longe de ser soberana. Ainda que as decisões atendam melhor a alguns grupos ou classes sociais, serão sempre fruto de compromissos ou concessões mútuas. Os governantes estão necessariamente inseridos no ambiente político e social e suas decisões não têm o caráter de uma arbitragem neutra, mas constituem o difícil e contraditório processo de governar.

A ideia da autonomia relativa do Estado deve-se principalmente a Nicos Poulantzas, mas há uma contradição em seu pensamento, já que ele levantou essa tese no quadro de uma crítica inovadora ao pressuposto determinista de que o Estado seria mero instrumento da classe dominante. Nas sociedades democráticas as instituições – as leis e as políticas públicas – não dependem apenas dos interesses da burguesia ou da estrutura econômica da sociedade como afirmava um marxismo vulgar: respondem também aos interesses da nova classe profissional e aos dos trabalhadores. Dependem da sociedade civil ou da nação nas quais está a classe dominante, mas com ela não se confundem. Nicos Poulantzas, seguindo o caminho aberto por Antonio Gramsci, deu uma contribuição significativa ao criticar o marxismo vulgar ou economicista e ao mostrar que o Estado do seu tempo já não representava apenas os interesses da classe dominante; nas suas palavras, “o Estado não é uma ‘entidade’ essencialmente instrumental [da classe dominante], mas é uma *relação*, mais precisamente é uma condensação das relações de classe” (1968, p. 24). Em seu papel de garantir a coesão social e a reprodução das relações sociais de dominação, o Estado dispõe de alguma autonomia; não é um árbitro entre as classes, mas suas instituições ou políticas refletem o equilíbrio e

as contradições vividas pelas classes sociais no seu esforço de controlar ou influenciar o sistema constitucional-legal.

Na verdade, embora falasse contraditoriamente em autonomia relativa do Estado, Poulantzas não estava reconhecendo a autonomia da burocracia pública, mas a autonomia relativa da sociedade civil e da política em relação às restrições econômicas e aos interesses da classe dominante. Esta autonomia da política é também parte da teoria sociológica da modernização e da teoria política pluralista, dominantes nos Estados Unidos até os anos 1970, e que, na época, eram a alternativa ao marxismo, mas coincidiam com ele pelo fato de também adotarem uma perspectiva histórica. Assim, para ambas, o entendimento de que o Estado reflete a relação de poderes existente na sociedade não as impediu de também reconhecer uma crescente autonomia da política – da autonomia da política em relação à classe dominante ou aos interesses econômicos. Dada a evolução do pensamento marxista, a visão determinista da história já não é seu apanágio. Substituíram-na duas escolas de pensamento tributárias à teoria econômica neoclássica: a escola da escolha racional e principalmente a escola da escolha pública. Ambas rejeitam a perspectiva histórica e adotam o individualismo metodológico, de caráter hipotético-dedutivo. Pressupõem um agente social semelhante ao *homo economicus* – racional, exclusivamente orientado por seus próprios interesses – o que lhes permite uma previsão “precisa” ou determinista dos comportamentos... Nesta operação intelectual, a teoria da escolha pública “endogenizou” o Estado transformando-o em mero instrumento de *rent-seeking* de políticos e burocratas públicos⁴.

Embora opostos no plano ideológico, o marxismo vulgar e o individualismo metodológico radical da escolha

⁴ A escola da escolha pública tem como principais representantes James Buchanan, Gordon Tullock e William A. Niskanen.

pública são tributários de um mesmo cientificismo, de uma mesma tentativa de construir uma teoria precisa, matemática, da sociedade e da política. Tanto o antigo materialismo histórico quanto a teoria neoliberal da escolha pública são duas perspectivas teóricas simplistas que pressupõem uma relação linear (ao invés de dialética), no caso da primeira, entre a estrutura econômica e as instituições, e, no caso da segunda, entre os interesses egoístas dos oficiais públicos e suas ações e decisões de governo. Quando reduzo a história à estrutura econômica, ou quando reduzo os políticos a burocratas públicos, posso fazer previsões “precisas como as das ciências naturais” sobre seu comportamento coletivo em um caso, e individual, no outro⁵.

Construção política do Estado

Quando o institucionalismo afirmou a relevância das instituições, estava reagindo ao exagero das perspectivas puramente estruturais e sociológicas. Desde que não jogasse o bebê com a água do banho, essa era uma boa estratégia teórica. As instituições fazem, de fato, diferença. Mais amplamente, a política, mudando a sociedade e as instituições, faz uma grande diferença. Existe, portanto, uma relativa autonomia da política, de um lado, em relação às estruturas econômicas e sociais, e, de outro, em relação aos grupos de interesse que buscam influenciar as decisões políticas⁶.

Ao atribuir o papel de agentes da construção do Estado à sociedade civil, à nação e à política que se exerce no seio delas, está claro que essa relação está longe de ser linear. Se todas as relações políticas têm um caráter dialético, no caso da sociedade e do Estado essa relação dialética é explícita: o

⁵ Para a crítica do método hipotético-dedutivo aplicado às ciências sociais, em especial à economia, ver Bresser-Pereira (2009b).

⁶ Nessa linha, o novo institucionalismo histórico de Przeworski (1985), March e Olsen (1984, 1995), como também o de Geoffrey Hodgson (1998) são contribuições significativas.

Estado é formado e permanentemente reformado pela sociedade para que esta seja regulada por ele. A sociedade civil ou a nação não se manifestam diretamente, mas através de indivíduos (empresários, líderes associativos, intelectuais) e dos movimentos sociais e organizações que formam a nação e a sociedade civil. Além dos oficiais públicos eleitos e dos não eleitos que exercem a política profissionalmente, os indivíduos, organizações e movimentos sociais da sociedade politicamente organizada também a exercem, mas *pro bono*, em função de seus valores, ou corporativamente, em função de seus interesses. Luta política para construir ou fortalecer a sociedade civil ou a nação, e, também, para alcançar hegemonia ou então acordo dentro de cada uma delas, e, a partir daí, continuar essa disputa no seio do Estado para definir políticas ou mais amplamente para reformá-lo para que seja o instrumento adequado à busca dos acordos e compromissos estabelecidos. Sua motivação pode ser meramente egoísta, centrada na garantia de direitos civis, ou também republicana ou cívica, mas o resultado final é sempre a construção política (ou o desmonte) do Estado. O desmonte ou a desconstrução parcial do Estado por cidadãos e organizações que agem politicamente para construí-lo é em geral consequência não pretendida de ação política equivocada. Apenas criminosos podem causá-lo de forma deliberada.

Esta é uma análise do ponto de vista da sociologia política ou da teoria social. Uma alternativa a essa forma de ver a sociedade civil ou nação como agentes políticos da construção do Estado seria a de concentrarmos nossa atenção nos partidos políticos, que seriam os intermediários formais entre a sociedade e o Estado, ou focarmos no problema especificamente político da representação⁷. Não obstante

⁷ É pouco numerosa a literatura que procura relacionar o problema da representação com a dinâmica histórica da sociedade civil em seu esforço de construção política ou de melhorar a qualidade da democracia ou de aprofundar seu caráter participativo, mas Castello, Houtzager e Lavallo (2006) discutem bem essas questões.

a relevância dessas abordagens alternativas de teoria ou de ciência política, não é este o objeto deste artigo. Meu interesse aqui é compreender a construção social do Estado e do Estado-nação realizada pela nação e pela sociedade civil através da política e do processo por meio do qual elas se autoconstróem. Para exercer esse papel, as classes sociais estão presentes nessas duas formas de sociedade politicamente organizada, a nação e a sociedade civil (que também são resultado de construção social) ou, utilizando-se uma metonímia, para que a política possa exercer esse papel ela terá que ter autonomia relativa no que concerne às restrições econômicas e políticas, de um lado, e, de outro, ao poder das duas classes dominantes no capitalismo tecnoburocrático ou profissional do nosso tempo: a classe capitalista e a classe profissional.

A política será tanto mais autônoma quanto mais democráticas forem a sociedade civil e a nação que a praticam ou onde ela é praticada. Quanto mais democráticas, menores serão as diferenças de educação, de renda e de poder entre seus membros, menores serão as diferenças decorrentes do dinheiro, do conhecimento e até mesmo da capacidade de organização, comunicação e mobilização social. Essas diferenças são ainda grandes nos países pobres que são também menos desenvolvidos do ponto de vista político. São países que ainda não “completaram” sua revolução capitalista e nacional, e nos quais, portanto, o excedente econômico ainda não é apropriado pelo mercado, mas por uma oligarquia através do controle direto do Estado. Nesses países, no quadro do capitalismo contemporâneo, a política significa, em um primeiro momento, garantir o poder do Estado e a unidade do Estado-nação. Nos países latino-americanos, esta tarefa foi realizada por uma oligarquia agrária e burocrática associada aos interesses dos países ricos. Em um segundo momento, implica o surgimento de grupos de classe média burgueses e burocráticos que se organizam em termos de

nação e se propõem a transformar um país formalmente independente em um verdadeiro Estado-nação. Em outras palavras, significa realizar a revolução capitalista e nacional, significa construir a nação e o Estado. Uma tarefa bastante complicada porque é muito difícil governar um país pobre – um país ainda sem uma nação e uma sociedade civil razoavelmente estruturadas. E porque os países ricos, associados à oligarquia local e a capitalistas rentistas, rejeitam a política nacionalista implícita na construção nacional.

A construção do Estado implica dotá-lo de “estaticidade”, implica torná-lo mais forte ou capaz, implica dotar o Estado de autoridade efetiva sobre toda a sociedade em nome do qual foi criado, implica o estabelecimento do império da lei em todo o território nacional. Para isso, o Estado enquanto sistema constitucional-legal precisa ganhar legitimidade, apoio da sociedade civil, e, enquanto administração pública, precisa ganhar efetividade na execução da lei. Nesse processo, conforme observa Oszlak,

132

a origem, expansão, diferenciação e especialização das instituições estatais resultam das tentativas de resolver a quantidade crescente de questões que vão sendo colocadas pelo desenvolvimento contraditório da sociedade (1997, p. 21).

Um processo histórico que sofre permanente oposição dos grupos liberais que confundem o processo de estaticidade, de aumento do poder do Estado exercido em nome da sociedade, com o de “estatização” – o aumento da ação do Estado na área produtiva.

O resultado da ação política nos países pobres é sempre incerto, porque enquanto a revolução capitalista não se realiza e se completa, o regime político será necessariamente autoritário. Só a partir do momento em que a formação do Estado-nação e a revolução industrial se perfazem – só,

portanto, em países de renda média e nos países ricos –, a política de construção do Estado oferece uma probabilidade elevada de bons resultados. A partir de então, o desenvolvimento econômico se torna autossustentado, e passamos a assistir a um processo de desenvolvimento político e social que leva à transição democrática e, em seguida, à melhoria da qualidade da democracia. Podem, naturalmente, ocorrer retrocessos políticos, mas, se pensarmos em unidades de cem anos, se considerarmos apenas os países que já realizaram suas revoluções capitalistas, veremos que todos eles avançaram no processo de busca dos grandes objetivos políticos das sociedades modernas: segurança, bem-estar, liberdade e justiça social. Apenas em relação à proteção do ambiente não é possível fazer essa afirmação porque não há tempo para se fazer essa observação. Nos demais, continuam a existir grandes problemas, e, portanto, grande espaço para a crítica social, mas é inegável que a sociedade vem progredindo.

Muitos poderão argumentar que essa é uma visão otimista da história, mas eu estou simplesmente assinalando o que passou a ocorrer a partir da revolução capitalista. Mas essa perspectiva é consequência do fato de que o desenvolvimento econômico e os processos correlatos de desenvolvimento político e social, ou, em outras palavras, o progresso, são fenômenos históricos que só passaram a acontecer após a revolução industrial tornar necessário (condição de sobrevivência das empresas) o reinvestimento dos lucros com incorporação de tecnologia cada vez mais eficiente. Desde então as sociedades modernas perceberam a oportunidade de construção social e política que se abria para elas, e, de forma deliberada, passaram a promover o desenvolvimento ou o progresso e assim melhorar as condições necessárias para que homens e mulheres tenham uma “vida boa”. Em consequência, o desenvolvimento econômico tornou-se autossustentado; o desenvolvimento político ou das liberdades

des e da democracia passou a ocorrer; e o desenvolvimento social, voltado para a diminuição das desigualdades sociais, também avançou, ainda que de forma hesitante. Mais recentemente, colocou-se o problema do ambiente ou do desenvolvimento sustentável – que também se tornou condição para o progresso ou para a vida boa.

O progresso ocorrido em cada Estado-nação a partir de sua revolução nacional e capitalista esteve sempre associado ao desenvolvimento econômico, à separação entre o público e o privado, à democratização da nação e da sociedade civil e à transformação do Estado em um Estado democrático. Este, por sua vez, transformou-se em instrumento institucional para que a nação ou a sociedade civil pudessem realizar seus objetivos políticos. Em síntese, é através desse processo dialético que se desenrola o processo de construção política da própria sociedade e do Estado, ou, em outras palavras, que o progresso ou o desenvolvimento político e social que caracteriza o mundo moderno ou capitalista se materializa em todo o tecido social e político. Este processo está longe de ser linear e simples, porque nele muitos dos jogos não são de soma maior do que um – não são jogos de mata-mata. A luta pelo poder, principalmente, é um jogo de soma zero. A busca do bem-estar econômico é um jogo maior que zero, mas isto não impede a resistência dos ricos aos avanços dos pobres. A busca da justiça social seria menos árdua se a alternativa a ela não fossem os privilégios dos ricos e dos poderosos sacramentados pela lei e pela religião.

Em contradição com a tese mais geral aqui defendida de que o Estado é a expressão da sociedade, temos o fato de que na América Latina, no início do século XIX, o Estado foi até certo ponto formado de cima para baixo na medida em que os Estados espanhol, português e os latino-americanos que surgem da independência apoiada pela Inglaterra eram igualmente oligárquicos. Este fato leva

muitos intelectuais dessas regiões a suporem que o Estado determina a sociedade ao invés de ser por ela determinado, mas esta tese não leva em consideração o caráter histórico dessa relação. Na Europa, a oligarquia em torno do monarca absoluto teve um papel decisivo na formação do Estado moderno. Essa oligarquia aristocrática era também uma oligarquia patrimonialista, de forma que não havia diferença entre sociedade e Estado. É verdade que em países como a Inglaterra, a França ou os Estados Unidos, a esta oligarquia se somava uma burguesia liberal graças à qual começava a se separar o público do privado. É preciso, porém, assinalar que o Estado antigo e mesmo o Estado de transição que é o Estado Absoluto não foram expressão da sociedade, mas instrumento de uma oligarquia que se mantinha no poder graças ao poder das armas, da propriedade da terra e da religião. Outro é o quadro das sociedades liberais do século XIX e das sociedades democráticas do século XX. Surgem a nação e a sociedade civil, e o Estado se torna delas instrumento. Conforme observa Norberto Bobbio, os pensadores antigos e os modernos até Hegel, ao estudarem a relação entre sociedade e Estado, viram este como a maior “sociedade política”, como a *societas perfecta* de Aristóteles ou como o momento culminante do espírito objetivo de Hegel, enquanto que a sociedade era vista como algo menor, como o objeto da razão do Estado. Entretanto, assinala Bobbio,

135

com a emancipação da sociedade civil burguesa, no sentido marxiano, ou da sociedade industrial, no sentido saint-simoniano, a relação entre a sociedade e Estado se inverte. Pouco a pouco a sociedade nas suas várias articulações se torna o todo, e, dessa forma, o Estado é diminuído, é considerado restritivamente como aparelho através do qual um setor da sociedade exercita seu poder sobre o outro (1985, p. 31).

Agora, a sociedade está organizada sob a forma de sociedade civil ou de nação, e não temos mais súditos e escravos, mas cidadãos portadores de direitos. O Estado deixou de ser senhor e passou a ser servo da sociedade – de uma sociedade que, ela própria, também precisa se democratizar para aumentar seu poder sobre o Estado.

Autonomia relativa da política

De acordo com a perspectiva histórica e estruturalista de teoria social que estou usando, a construção política do Estado supõe que uma parte dos cidadãos saiba que são necessárias concessões mútuas e princípios éticos para que a sociedade civil seja um instrumento de emancipação social ao invés de mero espaço para a defesa de interesses, e que uma parte de seus oficiais públicos não faça apenas compensações entre a vontade de serem eleitos ou promovidos e a de enriquecerem, mas façam também *trade off* entre a vontade de serem reeleitos e seu compromisso (*commitment*) com o interesse público. A luta política é sempre uma luta pelo poder, mas isto não significa que a política seja apenas isto – a luta pelo poder em nome do próprio poder (ou, o que é pior, do ganho pessoal); ela é também a luta pelo poder em nome do interesse público. Ainda que a lei e os mercados existam para limitar a realização dos interesses egoístas, eles não bastam para que haja o progresso. Cidadãos, políticos e servidores dotados de princípios morais e de virtude cívica fazem uma diferença. O bom governo não depende apenas de condições estruturais e institucionais favoráveis ou de governantes que garantem a legitimidade da lei; depende também de bons governantes. Não se supõe, entretanto, que haja idealismo nesta perspectiva – algo parecido com a suposição de que os homens sejam altruístas. O pressuposto é de que são ambíguos ou contraditórios – sempre divididos entre seu instinto de sobrevivência e seu instinto de convivência,

entre seu espírito de competição e o de cooperação. Uma suposição que dificulta a previsão do seu comportamento e que obriga a teoria social e política a ser modesta em suas conclusões.

A ideia da autonomia relativa é importante porque ela permite que compreendamos melhor a *política* – a arte de argumentar e fazer acordos para governar, o processo através do qual cidadãos e oficiais públicos empreendem a *construção política* da sociedade civil, da nação e principalmente do Estado. O conceito de autonomia relativa da política e a ideia da construção política do Estado não implicam voluntarismo político. De um lado, a palavra *autonomia* não significa que os oficiais públicos ou o governo possam impor sua vontade à sociedade, significa apenas que gozam de certa liberdade de decidir; de outro lado, a palavra *relativa* assinala que a autonomia é incompleta, que a política enfrenta restrições (*constraints*) estruturais que são sociais (o poder das classes e grupos sociais) e econômicas (as regras do funcionamento das economias capitalistas). Os oficiais públicos competentes e os cidadãos capazes que atuam na sociedade civil e na nação conhecem essas restrições e as levam em consideração na sua ação, mas não se submetem a elas.

Como existe uma relação dialética entre a sociedade e o Estado, existe também uma relação dialética da política com a sociedade e com o Estado: a política quer construir o Estado, quer tornar suas instituições melhores, mas ao fazê-lo, ela própria é regulada pelo Estado. Quando falamos em autonomia relativa da política, não estamos ignorando as restrições impostas pela lógica da estrutura econômica, nem os interesses dos grupos e classes sociais, nem também estamos negando o poder desigual de que dispõem os cidadãos na nação e na sociedade civil e tampouco as dificuldades intrínsecas à representação na democracia. A política conta com alguma autonomia em relação às classes sociais; não tem, entretanto, autonomia em relação à sociedade civil ou

à nação, porque, nestas, o poder já está dividido e ponderado pela que cada cidadão tem em termos de dinheiro, conhecimento e organização, de forma que a política já reflete o poder político desigual entre os cidadãos presente nessas duas formas de sociedade politicamente organizada.

Quando deixamos o nível da sociedade e passamos para o da política estrito senso, coloca-se o problema da representação. O representante, entretanto, nunca será a simples expressão de seus eleitores, mesmo que se torne o mandato imperativo; o representante tem sempre alguma independência para decidir – uma independência que a sociedade espera que ele exerça – mas que a própria sociedade, e não apenas seus eleitores, limita. Alguma autonomia é condição necessária ao exercício da política. Os partidos políticos e cada político individualmente buscam sempre apoio na sociedade civil ou na nação. No seio destas se define a agenda política nacional e se travam os debates públicos que pautam as decisões políticas. Enquanto a legitimidade política é garantida pelas eleições, a social decorre do apoio que os governantes tenham na sociedade politicamente organizada.

138

Ao escolherem seu representante, os eleitores usam como critério fundamental a suposição de que este terá maior capacidade ou então mais informações do que ele para decidir sobre determinadas questões. Esta autonomia é, portanto, inerente à função do político ou do alto servidor, porque sempre se espera deles que tenham algum grau de discricionariedade para tomar decisões. Não há nisto violência à democracia. A tese de que a democracia é o governo do povo no qual todos os cidadãos são iguais é uma ficção⁸. A realidade democrática é a de sociedades modernas que desejam se tornar mais iguais e mais homogêneas, que esperam sempre eleger melhores governantes,

⁸ Sobre a ficção democrática, ver especialmente Rosanvallon (1998).

que buscam melhorar a qualidade e a legitimidade de sua democracia, ou seja, de seu Estado democrático. Se jamais logram alcançar plenamente esses objetivos e jamais estão satisfeitas não é porque não haja progresso, mas porque os cidadãos dos países mais desenvolvidos politicamente estão permanentemente e necessariamente criticando suas sociedades – a crítica é a condição do desenvolvimento. Por isso, quanto mais a sociedade politicamente organizada for igualitária, quanto menores forem as diferenças entre seus componentes, quanto mais autonomia relativa gozar a política em relação às estruturas econômicas e sociais, mais democrático e legítimo será o Estado.

A tese de que existe uma relativa autonomia da política aparentemente conflita com a desconfiança e relativo desinteresse dos cidadãos no que concerne à política que observamos muitas vezes nas democracias. De acordo com essa visão, para que a política democrática tivesse poder seria necessária uma permanente mobilização popular e cívica. Esta ideia, entretanto, conflita com a experiência histórica. Como observa Cicero Araujo (2004, p. 73) ao analisar a *civitas* grega e romana e as situações revolucionárias, é nessas situações, que em grande parte coincidem com o “plebeísmo” (a exigência de extensão da cidadania a habitantes que estão de fora), que a política surge com toda sua força e se configura uma situação revolucionária. É nesses momentos que a autonomia política em relação ao próprio Estado fica clara. Em contrapartida, “o Estado só pode se afirmar completamente graças à desmobilização da *civitas*”. Ou seja, voltando para o tempo presente, fora dos momentos revolucionários, ou, mais amplamente, fora dos momentos de crise, a política perde força. A lei do Estado ganha legitimidade, o governo fica por conta dos oficiais públicos e os cidadãos voltam-se para seus afazeres particulares. Muitos veem nesse fenômeno um sinal de enfraquecimento da sociedade politicamente organizada e de crise da democra-

cia, mas esta perspectiva é equivocada. As sociedades politicamente mais avançadas contam, cada uma delas, com uma sociedade civil e uma nação fortes, que, nas situações “normais” ou de bonança, se recolhem. Entretanto, assim que surge uma crise, ou mesmo uma questão política relevante que chega à agenda nacional, os cidadãos se mobilizam, e a força da política democrática na construção do Estado reaparece com clareza.

140 A democracia é o regime no qual se torna possível uma razoável autonomia política, mas é também o regime no qual as eleições e a lei têm, como uma de suas atribuições, limitar os poderes autônomos dos oficiais públicos. Através da democracia ou do Estado democrático, o que se busca é, de um lado, dar uma forma a esse Estado que permita aos oficiais públicos melhor representar os eleitores; de outro, buscar os objetivos políticos maiores das sociedades modernas. Nas democracias, não se busca eliminar qualquer autonomia dos políticos em relação a seus eleitores, nem dar a estes a possibilidade de revocar os mandatos com facilidade. Esta é uma visão radical e perigosa da democracia, que parte do fato real de que os eleitos com muita frequência traem seus eleitores, mas que ignora que a ideia da representação supõe o interesse dos eleitores de escolher os melhores, os mais capazes de tomar decisões com autonomia e sabedoria, em seu nome. Os representantes reeleitos não se subordinam à vontade de seus eleitores, mas também não a ignoram. E como em quase tudo no campo da política, a solução para o político não é o meio termo, mas a dialética, ou seja, ora dar maior peso à vontade do eleitor, ora à sua convicção pessoal do que seja o bem público. Naturalmente, há muitos políticos que ignoram a vontade dos seus eleitores simplesmente para atender a seus interesses pessoais. Quanto mais fraca for a sociedade civil ou a nação, mais frequente será esse tipo de comportamento.

O reino da necessidade e o da liberdade

A política é, portanto, uma prática condicionada pelas estruturas econômicas e sociais, mas há um grau de liberdade para oficiais públicos republicanos se sobreporem a seus interesses corporativos, às pressões das classes dominantes e às restrições econômicas. A política não é exercida apenas no seio do Estado; é também no âmbito da sociedade politicamente organizada; não é apenas o ato de governar, de reformar as instituições e definir políticas públicas; é também a ação de cada cidadão e de cada organização da sociedade civil de discutir valores, de argumentar e de persuadir. Ainda que sempre se possa falar na prática da política nos casos históricos excepcionais da democracia grega e da república romana, a política só assume um papel fundamental na história quando o Estado se separa da sociedade e surgem a sociedade civil e a nação. Neste quadro, a política é o processo de argumentar, de estabelecer compromissos (*commitments*) com os eleitores e de fazer concessões mútuas (*compromises*) para alcançar a maioria e governar; é a prática em que se engajam os cidadãos que constituem a nação ou a sociedade civil e os oficiais públicos eleitos e os não eleitos que governam o Estado moderno para que este realize bem seu papel de principal instrumento de ação coletiva da sociedade. A política é constituída de uma série sem fim de decisões e acordos através dos quais as leis são definidas e executadas em nome do interesse público. O fato de a política nem sempre contribuir para a consecução do bem comum não falseia esse conceito porque, não obstante os erros e as traições, o pressuposto legitimador da política perante a sociedade é o do interesse público.

A autonomia relativa da política não significa apenas a autonomia dos eleitos em relação aos eleitores. Mais importantes são as restrições estruturais que enfrentam os governantes. O grau de desenvolvimento econômico e social as impõem à política e às instituições que ela constrói, mas

essas restrições não são absolutas. Uma nação e uma sociedade civil fortes e oficiais públicos competentes e dotados de espírito republicano podem desenvolver instituições que sejam mais avançadas do que o respectivo grau de desenvolvimento econômico deixaria prever, e que, por isso mesmo, contribuem para um desenvolvimento ainda maior. Existe uma correlação entre o grau de desenvolvimento econômico e político de um povo, mas, em certos momentos, o desenvolvimento político pode se adiantar e levar toda a sociedade a caminhar para frente. Por exemplo, depois de sua independência ocorrida em 1947, os indianos conseguiram instaurar um regime democrático em uma Índia atrasada do ponto de vista econômico. Este foi um dos grandes momentos de autonomia da política da história, porque a Índia foi provavelmente o primeiro país a realizar sua revolução capitalista no quadro da democracia. Todos os demais países a fizeram, na melhor das hipóteses, no quadro de um Estado liberal, não de um Estado democrático. Outro exemplo foi o da Constituição do Brasil de 1988 haver previsto o direito universal à saúde e o fato de que, nos anos seguintes, esse direito tenha se tornado realidade em um país cuja baixa renda por habitante não permitia prever que isso fosse possível. Entretanto, a autonomia relativa da política não existe apenas para o bem; pode também se exercer para o mal. A autonomia da política para o bem ocorre quando um governo logra alcançar o poder e consegue avançar os interesses dos pobres ou dos trabalhadores mais do que poderia prever uma análise estrutural que correlaciona desenvolvimento econômico e político. Já a autonomia política para o mal acontece quando os ricos em um determinado país logram alcançar uma hegemonia ideológica ampla, como ocorreu nos Estados Unidos entre os anos 1980 e 2000 no quadro da ideologia neoliberal. Em um momento no qual seria de se esperar que esse país estivesse em condições de acompanhar os progressos que

já haviam ocorrido nos países mais avançados da Europa e transformar seu Estado liberal-democrático em um Estado democrático e social, o que vimos foi um aumento brutal da desigualdade e o recrudescimento de políticas imperiais fora do tempo.

A autonomia relativa da política está envolta em contradições, mas em certo grau ela sempre existirá. Um país no qual os oficiais públicos não tivessem qualquer autonomia em relação aos eleitores e aos poderosos só seria possível na situação irreal de uma sociedade civil e de uma nação em que os cidadãos fossem de tal forma iguais e o Estado fosse dotado de tal legitimidade que não seria necessário governá-lo. Mesmo neste caso, porém, a política estaria submetida a restrições econômicas. Nos sistemas capitalistas, a maior delas é a de que a taxa de lucro esperada seja razoável para que os empresários decidam investir. Há outras: a estabilidade de preços, orçamentos das famílias, do Estado e do Estado-nação razoavelmente equilibrados etc. Logo, é mais realista pensar na relação entre sociedade e Estado em termos dialéticos – segundo contradições sempre existentes entre os interesses de classe e o Estado, entre a necessidade econômica e a vontade política, contradições estas que estão sendo sempre superadas através de instituições melhores, mas que jamais resolvem os problemas definitivamente e que às vezes implicam retrocesso, mas, que, geralmente, implicam progresso.

O que se espera do Estado moderno é que esse papel regulador seja realizado de forma racional. Talvez essa expectativa tecnoburocrática explique a tentação de se dar mais atenção à autonomia relativa do Estado ao invés da autonomia relativa da política. Um Estado governado por oficiais públicos autônomos e racionais seria um Estado racional. Esta foi a prática comunista e foi o ideal neoliberal jamais confessados, mas que estão presentes na demanda de agências regulatórias “independentes” da política.

Na prática, ainda que Hegel estivesse correto quando pensou o Estado como a realização máxima da razão humana, como esta razão é falha, precária, não existe o Estado racional; existe apenas o desejo, a aspiração de racionalidade inserida na lei. As contradições em que se vê envolvida a autonomia relativa da política no que concerne às restrições estruturais e aos interesses individuais e de classes sociais são insolúveis a não ser que pensemos a relação entre sociedade e Estado como eminentemente dialética, governada por valores, mas limitada por interesses menores e por restrições maiores.

144

Em toda a relação dialética há um vetor, e que, neste caso, orienta-se da sociedade para o Estado e não o inverso. No caso das sociedades e dos Estados democráticos, o sentido desse vetor é explícito; quando ambos se tornam mais democráticos, é sinal de que a iniciativa da ação social é progressivamente da sociedade. Já no caso dos regimes autoritários, nos quais uma oligarquia de indivíduos ricos e poderosos controla o Estado, este parece ter precedência sobre o restante da sociedade, mas esta provavelmente ainda será pré-capitalista, na qual o Estado não se separou da sociedade e se constituiu uma sociedade civil e uma nação. A moderna relação entre sociedade e Estado é dialética e intermediada pela sociedade civil ou pela nação, mas quanto mais “democráticas” forem essas duas formas de organização política da sociedade, mais “democrático” será o Estado; em outras palavras, quanto mais iguais forem os poderes dos indivíduos que compõem uma sociedade, mais seu Estado os representará, mais este expressará a vontade política da maioria de seus cidadãos.

Este trabalho, no qual procurei definir as relações entre a sociedade e o Estado através das duas formas de sociedade politicamente organizada e através do exercício relativamente autônomo da política, pode ser também pensado como um elogio à política e à democracia em um quadro

de restrições econômicas e sociais, porque a política surge com o Estado liberal e só se desenvolve plenamente no Estado democrático. Por trás desse elogio está minha convicção de que a política e a democracia são o reino da liberdade, enquanto que a economia e a sociedade capitalista são o reino da necessidade. A organização econômica e social da sociedade que chamamos de capitalismo é dinâmica e capaz de produzir o desenvolvimento econômico, mas é intrinsecamente instável e cega em relação à justiça e à liberdade. É através da política que exercemos nossa liberdade; é através dela, e do Estado por ela construído, que domamos esse tigre elástico e poderoso, mas implacável e injusto. A esperança é que o reino da liberdade se imponha afinal sobre o reino da necessidade.

Luiz Carlos Bresser-Pereira

é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

145

Referências bibliográficas

- ARAUJO, C. 2004. *Quod omnes tangit*: fundações da República e do Estado. Tese de Livre-Docência em Ciência Política. São Paulo: FFLCH-USP.
- BOBBIO, N. 1985. *Stato, governo, società*. Torino: Einaudi.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. 2009a. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.
- _____. 2009b. “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 2, pp. 163-190.
- _____. 2010. “A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?”. *Novos Estudos Cebraç*, nº 86, março, pp. 51-72.
- CASTELLO, G.; HOUTZAGER, P. P.; LAVALLE, A. G. 2006. “Democracia, pluralização da representação e sociedade civil”. *Lua Nova*, nº 67, pp. 49-104.
- HODGSON, G. M. 1998 “The approach of institutional economics”. *Journal of Economic Literature*, vol. 36, nº 1, pp. 166-192.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. 1984. “The New Institutionalism”. *American Political Science Review*, vol. 78, nº 3, pp.734-749.
- _____. 1995. *Democratic governance*. New York: The Free Press.

- MOORE JR., B. 1966. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in making the modern world*. Boston: Beacon Press.
- OSZLAK, O. 1997. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires: Editorial Planeta.
- POULANTZAS, N. 1968. *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*. Paris: Maspero.
- PRZEWORSKI, A. 1985. *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAMOS, A. G. 1957. *Condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro: Iseb.
- ROSANVALLON, P. 1998. *Le peuple introuvable*. Paris: Gallimard.
- WALBY, S. 2009. *Globalization and inequalities*. Londres: Sage Publications.

O PAPEL DEMOCRÁTICO DA SOCIEDADE CIVIL EM QUESTÃO

Rousiley C. M. Maia

As duas últimas décadas foram marcadas por renovado interesse pelo chamado “retorno da sociedade civil” ou “redescoberta da sociedade civil”. Diversos autores encontram na sociedade civil possibilidades de revitalizar impulsos políticos dos cidadãos e revigorar o poder de comunidades¹; treinar eficazmente cidadãos; construir hábitos de respeito e cooperação²; combater o individualismo e proporcionar alternativas para a política do autointeresse³; representar vozes de grupos marginalizados e excluídos da esfera política⁴; e limitar a intromissão de burocracias na condução da vida cotidiana e revitalizar a esfera pública⁵.

Há diversas e boas razões a sustentar esse entusiasmo e essa renovada preocupação em investigá-la. Nos anos 1980 e 1990, a derrocada de modelos político-econômicos

¹ Ver Keane (1998), Bell (2000), Bellah (2000), Eberly (2000), Walzer (2002).

² Ver Putnam (1995, 1996, 2000).

³ Ver Touraine (1988), Alexander (2006), Cohen e Arato (1992a, 1992b), Habermas (1997), Gurza Lavalle, Acharya e Houtzager (2005).

⁴ Ver Young (2002), Melucci (1996), Doimo (1995), Dagnino (2002), Baiocchi (2006), Scherer-Warren (1999, 2006).

⁵ Ver Habermas (1997), Bohman (2000), Warren (2001), Avritzer (2002).

baseados em forte intervencionismo estatal, como o socialismo, ou o descontentamento com modelos sustentados em uma confiança excessiva no mercado, em países de capitalismo avançado e de tradição liberal-democrática, levaram a um crescente ceticismo quanto à possibilidade de o Estado e o mercado responderem adequadamente às necessidades dos cidadãos e proverem eficazmente oportunidades e bens públicos. Além disso, a emergência da democracia em diversos locais no leste europeu e na antiga União Soviética e a consolidação da democracia na América Latina e em diversas partes do mundo em desenvolvimento ajudaram a estabelecer o *status* de movimentos sociais e da ação coletiva como veículos fortes o suficiente para suplantar governos autoritários. O crescimento de ONGs e redes cívicas com ações transnacionais, muitas delas sustentadas por especialistas e centros de pesquisa universitários, e com amplos aportes financeiros oriundos de fundações e de governos, renovou as atenções sobre o alcance e a eficácia política dos atores da sociedade civil.

Neste artigo, investigo as diferentes premissas que sustentam as formulações teóricas sobre o papel da sociedade civil para manter a democracia. Meu interesse não é oferecer uma abordagem dos tipos de propósitos normativos atribuídos às associações civis, nem examinar os elementos civis que promovem a democracia liberal, tampouco catalogar os efeitos democráticos das associações. Diversos autores já assumiram essa tarefa (Cohen e Arato, 1992a; Rosenblum, 1998; Ehrenberg, 1999; Warren, 2001; Seligman, 2002). Minha intenção é clarear os diferentes problemas relacionados às expectativas mais otimistas sobre o papel da sociedade civil no desenvolvimento de práticas democráticas. Argumento que a inclusão de uma série de problemas na agenda de pesquisa sobre a sociedade civil produz um quadro nuancado para que se aprecie o alcance de suas contribuições e limitações para aperfeiçoar a democracia.

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, exploro alguns dos principais problemas sobre o conceito de sociedade civil e indico as dificuldades existentes para delimitar as fronteiras desta esfera no mundo contemporâneo. O conceito de sociedade civil é amorfo e carrega consigo diversos sentidos, com diferentes conotações políticas. Na segunda, exploro alguns problemas que desafiam as expectativas correntes mais otimistas sobre a função da sociedade civil para fortalecer práticas democráticas, a saber: a) equívocos em fazer apologia dos atores da sociedade civil como veículos para a promoção da cidadania democrática; b) o risco de advogar o antiestatismo em nome do localismo e da comunidade; c) as tensões entre a afirmação de interesses individuais e coletivos, presentes na ação coletiva; d) a necessidade de diferentes formas de institucionalização para que a participação política se torne mais ampla e eficaz. A partir deste quadro mais geral, reconsidero o alcance das contribuições e das limitações da sociedade civil para o fortalecimento da democracia.

149

Sociedade civil: complexa demarcação de fronteiras

A demarcação do território da “esfera civil” ou da “sociedade civil”⁶ tornou-se uma questão cada vez mais disputada entre teóricos e comentadores. A própria herança do conceito de sociedade civil – independentemente de tomarmos como ponto de partida Hegel ou Tocqueville – legou um

⁶ Os termos “sociedade civil” e “esfera civil” são complexos e empregados, muitas vezes, de forma intercambiável. Neste artigo, utilizo o termo “sociedade civil”, de modo mais restrito, para designar algum tipo de vida associativa, englobando diversas relações cooperativas e formas distintas de organização. Já o termo “esfera civil” é utilizado de modo mais abrangente para designar o domínio dos cidadãos, definidos através de seu *status* como membros de uma comunidade política, o qual é assegurado pela regra da lei, pela igualdade jurídica, por direitos, deveres e liberdades cívicas. As relações na esfera civil se distinguem daquelas relações nas esferas não civis, como a vida familiar no reino privado e a vida econômica no mercado. Para distinções conceituais clássicas e contemporâneas desses termos, ver Ehrenberg (1999), Seligman (2002) e Alexander (2006).

conjunto de dificuldades para a definição de suas fronteiras (Ehrenberg, 1999; Eberly, 2000; Seligman, 2002; Alexander, 2006). De modo geral, sociedade civil, na perspectiva contemporânea, refere-se ao conjunto de associações, grupos formais e informais e redes na sociedade, que existem fora da família (e das relações íntimas) e do Estado (e de instituições a ele ligadas, como o exército, os partidos políticos, os parlamentos e as instituições administrativas burocráticas). Sob essa perspectiva, a sociedade civil abrange o domínio das associações voluntárias, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media*.

150

A exclusão da vida privada, doméstica ou familiar é particularmente contestada por autores filiados a correntes feministas, sob a alegação de que esta perspectiva estabelece fronteiras rígidas entre os domínios público e privado e torna-se cega para a experiência cotidiana de pessoas submetidas a diferentes formas de injustiça e a relações de poder (Phillips, 2002; Young, 2002). Esta crítica parece ser fruto de uma confusão sobre os limites entre os domínios público e privado. Um ponto é dizer que as relações íntimas entre os membros da família e entre amigos são relações privadas e existem à parte da ação coletiva (Alexander, 2006, pp. 29-30; Mosher, 2002, pp. 218-220). Outro é afirmar que os focos potenciais de solidariedade ou contestação não podem penetrar as relações sociais de qualquer tipo, como as feministas parecem assumir. Ora, muitos movimentos sociais buscam desestabilizar consensos existentes na cultura majoritária que podem ser opressivos nas relações íntimas, sociais ou, ainda, legais, e politizá-los como questões de interesse comum, no reino público. Injustiças nas relações privadas podem assim se constituir como a base social de conflitos que se transportam para o nível político-institucional.

As fronteiras adjacentes ao domínio da economia são também alvo de controvérsia. Alguns autores contemporâneos – particularmente de origem liberal – incluem alguns

setores econômicos como parte da sociedade civil, na medida em que eles envolvem algum tipo de vida associativa. Contudo, excluem organizações com interesses nitidamente econômicos, como a Nike, a IBM ou a Microsoft (Post e Rosenblum, 2002; Lomasky, 2002). Não obstante, a maioria dos autores, de diferentes afiliações teóricas (Touraine, 1988; Cohen e Arato, 1992a; Keane, 1998; Young, 2002; Alexander, 2006) separam a sociedade civil também da economia, por assumir que as organizações civis são aquelas que não têm como preocupação primária a acumulação de riqueza material ou as trocas no mercado. Apesar de considerarem importante a noção do indivíduo moral e economicamente autônomo – premissa liberal que serviu de base para a ideia da sociedade civil⁷ –, esses autores concebem atualmente a sociedade civil como uma comunidade ética, constituída através de um conjunto de princípios e vínculos morais. Nos moldes hegelianos, esses valores éticos são considerados pré-condição para o entendimento da sociedade civil como uma comunidade autorreguladora que existe entre o indivíduo e o Estado. Diferentemente do Estado, que organiza as ações através de regras e leis garantidas por meio da autoridade e do poder coercitivo, ou distintamente do mercado, que organiza as ações através de regulamentações regidas por imperativos impessoais da economia, a

151

⁷ Muitos elementos do pensamento liberal clássico foram fundamentais para a constituição da noção de sociedade civil. Ao postular que a sociedade não deveria mais ser concebida em termos de uma ordem holista e hierárquica, mas, sim, constituída por indivíduos particulares, Locke e pensadores do iluminismo escocês tentam fundar a existência da ordem social na autonomia do indivíduo e em uma propensão inerentemente humana à reciprocidade inata, sem fazer recurso a nenhum referente externo ou transcendente. O princípio do autointeresse – que libertou os indivíduos para que pudessem perseguir a vida econômica e o lucro – carrega consigo a ideia de desenvolvimento interpessoal numa arena de troca, fundada em valores derivados da reciprocidade e do reconhecimento individual. Muito além de qualquer utilitarismo, essas concepções serviram de base para a noção da sociedade civil como um reino da troca e da interação numa arena ética. Para exploração das origens da sociedade civil e sua transição para a modernidade, ver Seligman (2002) e Ehrenberg (1999).

sociedade civil pressupõe distintas formas de solidariedade. A vida civil é baseada no ideal de autogoverno coletivo, o qual evoca a produção da decisão com possibilidade de entendimento recíproco numa arena ética⁸.

152 O ponto que me interessa destacar é que há, atualmente, uma crescente dificuldade em fixar fronteiras rígidas entre o Estado, o mercado e a esfera civil. Muitas iniciativas de atores cívicos contam com a parceria de agentes do governo local ou nacional ou, ainda, com agências do mercado, o que constitui um terreno híbrido de partilha de poder e de atuação (Baiocchi, 2005, 2006; Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya, 2004; Wampler e Avritzer, 2004). Alguns setores de negócios – como cooperativas, uniões de crédito, empreendimentos comunitários e parcerias público-privadas com participação de ONGs – têm um desenho institucional híbrido e metas destinadas a gerar o bem coletivo ou fazer avançar interesses gerais (Chambers e Kopstein, 2001, 2008; Edwards, 2004; Alexander, 2006). Novas rotas para a participação política, em que atores cívicos estabelecem parcerias com agentes do governo e, mesmo, do mercado, estão se expandindo, enquanto outras formas mais tradicionais de participação encontram-se em declínio (Snow, Soule e Kriesi, 2005).

Quanto à demarcação de fronteiras, há, também, uma confusão corrente entre noções jurídicas, derivadas do liberalismo constitucional, e sociológicas, para definir a sociedade civil como um domínio “à parte” do Estado e do mercado. Alguns autores, atendo-se a uma definição sociológica, falam de sociedade civil como um domínio distinto do Estado,

⁸ Cohen e Arato (1992a, p. 429), por exemplo, baseados na noção habermasiana de ação comunicativa, afirmam que a sociedade civil inclui “todas as instituições e formas associativas que requerem interação comunicativa para sua própria reprodução e que se baseiam primariamente em processos de integração social para a coordenação da ação dentro de suas fronteiras”. De modo semelhante, Warren (2001, p. 8) afirma: “Não há um ‘nós’ em um mercado e, portanto, não há possibilidade estrutural do autogoverno coletivo, mas apenas um agregado de preferências individuais e firmas respondendo a essas preferências”.

mesmo em sociedades não democráticas. Tratam de sociedade civil, por exemplo, na China ou em sociedades islâmicas, uma vez que os indivíduos se agregam em associações voluntárias, de modo espontâneo, a partir da pluralidade dos próprios interesses, de maneira autônoma em relação ao Estado, sendo que esses grupos desempenham, ainda, muitas atividades que não são exercidas pelo Estado (Huang, 1993; Hanafi, 2002). Contudo, nesses casos, a sociedade civil não pode ser vista como uma esfera *protegida* de liberdade, uma vez que os indivíduos associados não se encontram vinculados por regra da lei ao Estado através de um sistema de direitos e de garantias constitucionais que limitem interferências não justificadas na esfera civil. Os indivíduos não gozam de direitos de liberdade e de expressão, de agregação e contestação, necessários para questionar e opor-se com eficácia ao Estado. Vale destacar, contudo, o valor dessas associações voluntárias para desafiar regimes autoritários ou para pressionar as instituições a se democratizarem.

153

Por fim, o debate sobre a globalização – o poder dos mercados globais e das comunicações; os regimes de comércio transnacionais e as novas formas políticas, como a União Europeia; a crescente complexidade de questões de escopo global, como os problemas ambientais; a proliferação de redes cívicas e ONGs que transcendem os domínios do Estado-nação – coloca novas questões sobre o entendimento das fronteiras do Estado e da sociedade civil. Teóricos mais entusiastas sustentam que uma “sociedade civil global” vem configurando uma nova forma de governança transnacional (Kaldor, 2003)⁹. Cabe reconhecer que os atores civis,

⁹ Nas palavras de Kaldor (2003, p. 590), “um sistema de governança global emergiu [...] [pois] não se trata de um Estado singular, mas de um sistema em que os Estados se tornam crescentemente confinados por um conjunto de acordos, tratados e regras de caráter transnacional. De modo cada vez mais frequente, essas regras são baseadas, não apenas no acordo entre Estados, mas, [...] [sobretudo] no suporte público gerado pela sociedade civil global”.

ao exercerem uma política transnacional, sem territorialidade definida, desempenham um papel fundamental para sustentar – questionar, criticar e fazer circular – certos discursos na esfera pública transnacional, estabelecendo interlocuções com organizações intergovernamentais (como a Unesco, o Conselho de Direitos Humanos, a Otan, o FMI). Contribuem, assim, para modificar a constelação de discursos sobre leis internacionais e cosmopolitas (Dryzek, 2006; Chambers e Kopstein, 2008; Warren, 2008).

As formas de atuação de redes cívicas transnacionais podem provocar alterações em decisões, cujas consequências alcançam corporações, estados e organizações intergovernamentais. Não obstante, elas não tornam os conceitos de sociedade civil e de Estado obsoletos, já que essas ações se imbricam, em grande parte, com a “sociedade civil doméstica” e as respectivas relações com os representantes políticos, como discutirei mais adiante. Como Chambers e Kopstein (2008, p. 378) lembram, a vasta maioria das organizações, associações e dos movimentos sociais transnacionais possuem sedes em países que oferecem proteção às suas ações, dentro da ordem legal liberal estabelecida.

154

A “boa” e “má” sociedade civil

A definição de sociedade civil de origem liberal entende os cidadãos como membros de uma comunidade, unidos na busca por certos valores compartilhados e por certos fins (outros, além dos econômicos), que os leva a apoiar a associação da comunidade política que em parte os une. Essas características conduziram muitos pensadores, tanto de linhagem neoliberal quanto comunitarista, a entender os atores da esfera civil como aqueles capazes de sustentar valores democráticos fundamentais, tais como o voluntarismo, a autodeterminação, a inclusão altruísta e a liberdade. A celebração desses valores é exemplarmente formulada por Keane (1998, p. 6):

A sociedade civil é uma categoria ideal-tipo [...] que tanto descreve quanto almeja uma complexa e dinâmica agregação de instituições não governamentais que tendem a ser não violentas, auto-organizatórias, autorreflexivas e permanentemente em tensão umas com as outras e com as instituições do Estado que enquadram, constroem e tornam essas atividades possíveis.

A famosa definição de sociedade civil de Walzer destaca o valor das afiliações voluntárias, baseadas no consenso, ao invés de adesões requeridas legalmente. A sociedade civil é o “espaço da associação humana não coercitiva e também o conjunto de redes relacionais – formadas em prol da família, da fé, do interesse e da ideologia” (Walzer, 1998, p. 124). O voluntarismo é particularmente valorizado por permitir que os indivíduos alcancem seus objetivos através do diálogo, da barganha ou da persuasão, ao invés de compromissos impostos por governos ou de incentivos mercadológicos proporcionados por firmas.

Em adição, muitos autores filiados à tradição toquevilleana celebram as associações voluntárias porque elas ajudam a desenvolver nos indivíduos hábitos cívicos benéficos à democracia: habilidades participativas, confiança recíproca e tolerância mútua. Entre esses autores, muitos se mostram satisfeitos com a existência, mesma, das associações, desde que os indivíduos se unam por meio de regras cívicas, ou desde que o debate seja civilizado, independentemente da motivação para a agregação ou do conteúdo daquilo que é discutido. Para Putnam, por exemplo, as ligas de boliche são mais favoráveis à democracia que a prática de jogar boliche somente com parceiros individuais, porque as associações voluntárias ensinam os indivíduos a desenvolver valores e recursos necessários à democracia: autodisciplina, respeito mútuo, colaboração etc. Na visão de Putnam (2000, p. 357), as associações alimentam o capital social e o capital social

alimenta o sucesso da democracia. Ainda que este autor reconheça que “as conexões comunitárias às vezes podem ser opressivas” e que o capital social, ao invés de proporcionar laços vinculantes (*bridging social capital*) pode levar ao separatismo (*bonding social capital*), ele não chega a desenvolver essa premissa de modo satisfatório, de modo a sistematizar os efeitos não liberais potencialmente presentes na vida associativa.

156 É preciso deixar claro que a coerção, a exclusão, a violência ou a desigualdade podem constituir qualquer sociedade civil tanto quanto aqueles valores sustentados como favoráveis à democracia. As associações voluntárias se distinguem fundamentalmente entre si porque elas incorporam valores e desenvolvem práticas que ajudam a promover a democracia ou que a obstruem. A República de Weimar – possuindo uma sociedade civil bem-organizada – deu origem e sustentou o nazismo. Na Itália do pré-guerra e em países do leste europeu, grupos com altos níveis de participação se organizaram em torno da ideologia fascista. Em países da América Latina, no período ditatorial dos anos 1970, grupos geradores de capital social foram fundamentais para minar o exercício igualitário de direitos e as instituições democráticas (Armony, 2004). Em países subsaarianos, com altos níveis de vida associativa, diversos grupos promoveram genocídios (Edwards, 2004, p. 44).

Uma sociedade civil robusta pode servir a qualquer tipo de propósito, incluindo a perseguição e a admoestação a outros indivíduos e grupos, a incitação ao ódio ou à violência, ou, ainda, a sustentação de uma atmosfera geral de desconfiança e discórdia, como demonstram grupos como o Ku Klux Klan e outros, homofóbicos, xenófobos, separatistas, fundamentalistas, neonazistas etc. Mesmo associações com “boas intenções” podem produzir efeitos antidemocráticos em determinados contextos. É pois necessário tratar a agên-

cia ética da “má sociedade civil”¹⁰ (Chambers e Kopstein, 2001) e incorporar as tendências nefastas, antiliberais e antidemocráticas das associações à teorização sobre tal esfera.

Assim, não se pode conceber a sociedade civil de modo abstrato, como uma “esfera autônoma de atividade democrática”. O simples entendimento da sociedade civil como uma esfera de atividade associativa voluntária, à parte do Estado e do mercado, não é suficiente para produzir distinções qualitativas importantes. O domínio da sociedade civil é altamente heterogêneo (Warren, 2001; Edwards, 2004). Algumas associações se mostram preocupadas com ações destinadas à convivência, à autoajuda ou simplesmente ao divertimento, ao passo que outras encampam uma agenda política, estabelecendo ações destinadas ao desenvolvimento ou à assistência aos cidadãos, à sustentação da esfera pública, ou, ainda, a exercer influência e pressão sobre órgãos do Estado e sobre agentes do mercado, bem como a estabelecer parcerias para gestão compartilhada. Essas ações podem ter alcance local, nacional ou transnacional. Enquanto alguns atores da esfera civil desenvolvem ideias progressistas, humanistas e democráticas, outros abraçam ideias ultraconservadoras, fundamentalistas e antidemocráticas. O que a sociedade civil realmente “é” somente pode ser apreendido através do exame cuidadoso das motivações e dos propósitos das associações; do escopo de suas metas e da natureza de suas ações em relação a certos desígnios da democracia; de sua organização interna; dos valores substantivos que promovem e do sistema de relações que estabelecem com outros atores na sociedade, em contextos sócio-históricos específicos; de seus efeitos e sua eficácia política em diferentes planos democráticos.

157

¹⁰ Existe obviamente uma vastíssima literatura que investiga grupos ultraconservadores, fundamentalistas e totalitários. Contudo, esses estudos não se desdobraram sistematicamente em uma teorização pelas diferentes escolas que tratam da sociedade civil.

O risco de advogar o antiestatismo em nome do localismo e da comunidade

O avolumar-se da crítica às estruturas burocráticas do Estado como impermeáveis à vontade dos cidadãos levou muitos teóricos a celebrar o localismo e a fragmentação. As premissas derivadas dos escritos de Tocqueville e também de Rousseau – de que as pequenas unidades são estruturadas de modo mais democrático que as grandes unidades – produzem a expectativa de que uma sociedade repleta de associações e corpos autorreguladores será provavelmente mais aberta e permeável à ação dos indivíduos. Alguns autores dos modelos de democracia participativa (Barber, 1984; Pateman, 1970; Berger e Neuhaus, 2000) e deliberacionista (Cooke e Kothari, 2001; Goodwin, 1998) também fazem avançar essa visão, ao sustentar que as associações locais requerem alto nível de participação e debate entre as pessoas, sendo que os próprios interesses (vistos como fonte autêntica de reivindicações válidas) geram motivos consistentes para o estabelecimento da cooperação, do compromisso e do acordo. Algumas premissas em operação, aqui, são as de que os indivíduos sabem especificar e expressar melhor suas próprias necessidades que os representantes políticos ou os agentes que ocupam cargos públicos; as pessoas se mostram mais propensas a participar em questões políticas quando sabem que suas opiniões e preferências serão levadas em consideração ou que suas ações poderão ter consequências diretas e, portanto, participar faz diferença; as pessoas, no âmbito local, têm que viver com as consequências de suas ações e, logo, elas têm boas razões para exercer o poder de forma responsável.

Ao trabalhar sobre essas premissas, muitos autores se basearam no paroquialismo, no localismo e na hostilidade ao governo central. Daniel Bell, por exemplo, concede ênfase à atuação de organizações voluntárias, igrejas e comunidades e defende que as decisões devem ser tomadas

localmente, sem o controle do Estado e suas burocracias. Nas palavras do autor, “A demanda por um retorno à sociedade civil é a demanda por uma escala manuseável da vida social” (Bell, 2000, p. 388). Bell prevê, assim, que a política local, de pequeno porte, proporciona práticas significativas como algo criado e moldado por compreensões sociais, em contraste com a aparelhagem política institucional abstrata e burocrática.

Por certo, um maior grau de solidariedade e cooperação entre os grupos e um maior engajamento com a política no domínio da vida cotidiana ou a participação no governo local são fatores importantes para o desenvolvimento de práticas democráticas. Contudo, a participação local e as associações, pelo simples fato de serem locais, não oferecem garantias contra o abuso, a burocracia ou a impermeabilidade às reformas. O neotocquevilleanismo¹¹, ao conceder ênfase às associações voluntárias e às normas cívicas informais, produz noções muito restritas para proporcionar uma orientação geral e suficientemente abrangente para a compreensão do ambiente político atual, da sociedade altamente complexa, mercantilizada, pluralista, com altos níveis de desigualdade social. Ressaltar a importância das associações voluntárias não pode obscurecer a fundamental importância do sistema político mais amplo e das instituições políticas da sociedade.

Em primeiro lugar, as atividades vividas no dia a dia não são escolhidas livremente; ao invés disso, resultam de sistemas funcionais organizados e moldados por forças políticas e econômicas de amplo escopo. Ademais, as determinações e os constrangimentos oriundos da esfera política e econô-

¹¹ É preciso deixar claro que existem distintas tradições do tocquevilleanismo, de linhagens comunitarista e liberal, com orientações mais igualitárias ou conservadoras. Assim, os autores destacam funções distintas da sociedade civil, diante de um papel mais positivo e forte do Estado ou diante de um Estado mínimo. Ver Ehrenberg (1999), Seligman (2002), Chambers (2002), Chambers e Kopstein (2008).

mica são também essenciais para se entender o que a sociedade civil “é” (Ehrenberg, 1999; Seligman, 2002). Como já apontado, não há nada inerente às associações cívicas que leve à pluralidade, à igualdade ou à participação política. As condições para a participação democrática são providas, em grande medida, por agentes e condições existentes fora da sociedade civil. O liberalismo constitucional sempre evidenciou que os Estados precisam estruturar o terreno das diversas formas associativas. As características do sistema legal, as garantias providas pelas regras da lei, os procedimentos administrativos, os sistemas de impostos têm efeitos palpáveis nos hábitos, nas normas e nas formas de organização ou na definição de afiliações das associações voluntárias, dos grupos de interesse e dos movimentos sociais. A configuração do mercado e a regulação da competição de interesses interferem na configuração dos laços de solidariedade e de confiança, necessários à manutenção da sociedade civil.

160

Em segundo lugar, a teorização antiestatista torna impossível apreender o potencial emancipatório da ação política. Muitas das demandas e reivindicações dos atores da esfera civil têm como alvo o sistema político e requerem atenção e resposta dos agentes do Estado para assegurar ou implementar direitos, para aliviar injustiças sociais ou para prover redistribuições de oportunidades e bens. Assim sendo, é preciso compatibilizar o domínio da vida cotidiana com grandes questões de democracia política e justiça social. Princípios abstratos e amplos ideais políticos não estão ancorados na experiência pessoal, local e imediata dos indivíduos, mas em tradições democráticas constituídas através de um amplo processo sócio-histórico, como uma experiência compartilhada e dinâmica. A despeito da lógica relativamente autônoma das esferas do Estado, da economia e da sociedade civil, o desafio das democracias atuais pressupõe desenhos institucionais e a configuração de práticas que possam se estender sobre essas esferas, perpassando-as.

Diversos teóricos dos modelos de democracia participativa ou deliberacionista também apostam na descentralização e na participação local como forma de tornar os indivíduos mais potentes e de fortalecer a democracia (Fung e Wright, 2003; Fung, 2004, 2007; Baiocchi, 2005; Gastil e Levine, 2005). Algumas notas de cautela são necessárias aqui, já que não se pode supor que as associações cívicas – pelo simples fato de se auto-organizarem, por estarem enraizadas nos contextos práticos da vida cotidiana ou, ainda, por conquistarem autonomia política em alguma medida – se apresentem como força democratizante e racionalizadora da sociedade. A descentralização e a participação no nível local podem tanto limitar a arbitrariedade e promover o livre e justo acesso à produção da decisão política quanto podem, também, aniquilar o autogoverno. Novamente, tudo depende dos fatores em jogo, das relações que os sujeitos estabelecem entre si e do ambiente circundante. Muitos grupos locais, constituídos de maneira homogênea, são excludentes e refletem a distribuição da estrutura local de poder. Elites locais podem igualmente se valer de associações para fortalecer suas posições e perseguir interesses particulares, ao invés de interesses gerais. Sob tais condições, a descentralização significa, muitas vezes, o fortalecimento das desigualdades existentes. Alguns estudos sobre *Town Meetings* e fóruns destinados a promover escolhas de políticas públicas pelos cidadãos, organizados em torno das estruturas face a face que tanto impressionaram Tocqueville, demonstram que muitos “acordos” são arrançados antecipadamente – através da barganha, da chantagem ou da fraude (Dagnino, 2002; Baiocchi, 2005; Gutmann, 2007). Em circunstâncias em que as deliberações locais são contaminadas por fontes externas de influência, elas não ajudam a proteger os interesses dos indivíduos de maneira equânime e nem facilitam a distribuição de poder em situações em que os interesses se chocam. Pelo contrário, processos

de produção de decisão coletiva através do debate, nessas situações, favorecem os grupos mais influentes na definição da agenda política e com maiores recursos retóricos na condução do debate, a expensas de grupos menos poderosos.

Tensões entre os indivíduos e as coletividades para processar questões de interesse comum

O elogio às associações baseadas na auto-organização voluntária e autorreflexiva como veículos capazes de desenvolver virtudes cívicas e promover engajamento faz supor, ainda, que somente o associativismo – e não a participação individualizada – sustenta o bom funcionamento da democracia. Na visão de Tocqueville, as associações voluntárias, além de serem um reservatório de cuidado, de autoajuda, de vida cultural e de inovação intelectual e política, constituíam uma proteção ao cidadão comum contra o governo, contra os interesses privados e, ainda, contra as maiorias. Nos termos de Putnam, onde não há “engajamento cívico” (no plano local) a comunidade ficaria desprotegida diante de outros interesses. Apesar da importância das associações – para tornar os indivíduos mais potentes para influenciar os negócios públicos e ganhar voz política –, não se pode negligenciar a importância e a eficácia de diversas formas de participação individualizada (Galston, 2000; Gomes, 2008). A democracia demanda, também, a “liberdade subjetiva” e a participação dos cidadãos como indivíduos (e não apenas como coletivos), uma vez que estes se encontram situados em diferentes posições e circunstâncias ou têm diferentes ideias (Habermas, 1997; Cohen, 1997, pp. 80-81; Fraser, 2003, p. 31). Por um lado, isso significa que os indivíduos e grupos negociam entre si o que conta como boa vida e planejam o próprio modo de persegui-la, dentro dos limites que asseguram igual liberdade para os outros. Por outro lado, isso significa que a mesma autonomia privada (ou individual) se torna uma forma de proteção contra

tradições, regras ou lealdades de grupos mais reconhecidas como válidas¹². Além disso, deve-se reconhecer que há sujeitos não associados e que, no entanto, mantêm alto nível de informação sobre os negócios da política e participam das mais diversas práticas democráticas sem, contudo, estarem afiliados a alguma associação. Há, hoje, uma série de manifestações e protestos eficazes, do ponto de vista político, sem que necessariamente os indivíduos sustentem um nível de engajamento duradouro e intenso com as associações voluntárias (Snow, Soule e Kriesi, 2005).

É certo que a questão que se coloca não é a de que devemos escolher entre os indivíduos *ou* as associações, e, mais especificamente, as associações cívicas, para sustentar o bom funcionamento da democracia; uma democracia saudável requer ambos. Contudo, esta resposta não dá conta do verdadeiro problema, a saber: a tensão sempre presente entre o elemento consensual e cívico, correspondente à inserção numa dada comunidade, e o elemento frequentemente conflituoso correspondente à afirmação autônoma de cada membro individual da coletividade. Esta questão remete à tradicional indagação da teoria política: o livre desenvolvimento de cada um é compatível com o livre desenvolvimento de todos (Held, 1987)? Esse ponto recupera polêmicas acerca do modo pelo qual interesses individuais podem ser perseguidos na arena social e como o bem público pode ser buscado via esfera privada (Rawls, 1971, 2001; Habermas, 1997). Não pretendo, aqui, desenvolver as inúmeras controvérsias sobre a maneira apropriada de processar reivindicações conflitantes e estabelecer regras normativas vinculantes na sociedade,

¹² Adaptando esses princípios liberais para os dilemas do multiculturalismo, Benhabib (2002, p. 131) enfatiza que “reciprocidade igualitária”, “autonegação voluntária” de um indivíduo a qualquer grupo (cultural, religioso ou linguístico) e “liberdade de associação e de dissociação” precisam ser valorizados a fim de evitar o aprisionamento dos indivíduos em suas comunidades, quando se busca a inclusão de minorias excluídas.

diante dos conflitos de interesse e desentendimentos morais constantes entre indivíduos ou grupos.

Alguns desdobramentos deste amplo debate, que interessam mais diretamente ao desenvolvimento de meu argumento, dizem respeito à certa ambivalência existente entre a dimensão *cívica* e a dimensão *civil* da cidadania, na medida em que os valores encarnados por cada uma delas tendem a negar os da outra (Galston, 2000; Reis, 2000). A ideia de *cívico* traz consigo a noção de deveres e responsabilidades do cidadão, à sua propensão ao comportamento solidário e à observância das virtudes cívicas derivadas de sua identificação com a coletividade. Por exemplo, aos neotocquevilleanos interessa mostrar que os cuidados com a comunidade (*civitas*) ou, nos termos de Putnam, o “engajamento cívico”, acontecem porque a própria identidade e os interesses dos indivíduos são marcados pela inserção nessa comunidade. Comunidade, ou aquilo que une os iguais, é sempre algo particular. Talvez por isso mesmo, há um constante clamor (pelo menos no contexto dos EUA) por estabelecer o senso de pertencimento às comunidades, diante daquilo que é visto como individualismo, presente nas relações abstratas, formais e legalistas da sociedade contemporânea. Contudo, não se pode supor que o “cuidado” – demonstrado com os membros de uma determinada comunidade – se estenderá aos diferentes, estranhos e estrangeiros (Alexander, 2006, p. 34; Benhabib, 2002, pp. 164-165; Fraser, 2003, pp. 58-59; Gomes, 2008, p. 271). Como discutido acima, muitos grupos negam a tolerância e o respeito a outros indivíduos e grupos da sociedade e não vivem de acordo com os ideais da cidadania democrática.

Em contraste, a ideia de *civil* encontra-se associada com a busca moderna pela afirmação dos *direitos* dos membros individuais da coletividade, dizendo respeito ao tratamento de todos os indivíduos como agentes iguais na democracia política e com igual liberdade de viver suas próprias vidas

como eles as compreendem, de modo consistente com a liberdade dos outros. Trata-se de reivindicações universalistas dos direitos do indivíduo, os quais se encontram na base do requerimento abstrato de igual tratamento, presente tanto nos momentos de afirmação de direitos civis quanto nos de direitos políticos e direitos sociais (Marshall, 1967). Incorporada à perspectiva liberal ortodoxa, a dimensão civil da cidadania significa que os indivíduos se afirmam por si mesmos, ou autonomamente – isto é, na esfera privada contra intervenções ilícitas na liberdade, na vida e na propriedade –, de uma maneira que não só prescindem do Estado, mas, também, que pode até opor-se eficazmente a ele. Para além da proteção contra as arbitrariedades do Estado, as perspectivas liberais atuais apelam para a dimensão universalista da cidadania – e noções correlatas do governo da lei, da igualdade formal, das liberdades civis – para contestar os particularismos e as hierarquias da sociedade e eliminar as disparidades não justificadas. Não se pode negar que as visões cívico-republicanas da cidadania e as demandas por “igualdade de status” são encontradas em muitos movimentos sociais contemporâneos, sejam eles ligados a conflitos relacionados à liberdade política, ao crescimento econômico, à integridade cultural ou a crenças e práticas religiosas (Benhabib, 2002, pp. 40-42; Fraser, 2003, pp. 54-60).

Para os propósitos de minha argumentação, é importante apontar que os interesses individuais e focos de solidariedade coletiva e os correspondentes dissensos não permitem estabilizar permanentemente o que conta como razoável e legítimo nas demandas dos agentes civis. Este é um conflito inarredável, já que não é possível constituir um senso de comunidade – definida como uma solidariedade compartilhada, baseada em vínculos concretos dados pela história, por ideias, amor, cuidado e amizade – entre os atores sociais, concebidos em termos de indivíduos autônomos, na sociedade complexa, de larga escala, constituída por siste-

mas valorativos plurais. Este dilema, já presente em meados do século XVIII, foi exemplarmente tematizado por Weber. Na modernidade, quanto mais as relações entre os indivíduos são definidas por critérios abstratos – regras formais do Estado, normas legais ou imperativos do mercado –, menos o reino público pode ser definido através de uma solidariedade compartilhada; menos as motivações para a reciprocidade e a confiança podem ser realizadas no reino público. Nas sociedades contemporâneas, como resultados das migrações de massa, das diásporas, da cultura de massa globalizada e da esfera pública transnacional, a ordem cultural é eticamente pluralista e os padrões de valor e horizontes de avaliação são intensamente contestados (Benhabib, 2002; Fraser, 2003).

Neste cenário, não há como promover distinções objetivas entre demandas e reivindicações de grupos diversos da esfera civil. Essa é uma dificuldade que persiste na vida política, mesmo quando ela é constituída por indivíduos e grupos com orientação democrática, para além daqueles grupos extremistas e notadamente antidemocráticos. Como Walzer reconhece,

166

a vida associativa da sociedade civil é o terreno em que todas as visões de boa vida são colocadas em prática e testadas, e se provaram imparciais, incompletas e, em última instância, insatisfatórias [...]. Não há possibilidade de escolher, como os velhos anarquistas, apenas a sociedade civil (Walzer, 1998, p. 132).

As demandas de caráter coletivo sempre afetam, na sociedade, os demais indivíduos e coletivos. Os grupos reivindicantes frequentemente fazem um apelo também para que seus concidadãos aceitem certos objetivos ou que reconheçam determinadas orientações valorativas, sejam elas para igual tratamento legal; para proteção à integridade cultural; para combater desvantagens vivenciadas por cer-

tas coletividades ou, ainda, para a redistribuição de oportunidades e recursos necessários ao bem-estar de um determinado grupo. Assim, o conflito de interesses e o dissenso moral na política democrática são constantes e inevitáveis.

Se não há como observar e julgar objetivamente as reivindicações e as ações empreendidas pelos atores cívicos, esse julgamento, não só do ponto de vista filosófico e político, mas também do ponto de vista prático, pressupõe a agência ética dos cidadãos e a participação dos concernidos em abrangentes debates na esfera pública (Habermas, 1997; Benhabib, 2002; Fraser, 2003). O estabelecimento de padrões críticos – tais como a igualdade cívica, a igual liberdade e o sistema de oportunidades – estão sempre sujeitos à interpretação para emprego em situações práticas e abertos à contestação. É essa articulação entre a esfera civil e o Estado, e as distintas formas de institucionalização da participação oriunda da sociedade civil, que discutirei brevemente na próxima seção.

167

Participação civil e institucionalização

Nas seções anteriores, minha argumentação apoiou-se no entendimento de que o Estado e a sociedade civil devem se tornar a condição para o desenvolvimento democrático um do outro (Held, 1987; Habermas, 1997). O Estado oferece as condições institucionais para o funcionamento dos agentes civis, sendo que o sistema de direitos regulamenta direitos, deveres e poderes dos cidadãos e estipula um conjunto de procedimentos para a contestação, a discussão razoável e a proposição de novas regras. No contexto democrático, a articulação de qualquer demanda de cidadãos ou grupos – envolvendo novos princípios, valores ou bens – é o exercício de um direito democrático de discutir e buscar implementar emendas nas regras existentes de uma dada comunidade política e, conseqüentemente, alterar as relações de governança em vigor.

Assim, do ponto de vista normativo, não cabe esperar o progresso de solidariedades autônomas na sociedade civil, prescindindo do Estado e do mercado. Um dos maiores desafios da governança complexa é construir uma aparelhagem político-institucional capaz de institucionalizar a discussão e a participação de cidadãos e de assegurar variadas formas de controle e fiscalização. As articulações da esfera civil com o Estado democrático se dão em diferentes planos (Chambers e Kopstein, 2008; Warren, 2008). As formas para institucionalizar a participação civil são diversas e os desenhos institucionais não são necessariamente excludentes.

168 Há, surpreendentemente, no estágio atual do debate, amplas áreas de convergência nas proposições de autores filiados a diferentes tradições do pensamento político – particularmente entre deliberacionistas e participacionistas. Sob a perspectiva da política discursiva ou deliberativa, as decisões públicas devem ser produzidas, ou pelo menos influenciadas, pelos cidadãos, através do debate crítico e da tentativa de persuadir uns aos outros sobre os valores ou os cursos de ação que devem ser buscados conjuntamente (Habermas, 1997; Cohen, 1997; Bohman, 2000). Autores filiados à tradição da democracia participativa preocupam-se com novas formas de institucionalidade capazes de conferir um caráter formal às demandas oriundas dos atores civis (Fung, 2004, 2007; Fung e Wright, 2003; Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya, 2004; Avritzer, 2007). Buscam pensar em formas de assegurar uma participação *empoderada*, concebida, sobretudo, como uma participação sustentada por incentivos institucionais e por proteções contra vulnerabilidades econômicas ou contra outros poderes coercitivos. Preocupam-se, assim, não só em expandir a esfera pública para que todos tenham voz – entendendo “voz” como um instrumento que torna os cidadãos mais potentes (*empowered*) – mas também em aperfeiçoar e imaginar desenhos institucionais, com especificações sobre quem exata-

mente deve deliberar, onde, quando e como. Desenhos institucionais diversos – tais como os “*planning cells*”, “*citizens juries*”, “*deliberative pools*”, “*consensus conferences*”, “conselhos gestores”, “orçamento participativo” – estabelecem vínculos variados entre representantes e representados, com novas formas de produzir definições políticas e modos de assegurar *accountability* (Avritzer, 2007; Baiocchi, 2005; Fung, 2004, 2007; Gurza Lavalle, Acharya e Houtzager, 2005; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2006). Entre as exigências atuais para uma governança complexa, pluralista, em sociedades pós-tradicionais, está o terreno diversificado de associações civis, com participação política em arenas diversas de comunicação e controle, com vários níveis de organização. No campo heterogêneo da sociedade civil, muitas associações se especializam em ações específicas e, por isso mesmo, não são aptas a exercer outras funções diante dos diversos propósitos da democracia.

* * *

169

A sociedade civil, em suas diferentes funções, é e continuará sendo agente crucial da vida política. O debate sobre a sociedade civil – abrangendo questões sobre quem ou o que está nela incluído; quais os vínculos se estabelecem entre seus membros; que benefícios e riscos as associações voluntárias oferecem aos seus membros e à sociedade em geral; como e por que a sociedade civil é importante – continua a suscitar inquietações entre teóricos e observadores e a mobilizar disputas que atravessam diferentes tradições do pensamento político e social.

Neste artigo, busquei explorar algumas das premissas principais que ancoram as expectativas otimistas sobre o papel das associações voluntárias e as organizações cívicas nas práticas democráticas. Frente aos principais deslocamentos postos hoje no debate sobre a sociedade civil, busquei

evidenciar um conjunto de problemas que desafiam algumas perspectivas unilaterais. A compreensão de diversas ordens de problemas, discutidos ao longo deste artigo, não pode obnubilar a importância da esfera civil para o futuro da democracia. Devem persistir os desafios para construir instituições políticas com uma aparelhagem adequada e suficientemente flexível para ampliar a participação e a discussão criativa e transformadora e, também, para garantir que os processos de controle e prestação de contas funcionem democraticamente. Diante das profundas transformações no mundo contemporâneo globalizado e da enorme versatilidade dos agentes da esfera civil para construir modos alternativos, inéditos e até mesmo inesperados de atuação, o debate sobre a sociedade civil tem, certamente, vida longa.

Rousiley C. M. Maia

é professora associada no Departamento de Comunicação Social da UFMG.

170

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, J. C. 2006. *The civil sphere*. New York: Oxford University Press.
- ARMONY, A. 2004. *The dubious link: civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press.
- AVRITZER, L. 2002. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton & Oxford.
- _____. 2007. "Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação". *Dados*, vol. 50, nº 3, pp. 443-476.
- BAIOCCHI, G. 2005. *Militants and citizens: the politics of participatory democracy in Porto Alegre*. Stanford: Stanford University Press.
- _____. 2006. "Civilizing force of social movements: corporate and liberal codes in Brazil's public sphere". *Sociological Theory*, vol. 24, nº 4, pp. 285-311.
- BARBER, B. R. 1984. *Strong democracy: participatory democracy for a new age*. Berkeley: University of California Press.
- BELL, D. 2000. "American exceptionalism revisited: the role of civil society". In: EBERLY, D. E. (org.). *The essential civil society reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

- BELLAH, R. 2000. "The good society: we live through our institutions". In: EBERLY, D. E. (org.). *The essential civil society reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- BENHABIB, S. 2002. *The claims of culture: equality and diversity in the global era*. Princeton: Princeton University Press.
- BERGER, P. L.; NEUHAUS, R. J. 2000. "To empower people: from state to civil society". In: EBERLY, D. E. (org.). *The essential civil society reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- BOHMAN, J. 2000. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Massachusetts: MIT Press.
- CHAMBERS, S. 2002. "A critical theory of civil society". In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. (orgs.). *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- _____; KOPSTEIN, J. 2001. "Bad civil society". *Political Theory*, vol. 29, nº 6, pp. 837-65.
- _____; _____. 2008. "Civil society and the state". In: DRYZEK, J.; HONG, B.; PHILLIPS, A. (orgs.). *The Oxford handbook of political theory*. Oxford: Oxford University Press.
- COHEN, J. 1997. "Deliberation and democratic legitimacy". In: BOHMAN, J.; REHG, W. (orgs.). *Deliberative democracy*. London: MIT Press.
- _____; ARATO, A. 1992a. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press.
- _____. 1992b. "Politics and the concept of civil society". In: HONNETH, A; McCARTHY, T; OFFE, C.; WELLMER, A. (orgs.). *Cultural-political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COOKE, B.; KOTHARI, U. 2001. *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books.
- DAGNINO, E. 2002. "Sociedade civil e espaços públicos no Brasil". In: _____ (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DOIMO, A. M. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DRYZEK, J. 2006. *Deliberative global politics*. Malden: Polity Press.
- EBERLY, D. E. 2000. "The meaning, origins and applications of civil society". In: _____ (org.). *The essential civil society reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- EDWARDS, M. 2004. *Civil society*. Cambridge: Polity Press.
- EHRENBERG, J. 1999. *Civil society: the critical history of an idea*. New York: New York University Press.

- FRASER, N. 2003. "Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation". In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition: a political-philosophical exchange*. London/ Nova York: Verso.
- FUNG, A. 2004. *Empowered participation: reinventing urban democracy*. Oxford: Princeton University Press.
- _____. 2007. "Minipublics: deliberative designs and their consequences". In: ROSENBERG, S. (org.). *Can people govern? Deliberation, participation and democracy*. New York: Palgrave.
- _____; WRIGHT, E. O. 2003. "Thinking about empowered participatory governance". In: *Deepening democracy: institutional innovation and empowered participatory government*. London: Verso.
- GALSTON, W. A. 2000. "Individualism, liberalism and democratic civil society". In: EBERLY, D. E. (org.). *The essential civil society reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- GASTIL, J.; LEVINE, P. 2005. *The deliberative democracy handbook: strategies for effective civic engagement in the 21st century*. San Francisco: Jossey-Bass.
- GOMES, W. 2008. "Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam". In: ____; MAIA, R. C. M. (orgs.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus.
- GOODWIN, P. 1998. "'Hired hands' or 'local voice': understandings and experience of local participation on conservation". *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 23, nº 4, pp. 481-499.
- GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A.; HOUTZAGER, P. 2005. "Beyond comparative anecdotalism: lessons on civil society and participation from São Paulo". *Brazil World Development*, vol. 6, pp. 951-964.
- _____; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. 2006. "Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 60, pp. 43-66.
- GUTMANN, N. 2007. "Bringing the mountain to the public: dilemmas and contradictions in the procedures of public deliberation initiatives that aim to get 'ordinary citizens' to deliberate policy issues". *Communication Theory*, vol. 17, pp. 411-438.
- HABERMAS, J. 1997. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HANAFI, H. 2002. "Conceptions of civil society: a reflexive Islamic approach". In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. (orgs.). *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- HELD, D. 1987. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paideia.

- HOUTZAGER, P. P.; GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A. 2004. “Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas”. In: AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp.
- HUANG, P. 1993. “Public sphere/civil society in China”. *Modern China*, vol. 19, nº 2, pp. 216-240.
- KALDOR, M. 2003. “The idea of global civil society”. *International Affairs*, vol. 79, pp. 583-593.
- KEANE, J. 1998. *Civil society: old images, new visions*. Stanford: Stanford University Press.
- LOMASKY, L. E. 2002. “Classical liberalism and civil society”. In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- MARSHALL, T. H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MOSHER, M. A. 2002. “Are civil societies the transmission belts of ethical tradition?”. In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. (orgs.). *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- PATEMAN, C. 1970. *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PHILLIPS, A. 2002. “Does feminism need a conception of civil society?”. In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. (orgs.). *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- POST, R. C.; ROSENBLUM, N. L. 2002. “Introduction”. In: _____; _____ (orgs.). *Civil society and government*. Princeton: Princeton University Press.
- PUTNAM, R. D. 2000. *Bowling alone: the collapse and the revival of American community*. New York: Simon & Schuster.
- RAWLS, J. 1971. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 2001. *Justice as fairness*. Cambridge: Belknap Press.
- REIS, F. W. 2000. “Cidadania, mercado e sociedade civil”. In: *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Edusp.
- SELIGMAN, A. B. 2002. “Civil society as idea and ideal”. In: CHAMBERS, S.; KYMLICKA, W. (orgs.). *Alternative conceptions of civil society*. Princeton: Princeton University Press.
- SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. 2005. “Mapping the terrain”. In: *The Blackwell companion to social movements*. Malden: Blackwell Publishers.
- TOCQUEVILLE, A. 1987. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- TOURAINÉ, A. 1988. *Return to the actor*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- WALZER, M. 1998. "The idea of civil society: a path to social reconstruction". In: DIONNE, E. J. (org.). *Community works: the revival of civil society in America*. Washington: Brookings Institution Press.
- WAMPLER, B.; AVRITZER, L. 2004. "Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático". In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (orgs.). *Deliberação e participação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34.
- WARREN, M. E. 2001. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2008. "Democracy and the state". In: DRYZEK, J.; HONG, B.; PHILLIPS, A. (orgs.). *The Oxford handbook of political theory*. Oxford: Oxford University Press.
- YOUNG, I. M. 2002. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Press.

O IMIGRANTE E SEUS IRMÃOS: AS PESQUISAS EMPÍRICAS DE FLORESTAN FERNANDES E GINO GERMANI

Antonio Brasil Jr.*

*Sob esse aspecto, o imigrante poderia ser comparado
ao judeu das descrições e interpretações de Sombart*
(FERNANDES, 2006, p. 156)

Um enigma: o imigrante
(GERMANI, 2006, p. 237).

Em fins dos anos 1950, a temática do desenvolvimento econômico e social começa a se tornar dominante na sociologia produzida na América Latina. Um evento marcante, neste sentido, foi o seminário internacional “Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, organizado em 1959 por Luiz A. Costa Pinto no recém-criado Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Clapcs), que reuniu sociólogos de toda a região, além de convidados europeus e norte-americanos. No entanto, esta convergência temática não era propriamente uma especificidade da produção sociológica da região. Também nos Estados Unidos, e no mesmo período, a “sociologia da modernização” reorientou de maneira significativa as análises aí desenvolvidas no tocante aos ritmos e sentidos da mudança social. Estas formulações ganharam

* Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, sobre a “aclimatação” da “sociologia da modernização” na América Latina. Gostaria de agradecer a André Botelho, orientador da tese, Alejandro Blanco e Simone Meucci pela leitura e crítica de diferentes versões deste texto. É desnecessário dizer que os argumentos aqui desenvolvidos são de minha inteira responsabilidade.

intensa circulação na América Latina, tanto em virtude do papel de liderança ocupado pela sociologia norte-americana no pós-guerra, quanto por sua difusão através de agências internacionais como a Unesco. As formulações de autores como Talcott Parsons, Everett Hagen, Bert Hoselitz, Seymour Lipset e Daniel Lerner, dentre outros, foram lidas, traduzidas e incorporadas ao repertório cognitivo da produção sociológica latino-americana.

176 Em que pese o impacto da “sociologia da modernização” na América Latina, podemos dizer que aqui se formou, ainda assim, um espaço próprio de acumulação intelectual. Ao longo do processo de “aclimatação” daquelas formulações, gestou-se algo diferente e que foi capaz de interpelá-las criticamente, colocando a própria questão do desenvolvimento noutro patamar teórico. Neste artigo, propomos uma análise da produção de dois sociólogos que foram decisivos neste aspecto: Florestan Fernandes e Gino Germani, protagonistas da renovação da sociologia nas universidades de São Paulo e de Buenos Aires, respectivamente¹. Ainda que as possibilidades de comparação entre os dois autores sejam variadas e já assinaladas noutros trabalhos (Miceli, 2007; Blanco e Jackson, 2008), permanece pouco explorado o ângulo adotado aqui, a saber, o de um exercício comparativo entre as pesquisas empíricas dirigidas por Fernandes e Germani nos anos 1950-60, sob a hipótese de que estas foram fundamentais para as inovações teóricas que eles apresentaram posteriormente em livros como *A revolução burguesa no Brasil* (1975) e *La sociología de la modernización* (1969).

¹ Para uma análise da renovação da linguagem sociológica em São Paulo (centrada em Florestan Fernandes) e suas conexões com o processo de metropolização cultural da cidade, ver Arruda (2001). Um estudo bastante abrangente sobre a reorientação empreendida por Gino Germani na sociologia argentina pode ser encontrado no trabalho de Alejandro Blanco (2006).

As pesquisas que reconstruiremos aqui gravitaram em torno de dois projetos coletivos, situados num momento de grande fermentação universitária e de iniciativas internacionais de suporte institucional e financeiro à investigação empírica na América Latina. Por um lado, o projeto “O preconceito racial em São Paulo” (1951), redigido por Florestan Fernandes e assinado (com modificações) por este e Roger Bastide, que se configurou como uma das várias pesquisas patrocinadas pela Unesco sobre a questão racial no Brasil (Maio, 1997). Por outro, o projeto “El impacto de la inmigración masiva sobre la sociedad y la cultura argentinas” (1960) (posteriormente renomeado como “El impacto de la inmigración masiva en el Río de la Plata”), fruto de uma parceria entre Gino Germani e a cátedra de História Social, dirigida por José Luis Romero², projeto que contou com o aporte financeiro da Fundação Rockefeller.

A fim de construir a comparabilidade entre os dois projetos e a produção que deles resultou, escolhemos um elemento que permitisse conectar, de maneira interna, a problemática desenvolvida pelos autores. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), de Fernandes, e numa série de textos de Germani, alguns deles reunidos em *Política y sociedad en una época de transición* (1962), os dois autores chamaram a atenção para o *imigrante de ultramar* como um dos principais (senão o principal) portador das mudanças sociais em curso, cuja integração bem-sucedida nos setores mais dinâmicos da ordem capitalista emergente se daria concomitantemente à integração limitada ou precária de outros grupos sociais. No entanto, os autores

177

² Os principais resultados deste projeto foram publicados em *Argentina: sociedad de masas* (1965) (organizado por G. Germani, J. Graciarena e T. Di Tella) e *Los fragmentos del poder* (1969) (compilado por T. Di Tella e T. Halperín Donghi), nos quais se encontra uma série de artigos coletivos reunindo sociólogos (vários deles alunos ou ex-alunos de Germani) e historiadores na análise do impacto da imigração estrangeira no sistema de estratificação, na urbanização e na industrialização, no sistema político etc.

também apontaram para o aspecto problemático da ação do imigrante, porquanto o seu caráter inovador na esfera econômica se articularia a um baixo ou escasso impacto na democratização da sociedade. Estas questões, conforme sugerido no final deste artigo, permitiram que Fernandes e Germani ganhassem um ângulo privilegiado para observar a não linearidade da mudança social, ponto-chave das proposições teóricas desenvolvidas por eles em fins da década de 1960.

No caso de Fernandes, a análise da integração relativamente bem-sucedida do imigrante em São Paulo se apresenta à contraluz da difícil e lenta integração do grupo negro, prisma sob o qual analisará as hesitações e dubiedades da sociedade de classes em formação³. Ainda, será sobretudo através de uma pesquisa de campo com os grupos negros da metrópole paulistana, usando técnicas como a entrevista e a observação direta, que a equipe responsável pela coleta de dados fornecerá o grosso do material empírico levantado. Vale ressaltar que a questão da imigração propriamente dita também se fazia presente no horizonte intelectual de Fernandes, pois seu projeto original de doutorado tinha como objeto a “aculturação religiosa” de um grupo de imigrantes sírio-libaneses em São Paulo. Esta pesquisa, apesar de inconclusa, se estendeu por toda a década de 1950⁴, e certa-

178

³ Os seus orientandos, Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, estenderiam a pesquisa sobre a integração do negro para outros estados do sul do Brasil, realizando pesquisas em Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. Ver o texto escrito pelos três e apresentado na II Reunião Brasileira de Antropologia, “O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional” (1957).

⁴ Desta pesquisa sobre a “aculturação religiosa” dos sírio-libaneses em São Paulo temos poucas referências publicadas, para além de sua menção em entrevistas por parte do autor. Um delas está na resenha escrita por Fernandes (1949) do livro *A aculturação dos alemães no Brasil*, de Emilio Willems, na qual diz trabalhar “no mesmo campo, em São Paulo – estudando a aculturação religiosa dos sírio-libaneses” (p. 217). A este respeito, o autor publicou apenas dois artigos: “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” (1956) e “O Brasil e o mundo árabe” (1967).

mente não deixou de afetar a fatura de *A integração do negro na sociedade de classes*, tese de cátedra defendida em 1964.

Para Germani, por sua vez, a análise do imigrante de ultramar (e da imigração) é o foco da investigação. No entanto, simultaneamente ao projeto “El impacto de la inmigración masiva...”, ele também se engajou noutra iniciativa coletiva de pesquisa, desta vez em parceria com os Institutos de Medicina e de Nutrição da Universidade de Buenos Aires (UBA), destinada à análise das condições de vida num bairro operário de Avellaneda, a “Isla Maciel”. Este bairro, conformado sobretudo por migrantes do interior argentino, sugeria um quadro bastante distinto em relação à integração bem-sucedida dos imigrantes de ultramar, já que os primeiros ainda se encontravam pouco integrados social e culturalmente ao meio urbano. No plano metodológico, os principais esforços da equipe liderada por Germani se concentraram na confecção de uma amostra de mais de 2 mil famílias que fosse representativa da Grande Buenos Aires, o que possibilitaria a utilização de técnicas estatísticas de inferência e generalização.

Cumprir lembrar, assim, que este exercício de aproximação não pretende apagar as diferenças significativas que existem entre as formulações de Fernandes e Germani. Isto porque a própria maneira pela qual se organizou o debate a respeito da “questão nacional” foi diferente no Brasil e na Argentina nos anos 1950: aqui, o debate se polarizou em torno da “questão racial” e do padrão, democrático ou não, de relação entre brancos e negros⁵; na Argentina, ele

⁵ Em sua pesquisa de doutorado, Marcos C. Maio reconstrói o amplo painel dos estudos relacionados à “questão racial” patrocinados pela Unesco no Brasil, envolvendo, para além de Fernandes e Bastide, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, René Ribeiro e Luiz Costa Pinto (e em contraponto também Guerreiro Ramos). Embora ela já tivesse sido debatida no “ensaísmo” dos anos 1920-30, a “questão racial” ganha novos contornos nos anos 1950, sendo marcada pelo tema do “desenvolvimento”. Nos termos de Maio: “Não obstante a pesquisa da Unesco remeter de imediato a um tema específico, ou seja, as relações raciais, ela serviu de ‘pretext-

se articulou em torno do “peronismo” e sobre os grupos sociais que lhe davam sustentação política (especialmente os recém-migrados do interior argentino)⁶. Como veremos mais adiante, seja por suas tomadas de posição a respeito da “questão nacional” em seus respectivos países, seja pelas diferentes formas de recortar a realidade e proceder à investigação empírica, os esforços de Fernandes e Germani também se distanciam em vários aspectos.

Com fins de organizar a comparação, dividiremos o artigo em três partes: (a) no que se refere às maneiras pelas quais Fernandes e Germani incorporaram a dimensão histórica como uma componente fundamental da explicação sociológica; (b) como eles analisaram os diferentes graus de integração social dos grupos sociais à cidade de São Paulo e à Grande Buenos Aires (que são os seus recortes empíricos); e, por fim, (c) em que sentido o processo analisado e os atores sociais nele presentes lograram ou não democratizar as sociedades brasileira e argentina, respectivamente.

180

A dimensão histórica

Nos dois livros de Florestan Fernandes que se originaram diretamente das pesquisas sobre as relações raciais em São Paulo, *Branco e negro em São Paulo* (em parceria com Roger Bastide) e *A integração do negro na sociedade de classes*, não só o recurso ao passado ocupa um peso central na explicação⁷, como a sua reconstrução tem alcances distin-

to' para diversas análises acerca da transição do arcaico para o moderno” (Maio, 1997, p. 314).

⁶ “Há meio século o peronismo vem sendo *objeto de polémica*: um conjunto de fatos, motivos, metáforas e identidades tratados como legítimo objeto de discordância e tomada de posição [...]. Por muito tempo, interpretar o peronismo foi um tema tão central nas lutas intelectuais argentinas que, para ser ouvido, qualquer indivíduo interessado em falar sobre a realidade social e cultural do país tinha de participar do debate sobre as origens e a natureza do peronismo” (Neiburg, 1997, p. 15).

⁷ Na introdução a *O negro no mundo dos brancos*, esta preocupação com a dimensão histórica é reafirmada: “não tentamos explicar o presente pelo passado, o que

tos em cada um, como veremos mais à frente. No primeiro, o autor especifica o papel econômico e social desempenhado pelas populações negras desde o começo da colonização do planalto paulista, ressaltando de que modo a escravidão, no período posterior à decadência da mineração, agiu como um “fator social construtivo” (Fernandes, 2008a, p. 42), ou seja, criou as bases para o desenvolvimento da grande lavoura de exportação no século XIX – evitando, assim, o retorno a uma simples economia de subsistência. Deixando de ser um elemento marginal à economia da região, diz Fernandes, “durante quase um século” os negros foram “os únicos agentes do trabalho escravo e os principais artífices da produção agrícola”. Nesta chave de leitura, que se apropria de algumas teses de Caio Prado Jr., mas também mobiliza Roberto Simonsen, Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, interessa ao autor situar uma particularidade histórica de São Paulo: o período no qual as *plantations* de café atingem o seu maior ponto de rendimento “coincide com o período em que se inicia e se processa o colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil” (Fernandes, 2008a, p. 58).

Neste sentido, o quadro histórico apresentado pelo autor chama a atenção para os dois desdobramentos principais deste “colapso”: o primeiro, o caráter conservador da Abolição, que concedeu ao negro apenas “uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou assistência compulsória” (Fernandes, 2008a, p. 65); o segundo, a entrada massiva de imigrantes europeus a fim de “corrigir as limitações do mercado interno de trabalho”, drenando “sem cessar milhares de indivíduos

seria irreal numa sociedade de classes em formação e em rápida expansão. Porém, combinamos a análise sincrônica à análise diacrônica, num modelo dialético de fusão da perspectiva histórica com a perspectiva estrutural-funcional” (Fernandes, 2007, p. 26).

de diversas regiões da Europa para as lavouras paulistas” (Fernandes, 2008a, p. 58). Desta combinação resultou que, apesar do fim da escravidão e da maior diferenciação da economia paulista, incluindo aí o crescimento acelerado da cidade de São Paulo, a abertura de postos de trabalho no mundo urbano não modificou “a posição do negro no sistema de trabalho”, porque

à medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus (Fernandes, 2008a, p. 59).

É justamente sobre este “drama histórico” que se concentra a maior parte da reconstrução histórica apresentada em *A integração do negro na sociedade de classes*.

182

Neste livro, Fernandes faz uso de uma série de dados referentes ao grande impacto demográfico, econômico e sociocultural representado pela entrada de um elevado contingente de imigrantes na capital paulistana. Ainda que as cifras não cheguem aos mesmos patamares da capital argentina, são bastante consideráveis: se no início do século XIX “o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local” (Fernandes, 2008b, p. 36), já em 1886 os “imigrantes radicados na cidade excediam em 1870 indivíduos (ou seja, em 3,9%) a população considerada no censo como ‘preta’ e ‘parda” (Fernandes, 2008b, p. 37). Em termos percentuais, já atingiam 25% do total. Contudo, este impacto acarretado pela imigração de ultramar produziu, de acordo com Fernandes, impactos desiguais ao longo da estrutura social. No censo da capital de 1893, por exemplo, nota-se uma conexão forte entre a população imigrada e as profissões mais dinâmicas da nova ordem capitalista: constituíam 79% dos operários, 85,5% dos artesãos, 81% dos empregos relacio-

nados aos transportes e 71,6% dos empregos comerciais. No conjunto da população ativa, isto é, “nos setores que operavam como fulcros da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%” (Fernandes, 2008b, p. 43). Nos termos do autor:

O fato de a urbanização e a industrialização se darem, em grande parte, como consequência da imigração concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional (Fernandes, 2008b, p. 163).

Que os imigrantes tenham garantido para si os melhores postos de trabalho que se abriam à competição requer, para Fernandes, uma explicação sociológica. Para ele, os ex-escravos, ao contrário dos imigrantes, não conseguiram se ajustar às novas exigências do mercado de trabalho livre por conta de sua socialização inadequada a uma situação de classes⁸: “tornava-se difícil ou impossível, para o negro e o mulato, dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana”. O imigrante, já socializado para um regime de trabalho livre, cumpria “à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo agulhão de converter a sua força de trabalho em fonte de poupança”. Ainda que repelisse “as

183

⁸ A este respeito, ver a reconstrução feita por Bastos (1987) dos argumentos de Fernandes sobre a dinâmica de ressocialização. Neste texto, ela afirma que a “discussão sobre a socialização ultrapassa o nível explicativo meramente psicossocial. [...] Mostrando que o negro é expulso não apenas da estrutura de trabalho tipicamente capitalista mas do *sistema contratual* como um todo, Florestan Fernandes aponta para os obstáculos à conquista dos direitos de *cidadania*” (pp. 144-145).

condições de vida que não fossem ‘decentes’”, o imigrante “percebia com clareza que somente vendia sua força de trabalho”, enquanto que os negros “se ajustavam à relação contratual como se estivessem em jogo direitos substantivos sobre a própria pessoa” (2008b, p. 46). Como assinala o autor, os negros,

para manter a pessoa intangível, procuravam cumprir as obrigações contratuais segundo um arbítrio que, formalmente, prejudicava os interesses do contratante, por causa das incertezas e imprevistos que se introduziam na relação patrão-assalariado. A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; [...] essas e outras “deficiências” do negro e do mulato se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre (Fernandes, 2008b, pp. 46-47).

184

No processo histórico reconstruído por Fernandes, portanto, a própria expansão da ordem capitalista se ajustou estruturalmente a uma profunda desigualdade entre as populações negras e imigradas. Preso ainda a móveis de ação “pré-capitalistas” – e neste ponto “a escravidão atingia o seu antigo agente no próprio âmago de sua capacidade de se ajustar à ordem social associada ao trabalho livre” –, a rapidez com a qual se processou a mudança social na cidade de São Paulo bloqueou aos negros e mulatos a “aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida” (Fernandes, 2008b, p. 47).

No conjunto da produção de Germani dos anos 1950 e 1960, o texto que lhe serve de base para a reconstrução histórica da sociedade argentina é a publicação interna

nº 14 do Instituto de Sociologia da UBA, *La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso en la inmigración reciente* (1959)⁹. Neste informe, ao investigar como se deu a passagem, na Argentina, da “sociedade tradicional” à “sociedade moderna”, Germani elege como ponto de inflexão histórica a atuação das elites liberais do período posterior ao governo de Juan Manuel de Rosas, cujo projeto político, denominado “Organização Nacional”¹⁰, tinha como objetivo “uma renovação da estrutura social do país, e, em particular, de seu elemento dinâmico principal, o elemento humano” (Germani, 1959, p. 7). E o elemento humano designado para este fim renovador seria o imigrante, especialmente o europeu, personagem que estaria associado diretamente à modernização da estrutura social argentina¹¹.

Ao longo do texto, Germani procura especificar ao máximo o tipo de impacto acarretado pela imigração massiva de ultramar na estrutura social, especialmente na região da Grande Buenos Aires. Em relação ao seu aporte demográfico, embora já fosse um fenômeno considerável a partir da segunda metade do século XIX, a imigração só atingiria um caráter “massivo” entre os anos de 1880 e 1890, quando

185

⁹ Este texto será republicado depois em diversas oportunidades, com acréscimos e modificações – aparecerá tanto em *Política y sociedad en una época de transición* (1962), como o oitavo capítulo, “La inmigración masiva y su papel en la modernización del país”, quanto numa coletânea publicada nos Estados Unidos, com o nome de “Mass immigration and modernization in Argentina” (1970).

¹⁰ Para uma análise deste projeto político, ver Halperin Donghi (2007).

¹¹ Apesar da crítica negativa de Germani ao “ensaísmo” argentino, incluindo a produção de José Luis Romero (a quem critica, neste texto, em nota de rodapé), esta forma de reconstrução do passado argentino tem algumas afinidades com a visada histórica proposta por este último. Porque também para Romero, com quem Germani dividia a responsabilidade do projeto “El impacto de la inmigración masiva...”, seria possível distinguir uma Argentina “crioula”, de corte marcadamente rural e tradicional, e uma Argentina “aluvial”, cada vez mais urbana e europeizada – e também mais heterogênea –, sendo justamente o “aluvião imigratório” o principal responsável por esta transmutação histórica. Para uma comparação entre as formulações de Romero e Germani a respeito da “imigração massiva”, ver Blanco (2009).

as cifras anuais alcançam uma média de 64 mil pessoas. O processo se acelera nos anos posteriores, tendo atingido o seu ponto máximo

na primeira década do século [XX] (112 mil em média) e em particular nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, que registrou o ano recorde com um saldo na imigração de ultramar de mais de 200 mil pessoas (Germani, 1959, p. 7).

Entretanto, esta imigração sofre uma grave interrupção na década de 1930, quando se combinam diversos fatores, como a “depressão mundial, mudanças políticas na Argentina e nos países de emigração europeus (especialmente Itália)” (Germani, 1959, p. 7). Mesmo que as taxas voltem a se elevar depois da Segunda Guerra Mundial, já não recobrarão o aspecto massivo dos períodos anteriores, o que será “compensado”, segundo Germani, por um movimento de proporções análogas de deslocamento populacional das províncias do interior argentino e de outros países limítrofes (Bolívia, Paraguai e Chile) para a Grande Buenos Aires. Esta imigração estrangeira proveniente dos países vizinhos, que tomaria maior fôlego a partir de 1940, seria

parte do processo de urbanização massiva mais recente, e os problemas que apresentam a assimilação destes migrantes são muito próximos aos de adaptação à vida urbana dos imigrantes internos de origem rural e semirrural (Germani, 1959, pp. 8-9).

No fundo, a leitura do passado recente e remoto da Argentina feita pelo autor será balizada por estas duas grandes “imigrações”, a de ultramar e a interna (incluindo nesta última os estrangeiros de países limítrofes), e os impasses da

modernização do país serão tratados a partir das especificidades de cada uma.

Em relação à imigração ultramarina, Germani chama a atenção para os seus efeitos desiguais em termos regionais e socioeconômicos. Por um lado, mesmo tendo contribuído para aumentar em doze vezes a população do país entre 1869 (1,7 milhão de habitantes) e 1959 (mais de 20 milhões de habitantes), seu impacto será muito mais significativo na região metropolitana de Buenos Aires, onde se multiplicou por 22 o número de habitantes no período 1869-1947, sendo que 50% deste crescimento se “deveu, entre 1869 e 1914, ao aumento do número de residentes estrangeiros”. Noutras palavras, a Grande Buenos Aires “concentrou ao longo do período considerado entre 40 e 50% da população estrangeira total” (Germani, 1959, p. 13), o que conferiu um tom essencialmente urbano ao fenômeno da imigração.

O fato de que a imigração de ultramar tenha se concentrado nas cidades requer, por parte de Germani, algumas explicações adicionais, especialmente porque, segundo afirma, “os imigrantes que chegaram em tão grandes massas pertenciam em sua grande maioria aos estratos mais pobres dos países de origem”, e, até 1900, “pelo menos, se registrava uma preponderância de imigrantes camponeses” (Germani, 1959, p. 16). O principal fator apontado pelo autor foi a permanência do exclusivismo agrário, já que a propriedade fundiária não foi democratizada no processo de “Organização Nacional”. Deste modo, dificultou-se “seriamente a realização de um dos propósitos principais da imigração massiva: a radicação de população europeia nas áreas rurais desertas ou quase desertas do país”. Diante destas condições, dada a inviabilidade dos imigrantes em se constituírem como proprietários rurais, “a maioria acabou por se fixar nas cidades” (1959, p. 19), aonde proporcionaram “uma abundante mão de obra urbana” (1959, p. 21).

Embora não se detenha muito no que representou propriamente esta mudança abrupta para o conjunto da população imigrada, nem no modo pelo qual os mesmos conseguiram romper com o fardo da herança cultural rural de origem, Germani salienta que o processo imigratório é ele mesmo “inseparável do desenvolvimento econômico que se verificou de maneira contemporânea e em boa medida como resultado deste mesmo processo” (1959, p. 17)¹². Assim, num quadro histórico assemelhado ao reconstruído por Fernandes para a capital paulistana, também na Argentina, e especialmente na Grande Buenos Aires, os imigrantes de ultramar, e não os nativos, teriam se entrosado de maneira estreita às novas categorias ocupacionais modernas propiciadas pelo *boom* da economia primário-exportadora. Nesse processo de expansão, que “transformou a Argentina em um dos principais países exportadores quanto à sua produção agrícola”, mas que também proporcionou a construção do “essencial do sistema de transporte ferroviário” e estimulou “o desenvolvimento de uma atividade industrial” (1959, p. 17), os imigrantes, assinala Germani, “desempenharam uma função de grande importância” (1959, p. 18). Nos seus termos:

A expansão do comércio exterior e interno e o aumento geral da riqueza, o aumento das atividades do Estado, a construção de obras públicas – particularmente a construção da rede ferroviária –, e, por fim, desde os últimos quinze ou vinte anos do século anterior, o surgimento e desenvolvimento da indústria, todas

¹² O que, de fato, dá margem às interpretações que veem nos argumentos de Germani uma sobreposição do par “tradicional”/“moderno no par “argentino nativo”/“imigrante de ultramar” (Halperín Donghi, 1975; Devoto, 1992). No entanto, Germani não concebe a “psicologia do imigrante” como uma variável independente, conectando-a sempre com os demais processos sociais. Para uma análise deste ponto de vista teórico, ver Germani (1973).

estas atividades absorveram a massa de imigrantes que constituíam, como foi visto, a maioria da população das grandes cidades do país [...]. Aparentemente, no processo de transformação da sociedade argentina, que estava ocorrendo nesta época, os estrangeiros se situavam preferencialmente nos novos estratos que iam surgindo por causa do desenvolvimento econômico: empresários da indústria e do comércio, operários e empregados nestes dois ramos; quer dizer, predominavam sobretudo na classe média em expansão e no novo proletariado urbano-industrial, ambas categorias correspondentes às estruturas econômicas que substituíam as existentes na sociedade tradicional (Germani, 1959, p. 22).

Neste ponto, o autor pretende delimitar de maneira máxima a contribuição do imigrante na modernização da sociedade argentina: além de se concentrar geograficamente nos principais centros urbanos das zonas mais prósperas do país e na faixa demográfica de maior importância (os adultos do sexo masculino), também se fará mais presente como empresário capitalista, operário industrial e empregado no comércio urbano – justamente nos setores mais dinâmicos da nova ordem social em expansão. Daí Germani poder afirmar sua contribuição decisiva no aparecimento do “novo tipo de estratificação social que estava substituindo o tradicional” (1959, p. 24). Já os habitantes do mundo agrário argentino, mesmo quando imigrados posteriormente à Grande Buenos Aires, não conseguiriam igual êxito, permanecendo nas posições menos vantajosas que se abriam na ordem moderna emergente, como veremos abaixo.

189

Os diferentes graus da integração social

Vimos como para Fernandes e Germani a modernização acelerada de São Paulo e do Rio da Prata não logrou

envolver igualmente todos os grupos sociais, repondo, em outro patamar, desigualdades seculares. Por meio de suas pesquisas empíricas, esta questão foi tratada através do prisma da integração social problemática experimentada pelo “meio negro”, em São Paulo, e pelos “migrantes rurais”, em Buenos Aires, em contraposição à bem-sucedida integração dos grupos de imigrantes de ultramar. Embora no vocabulário mais ou menos difundido pela “sociologia da modernização” houvesse a expectativa de que, uma vez iniciada, essa transformação tenderia a se expandir para a totalidade do sistema social, tanto Fernandes quanto Germani se depararam com processos que, de maneira estrutural, reforçavam a marginalidade de amplos setores da população, em vez de integrá-los na nova ordem em expansão¹³.

190

Antes de passarmos propriamente à análise dos resultados das pesquisas, vale a pena uma breve reflexão sobre os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa adotados pelos autores e suas equipes. Embora estes “métodos” e “técnicas” fossem justamente aqueles que se difundiram com a internacionalização da sociologia como disciplina “científica”, e que se impuseram com o padrão monográfico de trabalho sociológico, podemos dizer que,

¹³ Neste sentido, Bastos (1996) nos ajuda a pensar – embora no texto em questão trate de Octavio Ianni – que, em mais de um sentido, as formulações de Fernandes ultrapassaram o marco funcionalista mais convencional do período, como a tese da “demora cultural”. Isto porque existiriam, em sua análise, “elementos totalizadores da explicação”, não sendo “por acaso que as diferentes esferas do social desenvolvem-se de forma descompassada” (p. 90). Duarcides Mariosa (2003), ao percorrer as pesquisas de Fernandes sobre os negros em São Paulo e sobre os Tupinambá, chama a atenção para a inovação teórica aí realizada, dado o uso criativo da noção de “integração” num registro em que convivem formas de exclusão e de hibridismo. Também no que se refere a Germani, Alejandro Blanco atenta para a lógica de apropriação bastante heterodoxa das formulações da sociologia da modernização (especialmente as de Talcott Parsons) por parte do autor de *Política y sociedad en una época de transición*. Além disto, posteriormente Germani (1973) tratou do tema da marginalização e de seu estatuto teórico na sociologia.

ao operar com tais métodos, sua própria “aplicação” foi altamente tingida, por assim dizer, pela “cor local”, isto é, pela problemática que estruturava o debate intelectual em seus respectivos países – a “questão racial”, no caso de Fernandes, e a “questão peronista”, no caso de Germani. Assim, longe de serem apenas “aplicações” de técnicas inteligíveis em si mesmas, é possível localizar já no *modus operandi* a forma particular com a qual os autores lidavam com os fenômenos que pretendiam analisar.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, comparece uma série de dados de natureza quantitativa, ainda que estes não conformem a maior parte do material empírico reunido. O grosso do material é fruto da “pesquisa de campo realizada em 1951” complementada, como esclarece Fernandes, “por informações levantadas anteriormente, entre 1940 e 1949, seja por alunos do professor Roger Bastide ou por este mesmo, seja pelo próprio autor e por seus alunos” (Fernandes, 2008c, p. 191). Talvez até mesmo pelo tipo de técnicas utilizadas – “histórias de vida”, entrevistas, questionários e observações diretas¹⁴ –, a relação de Fernandes e de sua equipe de pesquisa com os diversos segmentos da população negra de São Paulo foi bastante estreita, incluindo aí parte considerável de seus intelectuais. Basta lembrarmos que uma das referências bibliográficas principais do livro é a monografia escrita a quatro mãos por Renato Jardim Moreira, orientando de Fernandes, e José Correia Leite, importante líder do movimento negro em São Paulo¹⁵.

191

¹⁴ Para uma reflexão sobre o uso da “história de vida” na produção de Florestan Fernandes, ver Martins (1998).

¹⁵ Trata-se da monografia “Movimentos sociais no meio negro”, infelizmente não localizada. Ver, para maiores informações neste sentido, Moreira (1953). Em sua pesquisa de doutorado, ainda em curso, Mário Augusto Medeiros da Silva (2010) vem mostrando que o contato travado entre Florestan Fernandes e seus orientandos e os intelectuais nucleados na Associação Cultural do Negro em São Paulo era intenso, sendo possível captar nexos de sentido entre as produções dos primeiros e dos últimos.

Esta relação foi decisiva não só na maneira pela qual foi levada a cabo a pesquisa, mas também porque, em mais de um sentido, a própria armação do argumento desenvolvido ao longo do livro é uma espécie de diálogo crítico, embora mediado pelas categorias sociológicas, com as representações coletivas desenvolvidas no interior da coletividade negra. Exemplificando: na discussão sobre a existência ou não do “preconceito de cor”, questão que polarizou a bibliografia referida sobre o tema, Fernandes trabalha o problema num duplo registro: num plano, o “preconceito de cor” funciona como uma noção sociológica, mobilizada pelo autor ao lado de outras; noutra, como uma “categoria histórico-social”, forjada no seio das próprias organizações da população negra e difundida por meio de sua imprensa periódica. Neste sentido, diz Fernandes que a noção de “preconceito de cor” atuava também como “uma categoria inclusiva de pensamento”, isto é, como uma categoria que permitia aos negros “designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial” (Fernandes, 2008c, p. 44). Noutras palavras, a “contraideologia” racial elaborada pelos movimentos negros é ela mesma incorporada, ainda que apontando os seus limites e recalibrada pela explicação sociológica, nas formulações de Fernandes¹⁶.

No caso da pesquisa liderada por Germani na Grande Buenos Aires, a escolha do *survey* como instrumento

¹⁶ Fernandes reconhece que, do material levantado na pesquisa, apenas um quarto dele foi coligido junto às populações brancas. Isto se daria, segundo o autor, porque “o *eidós*, o *logos* e o *ethos* da percepção e da explicação da realidade racial ambiente, no que diz respeito ao ‘branco’, ainda se definem através de influências diretas ou indiretas do horizonte cultural tradicionalista” (Fernandes, 2008c, p. 459). Neste sentido, no que toca à questão das relações raciais em São Paulo, os negros teriam desenvolvido um aparato cognitivo muito mais complexo que os brancos, pois o “preconceito de cor” forçaria o negro “a romper a obnubilação condicionada pelo horizonte cultural com as imagens correntes da nossa realidade social” (Fernandes, 2008c, p. 460).

metodológico já de saída se explicaria pelas possibilidades de estabelecer comparações precisas com outras trajetórias nacionais. Desenhado no âmbito de uma pesquisa mais ampla patrocinada pelo Clapcs sobre “Estratificação e mobilidade social em quatro capitais latino-americanas” (Costa Pinto, 1959), embora também servisse para fornecer os dados para a pesquisa sobre a “Assimilação de imigrantes”, à primeira vista a construção do *survey* não seria afetada pelas particularidades da experiência sócio-histórica argentina. Contudo, num ponto central a própria construção da amostra utilizada retraduziria esta experiência: a fim de distinguir os diferentes estratos sociais, definidos a partir de um “Índice de Nível Econômico Social”, Germani se ampara nos dados eleitorais de 1958, com a justificativa de que, “com base em outros estudos”, existiria “uma correlação de 0.90 (correlação ecológica) entre a porcentagem de voto no peronismo [...] e o percentual de operários” (Germani, 1962a, p. 17). Isto é: quanto maior a concentração de votos peronistas, maior a quantidade de grupos pertencentes às classes populares (e vice-versa). Neste sentido, a construção da escala de estratificação social usada na pesquisa é ela mesma tributária de uma leitura das bases sociais do peronismo, questão que encerraria considerável polêmica nas décadas seguintes¹⁷. No que se refere à pesquisa realizada na “Isla Maciel”, também aí o “peronismo” se impôs nos procedimentos de pesquisa: região de considerável militância peronista, Germani só pôde realizar as entrevistas com as famílias do

193

¹⁷ A discussão sobre as bases sociais do peronismo ganhou grande fortuna no debate sociológico e político mais amplo na Argentina. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, publicado em 1971 é em certa medida um livro pioneiro na revisão da tese de Germani, que se amparava na associação entre o “peronismo” e os grupos migrantes do interior argentino, como mais adiante será visto. Um bom balanço bibliográfico desta questão se encontra em De Ípola (1989).

bairro após um longo período de contato, pois, como ele mesmo admite, era muito difícil assegurar uma relação favorável com o grupo estudado em virtude das “circunstâncias imperantes” que “dificultavam ou até impediam a comunicação entre diferentes setores da população, ainda comovida pelos acontecimentos de setembro de 1955” (Germani, 1962b, p. 210).

Vejam os agora, pois, alguns resultados das pesquisas empíricas de Fernandes e Germani. Se, como vimos mais acima, é possível aproximar, tal como aparece nos argumentos dos autores, a ação do imigrante de ultramar nos dois contextos em virtude da posição que eles ocuparam no processo de modernização, parece mais arbitrário, no entanto, fazer algo parecido em relação às populações negras de São Paulo e os migrantes internos de origem rural na Grande Buenos Aires. Podemos dizer, no entanto, que o próprio Fernandes nos autoriza a fazer esta aproximação. Em documento interno do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que patrocinou, em parte, a preparação de *A integração do negro na sociedade de classes*, o autor assinala que o conhecimento da situação do negro em São Paulo permite dar conta também das dificuldades de ajustamento das populações “rústicas” como um todo à capital paulistana. Em seus termos:

194

Por seus caracteres sociais e culturais, essa camada é comparável ou assimilável a outras populações rústicas brasileiras, que não estão socializadas para a vida social urbana. [...] Por isso, o estudo do que se passou com esse segmento da população paulistana permite conhecer e esclarecer processos que ocorreram e tendem a ocorrer, ainda hoje, quando indivíduos ou grupos de populações rústicas brasileiras concorrem por ocupações e classificação social na sociedade paulistana. A sociedade de classes

em desenvolvimento necessita desses indivíduos e grupos, que passam, de maneira dramática, da vida social rústica para a vida social urbana (Fernandes, 1959, pp. 1-2).

Feito este esclarecimento inicial, voltemos aos argumentos de *A integração do negro na sociedade de classes*. Neste livro, pelos motivos históricos já discutidos acima, a emergência de uma ordem capitalista em São Paulo teria tido consequências muito desiguais na organização da vida das populações negras e imigradas: para as primeiras, expelidas de seu núcleo dinâmico, significou a agravamento das condições anômicas herdadas da escravidão, prendendo-as a um tradicionalismo “rústico”; para as segundas, inseridas nas posições estratégicas da nova ordem, significou a sincronização entre os modos de agir e pensar às “exigências” da sociedade de classes, não obstante o recurso a elementos “tradicionais” (reforço da solidariedade familiar em torno da autoridade paterna, por exemplo) fosse bastante frequente. Dada a participação marginal do negro na “civilização urbana” durante as primeiras décadas do século XX atuaria o seguinte “círculo vicioso”:

195

Essa exclusão [...] acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando a sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do *elemento negro* o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura” (Fernandes, 2008b, p. 87).

A fim de investigar os efeitos “sociopáticos” da desorganização social no “meio negro”, Fernandes confere grande importância à questão da constituição familiar, não só por sua centralidade para as instâncias de socialização como por sua recorrência nas “histórias de vida” coligidas pela pesquisa. No seio da “população de cor”, diz o autor que esta instituição, “tal como ela se manifesta em São Paulo durante as três primeiras décadas deste século XX, poderia ser definida como uma *família incompleta*”. E agrega: “parece fora de dúvida que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó, e seu filho ou filhos” (Fernandes, 2008b, p. 240). Esta deficiência institucional da família negra, também presente durante o período da escravidão, traria complicações adicionais na nova ordem em expansão, sobretudo na competição com os padrões impostos pelos imigrantes. Em virtude da mudança acelerada ocorrida na cidade de São Paulo,

essa limitação se apresentava, sem exagero, como verdadeiramente catastrófica. Numa sociedade de classes em formação, a família vinha a ser o principal e, por vezes, o único ponto de apoio grupal com que contavam os indivíduos.

Ou dito de outra maneira:

Sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela “selva selvagem”; a “competição individualista”, irrefreada ou não, requeria um complexo substrato institucional, de que a família integrada constituía o patamar. Os exemplos dos imigrantes são conclusivos, pois entre eles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política (Fernandes, 2008b, p. 238).

No entanto, nem a constituição do “meio negro” em São Paulo era homogênea, nem persistiriam indefinidamente as tendências de desorganização social – pelo menos uma parte desse “meio negro” paulistano conseguiu lentamente se classificar na sociedade de classes. Fernandes expõe em diversas passagens do livro, através do material coletado, algumas maneiras pelas quais o “meio negro” pôde, “com grande atraso e enormes deficiências”, “de modo lento e descontínuo”, absorver as instituições sociais “que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes” (Fernandes, 2008b, p. 284). Entre elas, está o uso da inteligência no aproveitamento criador das experiências do imigrante, especialmente do italiano:

O negro e o mulato descobriram no convívio ou na observação da “vida do italiano” a importância da família. [...] O negro ou o mulato “ordeiros”, propensos a “respeitar” a família, nos porões ou nos cortiços podiam ser estimulados nessa direção. A presença de brancos “estrangeiros”, com vida familiar estável e organizada, estabelecia um ponto de referência que dava um novo sentido àquela propensão (Fernandes, 2008b, p. 243).

A esta modernização e maior integração social do negro, isto é, sua ressocialização para a “civilização urbana”, seguiram-se, para Fernandes, dois processos: um deles foi, como era de se esperar, a sua maior capacidade competitiva em relação aos demais grupos sociais, jogando-o nos caminhos da ascensão social facilitada pela interrupção das correntes imigratórias e pelo crescimento industrial no período da Segunda Guerra Mundial; o outro foi a formação de movimentos sociais. Contudo, o negro não conseguiria repetir o feito do imigrante, assinala o autor, tanto pelo grau limitado de sua inserção nas posições

estratégicas da ordem industrial em formação, quanto pela maior complicação ulterior da sociedade de classes. Diz Fernandes que, embora os negros já pudessem “reproduzir os procedimentos dos velhos imigrantes”, na “conjuntura atual as coisas são mais difíceis”, pois “ninguém arredonda um pé de meia com base na poupança nem poderia se lançar com ele em empreendimentos compensadores” (2008c, p. 139). Combinando “os dados fornecidos pela situação ocupacional da ‘população de cor’ em 1940 com outros dados” recolhidos pela equipe “mediante questionários e entrevistas” (2008c, p. 151), Fernandes chega ao seguinte quadro:

198

No conjunto, portanto, a diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram “meios de vida” que lhes proporcionam posições regulares (e por vezes permanentes) no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associam-se, variavelmente, com ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais ou menos precárias da participação da estrutura de poder da sociedade inclusiva (2008c, pp. 158-159).

Nos resultados das pesquisas de Germani na Grande Buenos Aires, também transparece um quadro de integração desigual dos diferentes grupos sociais à metrópole portenha. Os dados extraídos a partir do *survey* realizado pela equipe de Germani foram publicados no texto “La movilidad social en la Argentina” (1963), apêndice nº 2 da edição castelhana de *Social mobility in industrial society* (1959), de Reinhard Bendix e Seymour Lipset. Mesmo que os resultados apresentados nes-

te informe sugiram amplas possibilidades ascensionais para o conjunto da população investigada – foram selecionadas, de maneira criteriosa, 2.262 famílias da Capital Federal e dos demais municípios da região metropolitana (Graciarena e Sautu, 1961) –, as *chances* de ascensão social se expressavam diferentemente de acordo com a origem geográfica, sendo muito maior para os imigrantes de ultramar e seus descendentes que para os migrantes do interior.

No agregado dos dados, quando se compara as diferentes posições socioeconômicas ocupadas ao longo de três gerações (pais, filhos e avôs paternos), Germani assinala que

o grau de fluidez do sistema de estratificação na zona de Buenos Aires [...] poderia ser sintetizado nas seguintes proporções: 29,7% de indivíduos permaneceram na posição de seus pais; 32,4% descendeu e 37,9% ascendeu, um ou mais níveis.

199

No que diz respeito à origem social dos entrevistados, os resultados mostraram que, “nos níveis médios (3, 4 e 5) em conjunto, pouco menos de 40% tem origem nos níveis baixos (1 e 2)”; em relação aos níveis altos (6 e 7), estes “revelam também um grau considerável de permeabilidade, posto que uma quinta parte é originária de famílias de nível operário e mais de 40% de níveis médios” (Germani, 1963a, p. 339). Germani afirma que

esta interpenetração de pessoas de diferentes origens em distintos estratos sociais representa, provavelmente, um dos fatos de maior significado para se ter em conta ao analisar as consequências da mobilidade social (1963a, pp. 340-341).

Contudo, se as taxas de mobilidade social encontradas na Grande Buenos Aires são elevadas e, neste sentido, se aproximam (e até ultrapassam) os padrões encon-

trados nos países “avançados”, os sentidos deste processo teriam variado historicamente, especialmente quando se compara a época da imigração de ultramar com o período das grandes migrações internas. Por um lado, os setores médios teriam se expandido em ritmo acentuado nos dois momentos, numa “razão de 0,56% anual entre 1869 e 1895 e entre 0,27 e 0,29% anual nas épocas posteriores até 1947, continuando provavelmente no mesmo ritmo na década dos anos 1950” (Germani, 1963a, p. 354). Por outro, a expansão constante das camadas médias teria afetado diferencialmente os imigrantes externos e internos: os primeiros conformaram a maior parte da classe média no período inicial de sua expansão; os segundos, posteriormente, ocupariam os níveis mais baixos, “empurrando” os nativos de Buenos Aires (em sua maioria filhos de estrangeiros) para as posições intermediárias que continuavam a se abrir. A hipótese aventada pelo autor para explicar esta divergência seria a natureza distinta dos setores médios “recentes”, que exigiriam maior nível de escolaridade. Contrastando o período da migração interna com o da imigração externa, afirma:

As pessoas mais móveis (através da linha “manual”/“não manual”) não foram os estrangeiros, mas os argentinos nativos [...]. Além disto, já desde o começo do século as categorias de maior expansão foram os estratos médios “dependentes”, isto é, empregados [de colarinho branco], categorias para as quais os estudos superiores e secundários representam um requisito essencial. Portanto, nesta época, a educação aumenta a sua importância em termos quantitativos, como canal de mobilidade ascendente (Germani, 1963a, p. 333).

De acordo com Germani, os resultados da pesquisa mostram que, ao se controlar o lugar de nascimento, a ascensão

social de indivíduos de origem popular para níveis médios e altos se deu em muito maior número para os que nasceram em Buenos Aires que para os nascidos no interior – 47,8% do total para os primeiros e 23,3% para os segundos. Se no período da imigração estrangeira massiva os “forasteiros” ascenderam *em massa* para as posições de classe média, no momento das grandes migrações internas foram justamente os “nativos” que aproveitaram as melhores oportunidades ascensionais. “É razoável supor”, diz Germani, “que um dos elementos diferenciais seja as facilidades educacionais que desfrutaram estes últimos” (1963a, p. 342). Apesar deste limite bastante nítido para a inserção dos argentinos nascidos no interior nas posições mais vantajosas do sistema de estratificação, a migração para a Grande Buenos Aires não deixou de significar, para os mesmos, um processo de considerável ascensão social.

Vale lembrar que, no que diz respeito a estes últimos, Germani também realizou uma pesquisa de campo na Isla Maciel, onde foram entrevistadas 210 famílias com distintos graus de integração à vida urbana. Mais especificamente, contrastou os habitantes mais antigos do bairro com os recém-migrados do interior, que viviam numa *villa miseria* [favela]. Um dos muitos índices usados por Germani na mensuração da adaptação de cada grupo ao meio urbano foi a qualificação do trabalho:

A maioria dos recém-imigrados se classificam na categoria de peões, operários sem nenhuma especialização, e apenas um quarto registra algum nível de capacitação. No grupo recém-imigrado, a proporção não especializada é aproximadamente a metade; no grupo nativo, ao redor de 15%. Este último grupo inclui, além de operários especializados, certo número de artesãos que trabalham por conta própria e pessoal empregado subalterno. As mulheres do grupo recém-

-chegado trabalham sobretudo no serviço doméstico e algumas poucas em indústrias (1962b, p. 224).

Esta divergência se refletiria de modo decisivo nas *chances* de ascensão social em cada grupo, e os resultados da pesquisa na Isla Maciel mostravam o mesmo padrão do *survey*:

os grupos revelam certas tendências ascensionais: maior proporção subindo que descendo. Mas enquanto que no grupo nativo a metade dos casos registrou uma ascensão (e 40% nos imigrados antigos), esta quantidade cai para 23% nos recentes (Germani, 1962b, p. 225).

A este acúmulo de desvantagens integrativas se juntariam também, nas famílias de imigração recente, os problemas típicos da desorganização social e da vida familiar, aliado às péssimas condições de vida na *villa miseria*. Nos termos de Germani:

202

Os mecanismos de controle social – tanto no plano da família como no plano da comunidade local e da sociedade global – estão quase ausentes ou muito deteriorados na *villa* [...]. Por outro lado, tendem a se acumular nestas áreas não só os fatores de desmoralização devidos às dificuldades econômicas e às condições primitivas de habitação, mas também os que surgem da tendência a se concentrar nas mesmas os indivíduos já à margem do comportamento normal ou parcialmente desintegrados (1962b, pp. 234-235).

Assim, mesmo numa área em que quase a totalidade da população pertencia às camadas populares, também aí se manifestavam *chances* bastante desiguais de ascensão social quando comparados os nativos de Buenos Aires com os grupos rurais ou semirurais recém-imigrados do inte-

rior. Numa expressão semelhante à adotada por Fernandes sobre os anseios de classificação social dos negros em São Paulo, diz Germani que àqueles lhes “corresponderam os lugares menos favorecidos”. Ainda que estejam “provavelmente repetindo”, embora num “ambiente distinto e talvez mais difícil, a experiência de seus predecessores” (1962b, p. 224), isto é, os imigrantes estrangeiros, a escalada dos grupos migrantes internos se limitaria aos primeiros degraus da pirâmide social. Germani não esclarece, neste momento, se os grupos recém-imigrados passarão, com o tempo, a uma situação de integração mais ou menos completa às pautas modernas de comportamento, mas sugere que o caminho destes será mais complicado.

Integração social, protagonismo político?

Aparentemente, o quadro trazido pelas pesquisas de Fernandes e Germani sugere que os atores sociais problemáticos por excelência, no que se refere ao ajustamento à vida urbano-industrial, são, respectivamente, o negro e o migrante interno – embora Fernandes admita, como vimos mais acima, que as dificuldades do negro em São Paulo poderiam ser generalizadas também para o conjunto das populações “rústicas” imigradas à metrópole paulistana¹⁸. Contudo, o relativo êxito do imigrante de ultramar, que praticamente monopolizou as posições mais dinâmicas da ordem capitalista em expansão nos dois contextos, tampouco o isentaria de problemas. Cada qual a seu modo, Fer-

203

¹⁸ Na “Nota Explicativa” que abre o primeiro volume de *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes diz que a análise do negro em São Paulo não apenas poderia ser generalizada para o conjunto das populações “rústicas” recém-imigradas, mas poderia ser vista, “em sentido literal”, como “um estudo de como o Povo emerge na história” (Fernandes, 2008b, p. 21). Conforme esclarece Gabriel Cohn, neste livro “o negro apresenta-se como a expressão mais extrema e por isso mesmo mais nítida do personagem histórico do qual não se fala explicitamente, mas que atravessa a análise de ponta a ponta: o *povo*, na sua forma específica na sociedade brasileira” (Cohn, 2002, p. 389).

nandes e Germani chamaram a atenção para um profundo descompasso na ação do imigrante: se, por um lado, ele foi crucial para a expansão e diferenciação de um setor econômico “moderno”, por outro, seu impacto na democratização do sistema político teria sido muito pequeno, permitindo a recomposição das elites tradicionais virtualmente ameaçadas por sua ascensão social.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, embora esta questão não informe o foco da pesquisa, há algumas indicações bastante precisas a respeito das razões pelas quais os grupos de imigrantes não teriam conseguido abrir o sistema de dominação conformado pelas antigas elites senhoriais. Pela própria posição ocupada na sociedade de classes, diz Fernandes, os imigrantes e seus descendentes se situavam como “um dos polos humanos do desenvolvimento da ordem social competitiva”, parecendo-lhe “óbvio que daí poderia ter nascido uma oposição ferrenha à dominação das antigas elites” (Fernandes, 2008b, p. 322). Contudo, em vez de um choque antagônico, teria ocorrido “uma sorte de acomodação mecânica de interesses paralelos”. Para o autor:

204

As camadas dominantes, vindas do passado senhorial e escravista, conservaram-se à testa do poder organizado política, econômica e socialmente. As demais categorias sociais se concentraram no afã de “fazer a fortuna”: ou no sentido europeu de “fazer a América”; ou no sentido brasileiro de adquirir o estalão de “gente de pro”. O importante é que decorreram quase três gerações antes que entrassem na arena como concorrentes e, até, como opositores daquelas elites. Nesse ínterim, a acomodação aludida proporcionou uma especialização tácita. O poder ficava entre as atribuições indisputadas dos seus executores tradicionais [...]. Os demais “faziam a fortuna”. Para muitos imigrantes, a ilusão do retorno

ao país de origem contava mais que qualquer motivação suplementar de prestígio ou considerações sociais; para os elementos nacionais, os mecanismos tradicionais de organização do poder enredavam a todos nas malhas do patrimonialismo e da lealdade para com seus interesses (Fernandes, 2008b, p. 323).

No trecho acima, vemos que Fernandes enxerga um relativo atraso na fermentação propriamente política dos imigrantes e seus descendentes (assim como dos brancos nacionais de camadas intermediárias). Isto seria devido não apenas à atuação dos círculos dirigentes, que, como reconhece o autor, tiraram proveito destas circunstâncias e “souberam aproveitá-las com notável egoísmo, para garantir a supremacia de seus interesses e de suas preferências ideológicas”. Mas também porque “as camadas ‘baixas’ e ‘intersticiais’ da comunidade se envolviam muito mal, quase sempre tangencial ou superficialmente, em assuntos que não possuíssem significação imediata para elas”. Deste modo,

205

as velhas elites contaram com um tempo de quase três gerações de domínio absoluto, ao sabor do *antigo regime*, e só então começaram a sofrer os efeitos diretos ou indiretos da presença de outros interesses organizados na luta pelo poder.

Esta situação histórica, algo desconcertante, permitiria ao autor esclarecer

por que a substituição populacional [isto é, a imigração] foi tão importante para a diferenciação da ordem socioeconômica, refletindo-se quase nada nas estruturas políticas e no clima moral da sociedade inclusiva (Fernandes, 2008b, p. 324).

Neste ponto, reveste-se de interesse a comparação com os argumentos de Germani sobre a escassa participação política dos imigrantes. Não obstante a enorme gravitação destes nos setores mais dinâmicos da economia argentina, assim como as novas possibilidades de participação política institucionalizada a partir de 1916, quando, aproveitando-se da reforma política, sobe ao poder um partido representante das classes médias, a Unión Cívica Radical (UCR, também conhecida como “radicalismo”), o peso político efetivo destes setores teria sido bastante diminuído em virtude da própria condição de “estrangeiro” (o que lhes retirava os direitos políticos). É claro que Germani não deixa de apontar para a importância da ação dos imigrantes nos “grandes movimentos de protesto das primeiras décadas do século”. No entanto, ressalta que “é muito provável que os efeitos políticos da aparição dos estratos médios se vissem consideravelmente retardados por sua formação principalmente estrangeira”, o mesmo acontecendo com as classes populares: “o fracasso na formação de um partido capaz de representá-la politicamente obedeceu muito provavelmente a razões semelhantes” (Germani, 1965, p. 221). O autor ainda calcula que em termos eleitorais isto significava que “entre 50% e 70% dos habitantes se encontrava à margem de seu exercício legal” (1965, p. 220), tornando o país “eleitoral” bastante distinto do país “real”. Em sua hipótese, o fato de que justamente os setores mais “modernizados” tivessem limitado ou anulado o seu acesso aos canais políticos teria feito do “radicalismo”, um ator histórico pouco comprometido com as transformações estruturais requeridas na Argentina, o protagonista deste período:

O radicalismo, que governou o país durante catorze anos – até 1930 –, deveria expressar, portanto, todos os novos estratos que surgiram em virtude das mudanças

na estrutura social, da passagem do padrão tradicional ao “moderno”, mas não se pode dizer que cumpriu a sua função. Com efeito, de modo algum utilizou o poder para levar a cabo as transformações na estrutura social que teriam assegurado uma base mais segura para o funcionamento das instituições democráticas e que tenderiam a assegurar a integração de todos os [novos] estratos na medida em que fossem emergindo (Germani, 1965, p. 222).

Fazendo um balanço do que representou este período da história argentina para o processo posterior de incorporação política dos migrantes rurais, Germani chama a atenção para sua herança problemática. Durante as três primeiras décadas do século XX, justamente aquelas nas quais mais se sentiu o impacto da presença do imigrante de ultramar, seria significativa, para além da ausência de reformas estruturais, a não conformação de um forte partido de esquerda e de orientação democrática que fosse capaz de “absorver”, através de canais políticos “legítimos”, a grande massa que se instalaria na Grande Buenos Aires a partir de meados da década de 1930. Esta seria, para Germani, uma das divergências mais significativas em relação à experiência europeia: na Argentina, afirma,

207

nem a velha organização sindical, nem os partidos de esquerda ideológica puderam absorvê-los, tal como, por exemplo, ocorre na Itália, com as grandes migrações sul-norte cujas características sociais são tão parecidas (Germani, 1963a, p. 363).

Dito de outro modo, nos países “avançados” teria existido uma sequência histórica capaz de sincronizar minimamente a expansão da participação política com a expansão dos mecanismos institucionais, ou seja, “quando a população

não incluída se torna ativa”, caso dos migrantes rurais, “existem os mecanismos capazes de canalizar a participação sem transtornos catastróficos para o sistema (ainda que obviamente não sem conflitos mais ou menos agudos)” (Germani, 1963b, p. 421). Já no contexto platino, em virtude da ausência de mecanismos democráticos que pudessem representar as camadas populares “recém-mobilizadas”, os migrantes internos encontrariam no “peronismo” o único canal político capaz de expressar suas demandas – com todas as consequências deste fato para a posterior sorte da democracia representativa no país. Neste sentido, a adesão dos “migrantes rurais” ao governo de Perón não se explicaria somente, para Germani, pelos traços culturais “tradicionais” dos primeiros ou pelo tipo “carismático” de liderança exercido pelo segundo, mas também por uma sequência histórica específica na qual entra de maneira decisiva o fracasso dos imigrantes de ultramar na criação de um canal político democrático.

Fernandes, por sua vez, não chegaria a esboçar este tipo de “sociologia política”, talvez até porque, no contexto paulista, a relação entre os elementos imigrantes e o “meio negro” e as identidades disponíveis no mundo político não apresentassem a mesma “transparência” – na Argentina, a própria emergência do “peronismo”, em certo sentido, fez com que a identidade dos migrantes do interior se constituísse de maneira “politizada” e “partidarizada”. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, especialmente no segundo volume, a reconstrução histórica da atuação política dos movimentos sociais no “meio negro” feita por Fernandes não passaria, senão muito indiretamente, por suas vinculações com as lideranças partidárias da cidade. O foco argumentativo de Fernandes se concentrou especialmente no impacto destes movimentos no plano da “socialização”. Este tipo de abordagem procurou isolar o componente que, no entender do autor, seria

fundamental destes movimentos: sua contribuição na conformação de “personalidades democráticas”, quer dizer, intelectual e moralmente ajustadas à nova ordem social¹⁹. Mas justamente daí emergiria um dos dilemas históricos mais profundos da sociedade brasileira: apesar de atuarem “como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva” (Fernandes, 2008c, p. 9), os movimentos do “meio negro” estavam confinados aos setores mais frágeis da sociedade, uma vez que não conseguiram envolver a sociedade como um todo, nem mesmo os imigrantes de ultramar. Neste “drama histórico”, a sociedade brasileira teria deixado aos negros a “responsabilidade de se fazer justiça com as próprias mãos” (2008c, p. 32), condenando ao malogro as tentativas de democratização da sociedade.

* * *

209

O descompasso entre o protagonismo na expansão econômica e na industrialização de São Paulo e da Grande Buenos Aires e o baixo impacto na democratização política faz do imigrante, tal qual aparece nas pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Gino Germani, uma espécie de personagem-síntese da marcha recalcitrante da moderniza-

¹⁹ Podemos, com fins de simples conjectura, sugerir que essa circunscrição ao plano da “socialização” permitiu Fernandes realizar uma verdadeira “rotação de perspectivas” em relação à avaliação do significado político dos movimentos negros em São Paulo, especialmente se tivermos em vista as críticas altamente negativas que circulavam sobre a atuação da Frente Negra Brasileira, como as de Paulo Duarte, um dos patrocinadores da pesquisa de Bastide e Fernandes (ver Bastos, 1988). Este último, ao chamar a atenção para as funções ressocializadoras deste movimento, concentrou o argumento sobre seu aspecto mais especificamente “democrático” – o que talvez ficasse bastante obscurecido se tivesse perseguido de maneira sistemática sua conexão com o mundo político-partidário.

ção nos países latino-americanos. Posteriormente, em fins da década de 1960, e cada qual a seu modo, estas características passariam a informar, em suas formulações teóricas, a *própria dinâmica dos sistemas sociais* nestes casos de modernização tardia, nos quais o vigor da expansão capitalista poderia – ou, no limite, necessitaria – dissociar-se de uma maior democratização do poder político, diferentemente do ocorrido nos países centrais. As formulações de Fernandes (1968, 2006) sobre a dinâmica do “capitalismo dependente”, assim como as diferentes análises de Germani (1978) sobre a natureza do autoritarismo nas sociedades modernas, fazem parte deste campo problemático. Neste trabalho, procuramos localizar brevemente, em perspectiva comparada, e sem diluir as diferenças que os separam, como o acúmulo intelectual propiciado pelas pesquisas empíricas das décadas de 1950-60 permitiu – ao lado de outros fatores internos e externos, dentre os quais o próprio fechamento político das sociedades brasileira e argentina – que Fernandes e Germani pudessem realizar estas passagens para a teoria sociológica.

Antonio Brasil Jr.

é doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-graduação da UFRJ e bolsista da Faperj.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, M. A. N. 2001. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc.
- BLANCO, A. 2003. “Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani”. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, vol. XXI, n^o 63.
- _____. 2006. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____. 2009. “José Luis Romero y Gino Germani: la inmigración masiva y el proyecto de una comprensión histórico-sociológica de la Argentina moderna” (mimeo.).

- _____.; JACKSON, L. C. 2008. “A sociologia no Brasil e na Argentina: alguns pontos de comparação”. Paper apresentado no 32º Encontro da Anpocs. Caxambu (mimeo.).
- BASTOS, E. R. 1987. “A questão racial e a revolução burguesa”. In: D’INCAO, M. A. (org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. 1988. “Um debate sobre a questão do negro no Brasil”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 2, nº 2.
- _____. 1996. “Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional”. In: FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. (orgs.). *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Ed. Unesp.
- CARDOSO, F. H.; MOREIRA, R. J.; IANNI, O. 1957. “O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional”. II Reunião Brasileira de Antropologia. Salvador (mimeo.).
- COHN, G. 2002. “A integração do negro na sociedade de classes”. In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Ed. Senac.
- COSTA PINTO, L. A. 1959. “Informe sobre el desarrollo de la investigación acerca de la estratificación y movilidad social en cuatro capitales de América Latina”. FFyL-UBA, Publicación interna nº 2.
- DE ÍPOLA, E. 1989. “Ruptura y continuidad: claves parciales para un balance de las interpretaciones del peronismo”. *Desarrollo Económico*, vol. 29, nº 115.
- DEVOTO, F. 1992. “Del crisol al pluralismo: treinta años de estudios sobre las migraciones europeas a la Argentina”. DTS 118, Centro de Investigaciones Social del Instituto Torcuato Di Tella.
- FERNANDES, F. 1949. “Resenha de *A aculturação dos alemães no Brasil*, de Emilio Willems”. *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, vol. CXXII.
- _____. 1956. “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo”. *Revista Etapas*, ano I, nº 11.
- _____. 1959. “Projeto N. CBPE-78/59 – DEPS 17/59-A-XI do programa de estudos sobre os processos de industrialização e de urbanização no Brasil e seus efeitos sobre a educação”, Rio de Janeiro, CBPE. Disponível no “Fundo Florestan Fernandes” da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
- _____. 1967. “O Brasil e o mundo árabe”. *Revista Etapas*, ano XII, nº 131.
- _____. 1968. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2006. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.

- _____. 2007. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.
- _____. 2008a. *Branco e negros em São Paulo* (c/ Roger Bastide). São Paulo: Global.
- _____. 2008b. *A integração do negro na sociedade de classes* (1ª vol.). São Paulo: Globo.
- _____. 2008c. *A integração do negro na sociedade de classes* (2ª vol.). São Paulo: Globo.
- GERMANI, G. 1959. "La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso en la inmigración reciente". FFyL-UBA, publicación interna nº 14.
- _____. 1962a. *Encuestas en la ciudad de Buenos Aires* (vol. 1). Buenos Aires: Instituto de Sociología, FFyL-UBA (Colección Datos).
- _____. 1962b. "Investigación sobre los efectos sociales de la urbanización en un área obrera del Gran Buenos Aires". In: HAUSER, P. *La urbanización en América Latina*. Unesco.
- _____. 1963a. "La movilidad social en la Argentina". In: BENDIX, R.; LIPSET, S. *La movilidad social en la sociedad industrial*. Buenos Aires, Eudeba (apéndice II).
- _____. 1963b. "Los procesos de movilización e integración y el cambio social". *Desarrollo Económico*, nº 3, vol. 3.
- _____. 1965. "Hacia una democracia de masas". In: DI TELLA *et al.* *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Eudeba.
- _____. 1970. "Mass immigration and modernization in Argentina". In: HOROWITZ, I. L. *Masses in Latin America*. New York: Oxford University Press.
- _____. 1973. *El concepto de marginalidad*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. 1978. *Authoritarianism, fascism and national populism*. New Jersey: Transaction Books.
- _____. 2006. *Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología* (Alejandro Blanco, comp.). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- GRACIARENA, J.; SAUTU, R. 1961. "La investigación de estratificación y movilidad social en el Gran Buenos Aires". *Boletim do Claþcs*, nº 4.
- HALPERÍN DONGHI, T. 1975. "Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos". *Desarrollo económico*, vol. 14, nº 56.
- _____. 2007. *Proyecto y construcción de una nación*. Buenos Aires: Emecé.
- MARTINS, J. S. 1998. "Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes (reflexões sobre o método da história de vida)". In: *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp.

- MARIOSIA, D. 2003. *Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp.
- MAIO, M. C. 1997. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj.
- MICELI, S. 2007. “Les inventeurs latino-américains de la sociologie ‘scientifique’ (Florestan Fernandes et Gino Germani)”. In: LASK, T. *Rapports ambivalents entre sciences sociales européennes et américaines*. Milão: Arcipelago Edizioni.
- MOREIRA, R. J. 1953. “A história de vida na pesquisa sociológica”. *Sociologia*, vol. 15, nº 1.
- NEIBURG, F. 1997. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp.
- SILVA, M. A. M. 2010. “Relações entre ativistas negros e sociólogos uspianos, anos 1950 e 1960”. Comunicação apresentada no II Seminário de Sociologia e Política/UFPR. Curitiba (mimeo.).

À MODA DE FOUCAULT: UM EXAME DAS ESTRATÉGIAS ARQUEOLÓGICA E GENEALÓGICA DE INVESTIGAÇÃO

Hermano Roberto Thiry-Cherques

Foucault está na moda. Talvez nunca tenha deixado de estar. Mas apenas parte da sua obra é discutida. As questões relacionadas ao poder têm sido consideradas como sua única contribuição. Injustamente. Em que pese a revolução causada até mesmo em disciplinas tão áridas como as das ciências de gestão (ver Motta e Acadipani, 2004), o trabalho de Foucault transcende os resultados materiais que alcançou. Para além da tematização de questões concernentes à loucura, à disciplina, à moral, seus estudos lançaram uma nova luz sobre as possibilidades epistemológicas no campo das ciências humanas e sociais. Não somente infletiram o rumo das pesquisas qualitativas, como colocaram em questão a objetividade das investigações empíricas.

Os escritos deixados por Michel Foucault são extremamente fecundos, mas, em geral, complexos. A vertente epistemológica não constitui exceção. Também neste terreno as interpretações e possibilidades são tão ricas que levam a equívocos quando se pretende sintetizá-las. Por isto, não tenho a pretensão de apresentar uma visão

metodológica acabada, que seria a de Foucault. O que proponho neste texto é uma interpretação, entre outras possíveis, do que entendo como o componente essencial da sua forma de pesquisar. Limito-me a trazer à discussão a maneira de Foucault abordar as questões que se propôs. Pretendo contribuir para trazer para o campo de investigação a que me dedico, o das ciências da gestão (ver Calás e Smircich, 1999), o exemplo do trabalho de pesquisa a fundo, da visão inovadora sobre o instituído; uma forma de investigar à moda de Foucault.

Difícilmente se poderia falar de um único procedimento de pesquisa que tenha sido repetido por Foucault. Seu legado epistemológico é de outra natureza. Desdobra-se em três dimensões: a do dever para com a verdade, acima e além dos compromissos com métodos e filiações ideológicas; a do esforço analítico exaustivo, sem pressupostos e sem fronteiras; e a da busca de um olhar novo sobre os temas e as teorias.

216

O compromisso intelectual com a verdade é pessoal. Cada pesquisador deve assumi-lo como puder. As leituras dos textos de Foucault e dos estudos sobre sua obra constituem um exemplo, não um culto, de como se quis fazer. Sua forma de ver é única, não admite imitações. Seu método é variável; não pode ser esquematizado. Mas da prática investigativa de Foucault podemos aprender muito. Aprendemos o desassombro ante o estabelecido. Aprendemos que toda teoria é provisória; que todo método depende do estado da pesquisa; e que os conceitos são úteis enquanto clarificam e organizam os dados, enquanto servem para encontrar relações. Aprendemos que diferentes objetos e diferentes investigações determinam adaptações, mudanças, análises fragmentárias.

A epistemologia de Foucault pode ser dividida em dois ciclos: o da arqueologia, que tem sua origem na questão kantiana da determinação da possibilidade de conhecer, e

o da genealogia, que deriva da ideia de Nietzsche da impossibilidade de nos libertarmos da nossa própria condição e da nossa história. Uma terceira parte da sua obra, a da ética, não oferece grandes inovações em termos epistemológicos: é um roteiro de autoelucidação, que vai desde a moral, entendida como os valores e as regras que emanam dos aparelhos institucionais, até a maneira como cada um de nós se constitui como sujeito ético de um código.

O ciclo arqueológico compreende:

1) a *História da loucura*, de 1961 (Foucault, 2002b), tese de doutorado de Foucault, em que o autor analisa comparativamente a loucura no Renascimento (delírio, consciência trágica), no período clássico (questão social, condenação ética, aprisionamento), do século XIX (enfermidade, fenômeno instrumentalizável) até a psicanálise e os poetas loucos. Constata que a loucura é um objeto permanente, e que o tempo modifica apenas o conhecimento que se tem dela.

2) *O nascimento da clínica*, de 1963 (Foucault, 1998), em que Foucault procura mostrar que as figuras do saber e da linguagem obedecem à mesma lei profunda, a uma estrutura que acentua as teorias, as práticas, os discursos e a sensibilidade de uma determinada época.

3) *As palavras e as coisas*, de 1966 (Foucault, 2002a), em que ele desenvolve uma análise das determinações não evidentes (estruturas) dos saberes sobre a linguagem, a vida e a economia; que se apresentam como jogo de aparências no Renascimento, como reduplicação no período clássico e a repetição antropológica na época moderna. Trata-se de uma arqueologia das ciências humanas, em que Foucault recusa considerar os métodos morais da modernidade como um progresso e vê o homem do humanismo, evanescente ante a linguagem e os signos da sua representação, como fonte e produto dos seus saberes.

4) *A arqueologia do saber*, de 1969 (Foucault, 2004), em que Foucault recupera, critica e reordena o roteiro metodo-

lógico que utilizara até então, e que neste texto vai apresentado como a forma arqueológica de investigar.

O ciclo genealógico tem início com

5) *Vigiar e punir*, de 1974 (Foucault, 1977). Trata-se de uma genealogia do confinamento, onde a prisão é vista como modalidade punitiva e como instrumento funcional de conhecimento da conduta humana e do desenvolvimento das técnicas disciplinares, do poder sobre o corpo, derivado da vigilância contínua e dos sistemas de punição e recompensa. Essa perspectiva é estendida ao poder e à organização societária contemporânea (o hospital, as escolas, as organizações formais).

O ciclo prossegue com

6) *A vontade de saber*, de 1976, primeiro tomo da *História da sexualidade* (2001f). Nela Foucault reverte a ideia da sexualidade como objeto de censura com vistas ao esforço produtivo das classes operárias. Analisa os sistemas de interdição como peças de um dispositivo de incitação à verbalização do desejo, e a sexualidade como “invenção” do Ocidente e como causalidade difusa dos meios e dos sistemas de saber.

O ciclo genealógico completa-se com

7) a genealogia do desejo e da sexualidade secreta como construção mítica do pensamento moderno, ideias desenvolvidas em *O uso dos prazeres* e em *O cuidado de si*, de 1984, segundo e terceiros tomos de *História da sexualidade* (Foucault, 2001f). Nestes livros, Foucault estuda a ética na Antiguidade grega e romana, e analisa as relações entre os indivíduos e o corpo, o cuidado de si e o modelo cristão da ordenação do desejo.

A estratégia expositiva de Foucault é a de jogar com o efeito surpresa. Quando descobrimos que a descrição, que passa por uma narração objetiva, nos é totalmente desprovida de sentido, anula-se para o leitor a pretensão de que o saber contemporâneo é uma verdade objetiva. Nesse movi-

mento abrem-se novas perspectivas, novos horizontes de investigação. Ele procura demonstrar, através de ilustrações históricas (por exemplo, a de uma execução pública em 1757), que o que nós pensamos ser aspectos comuns da vida humana, ao longo do tempo, não são mais do que construídos formados por práticas sociais específicas (Rowlinson e Carter, 2002, p. 534).

Foucault busca o não familiar; o estranho; a rejeição da continuidade do objeto, do progresso histórico, da causalidade. Sua estratégia metodológica é indeterminável: ela vai sendo elaborada à medida que a pesquisa avança, os objetos requerem, os conceitos permitem. Nos itens subsequentes examino os componentes dessa estratégia 1) enquanto processo de investigação; 2) enquanto arqueologia; 3) enquanto genealogia; e 4) enquanto analítica interpretativa. Concluo 5) com o exame dos paralelismos entre outras modalidades de investigação e a de Foucault.

O processo

O processo de investigação utilizado por Foucault evolui de pesquisa para pesquisa. Não mantém uma sequência rígida, mas abarca passos essenciais. São eles:

1) a identificação das práticas discursivas e dos atos materiais (não discursivos). Não interessa a verdade, mas o que é dito, nem o sentido, mas o enunciado. Isso implica reconhecer os saberes existentes na regularidade: as regras de formação dos conceitos, dos objetos, das estratégias, das ações, ou seja, as práticas não discursivas e das instituições a eles associados.

2) a determinação das discontinuidades, isto é, da emergência e do desaparecimento de conformações das subjetividades e da objetividade social expressa nos saberes, ou seja, os limiares epistemológicos das epistemes, dos dispositivos, em cada segmento (momento) descontínuo. Isso faz aflorar os estratos acumulados, justapostos pelo tempo;

3) a análise, e não a interpretação, desses elementos, que se dá simultaneamente a cada identificação e a cada determinação. Sinteticamente, trata-se da criação de um quadro explicativo da articulação entre a seriação dos discursos e as práticas não discursivas.

Descrito assim, resumidamente, o processo de investigação desenvolvido por Foucault aparece hermético, inacessível ao pesquisador comum. Mas não se trata disto. É que pela novidade do que propunha, pelo inconformismo ante os métodos estabelecidos, derivados do marxismo, da fenomenologia e do estruturalismo, o autor foi compelido não só a inventar procedimentos, mas, também, a cunhar termos que pudessem nomear as descobertas epistemológicas que ia fazendo.

220 Foucault preferiu a profundidade à amplitude. Trabalhou sobre poucos temas. A loucura, o surgimento dos saberes, o poder, as relações com o corpo são os mais conhecidos. Sua preocupação foi a de como as estruturas do conhecimento e os modos de compreender se alteram segundo época e lugar. A profundidade e a fecundidade de Foucault foram possíveis graças à originalidade dos processos de investigação que adotou. Seu compromisso nunca foi com o esquema e, nem mesmo, com o rigor. Foi com os princípios de análise, com as correspondências, com a minúcia e com a descoberta. O que ele pratica em seu trabalho de pesquisa é, antes de tudo, uma decifração.

Epistemologicamente, a obra de Foucault se cinde em duas vertentes: a da arqueologia e a da genealogia. Mas não existe, em Foucault, um método arqueológico e outro genealógico (Dreyfus e Rabinow, 1992, pp. 155-185). Ocorre que, a partir de *As palavras e as coisas*, Foucault abdicou de enunciar uma verdade profunda, uma estrutura que repousaria para além das aparências. Ele tentou, ao contrário, interpretar as aparências como um conjunto ordenado de práticas históricas que determinam os conteúdos.

Tentou apreender a singularidade dos acontecimentos fora de toda finalidade uniforme. Procurou restituir os acontecimentos na contingência da nossa (atual) singularidade (Foucault, 1984).

Arqueologia, episteme, saber

Por arqueologia, Foucault entende o desvelamento da circunstância histórica que faz necessária certa forma de pensamento.

A arqueologia, à diferença da história factual – que não é capaz de dar conta do conceito e da sua formação em uma época – procura marcar as mutações; não os momentos primeiros, que são sempre relativos (Foucault, 2001e, p. 145). Procura explorar as diferenças entre conceitos, objetos, estilos, teorias; entre as formas de racionalidade que o sujeito humano aplicava a si mesmo (Foucault, 2001d, pp. 318-320).

A arqueologia também difere da história das ciências. Ela se interessa pelos saberes que transcendem e englobam a ciência do momento, que não são o senso comum ou o bom senso, mas os conhecimentos, mesmo aqueles (des)qualificados como ingênuos ou não científicos, os saberes particulares, as formas de pensar das pessoas (do paciente, não a do médico, por exemplo).

A diferença entre a arqueologia e a história das ciências ultrapassa a simples dilatação do campo epistemológico: o que estabelece a distância entre a história, a história das ciências e a arqueologia é que a arqueologia tem como fundamento a ideia de que uma época só pode ser entendida a partir dela mesma (Foucault, 1979, p. 167). Uma arqueologia é um estudo das condições filosóficas, técnicas, institucionais, sociais, econômicas, políticas etc. de emergência dos discursos do saber em geral e da articulação entre eles em uma época. Informa sobre uma coerência, sobre uma episteme em um momento determinado (Ewald, 2004, p. 31).

Foucault faz uma distinção entre a “percepção”, ou “sensibilidade” (ver Machado, 1981, p. 63, nota 1), o saber, o discurso geral no nível das pessoas e das instituições, e o “conhecimento”, a elaboração teórica, o discurso científico ou que tem a pretensão à cientificidade (Machado, 1981, p. 116). O saber, a forma como uma determinada época sentiu um objeto, não é, necessariamente, nem um progresso, nem um atraso em relação à forma como o objeto foi entendido em alguma outra época. O saber tem uma positividade – *posit* (*pōnere*), posto, factual –, uma ordem interna constitutiva (episteme) anterior à ordenação do discurso, porque o configura em uma determinada época, de forma que só pode ser entendido como e a partir dele mesmo.

222 Por exemplo, em *As palavras e as coisas*, Foucault mostra como, pelo fato de vivermos, trabalharmos e nos expressarmos de determinada forma, construímos, em cada época e lugar, representações sobre a vida, o trabalho e a linguagem. As representações que são reproduzidas (reduplicadas) como objeto das ciências humanas. A reduplicação, diferente do signo, “representa”, isto é, liga a ideia de uma coisa com a ideia de outra coisa. Por isto, os modelos constituintes das ciências humanas são os pares conceituais: função & norma; conflito & regra; significação & sistema. O privilégio de um deles definirá arqueologicamente a psicologia, a sociologia, o estudo da literatura e dos mitos e assim por diante.

O saber, ou os saberes, constitui o objeto das quatro grandes arqueologias de Foucault. Mas a arqueologia não é um método. Não é algo cujos princípios básicos possibilitarão, pela aplicação a diferentes objetos de pesquisa, uma série de análises empíricas. A arqueologia se caracteriza pela variação constante dos seus princípios, pela permanente redefinição dos seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação (Machado, 1981, p. 57). O livro que Foucault publica ao término do que denominamos ciclo arqueológico, *A arqueologia do saber*, não relata propriamente o método

utilizado nas pesquisas anteriores. Antes propõe o que deveria, idealmente, ser o método arqueológico. E que não será posto em prática. Porque se, de um lado, o livro encerra o ciclo arqueológico, de outro, consolida princípios de análise que irão ser obedecidos no ciclo seguinte: o da genealogia.

Genealogia, dispositivo, poder

A abordagem genealógica deriva de uma convicção que Foucault toma de Nietzsche: a de que o que aconteceu só pode ser compreendido em termos do presente. Não se trata do abandono da arqueologia como abordagem, mas de uma alteração do foco em direção ao presente e para determinados objetos. Foucault depura as continuidades das práticas culturais que genealogia isola; identifica as descon continuidades evidenciadas em discursos-objeto. Não há uma ruptura entre a arqueologia e a genealogia.

O próprio Foucault sustentou que há uma continuidade na sua abordagem, tendo variado tão somente os “domínios” da genealogia: a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local. A genealogia é a tática, que a partir da discursividade local descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. E por girar em torno de um tema único, o do poder, e de uma relação privilegiada, a que se dá entre o poder e o saber, a genealogia tem, como veremos mais adiante, contornos epistemológicos diversos da arqueologia, que examino a seguir (Foucault, 1979, p. 167).

223

Como uma arqueologia

Os estudos levados a cabo na forma epistemológica desenvolvida por Foucault são únicos em vários sentidos. O principal deles é o da ligação particular entre o processo investigativo e o método, que vai sendo desenvolvido segundo os requerimentos do objeto e as descobertas do investigador. Isto não impede que possamos seguir, não os passos – seria

inadequado ou, mesmo, impossível listar itens de uma rotina para apreender um processo que, por natureza, se vai formando na medida em que avança – , mas indicações, tanto para uma arqueologia como para uma genealogia realizada à moda de Foucault.

O documento

O processo arqueológico consiste basicamente em uma análise documental que tem como propósito individualizar formações discursivas, isolar pertinências, descrever relações, definir conjuntos e as séries de enunciados que formam o discurso. Os documentos são entendidos não como textos a serem interpretados, mas como monumentos a serem analisados. O olhar de Foucault se dirige para o que ele denomina de arquivo: os discursos efetivamente pronunciados, considerados não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas, mas como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos (Foucault, 2001a).

224

O arquivo

Os arquivos são, primeiramente, os documentos literários e não literários de uma época. Mais tarde Foucault incorporará aos arquivos as práticas não discursivas: as maneiras de ser e de se comportar que são ainda as nossas. Nesta primeira fase, que vai até os anos 1970, o arquivo contém a episteme: o conjunto de relações que liga os diferentes tipos de discurso, correspondentes a uma época. Depois, integrará os dispositivos, que incluem o social não discursivo.

A episteme

A episteme não é o conhecimento comum ou a teoria dominante. Nada tem a ver com o *Geist*, o espírito (da época ou do lugar), nem com a consciência coletiva. É diferente da

estrutura e do sistema. A episteme é a articulação de múltiplos sistemas e estruturas em oposições, distâncias, relações de múltiplos discursos científicos. É o paradigma segundo o qual se estruturam, em uma determinada época, os múltiplos saberes, que por esta razão compartilham, a despeito de suas especificidades e dos diferentes objetos, determinadas formas ou características gerais. A episteme é epocal: os diversos saberes de uma época se articulam em torno de e a partir de um *a priori* (a condição de possibilidade destes saberes, como na representação na Idade Clássica).

O dispositivo

Com a evolução das suas investigações, Foucault abandona o conceito da episteme em favor de uma noção mais ampla: a de dispositivo. A episteme é a parte meramente discursiva do dispositivo. Este abarca, além dos discursos, as práticas, as instituições, as táticas. Inclui a episteme e “todo social não discursivo”.

Trata-se de um processo evolutivo. Foucault inicialmente trabalhara com o conceito de estrutura. Depois desenvolveu o de episteme. O conceito de dispositivo – o termo é tirado do anti-Édipo (Deleuze e Guattari, 1976) –, contém a mesma ideia básica: a de uma formação de elementos heterogêneos que explicam as condições de possibilidade (o quadro) dos saberes (conceitos e percepções) de uma época. Mas, ao incluir as instâncias institucionais, como igreja, asilo, medicina, prisão, família, passa a identificar

um conjunto deliberadamente heterogêneo, abrangendo discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões normativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em breve: o dito como o não dito. O dispositivo é a rede que se pode estender entre estes elementos (Foucault, 2001f, pp. 82-ss.).

O não discursivo

Foucault se interroga sobre a natureza e a função estratégica dos diferentes dispositivos. Procura dar conta do sentido do conceito tal como é definido pelos discursos da própria época. Do espaço colateral ao discurso (eventos políticos, instituições, processos econômicos) e do espaço correlativo (lugares, pontos de vista) nele contido. As noções de não discursivo e de dispositivo remetem para interações com outras análises, como a dos aparelhos ideológicos do Estado, de Althusser (1987).

Descontinuidade

Estas análises demonstram como o surgimento de uma nova episteme ou de um novo dispositivo estabelece uma ruptura gnosiológica que suprime os métodos e pressupostos cognitivos anteriores, e dispõe outros, que os absorvem e superam. Mediante esses conceitos, Foucault demonstrou que o tempo do saber e o tempo do discurso não são dispostos como o tempo vivido. Eles apresentam descontinuidades e transformações específicas (Foucault, 2001a, p. 148), passagens de uma episteme a outra, de um dispositivo a outro.

A descontinuidade se verifica quando surge uma nova forma de discurso e um novo tipo de instituição social, uma nova sensibilidade, uma reação ante o problema econômico, uma nova ética do trabalho; quando, enfim, surge um novo dispositivo (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 21). Mas a descontinuidade não estabelece uma ruptura absoluta entre épocas. Existem sempre condições de possibilidades antecedentes. As formações se superpõem. As fronteiras são deslocadas, assimétricas. Em um tempo não previsível e difícil de se recuperar, “sente-se” que há uma violação de categorias. Por exemplo, quando, em um determinado momento, a sensibilidade da época se deu conta de que os loucos e os delinquentes eram categorias distintas, trata-

das de uma mesma maneira, que não podiam ficar presos juntos (Foucault, 2002b).

Decifração

Dessa perspectiva, trata-se de determinar os efeitos, não a cadeia continuada de causalidade. A descontinuidade é uma “ínfima ruptura”, uma “mutação”. Não a mudança no quadro, mas a mudança do quadro. Por exemplo, como é demonstrado em *As palavras e as coisas*: a filologia, a biologia e a economia política não substituem a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas, senão que ocupam espaços nos quais estes saberes antes não existiam. Na perspectiva de Foucault, não é o investigador que determina, *a priori*, a descontinuidade: a própria especificidade do objeto de investigação determina os limites espaço-temporais do campo investigado. A descontinuidade deve ser revelada, descoberta, e não estabelecida.

227

O discurso

O discurso para Foucault é um conjunto de enunciados que obedecem a regras de funcionamento comuns. Existe uma “ordem do discurso” própria a um período particular, que põe em evidência os mecanismos de organização do real (saberes, estratégias, práticas). Para Foucault, não se deve reduzir o discurso a textos cujos traços seriam lidos a partir da sua estrutura interna, como se nada existisse fora dele. O discurso é uma prática. A arqueologia articula as “formações discursivas”; as “práticas discursivas” com práticas econômicas, políticas e sociais.

Não se trata de constituir um *corpus*, mas de selecionar discursos. O *corpus* é indefinido: jamais se chegará a constituir o conjunto de discursos pronunciados sobre a loucura, ou sobre a prisão, ou sobre o poder disciplinar, ainda que limitando a investigação a uma época e a um lugar (Foucault, 2001c, pp. 27-33).

A determinação do discurso consiste em: 1) descobrir qual a “ordem do discurso” em uma época; 2) descrever as transformações dos tipos de discurso; 3) interrogar-se sobre as condições de emergência dos elementos discursivos.

Análise

A análise na forma arqueológica, além da óbvia escolha do documento a ser analisado, implica em uma atitude anterior, que compreende um trabalho negativo, e outro, positivo.

O trabalho negativo da arqueologia consiste em: 1) manter em suspenso as unidades aceitas, as formas imediatas de continuidade como a tradição, ou atribuição de origem, a influência ou processo causal. 2) Descartar o desenvolvimento e a evolução ou a relação a um único e mesmo princípio gerador; a origem “secreta” ou o começo/recomeço oculto, que deve ser buscado e repetido. 3) Desconsiderar tanto a mentalidade ou uma comunidade de sentido para uma época determinada, compreendendo a análise das totalidades culturais (visões de mundo, tipos ideais, *Geist* singular de épocas), como o livro (a unidade material do discurso) e a obra, isto é, a resultante de uma interpretação que a dota de uma suposta homogeneidade (inconsciente do autor), o “já-dito” ou o discurso sem corpo, que deve ser interpretado.

228

O trabalho positivo da arqueologia consiste em, a partir da descrição dos acontecimentos discursivos, construir uma teoria que: 1) limite as unidades discursivas, 2) determine as regras que obedecem estas unidades, 3) indique a forma como se dividem em enunciados, e que 4) se articulam em um domínio espaço-temporal, constituído de todos os enunciados efetivos em uma dispersão de acontecimentos.

Em termos práticos, isto significa iniciar a investigação aceitando um recorte provisório. É necessário escolher um domínio de relações numerosas e discursos pouco formalizados que encerrem enunciados que têm por objeto um determinado campo de conhecimento.

A partir desta escolha é que se determinam os conjuntos de articulação dos enunciados que encerram as formações discursivas: 1) os espaços nos quais os objetos se relacionam; 2) as regras de inclusão, de repartição e de inter-relacionamento dos enunciados; 3) a emergência dos conceitos; e as 4) possibilidades estratégicas (temas e teorias) em jogo.

Conforme a escolha dos discursos que serão objeto de estudo, a tônica da análise recairá prioritariamente sobre um desses elementos: sobre um ou vários objetos; sobre as modalidades enunciativas; sobre a formação dos conceitos; ou sobre os temas e teorias. Mas, qualquer que seja a tônica da análise, cada uma dessas formações deve ser considerada, primeiro individualmente, depois em sua articulação como enunciados e, finalmente, enquanto discurso.

Objetos

Quanto aos objetos, a definição da formação discursiva compreende relacionar o objeto ao conjunto de regras de formação do discurso, ao nexos que forma uma regularidade (regra) enquanto objeto possível do discurso. Isto se faz mediante a análise do próprio discurso, buscando as regras da prática discursiva (inclusão, repartição, articulação) que conformam o objeto de que falamos. Procedimento que consiste em: 1) Demarcar as superfícies da sua emergência, as condições temporais, diferentes segundo sociedades, épocas, formas de discurso. 2) Descrever as instâncias de delimitação dos objetos, como, por exemplo, instituição, regulamento, competência reconhecida; centro de decisão, processos, formas de comportamento, normas etc., que permitem ao objeto aparecer. 3) Analisar as grades de especificação, como separação, oposição, associação, reagrupamento, classificação, derivação, hierarquização, repetição etc. 4) Determinar que relações permitiram a formação do conjunto de objetos diversos.

Não se trata de privilegiar objetos, mas de determinar a maneira como os objetos são formados; isto é, a articulação entre as instâncias anteriores – emergência, delimitação, especificação – que determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar destes ou daqueles objetos. Não a interpretação da linguagem, das circunstâncias, mas a análise do próprio discurso.

Modalidades enunciativas

Quanto às modalidades enunciativas, a análise deve dar conta de três instâncias: 1) a instância de quem fala, isto é, sua linguagem, profissão, função, legitimidade, representação; em outros termos, analisar em nome de quem se pronuncia. 2) A instância dos lugares institucionais do discurso, isto é, do seu campo documentário. E, 3) a instância da situação do sujeito em relação aos domínios (grupos de objetos); ou seja, o que observa? o que anota? quais os intermediários? qual sua posição na rede de informações (como emissor e receptor)? qual o seu sistema de registro?

230

Conceitos

Foucault produz um deslocamento importante no estudo da formação do conceito: ele o torna independente da racionalidade científica. Para esse autor, o conceito e sua formação já não se circunscrevem à epistemologia ou ao conhecimento; ao contrário, se abrem para a percepção, para o saber em geral, que inclui a ciência, mas não se cinge a ela (Machado, 1981, p. 82). Por isso, a análise dos conceitos deve dar conta: 1) da forma como se sucedem, 2) das formas de coexistência dos conceitos e 3) dos procedimentos de intervenção.

A análise das formas de sucessão compreende: 1) a disposição das séries enunciativas (inferências, implicações sucessivas, raciocínios demonstrativos, descrições, esquemas de generalização ou de especificação); 2) a análise dos tipos

de correlações (hipótese – verificação; assertiva – crítica; lei geral – aplicações particulares) e 3) dos esquemas retóricos (encadeamento das descrições, deduções, definições de grupos de enunciados).

A análise das formas de coexistência dos conceitos abarca a identificação: 1) do campo de presenças, das “verdades” aceitas; 2) do campo de concomitância, da “validade” de enunciados que pertencem a domínios diversos, mas que valem como analogias, premissas, modelos, instâncias superiores; e 3) do domínio de memória, dos “laços” entre os conceitos (filiação, gênese, transformação, continuidade, descontinuidade).

Finalmente, a análise dos procedimentos de intervenção dos conceitos compreende: 1) as técnicas de reescrita (por exemplo, de linear à matricial, como quando se constroem quadros e diagramas); 2) os métodos de transcrição, isto é, da linguagem utilizada; 3) os modos de tradução (quantitativo para qualitativo; refinamento; delimitação; de um campo a outro); e 4) os métodos de sistematização (por exemplo, o reordenamento).

As relações entre as formas de sucessão, as formas de coexistência dos conceitos e os procedimentos de intervenção constituem o que Foucault denomina de sistema de formação conceitual.

Estratégias

Quanto às estratégias, parte-se do princípio de que nos discursos, os objetos, as modalidades enunciativas e os conceitos são ordenados segundo temas, teorias, concepções. Para identificá-las, devemos procurar os pontos de difração (de passagem) de uma série coerente de elementos a outra, as analogias, as oposições, as complementariedades entre discursos contemporâneos e as práticas não discursivas, que possam fundamentar as escolhas teóricas ou temáticas.

Enunciado

A análise das formações discursivas se completa pela crítica dos enunciados que conformam e caracterizam o discurso. O procedimento permite compreender o enunciado na sua singularidade de acontecimento, nas correlações com outros enunciados e nas suas relações não discursivas de ordem técnica, econômica, social e política.

Tal como entendido por Foucault, enunciado é uma noção ampla que tanto excede quanto abarca as proposições lógicas. Isso porque pode haver enunciado sem proposição lógica legítima, como as frases gramaticais e os atos de fala. E também porque há enunciados que são menos do que frases; uma lista classificatória, um livro contábil ou um gráfico são enunciados.

Foucault não se interessa pela escrita institucionalizada. Dedicase a “tudo que pode escapar a isso, o discurso anônimo, o discurso do cotidiano, [...] o que dizem os loucos, [...] os operários [...] é esta linguagem que me interessa cada vez mais” (Foucault, 2001c, p. 56). O enunciado é um conjunto de signos, que pode ser uma frase ou uma proposição, mas considerada no nível da sua existência. É o *nuntus*, o mensageiro, o que dá a saber.

O enunciado é não oculto e não visível de imediato. Não oculto, obviamente, porque deve ter sido proferido. Não visível, porque ele se esconde: 1) dentro de frases e proposições; 2) atrás da estrutura significante da linguagem, dos significantes e dos significados (palavras, símbolos); 3) atrás de outras análises da linguagem; e 4) se cruza com as análises linguísticas e lógicas.

A análise enunciativa não é uma interpretação (no sentido de buscar o que o enunciado “quer significar”) de um não dito reprimido: é um descobrimento. Para descobrir o enunciado é necessário: 1) fixar o vocabulário que permite a um conjunto de signos estar em relação com um domínio de objetos; prescrever uma posição a qualquer sujeito possí-

vel, estar dotado de uma materialidade repetível; 2) definir as condições em que se realizou a função que deu à série de signos uma existência específica; 3) identificar os domínios não discursivos (instituições, práticas, acontecimentos políticos, processos etc.); 4) definir formas específicas de articulação: o lugar em que os efeitos, as simbolizações, podem ser situados não como a prática, o não discursivo, determinou o discurso, mas como faz parte das suas condições de emergência, inserção e funcionamento; 5) afirmar em que domínio (conjunto de historicidades diversas) das práticas, das instituições, das relações sociais etc. pode articular-se uma formação discursiva.

Como uma genealogia

A genealogia é uma modalidade de investigação que se opõe à unicidade da narração histórica e da origem das coisas e dos atos: ela trabalha a partir da diversidade e da dispersão, da aleatoriedade dos começos e dos acidentes, da singularidade dos acontecimentos (Ewald, 2004, p. 31).

233

Transição

Até a *Arqueologia do saber*, Foucault se detém na análise do discurso. “Não procuro”, diz ele “por baixo do discurso o que é o pensamento dos homens mas tento tomar o discurso em sua existência manifesta, como uma prática que obedece a regras”. Foucault analisa o próprio discurso, ou seja, as práticas discursivas que são intermediárias entre as palavras e as coisas, as práticas a partir das quais se pode definir o que são as coisas e situar o uso das palavras. Buscando

ver de que palavras e, conseqüentemente, de que conceitos, se dispunham, quais eram as regras de utilização dessas palavras. As regras de formação de objetos, que não são as regras de utilização das palavras, regras de formação de conceitos, que não são leis de

sintaxe, regras de formação das teorias, que não são regras de dedução nem regras retóricas, que explicam como uma coisa é vista ou omitida, que tal palavra seja empregada com tal significação em um tal tipo de frase (Foucault, 1967; 2001d, p. 140).

Esta forma de abordar os textos não corresponde a uma teoria universal, mas a uma descrição das diferentes formas históricas das práticas discursivas (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 9). Por exemplo, em *As palavras e as coisas*, Foucault demonstra que existiu nos séculos XVII e XVIII um tipo de discurso que era a um só tempo descritivo e classificador. Já no século XIX, novos tipos de discurso se formaram, entre eles o das ciências humanas. Depois de ter analisado os tipos de discurso, o autor procura ver como eles puderam se formar historicamente e com quais realidades históricas se articulam.

234

A partir dos anos 1970, a análise do discurso perde a centralidade que tinha no trabalho de Foucault. Não porque a abandone, mas porque ele dá preferência ao que denomina de “dinástica do saber”: a relação que existe entre esses grandes tipos de discurso e as condições econômicas, políticas, históricas, culturais de seu aparecimento e da sua formação (Foucault, 2001b, p. 49). É este procedimento genealógico que adotará então.

Nietzsche

O método genealógico, no sentido que lhe dá Nietzsche (1990), baseia-se na ideia da exploração em busca da gênese do próprio pensar. Já Husserl (2003) trabalha a noção de uma lógica genética, com o esclarecimento da origem de um conceito a partir de um pré-conceito. Heidegger (1993) a entendia como o “regresso ao fundamento”; a razão da razão; a volta aos gregos em busca não do fundamento, mas da investigação sobre o fundar.

A constatação de Nietzsche de que, em cada época e em cada circunstância, as palavras não guardam o mesmo sentido, os desejos não guardam a mesma direção, as ideias a mesma lógica (Foucault, 1979, p. 15), leva Foucault a fixar a sua análise não na evolução, mas nos cenários e nos pontos de ruptura. O autor foca os objetos e os acontecimentos que não parecem ter história para buscar o que condiciona, limita e institucionaliza as formações discursivas; para diagnosticar as relações entre o poder, o saber e o corpo na sociedade moderna. Para demonstrar que o saber se encontra sempre preso aos conflitos do poder, em uma fecundação recíproca e incontrolável. Para evidenciar que a dominação não é uma “apropriação” intencional, mas fruto das práticas (disposições, manobras, técnicas) relacionais incondicionadas (Dreyfus e Rabinow, 1992, pp. 155-ss).

Foucault sustenta que as condições de possibilidade dos saberes não se encontram nas relações destes com os poderes instituídos, como o do Estado, mas na articulação entre poderes locais, específicos, moleculares. Que os poderes (e os saberes) não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social; que não existe “o” poder, mas práticas e relações de poder. Que o poder é uma relação, não uma coisa. A partir da evidência de que o discurso é saber e é poder, Foucault demonstra que o poder dita a verdade; que o poder não tem centro: ele circula, é relacional, funciona em cadeias, que não é atribuível a uma classe, nem ao Estado. Enfim, que o poder “microfísico” produz o real.

235

Interstícios

A genealogia apoia-se sobre a arqueologia e a completa. Para a genealogia, como para a arqueologia, não existem essências fixas, leis básicas, finalidades metafísicas. O que há são recorrências e jogos. Não progressos e seriações. O presente é a resultante de deslocamentos imperceptíveis e de contiguidades sutis. A abordagem genealógica absorve a

análise arqueológica em uma dimensão interpretativa. Em uma análise não do que aconteceu, da história, mas do que nos aconteceu, do que aconteceu ao objeto. Nela, o pesquisador está “situado”: ele deve compreender a significação das práticas culturais da sua época desde o interior mesmo dessas práticas.

Quando examinamos os saberes, nós substituímos sua inteligibilidade interna pela inteligibilidade que ocupam no seio da formação discursiva (arqueologia). A cada vez temos que superar o “trauma do referente”. Uma vez cumprida esta tarefa, a genealogia se pergunta sobre o papel histórico e político dos saberes (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 10).

A análise genealógica é tanto descendente (do poder do Estado até as suas ramificações mais remotas) como ascendente (dos poderes dispersos e ínfimos até a sua condensação em relações dominantes). Parte da especificidade da questão colocada e verifica até onde o poder e o saber se enraízam nos estratos mais gerais da vida social, nos interstícios das suas relações.

236

A genealogia recusa a pesquisa da origem (*Ursprung*, a procedência). Não se trata de recuar no tempo para mostrar que o passado subsiste (continuidade) no presente. Tampouco tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade “mas fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (Foucault, 1979, p. 35). A análise genealógica é um misto de busca do tronco (*Herkunft*, a proveniência) de onde provém um caráter, um conceito e os acontecimentos que os formaram: os desvios, as inversões, os acidentes que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós, e de busca da emergência (*Entstehung*), do processo de surgimento, não o ponto de aparecimento (a potência antecipadora de um sentido). Uma emergência que sempre se dá em um interstício: no vazio entre o bem e o mal, o belo e o feio, o necessário e o contingente, o essencial e o supérfluo.

Como a arqueologia, a genealogia é constituída por formas de decifração, de descoberta. Examina a superfície sem aventar interpretações obscuras e profundas. O itinerário metodológico de Foucault permanece o mesmo: não é buscando o subjacente, a estrutura, a consciência, o espírito, que se encontra a visão profunda das coisas; ao contrário, é examinando detalhadamente, à distância e em ângulo adequado, que se alcança destacar o verdadeiro do fundo nebuloso.

Decifração

Também como a arqueologia, a análise genealógica congrega a investigação minuciosa do saber geral e a decifração das memórias particulares, específicas. Não procura o saber erudito ou científico, mas aquilo que se tem por conhecido. Difere da arqueologia ao partir do interesse da atualidade, ao centrar-se na dissecação teórica das relações de poder no nível micro, e ao considerar o saber como positividade (prática, materialidade, acontecimento) enquanto peça do dispositivo das práticas políticas disciplinares.

O processo genealógico estabelece as correspondências de sentido entre a atualidade e o passado imediato ou remoto. O roteiro da investigação compõe-se de dois passos fundamentais: 1) a identificação de componentes situacionais, de condições presentes, e 2) a interrogação sistemática de como este estado presente chegou a ser.

A genealogia não interpreta, porque não há nada a interpretar e porque todo movimento de compreensão já é interpretação (Foucault, 1979); limita-se a descrever a história das interpretações. Ela nos desvela os universais do nosso pensamento humanista enquanto produto de interpretações que nos foram culturalmente impostas (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 160).

A identificação do ponto de relevância contemporâneo não é um “presentismo”, pois não deriva de uma análise

conjuntural, senão do entendimento do que é essencial em nosso presente. Tampouco a análise é a desconstrução finalística de tudo que antecedeu, mas a busca no passado (e não nas origens remotas) dos elementos que nos permitam visualizar a história não do passado, mas do que (nos) acontece: a história do presente.

Analítica

São três as vertentes analíticas de Foucault:

1) uma ontologia histórica de nós mesmos enquanto sujeitos e objetos do conhecimento, nas nossas relações com a verdade, que nos permite constituir-nos como sujeitos do conhecimento, correspondendo ao ciclo de investigações que se encerra com a *Arqueologia do saber*.

2) A genealogia do poder, que considera cada um de nós em nossas relações em um campo de poder, onde nos constituímos em sujeitos que agem sobre os outros, e que corresponde às investigações que deram origem a *Vigiar e punir*.

3) E uma genealogia da relação com a moral, que nos considera enquanto agentes éticos, correspondendo à *História da sexualidade*.

Qualquer que seja a vertente analítica, o objetivo principal é explicitar, aquém do nível dos conceitos dos objetos teóricos e dos métodos, o que pode explicar como (arqueologia) e por que (genealogia) as ciências do homem apareceram.

A trajetória metodológica do ciclo da arqueologia transcende ao de uma análise conceitual dos objetos. Ela é uma análise do discurso, das práticas não discursivas, dos saberes. Uma análise das discontinuidades, da episteme. O que faz a arqueologia, e o que seguirá fazendo a genealogia, é deslocar critérios, seja os das análises convencionais, seja os das escolhas de conceitos, objetos, relações, dominâncias. Foucault estabelece condições de existência, não de validade. Considera a verdade como produção histórica, ava-

lia saberes, e não ciências, analisa formações do discurso, e não o conteúdo do dito e do registrado.

A genealogia introduz algumas novidades metodológicas. Dá maior ênfase ao exame do não discursivo, nos espaços institucionais de controle, e, na continuidade da positividade com seus objetos, conceitos, métodos e atores, nas rupturas e nas regras de transformação. O seu campo de análise gira em torno da questão do poder, da relação entre o poder e o saber e das relações entre o poder, o saber e o corpo enquanto objeto de controle de gestos, atitudes, hábitos, comportamentos. Situa o saber como elemento de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica, como positividade (prática, materialidade, acontecimento) enquanto peça do dispositivo das práticas políticas disciplinares (Machado, 1981, p. X).

O que faz a genealogia é tomar o saber enquanto conhecimento como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Mais especificamente, a questão da genealogia é a de como se formam domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares (organização do espaço, controle do tempo, vigilância e registro dos conhecimentos). Ela se presta a investigações históricas delimitadas, a análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente a objetos que não o poder, o saber, o corpo (Machado, 1981, pp. 194-198). Mas, da mesma forma que podemos, utilizando as categorias da arqueologia, proceder a análises diversas das de Foucault, podemos, utilizando a forma de colocar a questão epistemológica da genealogia, operar sobre questões diversas da tríade poder/saber/corpo.

Analítica interpretativa

Tanto na arqueologia como na genealogia, a análise de Foucault não é uma interpretação. Não se trata de apoderar-

-se de um sistema de regras que não tem em si significação essencial e lhe impor uma direção, submetê-lo a um novo jogo de regras. O que Foucault realiza é uma “analítica interpretativa” (Dreyfus e Rabinow, 1992, pp. 179-ss). Ele procura fazer aparecer como emergências no teatro dos acontecimentos sociais, as ideias, os ideais, os conceitos, mas também os sentimentos, os instintos, a fisiologia.

É uma analítica que abarca a questão fundamental de Kant sobre as condições que tornam possível e que limitam a análise racional, e a inquietação de Heidegger, sobre o fundamento transcendental no sujeito da consciência que define as condições existenciais, a-históricas e transculturais, que são necessárias ao homem para que se conheça. Mas que, ao contrário de Kant e de Heidegger, Foucault não postula uma teoria universal sobre a consciência humana: quer, tão somente, desvelar as práticas culturais que determinam o que somos.

240

Para Foucault, a interpretação isenta é impossível, tanto no sentido de Heidegger (de que nós estamos condenados a interpretar a história em função das práticas da nossa época), como no sentido de Nietzsche (de que, uma vez que nós somos o que a história fez de nós, é impossível construirmos uma imagem sobre o passado e sobre o presente destacada da nossa condição e da nossa história). Por isso a genealogia não interpreta: ela descreve a história das interpretações e nos revela que os universais do nosso pensamento humanista são o produto da aparição contingente de interpretações que nos foram culturalmente impostos (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 160).

A analítica de Foucault não é um “comentário” sobre o sentido aparente de um texto ou de uma prática, como na hermenêutica heideggeriana. Ele não pretende, como pretenderam Heidegger e Freud, que exista uma continuidade entre a inteligibilidade ordinária e a inteligibilidade profunda (que a primeira tende a mascarar e a distorcer). O que

podemos descobrir através da interpretação – e suprimir, seja o traumatismo, seja a angústia existencial – é que a significação das práticas se alcança pela interpretação das próprias práticas. Foucault propõe uma explicação da situação presente mediante a decifração das regras que determinam ou regem os discursos e as práticas não discursivas efetivos.

Paralelismos

Dizia-se que Foucault era um dos estruturalistas; isto é, que dava primazia à estrutura inconsciente sobre a ação inconsciente, ao macro sobre o micro, às condicionantes sobre o voluntarismo (Ribeiro, 2004, p. 44). Mas é igualmente conhecida a assertiva de Foucault: “Nunca fui freudiano, nunca fui marxista e jamais fui estruturalista” (Foucault, 2001d, p. 312). De fato, Foucault não foi estruturalista, embora tenha mantido alguns dos pressupostos estruturalistas. Tampouco aderiu à fenomenologia, ainda que recuperasse princípios e formas de ver de Heidegger. Ele é crítico em um sentido diferente: ele critica as condições de possibilidade de um determinado saber, da constituição do poder (ver Billouet, 2003, p. 37).

Com o marxismo e o pensamento historicista, a ruptura é absoluta: Foucault nega qualquer possibilidade de uma ordem essencial na história. Já com o estruturalismo ele mantém relação “ao mesmo tempo de distância e de reduplicação” (Foucault, 2001a, p. 60). “Ao lado dele, não nele” (Foucault, 2001e, p. 152). A reduplicação está no fato de que Foucault não define *a priori* o campo de aplicação da pesquisa; o autor se dirige à esfera discursiva, e não ao referente; abandona qualquer teoria do sujeito, interessando-se somente pelas regras a que os sujeitos estão submetidos; pela forma, e não pelo conteúdo; e, principalmente, porque renuncia a qualquer tentativa de síntese.

Mas Foucault nunca chegou a ser realmente estruturalista. Sequer usa o termo estrutura, mas metáforas arqui-

tetônicas: privilégio do espaço em detrimento do tempo (Billouet, 2003, p. 65). Ele jamais procurou estruturas atemporais, nem limitou suas pesquisas aos estados dos saberes; ao contrário, discutiu igualmente as suas transformações (Foucault, 2001e, p. 151). Embora, como os estruturalistas, Foucault ofereça uma visão do possível, não do exclusivo ou do irrefutável, ele não se interessa pela estrutura e pelo signo, mas pelo estudo da série e do evento, pela análise filosófica, e não pela análise semiológica. Foucault renuncia à interpretação. Para ele, o discurso vale em seu dito e em seu não dito, independentemente do pensamento ou da representação: o discurso enquanto prática que obedece a regras (regularidades), tanto no sentido sincrônico como no diacrônico (Foucault, 2004, pp. 182-ss).

A separação com a fenomenologia é maior, na medida em que Foucault não aceita o seu princípio básico: a ideia do sujeito como aquele que confere sentido.

242

Tento [...] tomar distância da fenomenologia. Não penso que tenha havido uma espécie de ato fundador, pelo qual a razão em sua essência teria sido descoberta ou instaurada [...] penso que há uma autocriação da razão e por isto o que tento analisar são formas de racionalidade: diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, se opõem e se perseguem umas às outras, sem que, no entanto, se possa assinalar um momento em que se teria passado da racionalidade à irracionalidade (Foucault, 2001d, p. 317).

Nós, o sujeito

O sujeito, a subjetivação e a objetivação são pontos essenciais do pensamento de Foucault. Mas, à diferença das correntes dominantes na pesquisa qualitativa, o que está no

centro da sua forma de ver é o indivíduo, não o sujeito; o autor quer saber como o indivíduo moderno, enquanto sujeito e enquanto objeto, foi constituído. Foucault se interessa não pelo ator (o sujeito), mas pelos atos (as práticas) e pelos registros (os discursos).

Há nesta visão de uma subjetivação objetiva uma dupla dimensão: a primeira, a do indivíduo moderno como constituinte e constituído pelas práticas e pelo papel das teorias que se pretendem objetivas (dimensão analítica); a segunda, a da significação de que essas “objetividades” são investidas na nossa sociedade (dimensão interpretativa) (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 233).

A subjetivação, entendida como o processo de constituir uma subjetividade, leva Foucault a dois tipos de análise: a da objetivação, que se pergunta como os seres humanos se transformam em sujeitos (só existem sujeitos enquanto objetos) e a da relação com si, que procura dar conta de como nos transformamos em sujeitos da nossa própria existência. A partir destas indagações, Foucault descreve três modos de “subjetivação objetivizante” (Dreyfus e Rabinow, 1992, p. 155-ss):

243

1) a dos modos de investigação que se pretendem científicos (sujeito falante; sujeito produtivo);

2) a das práticas “divisionais”, que cindem o indivíduo interna e externamente (são & doente; cordato & louco; criminoso & honesto); e, finalmente,

3) a das técnicas de governabilidade, a investidura do sujeito pelo poder.

Esta concepção do sujeito, baseada em Nietzsche, é a mesma da do estruturalismo: o sujeito se constitui pela prática do poder, do saber e pelas técnicas de si; o sujeito é um objeto historicamente determinado.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault demonstra como as ciências humanas (sociologia, psicologia, análise da lite-

ratura e outros) vieram a constituir o sujeito moderno e, junto com a filosofia transcendental, criaram as condições de possibilidade da sua constituição. Como, entre o empírico e o filosófico, se constrói o sujeito-objeto da vida, do trabalho, da linguagem e do transcendental. Como o conhecimento científico constitui o sujeito, na medida em que o sujeito se torna objeto de conhecimento. Isto é, como se constitui a teoria do sujeito enquanto ser que vive, fala e trabalha.

Nas suas últimas pesquisas, notadamente nas que figuram na *História da sexualidade*, Foucault trata dos modos de subjetivação subjetivizantes (o relacionamento com si), do processo de escritura por si e para si (a desfragmentação do eu), a partir das anotações monásticas sobre a experiência espiritual (Foucault, 2001d). Ele passa da descrição arqueológica dos saberes sobre o sujeito para a descrição genealógica de práticas de dominação e de estratégias de governabilidade e, no fim, à análise das técnicas da relação com o próprio sujeito; de como os indivíduos transformam-se e produzem-se.

244

O importante a reter sobre a questão do sujeito, para quem pretende seguir os passos epistemológicos de Foucault, é a postura de uma crítica radical do sujeito como consciência a-histórica, autoconstituída e absolutamente livre. Uma forma de dar conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos sem se referir a um sujeito.

Um novo olhar

A abordagem de Foucault é uma insurreição com vistas à libertação dos conteúdos históricos sepultados ou mascarados em coerências formais, nos modos de compreender do marxismo, da psicanálise, do estruturalismo. Ele não procura uma destinação nos acontecimentos, nas relações de força que se modificam, que se transformam, que se invertem.

O objetivo das suas análises é, primeiramente, o estabelecimento das relações entre saberes, entendidos como positivities, com o que foi realmente dito e registrado. Depois, o autor se dedica à questão dos poderes e a outros temas, como o do corpo. Nas últimas obras, as práticas estarão referidas mais à consciência ética do que ao poder. É verdade que o estilo de Foucault desaparece ao mesmo tempo em que desaparece o método arqueológico (Billouet, 2003, p. 219). Mas em todas as investigações ele desenvolveu análises que aceitam, sem julgamento firmado a partir de uma crítica posterior e supostamente superior, a verdade do momento analisado e que buscam compatibilidades e incompatibilidades, que estabelecem regularidades, que permitem individualizar formações discursivas.

A sua forma de investigar nunca esteve presa a um roteiro; nunca admitiu uma mecânica ou um plano. A análise da loucura obrigou Foucault à análise do internamento, e esta à análise da prisão, que o levou a análise da justiça, e esta à do poder, que o obrigou à autoanálise do método e, no final, à análise da consciência de si e de todos nós. A modalidade de investigação que desenvolveu nos mostra que nem o sujeito, nem as motivações epistemológicas são a fonte, mas o produto das práticas sociais, de estratégias sem estrategistas, da compreensão de nós mesmos pela confrontação com o que já não somos (Muchail, 2004, p. 48).

Foucault nos lança para fora do conforto do espaço de trabalho, dos limites tacanhos da nossa erudição. O seu propósito foi o de estudar os saberes no seu entorno, de forma a revelá-los enquanto elementos da cultura ocidental e, a partir dos anos 1970, enquanto componentes essenciais do poder contemporâneo. Foucault é múltiplo: ele corrigia continuamente tudo que publicava; se colocava na vertical de si mesmo. Cada investigação, cada passo, transformava não só a obra, mas a ele mesmo. O seu olhar sabe tanto de

onde olha quanto o que olha. É um olhar que problematiza, que elabora domínios de fatos, de práticas, de discursos que usualmente não consideramos como problemáticos. Uma análise crítica que procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas, também, como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização (Foucault, 1984, p. 228).

Ao enfrentar a coerção do cientificismo, do discurso teórico, formal, unitário e científico, ao eliminar a tirania dos discursos englobantes, a abordagem de Foucault nos abre a possibilidade da objetividade material em que valem a prática social e não os indivíduos, a atualidade e não as origens, a verdade (mesmo que efêmera e mutável) e não as doutrinas.

Foucault nos ensina a construir a pesquisa como o jurista constrói a prova: partindo do que aí está, buscando os seus elementos constituintes, discutindo-os até a conclusão que pareça inevitável. Mas ele não nos deixa esquecer que tudo isto é efêmero, que nós vivemos sem referências e sem coordenadas originárias, imersos em miríades de acontecimentos perdidos (Foucault, 1979).

246

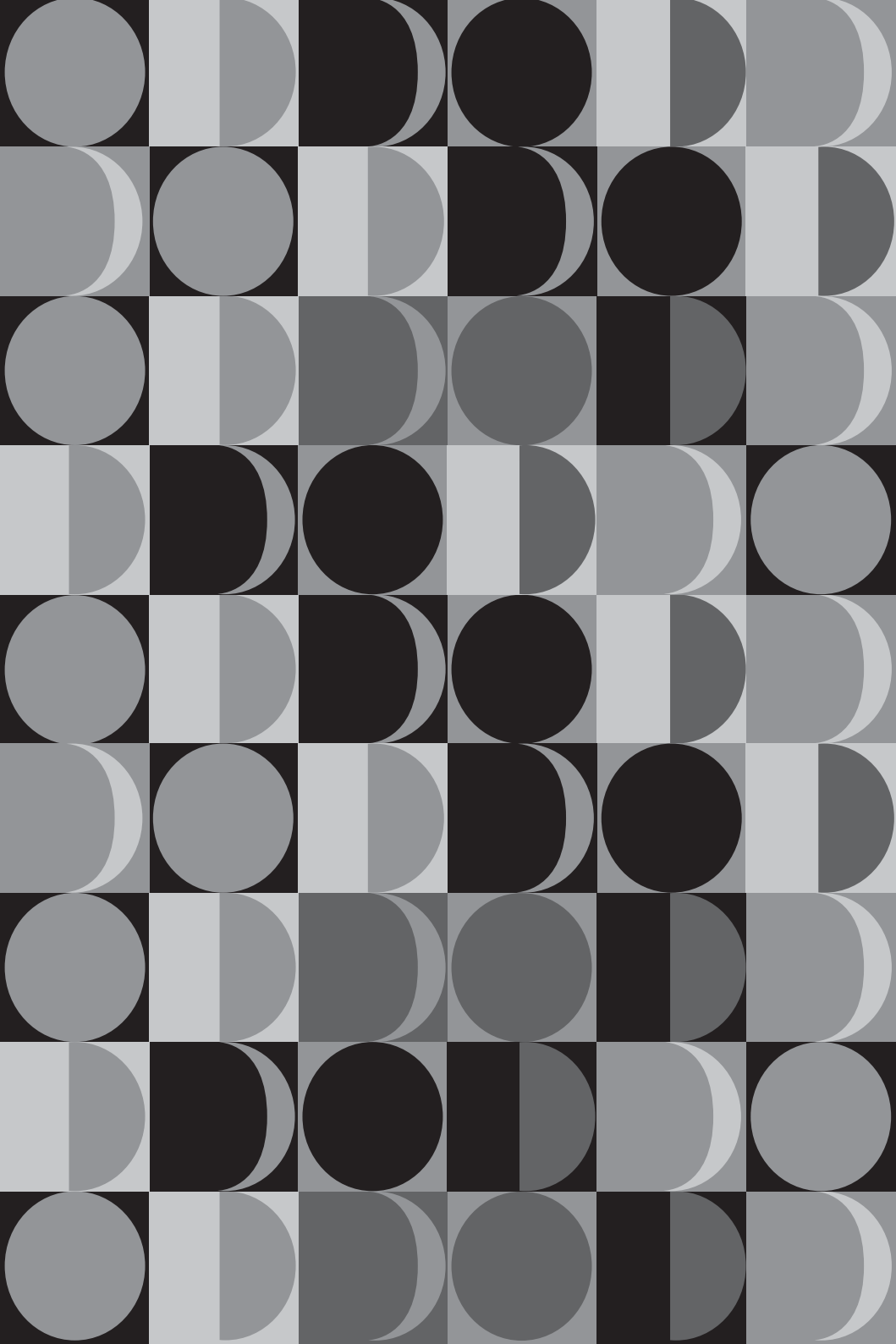
Hermano Roberto Thiry-Cherques

é professor titular da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. 1987. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal.
- BILLOUET, P. 2003. *Foucault*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CÁLAS, M.; SMIRCICH, L. 1999. "Past posmodernity? Reflections and tentative directions". *Academy of Management Review*, v. 24, n^o 4, pp. 649-671.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1976. *O anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago.

- DREYFUS, H.; RABINOW, P. 1992. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris: Gallimard.
- EWALD, F. 2004. La philosophie comme acte. *Le Magazine Littéraire*, nº 435, oct., pp. 30-32.
- FOUCAULT, M. 1977. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 1998. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001a. “A filosofia estruturalista permite diagnosticar o que é a ‘atitude’”. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001b. “Da arqueologia à dinástica”. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001c. “Entrevista sobre a prisão: o livro e seu método”. In: *Ditos e escritos, vol. IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001d. “Estruturalismo e pós-estruturalismo”. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001e. “Michel Foucault explica o seu último livro”. In: *Ditos e escritos, vol. II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2001f. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 2002a. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2002b. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 2004. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HEIDEGGER, M. 1993. *Basic writings: from being and time to the task of thinking*. San Francisco: Harper and Collins.
- HUSSERL, E. 2003. *Idées directrices pour une phénoménologie pure et une philosophie phénoménologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MACHADO, R. 1981. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.
- MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. 2004. “O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações”. *Rausp*, v. 39, nº 2, abr.mai.jun., pp. 117-128.
- MUCHAIL, S. T. 2004. “Um filósofo que pratica histórias”. *Cult*, nº 8, jun., pp. 47-48.
- NIETZSCHE, F. 1990. *A genealogia da moral*. Lisboa: Guimarães Editores.
- RIBEIRO, R. J. 2004. “Foucault, político”. *Cult*, nº 81, jun., pp. 44-46.
- ROWLINSON, M.; CARTER, C. 2002. “Foucault and history in organization studies”. *Organization*, vol. 9, nº 4, nov., pp. 527-547.



RESUMOS | *ABSTRACTS*



ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO NOS TEMPOS DA INDEPENDÊNCIA

ELÍAS JOSÉ PALTÍ

Como mostrou a literatura recente sobre a revolução da independência, a articulação de uma certa identidade nacional, contrariamente ao que afirmam as histórias nacionais tradicionais, não foi o ponto de partida senão o término final do processo de ruptura do vínculo colonial. E isso terá consequências historiográficas decisivas, posto que faz surgir a pergunta do que, então, o colocou em marcha. A chamada crítica “revisionista” abrirá as portas a esta pergunta só ao preço de declará-la insolúvel de antemão. A afirmação da persistência de imaginários tradicionais resulta em um ponto de vista da revolução como o resultado de uma série de acidentes, sem chegar a explicar porque os ditos acidentes tiveram as consequências que tiveram. Sem dúvida, alguma ideia de nação se encontrava operando então, posto que do contrário a vacância real não havia tido as consequências que teve. Definitivamente, pretender explicar tais sucessos sobre a base de um conceito de nação que, na realidade, só na segunda metade do século XIX receberia forma é um simples anacronismo; a negação da existência de *toda* ideia de nação (como se ela antes de mencionada fosse a única possível e verdadeira) também o é. À pergunta antes assinalada cabe então retraduzi-la do seguinte modo: que ideias de nação e autodeterminação puderam desenvolver-se no dito contexto político-intelectual e sem as quais não poderia haver se produzido o tipo de ruptura política que então se produziu; enfim, como pôde surgir a ideia de que os territórios americanos eram nações, e que puderam, portanto, reclamar direitos soberanos e autogovernar-se. O trabalho se propõe a reconstruir a série de deslocamentos político-conceituais que precederam a revolução da independência

na América Latina e que, se bem que não a anteciparam, terminaram abrindo lugar para que esta se tornasse concebível.

Palavras-chave: Independência; América Latina; Revolução; História político-conceitual.

BETWEEN NATURE AND ARTIFICE: THE CONCEPTION OF NATION IN TIMES OF THE INDEPENDENCE

252

As shown by the recent literature on the revolution of independence, the articulation of a national identity, contrary to the assertions of the traditional national histories, was not the starting point but the end point of the process of rupture of the colonial ties. And this will have critical consequences for historiography, insofar as it raises the question of what was, then, what triggered that process. However, we must say that the criticism of the so-called revisionist school paves the way to this interrogation only at the price of declaring it unsolvable. The statement that the persistence of traditional imaginaries results into a view of the revolution of independence as a consequence of a series of accidents and circumstances, without managing to explain why those circumstances had the consequences they had. No doubt, some idea of nation was then at work; otherwise, royal vacancy should not have had the effects it did. Lastly, if trying to explain that process on the basis of a concept of nation that, as a matter of fact, only in the second half of the nineteenth century would become available is anachronical, so is the denial of the existence of any notion of nation (as if the above mentioned concept of it were the only possible one). The previous question can thus be translated as follows: what ideas of nation and self-determination could have developed in that political and conceptual context, without which the kind of political rupture then occurred would not have possibly happen; in short, how could have emerged the ideas that the American territories of Spain and Portugal were nations, and that they could, therefore, postulate the possession of sovereign rights as such. The present paper intends to recreate the series of politico-conceptual reconfigurations that have

preceded the revolution in Latin America which, albeit they did not anticipated it, indeed opened the doors for it to become conceivable.

Keywords: *Independence; Latin America; Revolution; Politico-conceptual history.*



O “DESCOBRIMENTO” NO PENSAMENTO CINEMATográfico BRASILEIRO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS QUANTO À IDENTIDADE NACIONAL

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

O texto pretende analisar uma produção fílmica de Humberto Mauro, *O descobrimento do Brasil* (1937), tendo como contraponto o filme de Nelson Pereira dos Santos, *Como era gostoso meu francês* (1970). Ambos tratam, de formas diversas e mesmo opostas, um aspecto emblemático da narrativa sobre a formação nacional: o “descobrimento” do Brasil e os primeiros contatos entre colonizador e colonizado. Busco entender como tais obras dialogam com outras referências documentais, pictóricas e imagéticas para produzir seus respectivos discursos e representações sobre o que consideram a “verdadeira” identidade nacional.

Palavras-chave: Cinema brasileiro; Pensamento de cinema no Brasil; Imaginário nacional cinematográfico; Identidade nacional; Humberto Mauro; Nelson Pereira dos Santos.

THE “DISCOVERY” IN THE BRAZILIAN FILM THOUGHT: POSSIBLE DIALOGUES ON THE NATIONAL IDENTITY

This paper seeks to analyze a film by Humberto Mauro, O descobrimento do Brasil (1937), with the counterpoint of the film by Nelson Pereira dos Santos, Como era gostoso meu francês (1970). Both deal, in various forms and even opposing, an emblematic aspect of the narrative on nation building: the

“discovery” of Brazil and the first contacts between colonizer and colonized. I try to understand how such works converse with other reference documents, and pictorial imagery to make their representations and discourses about what they consider “true” national identity.

Keywords: *Brazilian cinema; Thinking of cinema in Brazil; Cinematographic national imaginary; National identity; Humberto Mauro; Nelson Pereira dos Santos.*



“O BRASIL EM 1889”: UM PAÍS PARA CONSUMO EXTERNO

GABRIELA NUNES FERREIRA

MARIA FERNANDA LOMBARDI FERNANDES

ROSSANA ROCHA REIS

254

Em 1889, patrocinada pelo governo do Império e organizada por Francisco J. de Santa-Anna Nery para a Exposição Universal de Paris, era publicada a obra *Le Brésil en 1889*. O livro tinha como objetivo exaltar o Império do Brasil, fazendo um balanço dos “progressos” vividos pela monarquia nas últimas décadas – dentre os quais se destacava a abolição da escravidão. Entre seus autores estão alguns nomes importantes da elite política e intelectual brasileira desse período, como Rio Branco, André Rebouças e Eduardo Prado. Nosso objetivo é analisar os textos dos autores da coletânea sob a dupla perspectiva da modernização econômico-social e da questão da formação do povo brasileiro. Trata-se de verificar como esses temas foram tratados numa obra desenvolvida para “consumo externo”. Enfim, que imagem de Brasil se projetava – oficialmente – em 1889, finda a escravidão e às vésperas da República.

Palavras-chave: Monarquia; Exposições universais; Modernização; Agricultura; Imigração.

“BRAZIL IN 1889”: A COUNTRY FOR FOREIGN CONSUMPTION

Le Brésil en 1889 is a publication organized by Francisco J. de Santa-Anna Nery, and sponsored by the Brazilian imperial government, for the Paris Universal Exposition of 1889. Its main purpose was to highlight the recent achievements of the Brazilian Monarchy, especially the abolition of slavery, for a foreign audience. Among its contributors were some of the most important intellectuals and politicians from that time, such as Rio Branco, André Rebouças and Eduardo Prado. This article goal is to analyze their essays, particularly how they have portrayed the issues of social-economic modernization and the formation of Brazilian people. We are interested in the kind of image that Brazil was – officially – trying to project in 1889, after the abolition and just before the proclamation of the Republic.

Keywords: *Monarchy; Universal expositions; Agriculture; Modernization; Immigration.*

**A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ESTADO**

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Nas relações entre sociedade e Estado, duas formas de sociedade politicamente organizadas – a nação e a sociedade civil – jogam um papel-chave, como também realizam coalizões de classe e pactos políticos. A relação entre ambas é dialética, mas, inicialmente, o Estado exerce mais influência na sociedade; quando a democratização toma lugar, esta relação gradualmente muda a favor da sociedade. A despeito do fato que a política (a arte de governar o Estado) é subordinada a restrições políticas e econômicas, ela conta com uma autonomia relativa. Não é o Estado, mas a política que possui relativa autonomia. Enquanto a sociedade e a economia são o domínio da necessidade, a política é o domínio da determinação humana e da liberdade. As teo-

rias deterministas da política que procuram prever o comportamento político falham porque elas ignoram a autonomia relativa da política. É através da política, no quadro do Estado democrático, que homens e mulheres constroem seu Estado e sua sociedade.

Palavras-chave: Estado; Política; Desenvolvimento; Democratização.

THE POLITICAL CONSTRUCTION OF THE STATE

In the relations between society and the state, the two forms of politically organized societies – the nation and civil society – play a key role, as also do class coalitions and political pacts. The relation between both is dialectical, but, initially, the state exerts more influence on the society; as democratization takes place this relation gradually changes in favor of society. Despite the fact that politics (the art of governing the state) is subjected to economic and political constraints, it counts with a relative autonomy. It is not the state but politics that has relative autonomy. Whereas society and the economy are the realm of necessity, politics is the realm of men's will and freedom. The deterministic political theories that search to predict political behavior fail because they ignore this relative autonomy of politics. It is through politics, in the framework of the democratic state, that men and women build their state and their society.

Keywords: *State; Politics; Development; Democratization.*



O PAPEL DEMOCRÁTICO DA SOCIEDADE CIVIL EM QUESTÃO

ROUSILEY C. M. MAIA

O artigo tem por objetivo examinar algumas das premissas otimistas que levaram pensadores políticos e sociais de diferentes tradições a ressaltar o papel democrático

da sociedade civil. Partindo do debate contemporâneo sobre a sociedade civil, investigam-se os seguintes problemas: a visão das associações como agentes que promovem exclusivamente a cidadania democrática; a celebração do localismo e o poder de comunidades em detrimento do papel do Estado; as tensões inevitáveis entre a afirmação de interesses pessoais e a solidariedade coletiva; diversos níveis de articulação entre a participação civil e a institucionalização para fortalecer a democracia. Conclui-se que o declínio do entusiasmo não deve ser confundido com o declínio da importância da sociedade civil para o futuro da democracia.

Palavras-chave: Sociedade civil; Associativismo; Participação política; Democracia.

CHALLENGING THE DEMOCRATIC ROLE OF CIVIL SOCIETY

This paper critically assesses some assumptions that lead political and social thinkers of various traditions to emphasize the democratic role of the civil society. Starting with contemporary debates on civil society, the author investigates the concept of civil society and examines the following problems: the view of civic associations as exclusively democratic citizenship-promoting agents; the celebration of localism and the power of communities to the detriment of the role of the Estate; the unavoidable tensions between the affirmation of personal interests and collective solidarity; and several levels of articulations between civil participation and institutionalization required to revitalize democracy. This assessment leads to the conclusion that the decline of enthusiasm should not be mistaken for the decline of the importance of civil society for the future of democracy.

257

Keywords: *Civil society; Associativism; Political participation; Democracy.*



O IMIGRANTE E SEUS IRMÃOS: AS PESQUISAS EMPÍRICAS DE FLORESTAN FERNANDES E GINO GERMANI

ANTONIO BRASIL JR.

No trabalho, destaco, em perspectiva comparada, algumas formulações de Florestan Fernandes e de Gino Germani, protagonistas da renovação da sociologia nas universidades de São Paulo e de Buenos Aires, respectivamente. Através de pesquisas empíricas, os dois procuraram investigar em que sentido a modernização afetava diferencialmente os grupos sociais, repondo padrões seculares de desigualdade. Fernandes e Germani viram, ainda, no “imigrante de ultramar”, o portador por excelência das mudanças em curso, porquanto teria logrado se inserir, tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires, nas posições mais dinâmicas da ordem capitalista em expansão, apesar de seu baixo impacto na democratização do sistema de dominação nos dois contextos.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Gino Germani; Imigrante; Sociologia da modernização.

THE IMMIGRANT AND HIS BROTHERS: THE EMPIRICAL RESEARCHES OF FLORESTAN FERNANDES AND GINO GERMANI

In the paper, I compare some arguments about the social change developed by Florestan Fernandes and Gino Germani, protagonists of the renewal of sociology at the universities of Sao Paulo and Buenos Aires, respectively. Through empirical research, both sought to investigate how the modernization process differentially affected social groups, restoring durable patterns of inequality. Fernandes and Germani considered, moreover, the “immigrant” the main agent of the social changes underway, due to his successful insertion, in Sao Paulo and Buenos Aires, in

the most dynamic positions of the capitalist order in expansion, despite his low impact on the democratization of the system of domination in both contexts.

Key-words: *Florestan Fernandes; Gino Germani; Immigrant; Sociology of modernization.*



À MODA DE FOUCAULT: UM EXAME DAS ESTRATÉGIAS ARQUEOLÓGICA E GENEALÓGICA DE INVESTIGAÇÃO

HERMANO ROBERTO THIRY-CHERQUES

No texto apresento um programa para aplicação da forma de investigar de Michel Foucault às pesquisas em ciências humanas e sociais. A partir da exposição sobre as abordagens arqueológica e genealógica, desenvolvo um roteiro genérico de pesquisa. Discuto, a seguir, os principais instrumentos e conceitos epistemológicos utilizados por Foucault. Concluo com uma apresentação dos paralelismos entre a sua perspectiva e outras modalidades de investigação qualitativa.

259

Palavras-chave: Método; Foucault; Ciências humanas; Ciências sociais.

LIKE FOUCAULT SENSE: AN EXAM OF THE ARCHEOLOGICAL AND GENEALOGICAL STRATEGIES OF INVESTIGATION

In the text I present a program for application of Michel Foucault's form of investigation for researchs in human and social sciences. Whereof exposition about archeological and genealogical approaches, I develop a generical script of research. I argue, forward, the mainly tools and epistemological concepts used by Foucault. I conclude with a presentation of the parallelisms between his perspective and others types of qualitative investigation.

Keywords: *Method; Foucault; Human sciences; Social sciences.*

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

Lua Nova aceita propostas de artigos, mas todas as colaborações serão submetidas ao Conselho Editorial da revista, ao qual cabe a decisão final sobre a publicação. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações, com o objetivo de adequar o artigo às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial. Salvo casos excepcionais, os originais não deverão ultrapassar 25 laudas (em espaço dois, de 2.100 caracteres). O autor deverá enviar ainda um resumo analítico do artigo, em português e inglês, que não ultrapasse dez linhas, com palavras-chave.

O autor deverá encaminhar à redação da revista o artigo via correio eletrônico ou correio impresso, neste caso acompanhado do arquivo em disquete, com o mínimo de formatação, observando especialmente o padrão para apresentação de notas e bibliografia.

A publicação de um artigo é de inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial.

Seguem abaixo exemplos de como se deve aplicar as normas bibliográficas:

Livro:

GOMES, L. G. F. F. 1998. *Novela e sociedade no Brasil*. 3ª ed. Niterói: Cortez.

Capítulo de livro:

ROMANO, G. 1996. "Imagens da juventude na era moderna". In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo e/ou matéria de revista:

GURGEL, C. 1997. "Reforma do Estado e segurança pública". *Política e Administração*, vol. 3, nº 2, pp. 15-21.

Artigo e/ou matéria de revista em meio eletrônico:

VIEIRA, C.; LOPES, M. 1994. "A queda do cometa". *Neo Interativa*, nº 2, inverno. CD-ROM.

VIEIRA, C.; LOPES, M. 1998. "Crimes da era digital". Net, nov., Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://brazilnet.com.br/contexts/brazilrevistas.htm>.

Observações:

1. As referências bibliográficas não devem ser consideradas notas de rodapé. Assim, elas deverão ser inseridas no final do artigo.
2. As fontes de citações ou remissões a obras devem ser feitas no corpo do texto, entre parênteses, colocando-se o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), data e página(s) onde se encontram as citações. Exemplos: (Romano, 1996); (Gurgel, 1997, p. 17); (Vieira e Lopes, 1994). No caso de haver mais de uma obra do mesmo autor com a mesma data, pedimos para identificá-las tanto na citação quanto na bibliografia com o acréscimo de letras em minúsculo. Exemplo: (Said, 2007a) ou (Said, 2007b, p. 35) no caso de:

SAID, Edward W. 2007a. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2007b. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

3. No rodapé, devem constar notas propriamente ditas e não referências bibliográficas.

O artigo deve ser encaminhado ao Cedec, à rua Airosa Galvão, 64, Água Branca, CEP 05002-070, São Paulo, SP, Brasil. Fones: +55(11) 3871.2966 e 3569.9237 – Fax: +55(11) 3871.2123. E-mail: luanova@cedec.org.br.

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)

Rua Airosa Galvão, 64, Água Branca, CEP 05002-070, São Paulo, SP

Fones: +55(11) 3871.2966, 3569.9237 – Fax: +55(11) 3871.2123

E-mail: cedec@cedec.org.br

Copyright © 2010 – Todos os direitos reservados